

Cristina Isabel Martins de Oliveira Alves

**Concepções da educação em museus
nas políticas culturais. Portugal 1974-2004**

**Dissertação de Mestrado
Cultura e Comunicação**

**Variante
Comunicação de ciência**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Coordenação/Orientação: Prof. Doutor José Pereira Azevedo
Orientação: Prof. Doutora Margarida Louro Felgueiras

Porto, 2007

“(…) os museus são, como todos os lugares de cultura, territórios construídos sobre o uso e o infindável jogo das particularidades.”

SILVA, Raquel Henriques da, “Os Museus: história e prospectiva”, in PERNES, Fernando, (coord.), *Século XX, Panorama da Cultura Portuguesa, 3. Artes e Letras II*. Porto: Edições Afrontamento e Fundação de Serralves, 2002, p. 68.

“(…) convicção que é do domínio da utopia cultural, mas também do empenho na sua operacionalização pragmática: ao contrário dos vaticínios modernistas da primeira metade do século XX – e ainda das rupturas e convulsões dos anos de 1960 -, os museus não morreram nem se tornaram em mausoléus auto-referenciais da cultura burguesa. Contraditoriamente, como é próprio da instância cultural, eles tornaram-se lugares de eleição para a representação simbólica de algumas das mais fundas questões que atravessam o nosso tempo. São memória materializada dos patrimónios, materiais e imateriais, são espaços de acolhimento generosos para os artistas mais jovens, são parceiros, sempre especialmente cúmplices, das acções de salvaguarda de paisagens, históricas, sítios e equipamentos.(…) Na verdade eles sempre foram e são lugares peculiares de mistura, de descontextualização e recontextualização, configurando e representando o próprio discurso da elaboração da cultura.”

SILVA, Raquel Henriques da, “Museus em Acção: OS desafios necessários”, in DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *A Cultura em Acção: Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 13.

“Uma política, qualquer que seja, requer uma intencionalidade, o accionar de recursos tendo em vista alcançar determinados objectivos. E os recursos variam, necessariamente, de acordo com o grau de poder disponível. § O campo cultural cruza-se, por isso, com o campo da distribuição de poder; quando falamos em política cultural falamos, pois, do poder de definir objectivos, de mobilizar meios, de alcançar resultados. Ao mesmo tempo, sugere-se a ideia de “variáveis alteráveis”, sejam elas instituições, práticas, valores ou comportamentos.”

LOPES, João Teixeira, *Escola, território e políticas culturais*. Lisboa: Campo de Letras Editores, 2003, p. 7.

Agradecimentos

Agradeço a motivação e os conhecimentos que me foram transmitidos pelos responsáveis e professores do curso de especialização do Mestrado, em particular, o Prof. Dr. José Azevedo, por ter tornado possível o mestrado e pela sua disponibilidade, e a Prof. Dr.^a Maria Manuel, que tão bem soube partilhar a sua própria experiência multi/inter/transdisciplinar. Dos excelentes professores de seminários, destaco Prof. Jean Davalon, a quem agradeço por partilhar o seu saber na área dos museus.

Agradeço o exemplo notável e o incentivo da orientação dada pela Prof. Dr.^a Margarida Louro Felgueiras, para além da sua formação se enquadrar em várias áreas do saber, soube transmitir o valor de uma experiência profissional dedicada a diferentes campos da educação, sobretudo os que se ligam à história, à cultura e aos museus, pelo que foi uma pessoa essencial no rumo deste trabalho e a quem presto a minha dedicação.

Agradeço às pessoas que trabalham nos organismos oficiais, nomeadamente o Centro de Documentação da Rede Portuguesa de Museus, o Observatório das Actividades Culturais, o Ministério da Cultura, a Biblioteca do Museu de Arte Antiga, onde se encontram as publicações do ICOM, pelo apoio e encaminhamento facultado, pela paciência e cooperação na pesquisa, em especial, à Dr.^a Fátima, à Dr.^a Ana Rosa e à Dr.^a Helena Patrício.

Desde já agradeço também a todas as pessoas cuja experiência profissional se opera na área da museologia e que ajudaram a fixar o campo de estudo que devido à sua abrangência conceptual, por se ligar a temas multidireccionais, a educação e a comunicação, o conhecimento e a cultura, se poderia estender para lá da sua especificidade.

As diferentes formações académicas dos mestrandos e dos professores que nos prepararam e as várias disciplinas do plano de estudos do curso de especialização, apontaram para um cruzamento de ideias e de temas oriundos de múltiplos sectores disciplinares do conhecimento, bem como os diversos seminários que ao longo da parte curricular podemos assistir e participar. Agradeço a oportunidade de todos colaborarmos e de criticamente questionar, por diversas perspectivas, os temas de cada investigação proposta. Pela variedade dos

temas pela riqueza dos confrontos, abrimos horizontes e sentimos que o mundo pode afinal ser construído com base em colaborações e em respeito pela diferença, e não uma amálgama de gente e pensamentos fragmentados e individuais.

Obrigado sempre à família e aos amigos que me procuraram incentivar, acompanhar e apoiar. A todos os outros, com quem partilhei importantes momentos durante este percurso de vida, obrigado.

Dedicatória

Com especial saudade presto uma grande homenagem neste trabalho ao meu pai, pelo grande exemplo que me deu e que fomentou a minha vontade de crescer e de aprender, é a ele que dedico a minha perseverança em sonhar ir mais longe.

Dedico o resultado deste trabalho a ti, meu filho, Gaspar, e agradeço os teus sorrisos e brincadeiras que fortaleceram os meus momentos de afã, sendo poucas as palavras que encontro para expressar o quanto me animas a vida.

Índice

| | |
|--|-----|
| Índice | i |
| Índice de Quadros | ii |
| Abreviaturas | iii |
| | |
| Capítulo 1: Introdução | 1 |
| 1.1. Razões de uma escolha | 7 |
| 1.2. Problemática | 8 |
| 1.2.1. Propósito e questões centrais | 17 |
| 1.2.2. Sub-divisões da problemática | 23 |
| 1.3. O objecto de estudo | 25 |
| 1.3.1. Justificação da pertinência e limitações | 27 |
| 1.4. Organização do estudo | 29 |
| | |
| Capítulo 2: A estrutura da investigação | 31 |
| 2.1. A revisão da literatura | 33 |
| 2.1.1. Políticas culturais | 43 |
| 2.1.2. Museu | 48 |
| 2.1.3. Educação em museus | 51 |
| 2.2. O enquadramento da investigação | 55 |
| 2.2.1. A historicidade | 56 |
| 2.2.2. As políticas culturais através dos actos jurídico-públicos do Estado | 60 |
| 2.3. Metodologia | 66 |
| 2.3.1. Selecção e descrição de dados | 73 |
| 2.3.2. Recolha e tratamento de dados | 74 |
| 2.3.3. Discussão e apresentação de dados | 75 |
| | |
| Capítulo 3 Descrição e análise do <i>corpus documental</i> | 76 |
| 3.1. Identificação das fontes | 76 |
| 3.2. O <i>corpus de documental</i> – a análise de conteúdo | 84 |
| 3.3. Aplicação das categorias e da temática de análise e discussão dos conteúdos | 92 |

| | |
|--|---------------|
| Capítulo 4: Conclusões e Recomendações | 132 |
| 4.1. De 1974 até à actualidade – Que panorama? | 133 |
| 4.2. Discussão sobre o estado actual e outras orientações | 140 |
| 4.3. Considerações finais – política, cultura e educação em museus | 142 |
| Bibliografia | 144 |
| Fontes Documentais | 155 |
| Anexos | I - XXXIX |

Índice de Quadros

| | |
|---|-------|
| Quadro N. 1: Definições de Museu | 48/49 |
| Quadro N. 2: Funções do Estado | 64 |
| Quadro N. 3: Actos do Estado a partir das suas funções | 65 |
| Quadro N. 4: Quadro-enunciatório dos documentos em análise para CD.1) | 85 |
| Quadro N. 5: Quadro-enunciatório dos documentos em análise para CD.2) | 87 |
| Quadro N. 6: Quadro-síntese - categoria de análise 1 | 99 |
| Quadro N. 7: Quadro-síntese - categoria de análise 2 | 100 |
| Quadro N. 8: Quadro-síntese - categoria de análise 3 | 100 |

Abreviaturas utilizadas

A.R.: Assembleia da República

APH: Associação de Professores de História

APOM: Associação Portuguesa de Museologia

D.L.: Decreto-Lei

D.R.: Diário da República

GEM: Group for Education in Museums/Grupo para a Educação nos Museus

GOV.: Governo

ICOM: International Council Organization of Museums/Conselho Internacional de Museus

IPM: Instituto Português de Museologia

IPPC: Instituto Português do Património Cultural

IPPC: Instituto Português do Património Cultural

L.: Lei

L.Q.: Lei-Quadro

MC: Ministério da Cultura

OAC: Observatório das Actividades Culturais

RPM: Rede Portuguesa de Museus

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Capítulo 1: Introdução

A dissertação que se apresenta no mestrado “Cultura e Comunicação” reporta-se às concepções sobre a educação em museus advindas das políticas culturais, em Portugal, de 1974 a 2004.

A ocorrência em Portugal, na data de 25 de Abril de 1974, da Revolução Democrática permite-nos, em termos amplos, demarcar um novo período político para o Estado português, sem configurar um momento especificamente relacionado com a educação nas instituições museológicas, ou sequer com as políticas culturais, terá, no entanto, repercussões políticas que as incluem. A Revolução permitiu derrubar o sistema político que configurava o Estado de regime ditatorial e vem configurar o Estado de regime democrático que vigora até à actualidade, pelo que a partir daí a História de Portugal contemporâneo segue um novo rumo que toca a tudo e a todos. Note-se que, no entanto, a estabilidade política só nos permitirá encontrar documentos menos centrados no período revolucionário, na mudança de regime e na nova organização implicada a partir de 1976. Logo, a data de 74, com que delimitamos a fronteira do início temporal deste estudo, tem aqui um cariz essencialmente simbólico para a História de Portugal sem traduzir uma relação específica no âmbito do tema da dissertação. Estabelecemos a data de 19 de Agosto de 2004 como o termo do período em que a investigação irá focalizar-se, mas aqui escolhemos como marca final a publicação de um documento jurídico de relevo para a História dos Museus do nosso país, trata-se da primeira Lei-Quadro dos Museus Portugueses, concerteza esta é uma emanção política de carácter cultural e normativo que implica também uma nova etapa quanto às instituições museológicas, procuraremos ver o que nos diz sobre a educação nos museus.

Reflectir sobre as concepções relativas à educação em museus através de documentos de âmbito político cultural para as instituições museológicas em Portugal nos últimos 30 anos é um desafio pois é uma matéria pouco tratada na investigação apesar de muita obra que tem sido feita no terreno, sobretudo desde a última década do século XX. Relativamente à literatura abordaremos o assunto mais à frente, mas sobre a obra prática que tem sido realizada aponto a título de exemplo a criação do Instituto Português dos Museus em 1991. Concretizando a ascensão do interesse público pelos museus, a década de 90 “foi especialmente prolífera na publicação

de legislação relacionada directamente e/ou indirectamente com todos os sectores da vida cultural do país.”¹ Se este estudo não é de análise organizacional, sobre as instituições e organismos dirigidos à cultura depois de 1974, não deixará ainda assim de os ter presente, terá em conta os que estão ligados a museus, como referência para ir ao encontro dos textos e documentos por eles publicados (sejam estes diplomas de carácter legislativo ou não).

O desafio é a partir daí construir o panorama da educação em museus segundo as políticas culturais em Portugal. Seria demasiado extenso e correria certamente o risco de evasão dedicar este trabalho a todas as políticas culturais dos museus, embora fosse um estudo importante a ser feito o tempo de que dispomos não o tornaria possível. Conforme se enuncia centrar-nos-emos nas políticas culturais definidoras da acção educativa. Ora apesar desta restrição-teórica o tema relativo à educação abre-se a outros temas, que segundo Saguës² são, a expressão do desenvolvimento dos serviços sociais dos museus e das suas facetas de aquisição, comunicação e exposição e a própria acção cultural, implicada na designação das políticas que a definem.

A abertura dos museus ao público aconteceu paralelamente à génese dos museus enquanto instituições que o Estado tutela, e terá sido o aspecto mais decisivo da origem das colecções dos museus. O carácter político presente na historicidade do património (em sentido amplo, do qual fazem parte os museus) imiscui-se com o carácter socializador³ dos museus, ou seja de interesse para a sociedade.

“O momento em que os organismos colectivos começaram a adquirir ou a formar colecções com a clara intenção de as tornar acessíveis ao benefício público deve ser considerado um marco na história dos museus e como um importante passo na idealização do museu como hoje o conhecemos. Sem embargo, o desenvolvimento das

¹ PIMENTEL, Cristina, *O Sistema Museológico Português (1833-1991), Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005, p. 208.

² POLI, F., “Producción artística y mercado”, in SAGÜÉS, Maria del Carmen Valdês, *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público*. Gijón: Ediciones Trea, 1999, p. 46, [tradução livre], segundo esta autora podemos citar a este propósito a definição de Poli que ela transcreve: “o museu, uma instituição ao serviço da sociedade que adquire, comunica e, sobretudo, expõe com a finalidade do estudo e da salvaguarda, da educação e da cultura, testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem.”.

³ RAMOS, Paulo Oliveira, “Breve História do Museu em Portugal”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), Lisboa: *Iniciação à museologia*. Universidade Aberta, 1993, pp. 19-62, conforme se pode perceber na síntese descrita pelo autor, sobre museus em Portugal, a evolução foi sendo no sentido de tornar o património socialmente disponível e colectivamente protegido pelo interesse de todos, independentemente de os museus virem a ser criados por entidades públicas ou privadas.

coleções públicas e a sua completa acessibilidade foi gradual e muito influenciada pelas considerações sociais e filosóficas imperantes.”⁴

Os museus eram já um serviço público, no sentido social do termo⁵, quando as Revoluções Liberais os inscreveram nas políticas culturais do Estado, mas a partir daí, o sentido de serviço público ganhou uma nova dinâmica: no século XIX o processo de nacionalização de bens e património considerados relevantes para a nação; no século XX o processo de democratizar a cultura, com o acesso da sociedade às coleções e aos conhecimentos e valores que elas possam transmitir. A valorização pública que a história se encarrega de evidenciar será então revelada pelas diferentes características apontadas aos museus. O que muda não é a natureza do museu enquanto serviço social mas a descrição “política” desse serviço. Os museus na actualidade, sejam de domínio público ou de domínio privado, não perderam essa natureza social e continuam, também, ancorados à realidade política. Assim vão se deixando influenciar pelos princípios que regem as emanações políticas, que no geral têm-se alterado em vários dos seus domínios, quer seja a economia, a cultura, ou a educação, não só no nosso país mas por quase todo o mundo, desde a segunda metade do século XX. É o caso de princípios que visam a democracia, a democratização cultural, a descentralização, o desenvolvimento social e económico e a sustentabilidade. Falamos de políticas externas provenientes de entidades oficiais, sob a tutela ou não do Estado, e não de políticas internas de cada museu no singular.

A educação nos museus foi-se tornando um serviço essencial que as políticas entendiam prestar-se a viabilizar os critérios sócio-culturais do museu, entre outros, enquanto finalidades e através de meios a concretizar para o público. Os museus e os serviços educativos que neles operam podem ser um contributo fundamental para uma educação actual como expressão de uma sociedade orientada por princípios capazes de contribuir para o desenvolvimento alargado e integral das várias dimensões do ser humano em qualquer situação e momento da sua vida. Eles começam a tornar-se um retrato das “novas comunidades educativas emergentes”, que sem pretenderem substituir, complementam e demarcam outros horizontes culturais para além da escola. A escola hoje tem se tornado uma instituição educativa entre outras e o museu consolida-se nesse quadro.

⁴ LEWIS, G., “Museums and their precursors: a brief world survey”, in THOMPSON, J. (ed. lit.), *Manual of Curatorship – a guide to museum practice*. London: Butterworths, 2ª edição, 1992 (1984), pp. 5-21, [tradução livre].

⁵ SAGÜÉS, Maria del Carmen Valdés, *op. cit.*, (1999), pp. 145-149, [tradução livre], a propósito do serviço social aborda o conceito de destinatários do museu e refere os limites desta realidade quando se percebe que o público era inicialmente muito restrito, “minoritário e especializado, a elite social e cultural.”

Maria de Lourdes Lima dos Santos reitera ainda sobre “a necessária relação entre política da educação e política cultural para a superação de défices, quer a nível da oferta quer da procura”⁶, supomos que a ideia é solucionar défices de contacto, apreensão e conhecimento do público em geral sobre os bens e valores culturais, logo o património, disponível no museu, sendo que ainda assim a escola é a entidade mais representativa das políticas da educação e o museu é a entidade mais representativa das políticas culturais, quando se pensa numa relação a estabelecer entre ambas, o que verificamos é que precisam uma da outra.

Em Portugal, os museus são um dos oito sectores das políticas culturais referidos no Relatório Nacional realizado no quadro do Programa europeu de avaliação das políticas culturais nacionais, publicado em 1998⁷, juntamente com o património e os arquivos, embora o enunciado diga pouco quanto a museus. Podemos no entanto salientar a importância dada a “um trabalho mais intenso e generalizado de animação dos espaços (que se poderia designar por política de divulgação activa), essencial para a captação de novos públicos”⁸, pelo que se percebe aqui a relação que se procura estabelecer entre os museus e princípios de carácter sócio-político cuja expressão mais significativa é a da democratização cultural. Também Sérgio Lira afirma, “os museus [são] (...), instâncias reflexivas de cultura, (...) e assim, nessa qualidade, *loci* de praxis política.”⁹. Queremos salientar que esta vocação cultural tem um efectivo cariz político e social, reafirmada por António Firmino da Costa para quem as políticas culturais são elas próprias, entendidas, como processos sociais institucionais.¹⁰ Por conseguinte, os museus são criados e encontram-se adjudicados às políticas culturais enquanto instituições sociais, no que demonstram o exercício do Estado na democratização da cultura e no desenvolvimento cultural sustentado.

E Vasco Graça Moura acrescenta ainda a importância em articular políticas culturais e políticas de educação para que a sociedade seja habilitada a fruir do património em sentido lato,

“num país como Portugal em que o analfabetismo e a iliteracia continuam a ser um das nossas maleitas crónicas, é nesta perspectiva que não pode prescindir-se de uma articulação entre as políticas culturais e as políticas de educação.

⁶ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *O Estado das Artes/ As Artes e o Estado, Actas do Encontro realizado em Lisboa, no CCB a 19, 20 e 21 de Abril de 2001*. Lisboa: Edição do Observatório das Actividades Culturais, Fevereiro de 2002, p. 270.

⁷ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (coord.) *As Políticas Culturais em Portugal, Relatório Nacional*. Lisboa: Edição do Observatório das Actividades Culturais, Nov. de 1998, pp. 235-248.

⁸ *Id. Ibid.*, p. 247.

⁹ LIRA, Sérgio, “Programas Culturais e Agenda Política dos Museus: Estratégias de Influência”, in DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *A Cultura em Acção: Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 39.

¹⁰ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (coord.), *op. cit.*, (Fev. 2002), p. 15.

(...) não temos uma política de ensino, uma política de educação que habilite os cidadãos, nomeadamente os cidadãos de amanhã, à fruição dos bens e valores culturais. E entendo, na minha opinião, opinião pessoal, que uma política dessas deve articular-se com uma política da cultura e que deve incidir predominantemente no que diz respeito ao património, nesse sentido muito lato.”¹¹.

Por isso podemos encará-las as instituições museais de modo genérico como lugares de encontro e de debate cultural, onde se cruzam vários olhares sobre o mundo e diversas construções de pensamento. São espaços de comunhão e de diferença, usufruídos por um público cada vez mais amplo e heterogéneo, para quem se tem procurado alargar as possibilidades de aceder e construir o conhecimento e a cultura. São nesse sentido, centros de educação que ligam a educação formal, não formal e informal, em que aprender combina com entreter, fruir, onde o conhecimento e a cultura se comunicam à sociedade. O papel educativo dos museus também é, por conseguinte, revelador do seu papel comunicativo, e pode servir para perceber os mecanismos da actuação do Estado para o desenvolvimento da cultura, sobretudo das intervenções sobre a recepção e a produção culturais. Daí, conforme se tem afirmado, é importante reconhecer as ligações entre a cultura, a educação e comunicação, nomeadamente quando todas contêm elementos de relação com o social.

O museu, como unidade plural, só existe no discurso teórico e no plano das entidades que os definem, orientam, regulam, e avaliam. Mesmo aqui há a preocupação em assumir a diversidade, falando de um conjunto de realidades distintas cujas similitudes são tomadas como generalidades. Pois na prática os museus são instituições muito diversas entre si, e esta diferenciação, que os demarca em categorias e tipologias singulares, com conteúdos, meios e ofertas distintas, é um dos mecanismos que usam para incrementar a procura em termos de serviço público. O panorama museológico português, olhado através dos dados dos inquéritos do IPM¹² realizados no país, é um exemplo claro desta diversidade. É nela sempre que pensamos quando procuramos compreender temas gerais sobre o seu funcionamento. Essa diversidade também de encontra carácter no multifuncional que se refere ao uso social do espaço museológico. Um lugar onde se exibem peças que são um reflexo, em última instância, da

¹¹ *Id., Ibid.*, p. 111.

¹² Temos um primeiro inquérito, na origem da implementação da RPM, SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *Inquérito aos Museus em Portugal*. Edição OAC/IPM, Lisboa, Março 2000. E temos, já numa segunda fase, dando continuidade ao estudo realizado, OLEIRO, Manuel Bairrão, (Coordenação IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*. Lisboa: Edição OAC/IPM, Março 2005.

história da humanidade, um centro de debate social e de construção cultural sobre o mundo, que a democracia proporcionou pelo acesso generalizado, procurando um público cada vez mais alargado, é ainda um centro de investigação, de aprendizagem e de comunicação. O cenário fundamental no qual se conjugam critérios de variada ordem: de lazer e de desenvolvimento pessoal, de informação e de experiência directa, de culturas legitimadas e de diversidade cultural. Em última instância, podemos ainda referir os museus como um meio de comunicação que nos vai revelando o mundo em que vivemos através dos bens culturais que guardam e protegem do desgaste do tempo, logo um recurso a usar no contexto de uma educação, que estimule e auxilie na integração de valores culturais e sociais em constante actualização.

As instituições museais são, assim, tidas hoje como agentes sociais educativos e comunicadores, e entre outras funções que esses agentes estão destinados a cumprir, segundo a missão e os objectivos para eles definidos, a da educação é a que se vem destacando no panorama museológico internacional e nacional. Neste sentido, as entidades museológicas, voltadas para o público, estabelecem mecanismos de acolhimento, participação e consolidação de laços sociais para que o processo educativo possa ocorrer. Pelo que pensar na função educativa de uma instituição museológica implica necessariamente assumir em simultâneo o seu papel comunicativo e o seu cariz social. São, para além disso, meios culturais-patrimoniais de educação e de comunicação, pois podem ser usados como instrumentos de abordagem, visualização e experimentação prática de bens culturais. E desta forma podemos perceber a sua integração e utilização pela escola, a qual se tem revelado um parceiro essencial, senão muitas vezes quase exclusivo. Mas também podemos perceber, para o público em geral, a sua utilidade como mecanismos de divulgação e de construção de conhecimentos, que permitem a abertura cultural face ao mundo. Se falamos destas instituições enquanto sujeitos sociais de um processo com vista à função da educação, devemos referir também os objectos que elas colocam à disposição da sociedade no desenrolar desse processo. Em ambas as situações percebemos o duplo aspecto, interdependente em termos de funcionamento, de que se revestem estas entidades - o educativo e o comunicativo.

Tudo isto se pode perceber na literatura existente e consultada relativa à museologia, como no modo como tendem a actuar as diversas instituições museológicas. A expressão mais abrangente desta realidade é aquela que nos é demonstrada pelos inquéritos do IPM, já citados. Atendendo à forte implementação e importância consignada de projectos e programas educativos nos museus e à variedade das práticas produzidas, julgo ser relevante reflectir sobre as

políticas que definem as orientações inerentes à sua fundamentação. Assumida a complexidade desta abordagem foi necessário focalizar o ponto de interesse e a questão de fundo estabelecendo os propósitos do estudo a fazer-se.

1.1. Razões de uma escolha

O sector dos museus em Portugal está em ebulição, só para mencionar alguns exemplos desse crescimento temos a maior visibilidade da actuação do IPM, a reconfiguração do panorama museológico com a RPM, a publicação da Lei-Quadro, as publicações do IPM, individualmente ou em parceria com outros entes públicos e/ou privados, para além de tantos momentos de reflexão e intervenção na área dos museus, provenientes de vários organismos públicos e privados. Também se pode perceber a sintonia com a realidade museal internacional, directamente pela delegação do ICOM em Portugal, pelos encontros entre parceiros de várias nacionalidades que vêm connosco debater assuntos relativos aos museus, e através da literatura sobre museus que tem sido publicada recentemente. A conjuntura de expansão política, jurídica e institucional, das instituições museológicas em Portugal, contribui para a expressão da vontade de perceber melhor a situação da educação nos museus.

Desde o início que o tema da tese a desenvolver no mestrado “Cultura e Comunicação” perspectiva a acção cultural dos museus portugueses empreendida através dos seus serviços de educação. Pensa-se que sendo estes os serviços que mais directamente comunicam as intenções e os conteúdos do museu ao público, e sendo com eles que o público interage no uso e na experiência da comunicação e do conhecimento no museu, são de importância vital na vivência de qualquer instituição museal. Pelo que seria interessante reflectir sobre estas razões do funcionamento desses serviços. Entretanto ganhou forma e cingiu-se cada vez mais o objecto de estudo da presente investigação à concepção da função educativa dos museus, ou seja o quadro teórico inerente a esses serviços.

Apesar da importância que tem sido dada aos museus em Portugal, nomeadamente ao seu papel cultural e à sua função educativa, e que se tem efectivado nas mudanças políticas, sociais e estruturais a que eles têm estado sujeitos ultimamente – urge esclarecer e afirmar os pontos chave da trajectória em construção com vista a perceber as direcções tomadas e o seu sentido. Parece-nos, pelo material editado sobre museus, que se investiga mais sobre os meios

(“como”) e as finalidades (“para quê”), ao que nos referimos de forma correspondente às técnicas de pedagogia e/ou de comunicação e às actividades a implementar, bem como aos estudos de público, só para dar a conhecer alguns exemplos. Mas pouco se aposta em estudos que procurem fundamentar tudo isso, as políticas (“porquês”), que os permitem conceber. Não se trata aqui de escolher a política certa, ou de fixar uma política ideal, mas de perceber a realidade correspondente a essas políticas, em tipologias de museus distintas, para que na diversidade se encontre uma coesão funcional e uma coerência educativa. Ao mesmo tempo encontraremos o sentido com que são construídas as políticas museológicas sobre a educação.

Assim, procuramos saber da situação da educação em museus segundo as políticas culturais nos últimos 30 anos. Consideramos a possibilidade de dar resposta a esse propósito mediante uma perspectiva histórico-político e uma análise temática capazes de permitir compreender os princípios teóricos subjacentes à educação em museus no âmbito dos textos e documentos oficiais que inspiram e desenvolvem a função educativa dos museus portugueses.

1.2. Problemática

As políticas culturais que remetem à educação em museus levam-nos a pensar nas concepções subjacentes aos projectos e programas das actividades educativas a desenvolver nas instituições museais, elementos que tornam visível o funcionamento do museu para o público. Atendendo à emanção, ou proveniência das políticas, sabemos que as concepções estão presentes em formulações externas, aquilo que é dito de fora para dentro do museu, e internas, que prescrevem o funcionamento dos serviços nos próprios museus.

Percebe-se que, em qualquer dos casos, estamos na linha das filosofias inerentes à acção¹³, logo nas formulações políticas¹⁴ que veiculam o funcionamento dos museus e dos seus serviços, embora os termos mais recorrentes sobre o âmbito conceptual do funcionamento do

¹³ Sobre a adopção do termo “filosofias” por referência aos museus temos vários autores dos quais destaco ZELLER, Terry, “The Historical and Philosophical Foundations of Art Museum Education in America”, e CASTON, Ellie Bourdon, “A Model for Teaching in a Museum Setting”. in BERRY, Nancy; MAYER, Susan, (ed. lit.) *Museum Education: History, Theory, and Practice*. Virgínia: The National Art Education Association, 1989.

¹⁴ Leia-se o texto do editorial do Presidente da Comissão Nacional do ICOM, PEREIRA, João Castel-Branco, Lisboa: ICOM, n.º 5, Fevereiro 2005.

museu sejam projectos e/ou programas¹⁵. Percebe-se tratar de um quadro teórico onde é relevante estimular sinergias e integrar conhecimentos de diversas áreas científicas e disciplinas com vista a criar novos conhecimentos geradores de novas formas de pensar as práticas.

Conforme dissemos as formulações políticas podem ser específicas de cada museu e pertencem ao que é referido como interno, podendo chamar-se, portanto, de políticas internas¹⁶. Ou podem ser expressas a um nível mais geral, para todos os museus, por organismos que os aglutinam, tutelam ou regulam, podendo ser estatais ou não, serão as políticas externas¹⁷, por assim dizer, aquelas que são emanadas de fora para dentro do museu. Serão estas as políticas, apelidadas de culturais, que nos interessam abordar.

A política tomada como um conjunto de orientações e de princípios pode ser associada ao conceito de missão, que é usado por inúmeros autores ou como expressão do que se entende por vocação¹⁸ ou como enunciado das funções do museu¹⁹. Seja como for é um termo de cariz teórico que visa a prática, é a ideia que sustenta a criação e a existência do museu. No Código deontológico para os museus do ICOM²⁰ a palavra missão surge duas vezes num contexto relacionado quer com a política quer com a educação no museu.

¹⁵ Cfr. RIBEIRO, José A. F. Sommer, “A arquitectura do museu”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *op. cit.*, (1993), p. 152

¹⁶ BELCHER, Michael, “Communicating through museum exhibitions”, in THOMPSON, John M.A., (edit.), *op. cit.*, (1992), p. 649, faz referência à “museum policy”, como o estabelecimento das finalidades e objectivos de muitos museus no momento da sua inscrição no panorama museológico. E ainda afirma a necessidade de essa política ser comunicada ao público, necessitar de ser revista e tornada clara, o que nem sempre/quase sempre não acontece. Também menciona outros autores que sustentam esta posição há já algum tempo, como por exemplo já no final dos anos 20 Miers, nos anos 40 Theodore Low e, mais recentemente, anos 90, como o próprio Michael Belcher, temos a referência a Lorena San Roman.

¹⁷ NOLASCO, Maria da Luz; GUTIÉRREZ, Rodrigo, “Conversa com Raquel Henriques da Silva”. in *Museus e Museologia em Portugal*. Revista de Museologia [monografias – textos em português] 01, [S.l.]: Edição Asociación Española de Museólogos e Associação Portuguesa de Museologia, Fevereiro 2000, p. 14, na entrevista com Raquel Henriques da Silva aparece-nos uma abordagem ao que entendemos por políticas externas quando referencia as “políticas museológicas nacionais” como principal desígnio do IPM.

¹⁸ A missão do museu enquanto vocação é referida por NABAIS, António José C. M.; CARVALHO, José Maria. C. de, “O discurso expositivo”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *op. cit.*, (1993), pp. 138-139.

¹⁹ Veja-se o termo missão reportado às funções do museu em LEON, Aurora, *El Museo Teoria, Praxis y Utopia*. Ediciones Cátedra, Madrid, 2000, pp. 304-344, e NABAIS, António J. C. M., “Museus na Actualidade”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *op. cit.*, (1993), p. 69.

²⁰ INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUS, *Estatuto ICOM/Código Deontológico para os Museus*. Lisboa: ICOM/Comissão Nacional Portuguesa, 2003, p. 3: “O ICOM publicou em 1970 a sua Ética das Aquisições. A versão completa do Código de Deontologia Profissional foi publicada pela primeira vez em 1986. O texto actual revisto foi aprovado (...) em 6 de Julho de 2001.”

No artigo 2.º sobre “Princípios básicos para a direcção de um museu”, no ponto 2.2²¹ sobre o Estatuto dos museus, usa especificamente o termo “missão” associada à política definidora do museu que por sua vez deve respeitar a política do Estado, inscrita nas disposições legais.

“Todo o museu deve ter um regulamento escrito ou outro documento que defina claramente o seu estatuto jurídico, a sua missão e a sua natureza permanente de organismo com fins não lucrativos, de acordo com as leis nacionais correspondentes. A entidade responsável de um museu deve preparar e difundir uma declaração clara sobre as suas metas, objectivos e política do museu (...).”

Na caracterização do papel educativo e comunitário dos museus dispõe o ponto 2.7²² que faz parte dos deveres incluídos na missão do museu o apelo, alargamento, envolvimento e interacção com o público, pelo que transcreve-mos do articulado,

“(...) O museu tem o importante dever de desenvolver o seu papel educativo e chamar a si um público cada vez mais numeroso, de todos os sectores da comunidade, localidade ou grupo em que está inserido. Deve facultar ao público oportunidades para se envolver e apoiar os seus objectivos e actividades. A interacção com a comunidade é parte integrante da missão educativa do museu (...).”

Na lei nacional mais recente, a lei-quadro dos museus portugueses²³, o termo missão não tem lugar, contudo por diversas vezes se encontra a expressão política museológica nacional, cujos princípios são definidos na lei, no artigo 2.º Se esta é aplicável a todos os museus, “independentemente da respectiva propriedade ser pública ou privada”, conforme nos diz o artigo 6º, então todos ficam sujeitos aos princípios da política museológica nacional aí estabelecidos. E por sua vez a mesma lei determina o que possa ser considerado museu, e associada ao conceito de museu, no artigo 3.º, surge a relevância da educação entre os objectivos a implementar. Acrescentando, no artigo 7.º al. g) que a “Educação” é uma das funções do museu.

Muito se tem escrito e implementado sobre a educação, a comunicação, os públicos e o cariz cultural e político, dos museus, mas ainda é escassa a abordagem às políticas que definem, externa e internamente, no plano das ideias e do ponto de vista programático. Em Portugal,

²¹ *Id.*, art.º 2.º, 2.2, p. 4.

²² *Id.*, art.º 2.º, 2.7, p. 5.

²³ Todos os artigos que vêm referidos podem ser lidos na Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398).

embora se possa perceber que os trabalhos de investigação sobre educação em museus aumentou nestas últimas três décadas, é pouco frequente reflectir-se sobre as políticas que lhe subjazem. Ressalta-se contudo um empenho político em pensar sobre as aplicações práticas das políticas culturais, nomeadamente aquelas relacionadas com a museologia, bem como em criar instrumentos de análise e de ponderação sobre as mesmas, o que se pode deduzir do processo de credenciação dos museus²⁴. Temos ainda a implementação de medidas que visam concretizar e dinamizar o sector museológico²⁵ tais como a criação da RPM, da Lei-Quadro dos Museus, e a promulgação de uma política museológica nacional.

Os vários museus que existem sendo diferentes nos objectos que contém, e nos conteúdos disciplinares que a eles se referem, sendo diferentes na sua organização, constituição e funcionamento, mantêm contudo, uma proximidade quando se pensa nas orientações e nos interesses gerais das políticas culturais definidos para qualquer instituição museológica. A diversidade das práticas educativas de cada museu, quer seja, nas metodologias a aplicar para os cumprir, quer seja, nas suas finalidades, nos seus objectivos e nas actividades e estratégias para os realizar, caberá a cada instituição museal construir. Em comum mantêm concepções e orientações genéricas, embora essenciais, à compreensão de um “panorama museológico nacional”.

Resultará no futuro a possibilidade de com este trabalho demarcar os traços genéricos aqui encontrados que se espelham na construção conceptual de base da política, do projecto e do programa referentes ao sector de educação em cada museu. Mediante isso pode-se estabelecer um panorama que articule a especificidade de cada museu com as políticas culturais que os abrangem.

Vamos trabalhar o panorama português das concepções sobre a educação em museus segundo as políticas culturais numa perspectiva que definimos de temática e de histórico-política, na qual resultará o enquadramento teórico da investigação, numa reflexão em volta dos principais conceitos inerentes ao objecto de estudo (políticas culturais, museus e educação, do

²⁴ Despacho Normativo n.º 3/2006, 25 de Janeiro, D.R. I Série (n.º 18, pp. 603-608).

²⁵ A informação sobre a dinamização museológica em Portugal é visível nos boletins quer do IPM, quer do ICOM em Portugal. Mas também está a ser divulgada no exterior como foi o caso da participação no Fórum Nacional de Museus, em cooperação com o Brasil, que decorreu em Dezembro de 2004, e no qual foi a apresentada a palestra pela Directora do IPM (Dr.ª Clara Frayão Camacho) e o coordenador da RPM (Dr. Manuel Bairrão Oleiro), “Política Portuguesa de Museus”, in *Boletim RPM* n.º 15, Lisboa: RPM, Março 2005, p. 13.

âmbito cronológico das políticas culturais relativas à educação em museus e dos enunciados textuais que as documentam no período de 30 anos. Tomaremos contacto com essas políticas, através dos documentos jurídico-públicos que as expressam bem como de outros documentos escritos fundadores do debate teórico relativo ao tema da educação em museus. Atendendo a que o debate teórico reflecte o pensamento de parte da sociedade sobre outra parte da sociedade e sendo que a função política do Estado democrático expressa em actos políticos, e em actos legislativos, entre outros actos publicitados à sociedade, são também representativos da mesma²⁶ entendemos que os documentos jurídico-públicos do Estado português apresentarão conexões com os documentos resultantes de estudos e formulações teóricas, uma vez que são próprios, comuns e frequentes às abordagens sobre o tema da educação em museus na sua relação com o político e o cultural.

Num curto artigo de Raquel Henriques da Silva sobre “Os Museus: história e perspectiva” escolhe para título de um dos períodos históricos referidos “as rupturas dos anos 60”, chamando a atenção para a ocorrência nesse período de “um conjunto muito significativo de factos manifestam uma profunda alteração da situação museológica portuguesa...”²⁷ Podemos perceber que o principal responsável é o projecto do Museu Calouste Gulbenkian, em 1959, e saliento ainda a criação da APOM, em 1965, bem como o serviço de educação do Museu de Arte Antiga a funcionar desde 1952/53.

Poderíamos assim começar a história contemporânea relativa aos museus portugueses pela manifestação deste sentido de ruptura na década de 60, contudo a mudança efectiva só se realizará em pleno ao longo do período que aqui chamaremos de pós-25 de Abril de 1974.

“O aumento progressivo do índice de escolarização, a democratização de acesso à cultura e a noção de que o desenvolvimento pressupõe a articulação de várias valências – económica, social e cultural – são factores que se reflectem na procura e no crescimento dos museus.”²⁸

²⁶ De acordo com o Estatuto do ICOM/Código Deontológico para os Museus, (2003), p. 3, que podemos considerar um documento com expressividade política no domínio cultural, subjacente aos museus, no plano internacional, vem corroborar a nossa afirmação quando diz na Introdução que “tal como a legislação, os códigos deontológicos são influenciados tanto pelas alterações sociais, como pela evolução das práticas sociais”.

²⁷ SILVA, Raquel Henriques da, “Os Museus: história e perspectiva”, in PERNES, Fernando, (coord.), *Século XX, Panorama da Cultura Portuguesa, 3. Artes e Letras II*. Porto: Edições Afrontamento e Fundação de Serralves, 2002, p. 86.

²⁸ SILVA, Isabel, “Apresentação”, in DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *op. cit.*, (2003), p. 7.

Voltando ao mesmo artigo temos a referência às transformações ocorridas após a Revolução de Abril, salientando que a partir daí “as marcas de mudança no tecido museológico nacional são, (...) muito significativas, relacionadas quer com a renovação dos museus herdados, quer com a implementação de novos projectos que representam o alargamento dos conceitos de património e, simultaneamente, a reivindicação do desempenho cultural nesta área, por parte de organismos descentralizados, as autarquias, em primeiro lugar, mas também associações diversas, representativas dos anseios das comunidades.”²⁹

A ênfase da democracia socialista dada às aspirações sócio-culturais nos museus repercute-se na ampliação do serviço social, sobretudo mediante iniciativas regionais e municipais, pela aproximação das instituições museológicas às populações.

Outro autor, José Baptista Martins, já evidenciava em 1971 a consciência histórica, anterior à Revolução, sobre a acção educativa em museus, através da publicação das participações no seminário organizado pela APOM em 1967 para perceber que o acompanhar dos tempos às novas realidades sociais e históricas era uma necessidade se não uma exigência sentida.

“Também o museu se adapta às condições de vida que ocorrem. Instituição cultural das que mais definem o nível de um povo, dinamiza a sua acção, torna-se mais flexível e participante. Cansou-se de esperar, e vai...”³⁰

A dinâmica cultural no sector dos museus traduzia assim, mesmo antes de 1974, um espírito de renovação e de evolução, mas este só acaba por transparecer de modo mais explícito a seguir à Revolução, sem contudo, mesmo aí, apontar para uma mudança efectiva. É o caso da proposta conduzida por José-Augusto França no artigo intitulado “Museus e Casa de Cultura”³¹ onde o autor acaba por resumir os problemas que afectavam os museus Portugueses em meados da década de 1970 propondo uma reorganização dos mesmos.

A proposta vai no sentido de modernizar, do ponto de vista estrutural e ideológico, a instituição museológica em Portugal, com vista a aproximar os museus portugueses aos ideais

²⁹ SILVA, Raquel Henriques da, “Os Museus: história e prospectiva”, in PERNES, Fernando, (coord.), *op. cit.*, (2002), p. 97.

³⁰ MARTINS, José Baptista, “Os museus e os meios de comunicação”, in APOM, *Museus e Educação, Seminário organizado pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM)*. Lisboa: Edição APOM, 1971, p. 51.

³¹ FRANÇA, José-Augusto, “Museus e Casa de Cultura”, in FRANÇA, J.-A., *Sobre Inventário e Preservação do Património Histórico e Artístico Nacional – Duas Comunicações Sobre Política Cultural Apresentadas na Academia Nacional de Belas Artes*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1976, pp. 11-19.

democráticos e aos modelos museográficos prevalecentes na Europa em meados da década de 1970, que tendiam a realçar cada vez mais o papel de serviço social e de aproximação do museus às populações.

Em Portugal, os anos imediatos à Revolução demonstram sobretudo uma reorganização institucional e o esboço de algumas soluções estruturais, desde logo o início da proposta de uma “rede de museus”³², que apesar de tudo só no início do século que sucede virá a tornar-se efectiva. Pensar na educação era por assim dizer resolver questões de estrutura, referentes à programação e à formação profissional, que permitissem aproximar o museu do público. Tratava-se de operacionalizar os serviços de educação nos museus. Num momento em que ocorrem a nível nacional inúmeros debates e reformulações, rupturas e estruturações mais orgânicas e funcionais do que conceptuais, é da esfera internacional que vêm algumas luzes, acondicionadas contudo à realidade portuguesa. Por conseguinte, as filosofias de acção nascem sobretudo dos contactos e experiências com o exterior.

Em 1977, José Luís Porfírio, confirma essa perspectiva e concebe uma nova linha de actuação do serviço de educação, na qual demarca a possibilidade de hoje se poder tornar efectiva, com a abertura ao público em geral, a democratização cultural do museu. Estamos de facto numa época em que, quer no plano nacional quer internacional, temos um despontar do sentido social do museu, e a educação passa a ser uma das funções essenciais do museu, associada à sua missão social.

“Esta é uma proposta que hoje, com a II República se pode pôr claramente: a de uma pedagogia do olhar e da expressão ao serviço *de toda a gente*. Tal pedagogia é um desafio que o Museu a si próprio faz transformando-se, sob pena de se tornar num fóssil social sem qualquer sentido e sem outra função senão a de sobreviver a si próprio”³³,

No seguimento da nova situação política em Portugal e das orientações museológicas vindas de fora teremos assim o aparecimento do ecomuseu³⁴, delineado das teorias da Nova

³² CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa, *Rede Portuguesa de Museus Linhas programáticas*. Lisboa: Edição IPM/RPM, 2001, pp. 11-18, sobre a noção de rede no panorama museológico nacional, “Problemática das redes de museus: contextualização e precedentes”.

³³ PORFÍRIO, José Luís (org.), *Museu de Arte Antiga*. Lisboa: Edições Verbo, 1977, p. 15.

³⁴ NABAIS, António, “Os Ecomuseus em Portugal”, in *Museum*. Revista n.º 148, [S.l.: S.n.], 1985. O ecomuseu surge de uma concepção de museu tendo como principal recurso a comunidade (e esta entendida no seu sentido total e dinâmico), alargando-se o próprio conceito de museu à paisagem social e humana envolvente.

Museologia de Hugues de Varine³⁵ e Georges-Henri Rivière³⁶, consolida-se em Portugal com a proposta do Ecomuseu do Parque Natural da Serra da Estrela, em 1978, que não chega abrir as portas ao público, e mais tarde, em 1982, com a criação do Ecomuseu Municipal do Seixal.

E referindo Camacho e Filipe dizem as autoras que o ecomuseu “apresenta-se hoje sob a forma de museus poli-nucleados ligados a uma ideia integrada e humanizada de património local englobando antigas práticas culturais ou profissionais de que é exemplo mais recente o Museu de Vila Franca de Xira.”³⁷

Esta aliança entre princípios sociais inerentes à democratização da cultura e do conceito de património cultural, que a pouco e pouco se vai formando e enraizando política e juridicamente no nosso país, faz sobressair a importância da educação no museu, o que é expresso claramente por Margarida Lima de Faria.

“No momento em que o conceito de património cultural é incorporado numa concepção mais ampla e democrática de estado-nação e em que os novos grupos sociais, recém-chegados ao poder, concebem o museu como podendo ser inserido em programas mais amplos de educação básica da população, havia a convicção no poder da arte para humanizar e civilizar. A educação era, ao tempo, alargada a uma formação ética, leia-se civilizacional (hoje o conceito-chave é o de “formação para a cidadania”), num ambiente social cada vez mais cosmopolita de uma heterogeneidade social e cultural já à data preocupante. Este sentido de formação cívica e de auto-aprendizagem ou de *aprendizagem ao longo da vida* está hoje, novamente, entre as preocupações prioritárias dos programas escolares que servem um sistema que tem vindo a alargar a sua base social de recrutamento.”³⁸

Posição que encontramos reforçada por Augusto Santos Silva quando fala do cumprimento das finalidades do museu aliadas “à interacção” entre museu e público frequentador, o que supõe uma dinâmica social e cultural activa que requer a “ampliação dos públicos” e a “fruição pessoal informada”.

“(…) um museu (…) sabe porém que só realiza o conjunto das suas finalidades através de uma interacção querida e programada com as pessoas, os grupos e as instituições do meio ambiente de que é um não menor participante. Ora,

³⁵ VARINE-BOHAN, Hugues de, “The Modern Museum: Requirements and Problems of a New Approach”, in *Museum. Revista*, Vol. 28, n.º 3, [S.l.: S.n.], 1976.

³⁶ RIVIÈRE, Georges, “The Ecomuseum – An Evolutive Definition”, in *Museum. Revista* n.º 148, [S.l.: S.n.], 1985.

³⁷ CAMACHO, Maria Clara; FILIPE, Maria da Graça, “Experiências museológicas do Seixal e de Vila Franca de Xira: breve estudo comparativo”, in *op. cit.*, *Revista de Museologia*, (Fevereiro 2000), pp. 33-39. Ainda sobre museus polinucleados ver OLEIRO, Manuel Bairrão, (Coordenação IPM), SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2005), pp. 26-27.

³⁸ FARIA, Margarida Lima de, “A função social dos Museus”, in DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *op. cit.*, (2003), p. 32.

sem o alargamento dos frequentadores e sem a sua formação, não é possível concretizar a interacção. A formação dos que “usam” os museus representa, pois, uma área estratégica da sua acção. E ela faz-se em dois planos complementares: ampliação dos públicos e condução de processos de familiarização com as obras e as correntes e de aquisição de atitudes e competências necessárias à fruição pessoal informada.”³⁹

Deste modo David Fleming avança para uma visão da educação no centro das políticas museológicas, pelo que nos parece importante incluir a afirmação ditada pelo próprio autor indicado no debate em Portugal sobre Museus e Educação,

“A educação é o ponto central de toda a actividade dos museus. (...) a educação e a promoção da aprendizagem são o princípio objectivo dos museus. Digo mais, a educação é a única razão de ser dos museus. A consciência disto tem implicações profundas na definição de uma política educativa para os museus, porque significa que a política educativa se identifica muito com a política museológica global, que os factores educativos são os determinantes da política museológica e que, de facto, todas as outras políticas museológicas são subservientes da política educativa, o seu objectivo não é senão dar apoio ao cabal cumprimento da principal função do museu, que é educar.”⁴⁰

O eixo políticas-museu-público adensa-se e a demonstrá-lo temos a profusão de conferências onde se explanam estudos sobre essa relação. Destaco duas publicações em Portugal que virão a complementar a visão histórica desse eixo sob o ângulo da educação, “A cultura em Acção – Impactos sociais e territoriais” e “Encontro Museus e Educação - Actas”. Portugal foi assim ao longo dos anos 80 e 90 palco de outra situação política na qual se vêm expressar e conduzir renovadas e originais aspirações sócio-culturais, nomeadamente as relacionadas com a educação em museus.

“As últimas décadas têm sido ainda marcadas por um forte desejo de mudança e desenvolvimento de aspirações contraditórias a valores democráticos, nomeadamente na esfera cultural, onde se desmoronam ancestrais hierarquias e se erguem novas formas de produção, difusão e recepção, geralmente associadas a grupos sociais com uma localização específica na estrutura social – os chamados «novos intermediários culturais», fracção central das «novas classes médias urbanas»”.⁴¹

Podemos complementar este raciocínio com a consideração de Margarida Lima de Faria,

³⁹ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, p. 9.

⁴⁰ FLEMING, David, “por referência ao tema, Política Educativa: Objectivos”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *op. cit.*, (Setembro 2002), p. 21.

⁴¹ DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *op. cit.*, (2003), p. 64.

“que é a interacção dinâmica entre produtores, públicos e modos de significação, e não, como muitas vezes se pretende crer, o resultado da intervenção dos primeiros no funcionamento das instituições museu, o verdadeiro motor da sua transformação. Trata-se de um processo longo do qual não se tem imediata consciência. A alteração do contexto museológico resulta de todo um cenário social, e cultural, no qual se jogam não apenas relações de poder, mas o papel atribuído à cultura, ao Estado, aos objectos que os simbolizam, aos idiomas que se utilizam para os representar e à forma como os grupos sociais se representam através deles.”⁴²

As políticas culturais fundadoras da educação nos museus são uma parte desse cenário que aqui nos propomos construir através dos documentos escritos provenientes de entidades do Estado.

1.2.1. Propósito e questões centrais

Propomo-nos compreender as principais concepções sobre a educação em museus portugueses na história recente das políticas culturais. Para o que vamos ter em conta a abordagem teórica que tem surgido, bem como partimos de conceitos básicos implicados no que podemos considerar as linhas de força que sustentam a importância do tema da educação nos museus. Estas linhas respeitam a três assuntos⁴³ que designamos por “Museu”, onde se incluem as definições de museu e os elementos caracterizadores da função educativa nos museus, demarcando-os de outras entidades culturais; “Políticas culturais”, como o pano de fundo a onde se vão buscar os dados que pretendemos analisar, apresentam-se como o cenário em que se constroem as concepções sobre a educação em museus advindas do Estado, já que os museus são maioritariamente, em Portugal, tutela do sector público; “Educação”, como o assunto em volta do qual queremos descobrir, descrever e interpretar as concepções enunciadas para os museus. Estas linhas permitirão direccionar o tema geral “a educação em museus segundo as políticas culturais”, logo permitem delimitar o quadro teórico da investigação que, também, permitirá construir a análise de conteúdo dos documentos-alvo do objecto de estudo. O quadro teórico dependerá ainda da situação do campo de estudo se centrar no âmbito histórico-político, anexo ao tempo, de 1974 a 2004, ao espaço, situação museológica em Portugal e, às políticas culturais, expressas em documentos provenientes de entidades representativas do Estado, na área da cultura.

⁴² FARIA, Margarida Lima de, “Museu: Educação ou Divertimento? Uma análise sociológica do papel dos museus num mundo globalizado”, in *op.cit.*, Revista de Museologia (Fevereiro 2000), p. 2.

⁴³ Os temas indicados são desenvolvidos no capítulo 2 e estruturam os eixos de orientação definidos.

Perante estes vários domínios em que se desdobra o propósito enunciado estabelecemos um conjunto de questões e hierarquizamos-las no sentido de nortear a investigação e de criar etapas de construção do conhecimento a fazer-se em interligação. A que organismos e a que documentos escritos, no âmbito das políticas culturais, circunscrevemos o tema educação em museus, em Portugal de 1974-2004? Quais as concepções relativas à educação nos museus como tema tratado nas políticas culturais? Como caracterizar a educação em museus segundo as políticas culturais? Para descobrir possíveis caminhos de resposta a estas questões delimitamos para cada uma delas alguns objectivos mais específicos. Para a primeira questão interessar-nos-à desde logo, identificar organismos e documentação produzida que traduzam as políticas culturais relativas ao tema da educação em museus. Para a segunda questão procuraremos discernir os conteúdos relacionados com o tema nos documentos anteriormente seleccionados. Para a terceira questão pretendemos traçar um panorama das concepções sobre a educação em museus, em Portugal, de 1974 a 2004, averiguadas nos documentos e identificar o(s) sentido(s).

A história contemporânea em Portugal vai sendo feita de adaptações e acrescentos, sem grandes alterações de fundo, pelo que verificamos que nos primeiros momentos que sucederam à Revolução e à institucionalização de um regime democrático, se manteve uma estrutura museológica regionalista, descentralizada e corporativista que havia sido implementada durante o Estado Novo. Daí as poucas novidades institucionais que foram surgindo devem mais a princípios norteadores que vêm de fora⁴⁴, sobretudo da ainda muito presente influência francesa no fim dos anos 70 princípios dos 80 demarcando-se depois o domínio mais influente da anglo-saxónica, ainda assim de menor expressão, e da canadiana ligada historicamente à cultura francesa, e que se verificam por intermédio de relevantes organizações internacionais, como o ICOM⁴⁵ e a CECA, grupos de trabalho e investigação produzida no estrangeiro sobre a temática da educação em museus⁴⁶. Salientamos também a co-influência entre sistemas e mecanismos

⁴⁴ É o caso por exemplo do aparecimento em Portugal do ecomuseu, e da criação do Instituto Português dos museus por influências da *nouvelle museologie*.

⁴⁵ Cfr. RUSSOLI, Franco, “La Politique Intellectuelle de l’ICOM: Role des Comités Nationaux et des Comités Internationaux”, in *Museum and Cultural Exchange – The Papers from the Eleventh General Conference of ICOM*, [S.l.]: The International Council of Museums, UNESCO, 1977. As políticas internacionais para os museus tinham a sua máxima expressão no ICOM, e em 1977 Franco Russoli chama a atenção de que o papel dessa organização era “encorajar as instâncias públicas e governamentais a criar as condições para um trabalho que responda às exigências científicas, culturais, étnicas e sociais da nova museologia.”

⁴⁶ Atendendo às resenhas bibliográficas do GEM.

históricos de organização sócio-política de países ibero-americanos⁴⁷, nomeadamente a manutenção uma tradição organizativa e metodológica, que pode assentar num modelo corporativo para o sistema museológico nacional.

Verificamos que Portugal se procura inscrever na breve história da museologia contemporânea, baseada numa nova concepção funcional, “proxémica”, didáctica e difusora dos cada vez mais complexos serviços sócio-culturais do museu, que construiu uma nova linguagem museográfica, a partir sobretudo de certas ideias sobre a sua função educativa e comunicativa, no sentido de estabelecer e desenvolver a relação entre património/bens culturais que se encontram no museu e o os cidadãos/público. Através de técnicas que pretendiam fazer chegar, na apresentação das obras, a mensagem do museu, a um número cada vez maior de pessoas. Da década de 80 e 90, Margarida Lima de Faria evidencia a situação de mudança que ocorreu no País,

“lutando com uma confrangedora escassez de recursos humanos e materiais (situação em alguns casos temporariamente invertida fruto de investimentos efémeros ligados a grandes eventos culturais também efémeros), os museus portugueses das últimas duas décadas sofreram sobretudo mudanças importantes em termos dos instrumentos de catalogação e organização da informação sobre as colecções (hoje na maioria dos casos informatizada), da criação de áreas de lazer, conforto e restauração e na participação de alguns dos seus conservadores em encontros internacionais. Deu-se também uma intensificação da constituição de redes e parcerias nacionais e internacionais para a discussão crítica das condições de funcionamento dos museus, aos mais diversos níveis, assim como a concretização de empréstimos e realização de experiências museais conjuntas.”⁴⁸

Portanto essas “frutíferas” duas últimas décadas seriam sustentadas por um ideal de serviço social e de democratização cultural, que tornasse operatória a abertura do museu e a sua frequência por todos. Bem como por princípios de defesa do património cultural – que ocorreu, segundo Paulo Oliveira Ramos, mediante “um significativo movimento de opinião, em cuja dinamização apareceram dezenas de Associações” - e um alargamento da noção tradicional de património cultural e de monumento que “teve, naturalmente, repercussões museais.”⁴⁹ A atenção dada à produção, recepção e fruição cultural visam também configurar a ligação deste

⁴⁷ Podemos ver a aplicação de um modelo de análise, sobre as relações do Estado e a sociedade civil, assente no corporativismo dos países ibero-latinos e que pode ser tomado de modo similar para Portugal, nas constantes transcrições apresentadas por Cristina Pimentel às teorias de Manuel de Lucena e Howard Wiarda, veja-se as referências bibliográficas sobre estes autores em PIMENTEL, Cristina, *ob. cit.*, (2005), pp. 285-295, respectivamente.

⁴⁸ FARIA, Margarida Lima de, *Projecto: Museus e Educação*. Instituto de Inovação Educacional, Centro de Etnologia Ultramarina, Departamento de Ciências Etnológicas e Etno-museológicas, Instituto de Investigação Científica Tropical – IICT, Julho 2000, p. 10.

⁴⁹ RAMOS, Paulo Oliveira, ”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *op. cit.*, (1993), p. 61.

sector a uma dimensão económica. Por conseguinte, visa-se um alargamento das políticas de âmbito sócio-cultural, numa perspectiva desenvolvimentista, que abarcará inevitavelmente os museus. Num texto de Maria Mota Almeida analisa-se de que forma a museologia deve aparecer integrada na mudança geral da sociedade, afirmando que “as mudanças sociais são acompanhadas por alterações nas grandes concepções sobre a forma de estar no mundo”. E de que “a museologia e a história foram-se adaptando a estas mudanças na sociedade, através de um processo de alteração epistemológico.”⁵⁰ Por conseguinte, a sociedade muda, o seu espírito transforma-se, neste caso antes do sistema museológico e das suas políticas. As políticas vêm conformar a missão sócio-cultural dos museus quando esta já se fazia sentir como de enorme relevância para o funcionamento do museu na sociedade, bem como a necessidade de um desenvolvimento sustentável na actualidade.

A relação dos museus com o domínio sócio-cultural é factual e podemos constatá-lo pela própria visita a uma instituição museal. Se tivermos a oportunidade de visitar alguns museus mais do que uma vez em diferentes períodos da nossa vida (e muitos de nós já tiveram essa oportunidade nem que fosse por intermédio da escola) podemos aí perceber as transformações que vão ocorrendo e a predominância da missão sócio-cultural reflectida no funcionamento museal. Os serviços de educação e/ou de comunicação e acção cultural são um exemplo a salientar nas actividades de interface do museu com o público. Se primeiro se orientavam para o acesso e a frequência cada vez maior das pessoas aos museus. O museu hoje torna-se no que o público reclama mediante exigências de qualidade e de qualificação dos serviços do museu.

A expressão política inerente a esse âmbito não será tão óbvia mas ela tem se verificado através do IPM e da RPM, sobretudo se repararmos nos acontecimentos mais recentes, que envolvem muitos dos museus mais visitados do país, percebemos também que muito trabalho está a ser implementado e desenvolvido nesse terreno com a orientação desses dois “organismos” do Estado. A Rede Portuguesa dos Museus é sem dúvida um marco, como já aqui muitas vezes referimos, sendo que para nela se integrarem os museus portugueses a sua qualificação depende da “prestação social” que desenvolvem, sendo de “ressaltar os benefícios sociais e culturais que este projecto poderá trazer ao País, uma vez que a qualificação das

⁵⁰ ALMEIDA, Maria Mota, “Mudanças Sociais/Mudanças Museais, Nova Museologia/Nova História – que relação?”, in *Museus e Acção Cultural, dos Cadernos de Sociomuseologia*, nº 5, Centro de Estudos de sociomuseologia, Lisboa: Edição da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, pp. 109-111.

entidades museológicas e das actividades que promovem para os seus públicos, contribuirá para valorizar e dinamizar a cultura enquanto factor de desenvolvimento e de promoção da cidadania.”⁵¹

Mas existem outros exemplos que ditam a preocupação não só com o cumprimento da prestação social dos museus⁵² mas também com o desenvolvimento e a melhoria da sua qualidade, disso são exemplo - a divulgação dos museus e dos seus serviços, a digitalização e a criação de bases de dados das colecções, o enriquecimento dos programas e das actividades, a requalificação arquitectónica dos edifícios museais, a construção e arranjo de “novos” museus, a ligação dos museus com as escolas, as parcerias educativas, etc.

Se hoje se afirma uma “política museológica nacional” supõe-se que ela está documentada, se não num tratado único pelo menos em vários diplomas avulsos. É o que procuraremos descobrir e referenciar, para logo em seguida procurarmos discernir um sentido, que oriente o desenvolvimento da acção educativa nos museus, pois tal como vem referida no debate teórico ela é relevante enquanto serviço público a oferecer à sociedade. Vejamos como o propósito geral da reestruturação e implementação dessa “política”, nasce não só do que os organismos do Estado ditam mas também do debate teórico, muitas vezes implementado e com a participação de entidades responsáveis por organismos do Estado na área da cultura e dos museus, desde ministros, directores, conservadores, técnicos de museologia, entre tantos outros, nacionais e internacionais. Vejamos as declarações da (ex.)directora do IPM, que sem virem num documento do Estado podemos considerar de alguma expressividade política para o que nos interessa tratar, pelo facto de se tratar de alguém ligado a um organismo de tutela estatal e pelo próprio teor do documento aonde se sublinha a relevância dada ao museu enquanto serviço social, destinado a servir de várias maneiras o público, nomeadamente pela comunicação e educação.

“(…) as linhas mestras de actuação [do IPM] distribuem-se por três eixos direccionais: a requalificação dos edifícios (...); a informatização dos acervos (...); a programação anual ou plurianual de um conjunto diversificado de

⁵¹ CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa, *op. cit.*, (2001), p. 37.

⁵² Os exemplos são tomados sobretudo a partir da dinâmica conferida pelo MC ao IPM, embora se deva reconhecer que apesar de todo o esforço meritório não é o único organismo a implementar e a desenvolver acções de modernização no campo museológico, muitas delas resultam ainda da iniciativa privada, contudo para um reconhecimento das políticas museológicas mais recentes advindas do Ministério da Cultura o IPM é em grande parte o seu agente promotor. Para uma actualização sobre o dinamismo do sector leia-se nos Boletins Trimestrais da Rede Portuguesa de Museus, assegurados pelo MC e pelo IPM.

exposições temporárias, propostas e implementadas de acordo com os programas de actividades dos museus, e acompanhadas, quase sempre, de catálogos de referência que, por isso, se foram tornando instrumentos indispensáveis de trabalho para os historiadores de arte, arqueólogos e antropólogos. Sempre que os meios orçamentais o permitem, as exposições temporárias, suportadas em investigação interna e externa, são acompanhadas de outras actividades de divulgação e ponto de partida de projectos específicos dos serviços de educação que, em muitos casos, procuram ultrapassar os modelos clássicos das visitas guiadas, através de ateliers infanto-juvenis ou do envolvimento de públicos menos habituais na visita a museus. “⁵³

Considerando ser a documentação textual emanada de responsáveis e de organismos oficiais uma fonte autêntica de informação relativa às políticas do país partimos do seu conhecimento e da sua análise, que pressuporá sempre um grau de interpretação metodologicamente assumido e definido, para esclarecer o seu sentido. A pesquisa, recolha e tratamento da documentação será essencial na concretização destes objectivos pelo que a escolha da metodologia a aplicar será apoiada na técnica de análise de conteúdo. Esta metodologia, explicitada em capítulo próprio, também nos faz colocar questões analíticas que se interconectam com as questões-centrais em cima enunciadas. Quais são as fontes (orgânicas e documentais) que expressam políticas culturais sobre educação em museus? Quais os conteúdos dos documentos a tratar? Como compreender esses conteúdos? Ou seja, o que deles inferir e interpretar sobre o sentido da educação nos museus em Portugal de 1974 a 2004 segundo as políticas culturais?

As dúvidas que se levantam sobre o âmbito das políticas culturais em Portugal na actualidade levam-nos a reflectir sobre a necessidade de uma revisão, objectiva e sincrética, dos organismos e das disposições do Estado concernentes ao âmbito educativo que se dirigem à diversidade de instituições museológicas do País. Em resumo, a investigação centra-se na reflexão quanto à educação expressa em documentos textuais dirigidos ou inclusivos das instituições museológicas em geral. Este fundo remete para a questão central: que panorama traçar relativo às concepções da educação em museus de Portugal entre 1974-2004 segundo as políticas culturais?

⁵³ SILVA, Raquel Henriques da, “Museus em Acção: Os desafios necessários”, in DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *op. cit.*, (2003), pp. 9-13.

A problemática enunciada permite estabelecer várias conexões relevantes com outra ordem de problemas, desde logo terminológicos e metodológicos. Bem como problemas derivados ou interseccionados que aqui procuraremos pensar como possíveis de acontecer mas que sabemos poderem surgir outros neste momento ainda não previstos. Sobre os terminológicos temos o problema da significação de conceitos com algum cariz abstractizante e generalista. Os mais óbvios são desde já, políticas, cultura, museus e educação, Eles serão explicitados, para que não suscitem confusão, quanto ao modo como este estudo os percebe. O terreno da metodologia também nos remete para um outro aspecto da problemática que é precisamente o da leitura e interpretação dos textos e documentos considerados na investigação empírica. Uma vez que a documentação não será transcrita na íntegra, haverá um processo de selecção, organização, descrição e análise, este levantará o problema da sua razão que obstará esclarecer.

A relação entre os conceitos e os documentos formais que lhes servem de redacção para considerar de modo autêntico e evidente a veracidade da análise permitirá criar um quadro temático e um quadro histórico-político. Ambos serão vistos por si e em conjunto, ou seja, há uma relação de co-independência que permite comportar os elementos temáticos e histórico-políticos num quadro conjunto, e que irá corresponder ao objecto de estudo enunciado, o de traçar um panorama das concepções da educação em museus advindas das políticas culturais em Portugal nestes últimos 30 anos. Se o enquadramento histórico-político está mais condicionado aos documentos existentes e à análise formal que sobre eles possa ser feita. Já as temáticas surgirão de uma análise substantiva dos próprios documentos investigados e dos conceitos que deles emanam implícita ou expressamente, e também podem ser sugeridos pela bibliografia de apoio correspondente. Para o enquadramento histórico-político levantamos o problema do momento em que surgem os documentos, numa perspectiva histórica, e de onde e de quem provêm os documentos no contexto do Estado português, numa perspectiva política. Sobre o que questionamos se terá havido uma efectiva mudança expressa nas políticas culturais sobre a educação em museus, no sentido de ruptura, após o 25 de Abril de 74, ou se verificamos uma continuidade, iniciada a partir de quando e em que momentos a demarcar. Para o campo de estudo definido levantamos o problema de admitir que existe um grande tema, o da educação nos museus, e que por sua vez apresentará várias temáticas correlacionadas, que devem ser

pensadas a partir dos documentos, dos conceitos expressos e implícitos, e de bibliografia de apoio.

O que se propõe é compreender o panorama conceptual na história recente das políticas culturais sobre a educação em museus portugueses. Para isto analisam-se os temas subjacentes e os principais postulados sobre as finalidades, objectivos, e estratégias que tenderão a reflectir-se no estado actual dos projectos e programas de iniciativa político-institucional⁵⁴ interna dos museus em Portugal. Sobre o que se propõe enunciar as concepções e, quem sabe a partir daqui, os eixos de orientação que veiculam as políticas culturais para a missão educativa dos museus portugueses de 1974 até à actualidade. Procura-se identificar os princípios inerentes às políticas culturais que fundamentam a acção educativa e a vocação sócio-cultural do “sistema museológico português”⁵⁵.

Pensar em políticas culturais para a educação em museus pode ainda abrir-nos o campo á reflexão sobre as intersecções: entre políticas culturais e educativas, entre museus e escolas, e a um sistema mais vasto que os englobe. Também levanta a questão de se hoje em Portugal, na RPM, se pode falar de uma política museológica nacional. E por fim, se a educação em museus é assumida por essas políticas como algo transversal, independentemente das tipologias disciplinares de cada museu do universo nacional, ou seja se as parcerias inerentes à rede assumem esses cruzamentos tipológicos.

Baseando-se em alguns conceitos e teorias advindas do estudo da educação em museus, esta tese poderá ainda fornecer parâmetros e critérios capazes de constituir instrumentos de análise, que facultem no futuro a implementação, desenvolvimento e a avaliação das políticas culturais referentes à função educativa, comunicativa e cultural em instituições museais, não só a nível externo, por todo o país, mas também a nível interno, por cada museu. Isto significa que o quadro temático da educação em museus, o conjunto de conceitos que os fundamentam que antecedem a sua ordem interna singular, podem vir a ser um caminho para uma primeira abordagem e definição das próprias políticas internas de cada museu. Talvez fosse um primeiro passo para o entendimento das políticas internas dos museus tê-las em documento

⁵⁴ Com isto aludimos à instituição estatal, IPM sobre a tutela do MC, que dirige o panorama museológico português, quer em termos de investigação sobre museus quer em termos de revitalização, modernização e eficácia dos museus em Portugal. É o IPM que acciona a RPM.

⁵⁵ Temos a referência recente a um sistema museológico português no trabalho de PIMENTEL, Cristina, *op. cit.*, (2005).

escrito, torná-las explícitas e comunicáveis ao público, depois poder-se-ia perceber até que ponto elas se inspiram e se deixam reger pelas concepções das políticas externas, ou seja que provém de entidades que de certa forma os orientam e os supervisionam. A partir daí uma outra etapa de investigação aconteceria, perceber a complementaridade, transcrição e oposição entre as políticas externas e as internas ao funcionamento dos museus.

Perceber que se há alguns museus com uma política educativa interna forte e estabelecida, e que a dão a conhecer ao exterior, mais pelas actividades que promovem do que através de documento próprio, outros há que a têm por formular, organizar e/ou promover. Independentemente das justificações que possam traduzir a falta de políticas internas dos museus, vários autores notam que seria positivo preencher esse vazio. A responsabilidade do serviço público do museu assim o exige e a organização interna da sua planificação e funcionamento⁵⁶. Por um lado, cada instituição museal é formalmente diferente e claro, supõe-se que também o seja no plano conceptual, seria esclarecedor verificar a suposta diversidade na transcrição das suas filosofias. Por outro lado, enquanto conjunto, e a formação da RPM faz-me pensar também na promoção e desenvolvimento de parcerias e de redes de trabalho entre museus e outras instituições, mas como as podemos unir se não se tem conhecimento de como é que cada uma se define.

1.3. O objecto de estudo

Com este trabalho propomos traçar um panorama das concepções sobre a educação em museus, expressas nas políticas culturais, durante um percurso de 30 anos em Portugal, de 1974 a 2004.

O objecto de estudo assim configurado fica conceptual e metodologicamente enquadrado no plano dos documentos escritos que nos propomos analisar acerca da educação em museus, relativos às políticas culturais do Estado. Pela análise de documentos e sua construção interpretativa procuraremos descrever e perceber as concepções vigentes a nível das

⁵⁶ PITMAN, N., “Writing a museum education policy: introduction remarks”, in *GEM Newsletter*. N.º 43, Outono, 22-24, Nottingham: Group for Education in Museums, 1991, p. 43, [tradução livre]: “A educação no museu é um elemento demasiado importante para ser deixado apenas nas mãos dos responsáveis da área educativa. Tem que empregar todos os que aí trabalham (...) a política do museu deve ser uma política educativa (...) a educação é uma componente chave da *raison d’être* dos museus”.

políticas culturais, que nos permitam caracterizar o âmbito da educação nos museus. Este é assim o núcleo da nossa investigação e as políticas culturais o que o enforma.

Se o primeiro serviço de educação em museus vem a ser criado em Portugal em 1953, sob a égide do seu director João Couto, em 1977 através de um Relatório resultante da Missão UNESCO (1976-1979)⁵⁷, verifica-se que um dos problemas detectados é a ausência de actividades educativas em sentido amplo (exposições e publicações). Embora, se diga nos inquéritos⁵⁸ de 1998-1999 que “relativamente a um dos serviços mais importantes, o educativo, 59% dos museus referiu, (...) possuir tais serviços” também se acrescenta que “de entre as actividades desenvolvidas em 1998, o destaque vai, como se esperaria, para “Visita guiada a grupos de estudantes”, com 58% de referências. “Ateliers” e “Animação no exterior” foram referidas, cada uma, por 15% dos museus” e em 2000-2003 é mencionado que sobre as actividades orientadas para os visitantes por parte do serviço educativo em “52% dos casos este tipo de serviço não existe”.

A relação entre as transformações políticas, sociais, educativas e culturais do Portugal pós-25 de Abril de 1974 fazem parte do pano de fundo do que concerne ao objecto de estudo apresentado. Todas elas condicionaram a construção do museu tal como hoje o podemos perceber, pelo que destacamos a preocupação em desenvolver e tornar mais visíveis os serviços de educação nos museus ao longo da segunda metade do século XX. “Os «Serviços Educativos» tornam-se uma preocupação de alguns museus sobretudo nos tempos subsequentes ao processo de instalação e consolidação do regime democrático no nosso país.”⁵⁹ Note-se no entanto que esta preocupação já existia, embora possivelmente com outros propósitos, de qualquer modo a lentidão da exequibilidade das vontades continuará a marcar o país até praticamente a actualidade. Vejamos ainda o que afirma a este propósito a mesma autora usando como exemplo a criação em 1982 da:

“carreira de Monitor de Serviço de Educação de Museus «dando corpo a um projecto antigo (1971) que pretendia tornar os museus aptos a incentivar uma acção criativa e mobilizadora a partir da riqueza e diversidade das suas colecções através de pessoal especializado que viesse a dirigir-se a todas as idades e graus de aprendizagem» (Grupo

⁵⁷ AGREN, Per-Uno, *Portugal – Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions*, Rapport. N.º 2, Paris: UNESCO, 1979.

⁵⁸ Sobre os inquéritos já referidos anteriormente ver SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), p. 114. E OLEIRO, Manuel Bairão, (Coordenação IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2005), p. 55.

⁵⁹ FARIA, Margarida Lima de, *Projecto: Museus e Educação*. [S.l.], Instituto de Inovação Educacional, Centro de Etnologia Ultramarina, Departamento de Ciências Etnológicas e Etno-museológicas, Instituto de Investigação Científica Tropical – IICT, Julho 2000, p. 11.

de Trabalho dos Serviços Educativos 1993). Estão, contudo, ainda hoje, por resolver questões ligadas à figura contratual do animador/educador e à sua formação.”⁶⁰

1.3.1. Justificação da pertinência e limitações

A investigação que apresentamos é de particular relevo dado que a função educativa nos museus em Portugal tem ganho expressão na literatura sobre o sector museológico e tem ganho também notoriedade pragmática nos projectos, nos programas e nas actividades propostas pelas instituições museais. No entanto, é parca a informação e o estudo realizados sobre os fundamentos teórico-políticos dessas práticas.

Contudo passamos a citar algumas conclusões que os diversos estudos sobre museus feitos pelo Instituto Português dos Museus e pelo Observatório da Cultura têm produzido sobre a dinâmica museológica em Portugal no que toca à educação,

“refira-se o crescimento verificado nas entidades que possuem serviço educativo (44% para 48%). Este crescimento revela, todavia, diferentes evoluções consoante a variável independente em causa. Detalhando, quanto à tutela, a dos Governos Regionais é a única que apresenta uma evolução de sentido inverso (56% para 52%), o que não deixa de ser inesperado tendo em conta os desempenhos alcançados noutros indicadores. Quanto à data de Abertura, constata-se que se trata de um serviço que está tanto mais presente quanto mais antigas são as entidades. Constata-se ainda que não é um serviço que acompanhe a abertura ao público de novas entidades, ou pelo menos não com a frequência que seria de esperar. Dito de outro modo, a abertura ao público não é normalmente acompanhada da existência deste serviço. Repare-se que apenas 38% das entidades que abriram no período 2000-2002 assinalaram a sua existência. Relativamente às actividades direccionadas para os visitantes, evidencia-se uma quebra generalizada nas diversas opções consideradas, com duas excepções, aliás significativas: as visitas guiadas passam de 82% para 84% e as acções dirigidas ao público escolar de 60% para 62%.”⁶¹

As políticas culturais que traduzem as filosofias fundamentadoras do dinamismo da educação em museus carecem de um esclarecimento sistemático e organizado, que permita reconhecer as concepções dominantes, porque elas são a estrutura de base do funcionamento dos departamentos e dos profissionais dedicados à educação em entidades museológicas. Para além de ser essencial na actual implementação e vigência da Rede Portuguesa de Museus um entendimento mais alargado sobre a generalidade dos museus quanto às suas formulações de

⁶⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 11.

⁶¹ OLEIRO, Manuel Bairrão, (Coordenação IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2005), pp. 109-110.

base, que possibilite simultaneamente reconhecer as temáticas relevantes e traçar um cenário sobre a educação no quadro de uma política nacional de museus. Segundo estudos actuais do IPM e da RPM temos “no plano da política museológica: ausência de precedentes formais de articulação (...), bem como a falta de elementos normativos aplicáveis à diversidade dos museus portugueses.”⁶² Ora é precisamente este o plano que nos interessa atender e dentro deste a área específica da educação.

A relevância da educação no museu e da sua dimensão política tem sido também referida internacionalmente, mas mesmo aí os estudos são escassos.⁶³

“Os museus, como espelhos das sociedades do passado e do presente, mostram o seu progresso e desenvolvimento. Os museus, de um modo ou de outro, são reservatórios da herança natural e cultural, e salvaguardam partes da identidade das comunidades, não só mostrando a sua história mas também os eventos quotidianos de uma dada área do mundo. Eles precisam de comunicar através de objectos, design, conferências e outras actividades, valores não-tangíveis de cada sociedade. Através dos museus, cada país ou cidade pode apresentar os acontecimentos mais recentes da sua história, ou os mais antigos. Muitos destes aspectos são produto das decisões políticas dos governantes e dos governos do tempo em que estão no poder.”⁶⁴

Por sua vez em Portugal, as publicações e estudos levados a cabo com o incentivo do Ministério da Cultura, IPM e OAC, são um claro exemplo desta relevância, alguns deles nascem precisamente de relatórios encomendados pelo programa europeu de avaliação das políticas culturais nacionais, tendo sido publicado recentemente um *Compendium* “com o objectivo de disponibilizar um manual de consulta sobre políticas culturais nos diferentes países europeus”⁶⁵, e no qual Portugal participa.

Os limites desta investigação prendem-se com o facto de estarmos perante a descrição de uma situação que, em primeiro lugar requerem aceder a documentação avulsa impossível de quantificar apriori e na sua maioria na posse de organismos oficiais, em segundo lugar pela transversalidade dos temas (educação-cultura) se reportarem a ministérios, organismos e entidades politicamente separadas no plano jurídico e estatal mas cuja ligação hoje é defendida

⁶² CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa, *op. cit.*, (2001), pp. 31-32.

⁶³ Para além de que não se encontram trabalhos dedicados em particular à temática das políticas relacionadas com a educação em museus, mas esta é vista como um capítulo entre outras razões políticas, por exemplo leia-se BOYLAN, Patrick, *Museums 2000 - Politics, people, professionals and profit*. London: Routledge, 1992.

⁶⁴ ROMAN, Lorena San, “Politics and the role of museums in the rescue of identity”, in BOYLAN, Patrick, *op. cit.*, (1992), p. 25, [tradução livre].

⁶⁵ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, “Políticas culturais europeias”, in *Boletim OAC* n.º8, Julho 2000, pp. 2-6.

pelo próprio Estado. Conforme se pode deduzir do relatório de trabalho que juntou Ministério da Educação e Ministério da Cultura temos a perspectiva de que,

“uma análise da situação actual recomenda (...) a criação de mecanismos de coerência entre as diversas intervenções, salvaguardando a especificidade e diversidade que são também património a respeitar. (...) a realização de um trabalho sistemático de diagnóstico e monitorização, tendo em vista a construção de indicadores qualitativos e quantitativos que possam auxiliar a definição de políticas, estratégias e acções concretas e o estabelecimento das relações necessárias com os parâmetros de actuação dos organismos internacionais.”⁶⁶

1.4. Organização do estudo

A presente investigação segue o modelo de organização definido academicamente para as dissertações de mestrado, para o que foi lida bibliografia de apoio à preparação e apresentação de trabalhos científicos. Depois de enquadrar e descrever a questão a tratar, foi elaborado o plano de trabalho do qual resultou a estrutura elementar da tese, que o índice manifesta. A estrutura da organização é por capítulos, estes dividem-se em secções que por vezes se subdividem.

O Capítulo 1, explicita-se tudo o que respeita aos preliminares do estudo, formulam-se as razões do mesmo e a questão de fundo a tratar, defende-se o propósito, descreve-se a problemática atendendo aos vários caminhos que a ela confluem, justifica-se a pertinência e as limitações e o modo de organizar o trabalho.

No capítulo 2 esclarece-se acerca da estrutura da investigação, assente na revisão da literatura que se baseia na bibliografia relevante que subsidiará o trabalho de pesquisa. Através de uma contextualização sob a referência do objecto de estudo a tratar e das fontes usadas perspectiva-se o enquadramento histórico-político. A metodologia empregue é aqui explicitada, a amostra em estudo e os processos utilizados sobre os dados para a apresentação e para a análise da documentação utilizada.

Os documentos em estudo serão abordados e analisados no Capítulo 3. Construído o *Corpus Documental* aplicam-se as categorias de análise e discute-se os conteúdos pesquisados e tratados.

⁶⁶ Relatório do Grupos de Trabalho do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, [S.l.: S.n.], Abril 2004, p. 20.

Sendo o Capítulo 4 aquele que se dedica aos resultados obtidos, sumarizam-se as conclusões e apresentam-se as recomendações para o reconhecimento de um quadro de convergências e divergências das políticas culturais e do plano de estratégias de acção dos serviços educativos de museus tipologicamente diferentes, que lhes permita ter um sentido comum relativo à sua função educativa. O capítulo termina deste modo com sugestões para posteriores aplicações e investigações.

Capítulo 2: A estrutura da investigação

A explicação do modo como estruturamos a investigação é um dos pontos importantes da construção da cientificidade de qualquer estudo. Num trabalho que se faz ao longo de um tempo largo, como é uma dissertação, a explicitação do processo do sistema de referências lógicas e metodológicas, são os apoios necessários à coerência do trabalho e devem ser articuladas e coerentes entre si.

Em concordância com este desiderato procurámos criar uma lógica conceptual reforçada por definições base que compõem os elementos que marcam o “lugar de onde se parte”. Com vista a um equilíbrio entre o conhecimento geral sobre a problemática em que o objecto de estudo se insere e a perspectiva que tomamos de uma parte dele, entre ponderação e inspiração, objectividade e subjectividade, optamos por começar pela explanação-síntese de significados possíveis acerca dos conceitos que recorrentemente se conectam com o tema central desta investigação, a educação em museus. Em seguida, assumiremos um conjunto de perspectivas sobre o tempo em análise, 30 anos, o espaço estudado, Portugal, e as fontes de dados a utilizar, textos e documentos oficiais que expressam as políticas culturais. A dissertação funda-se assim numa abordagem temática, que cruza conceitos e abordagens sobre educação em instituições museais, e numa abordagem histórico-política sobre o contexto e as fontes utilizadas para efectivar o estudo servindo de suporte ao trabalho empírico que consistirá numa análise de conteúdo às fontes oficiais das políticas culturais.

Sublinhamos que “a análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica”⁶⁷ e que apresenta várias variantes, nomeadamente a análise documental de conteúdo e a análise de discurso. Embora estas duas variantes apresentem um conjunto de características que julgamos susceptíveis de aplicar, sobretudo a análise documental de conteúdo conforme mencionaremos em seguida, consideramos essencial deixar prevalecer uma posição teórica mais abrangente sobre a prática da análise de conteúdo que nos auxiliasse, sendo assim, não podemos deixar de citar Bardin que resume o campo, o funcionamento e o objectivo da análise de conteúdo da seguinte maneira:

⁶⁷ VALA, Jorge, “A Análise de conteúdo”, Capítulo IV, in SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 13ª edição 2005 (1986), p. 101.

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”⁶⁸

Atendemos ao facto de estarmos a utilizar textos escritos para compreender, interpretar e produzir conclusões relativas às concepções sobre a educação em museus provenientes das políticas culturais. Deste modo consideramos útil ter em consideração algumas das premissas da análise documental do conteúdo⁶⁹ - construída não só em volta das palavras que surgem escritas nos documentos, o que seria tomar apenas o texto como objecto semiótico, mas também apoiando-se no discurso, atendendo aos propósitos e funções para os quais as palavras estão destinadas, no contributo fundamental do contexto, em que se inscreve o texto e respectivo discurso que o compõe, e nos esquemas⁷⁰ de análise dos documentos elaborados por quem formula o conhecimento. E Walliman⁷¹ fala de um tipo de pesquisa a que chama de cultural que usa a análise de conteúdo, de modo a perceber a frequência dos assuntos de linguagem e de interpretação cultural.

Segundo Maria Pinto e Cármen Galvez, a análise documental de conteúdo baseia-se na *teoria do esquema* que se configura segundo um carácter integrador, combina estruturas textuais, conhecimentos e metas do analista, situações e estratégias, tanto na compreensão do original como na produção dos resultados. Estes esquemas “ordenam e integram a informação, assim como proporcionam a informação não explicitada no texto mas necessária à sua compreensão. Este carácter pragmático permitirá ao analista activar ou desactivar determinados esquemas segundo os seus objectivos. A representação do conteúdo do documento primário será distinta segundo o esquema activado pelos distintos analistas e por suas diferentes tarefas: indicação, resume indicativo, analítico, resenha, etc. Em definitivo, os esquemas não só organizam o

⁶⁸ BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 3ª edição port. 2004, (original, 1977), p. 37.

⁶⁹ Serve de referência a obra de PINTO, Maria; GÁLVEZ, Cármen, *Análisis Documental de Contenido - Procesamiento de información*. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

⁷⁰ RUMERLHART, D. E.; ORTONY, A., “The representation of knowledge in memory”, in ANDERSON, A. C.; SPIRO, R. J.; MONTAGNE, N. E. (eds), *Schooling and acquisition of knowledge*. Earlbaum: Hillsdale, NJ, 1977, pp. 99-135, [tradução livre]: chamam a estes esquemas de “estruturas interactivas de conhecimento”, e afirmam que “são estruturas de dados para representar os conceitos genéricos armazenados na memória.” Tem portanto a ver com o processo cognitivo de “tratamento de informação” que se realiza no ser humano.

⁷¹ WALLIMAN, Nicholas, *Your research Project – a step-by-step guide for the first-time researcher*. London: Sage Publications, 2001, p. 98, [tradução livre]: a análise de conteúdo permite “(...) tratar cuidadosamente, categorizada e codificada com rigor em ordem a alcançar um nível de objectividade, fiabilidade e generalização e o desenvolvimento de teorias”. O que evidencia uma ordem quantitativa das componentes de análise. O foco de análise é baseado nos elementos textuais. Ou pode ser de análise do discurso, já que “a linguagem não é um meio neutro para transmitir informação; baseia-se na nossa situação social e ajuda a criar e recriá-la. A linguagem dá forma à nossa percepção do mundo, às nossas atitudes e identidades”.

conhecimento senão que proporcionam informação acerca de como se há-de processar.”⁷² Os esquemas construídos nesta investigação são abordados neste capítulo no ponto que se refere à explicitação da metodologia e serão em concreto aplicados aos documentos no capítulo seguinte, na fase da investigação empírica em que se explicita os vários momentos de descrição e análise que permitem a composição do *corpus documental*.

A metodologia de análise a partir do qual se seleccionam as informações que são o material para a constituição de uma fonte de dados, definidos mediante a observação e significação dada pelo investigador e pela demonstração do seu interesse e relação com o objecto de estudo em causa, visa identificar e perscrutar o sentido das concepções sobre a educação em museus mediante os discursos produzidos em textos jurídico-políticos relativos à cultura em Portugal de 1974-2004. O tipo de dados que a investigação propõe recolher e produzir será oriundo de documentos escritos que enquadrámos num *corpus documental* que se vai aplicando e verificando como válido de acordo com o objecto de estudo enunciado. Esse *corpus* segue categorias objectivadas aprioristicamente, através das informações bibliográficas e documentais, permitem em seguida a analisar o seu sentido em cada documento.

2.1. Revisão da literatura

A partir de alguns estudos preliminares e de consultas avulsas dividimos o material bibliográfico da investigação em dois grupos.⁷³ Temos um primeiro grupo que podemos apelidar de literatura de apoio: sobre os conceitos e conteúdos do estudo, escrita por autoridades na matéria de investigação, através de opiniões, ideias, teorias ou experiências, publicadas em livros, artigos, pareceres e teses de investigação.

O panorama que propomos traçar pressupõe perscrutar o tema educação em museus nas políticas culturais nestes últimos 30 anos em Portugal. Assim, os textos e documentos emanados dos organismos que ditam essas políticas surgem como fontes primárias de informação. Estas fontes são o segundo grupo, o da literatura de análise: sobre os documentos jurídico-políticos emanados de órgãos do Estado que expressam as orientações políticas do

⁷² PINTO, Maria; GÁLVEZ, Cármen, *op. cit.*, (1996), p. 28, [tradução livre].

⁷³ Cfr. WALLIMAN, Nicholas, *op. cit.*, (2001), pp. 25-27.

sector da cultura sobre a educação em museus e nos quais recairá a nossa investigação empírica. Como tal não é este o momento para a sua explicitação, esse surgirá no próximo capítulo.

Na revisão da literatura optamos por referir e sintetizar as ideias gerais contidas em alguma da bibliografia de apoio consultada acerca da especificidade dos museus e do tema da educação. No que se refere ao âmbito dos museus achamos conveniente destacar o que encontramos no domínio dos estudos relativos à museologia portuguesa e, das teses consultadas, destacamos a de Clara Frayão Camacho⁷⁴ e a de Cristina Pimentel⁷⁵. A investigação de Camacho embora se refira a um contexto local, específico dos museus criados na área metropolitana de Lisboa, abarca um horizonte temporal semelhante ao nosso: o da contemporaneidade, balizado pela data de 1974. O estudo de Pimentel releva por tratar-se de uma perspectiva histórica com vista a compreender o sistema museológico português no âmbito dos modelos sociais, culturais e políticos, embora abranja uma dimensão temporal superior à da nossa investigação. Entretanto também nos apercebemos, por diferenciação com as dissertações citadas, que olhar os museus atendendo à educação é pensar numa das perspectivas sobre as quais se pode reflectir no âmbito da museologia. É essa a especificidade do nosso objecto de estudo, entre outras que têm sido assumidas mas que no seu conjunto se complementam numa visão mais alargada, que poderá ser útil vir a construir.

Também nos parecem relevantes os documentos mais actuais produzidos e publicados pelo Instituto Português dos Museus e/ou Rede Portuguesa de Museus em livros que se citam por diversas vezes ao longo desta investigação e que passo a indicar, *Inquérito aos Museus em Portugal*⁷⁶, *Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas*⁷⁷, *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*⁷⁸, *Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*⁷⁹. A escolha destas edições deve-se ao facto da sua proveniência ser de organismos estatais do sector da cultura, na área dos museus, embora não sejam documentos jurídico-públicos, reflectem a acção do Estado no sector da cultura e em específico dos museus. Podemos tomá-los como diagnósticos que representam subliminarmente

⁷⁴ CAMACHO, Clara Frayão, *Renovação museológica e génese dos museus da área metropolitana de Lisboa*. [S.l.: S.n.], RPM, 1999.

⁷⁵ PIMENTEL, Cristina, *op. cit.*, (2005).

⁷⁶ SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000).

⁷⁷ CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa, *op. cit.*, (2001).

⁷⁸ SILVA, Raquel Henriques da, (Coordenação editorial IPM), *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Edição IPM/RPM, 2002.

⁷⁹ OLEIRO, Manuel Bairrão, (Coordenação IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2005).

ou assumidamente posições inerentes ao pensamento de dirigentes ou responsáveis pelas políticas culturais em Portugal.

Começamos pelo *Inquérito aos Museus em Portugal* onde surge mesmo a expressão *parâmetros* e *indicadores* embora nesse caso tenham sido utilizados com a finalidade de concretizar um “conhecimento rigoroso da realidade museológica nacional e o recenseamento das instituições que a integram, a partir de parâmetros de análise fundamentados em conceitos museológicos atualizados. (...). Por outro lado, tornava-se necessário construir novos indicadores para o conhecimento deste sector cultural em crescente transformação”⁸⁰. Esses indicadores são por nós definidos como temas, a partir dos quais verificamos determinadas linhas de orientação e destacamos as que mais se relacionam com concepções sobre a educação em museus: 1. “formação/investigação” que inclui a verificação de que os museus realizam “projectos de investigação”, e têm “serviços educativos” (do que excluimos as acções de formação dos funcionários); 2. “a captação de públicos/publicitação do museu” que inclui a verificação de “a existência de serviços de acolhimento ao público e “as actividades orientadas para os visitantes” e “publicações/edições produzidas pelo museu, eventualmente disponíveis para distribuição/venda ao público”, acrescentamos aqui “as relações com o exterior, nomeadamente através da realização de exposições e outros eventos” , o que faz parte de um dos temas do inquérito aos museus, que serviu de base ao estudo que agora se refere, chamado “público e relações com o exterior”⁸¹.

Na *Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas* e na edição das *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus* embora sejam ambos dedicados à problemática das “redes de museus”, na Museologia portuguesa contemporânea, também incluem conhecimento de temáticas e de realidades afins que no fundo, em termos amplos, demarcam linhas orientadoras da actualidade museológica, incluindo o que respeita à educação em museus. Vejamos na primeira publicação da Rede Portuguesa de Museus quando se refere a resultados verificados a partir do Inquérito aos Museus os seguintes pontos que foram tidos em conta, no campo das “actividades orientadas para os visitantes”, foi “a realização de exposições temporárias”, os “serviços educativos” e as “visitas guiadas”, no campo dos “projectos de investigação”, temos a

⁸⁰ SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), p. 11.

⁸¹ Todas as citações vêm SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), pp. 14, 21, 111-116.

“edição de estudos científicos”, “catálogos”⁸². Para além destes indicadores que são expressão de temas e/ou pontos-chave a analisar a partir de resultados de inquéritos aos museus também encontramos frases ou ideias síntese acerca da educação e da acção cultural dos museus em Portugal. Chamando-se a atenção para o que se pretende concretizar: “elaboração de programas de investigação e de desenvolvimento, de divulgação e de actividades dirigidas ao público”. Ainda encontramos como relevante quanto ao papel da RPM, com reflexos nessa área da educação e da cultura, “conhecimento dos públicos da cultura, dos hábitos e dos interesses culturais, bem como das práticas de lazer no País é considerado fundamental para determinar as acções da Rede Portuguesa de Museus, que visam a dinamização das actividades das entidades museológicas e a melhoria da sua prestação social. Caberá à RPM incentivar as entidades museológicas a estreitar relações com as populações que constituem os seus públicos potenciais e a elaborar, de forma sistemática, estudos de público. Tendo presente que a programação das actividades das entidades museológicas deve contemplar um leque alargado e diversificado de ofertas susceptíveis de interessar novos e diferentes públicos, é essencial manter o conhecimento actualizado das respectivas realidades sócio-demográficas e conferir uma especial atenção aos factores de mudança.”⁸³

Assim temos a salientar dos objectivos gerais da RPM os seguintes: “promover a qualificação das entidades museológicas, designadamente dos seus espaços funcionais, dos seus serviços técnicos e científicos e das suas actividades dirigidas aos públicos, tendo em conta a especificidade dos respectivos programas museológicos”; “motivar e valorizar a relação entre as entidades museológicas e a realidade sócio-demográfica que as envolve, bem como o seu papel de intervenção social e as estratégias de comunicação com os seus públicos potenciais.”⁸⁴ Faz-se referência também à comunicação e à educação como “funções museológicas fundamentais” (não esquecendo a investigação, conservação, documentação). Cabendo essas funções na função social do museu, parâmetro de apreciação das candidaturas à RPM. Pelo que, “a Rede Portuguesa de Museus poderá ainda contribuir para reforçar o desempenho da função social e cultural dos museus e do seu papel de intervenção na sociedade, na medida em que pode estimular o desenvolvimento de contactos mais profundos com as populações com que estão

⁸² Referências a partir de CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa, *op. cit.*, (2001), p. 27.

⁸³ *Id.*, *Ibid.*, pp. 28-29.

⁸⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 36.

relacionados, na perspectiva de motivar a sua participação cívica em acções que visam a interpretação, a valorização e a salvaguarda de patrimónios que lhes dizem respeito.”⁸⁵

Da publicação das comunicações presentes no Fórum Internacional sobre Redes de Museus, que em Portugal esteve a cargo da RPM, fala-se mais uma vez na “função social do museu e da sua capacidade de atrair e interessar os públicos (em maior quantidade e em maior diversidade).” E fazendo referência primeiro, às recomendações da RPM neste campo destacamos entre várias “a diversificação das actividades educativas, nomeadamente dirigindo-as também para o público não escolar”, e em segundo, aos Programas de Apoio Técnico e Financeiro nesta mesma matéria, “tendo sempre por finalidade a melhoria da prestação dos museus junto dos públicos.” Requer-se entre outras “boas práticas” a “diversificação de serviços disponibilizados ao público, com destaque para a criatividade presente em alguns programas educativos e em algumas exposições temáticas.”⁸⁶ Aparece aqui referido com especial atenção, dentro da função social, a comunicação, “A primeira vertente RPM – *cumprimento da função social (cultural e educativa) do museu* – valoriza a capacidade do museu em estabelecer com os seus públicos, e em particular com o seu público mais permanente, uma comunicação multidimensional e bidireccional, inscrevendo o museu e os seus frequentadores numa via de partilha do conhecimento e da emoção, através do tempo e do espaço. «Lembrando que este desejo de presentificação do passado», nas palavras de Raquel Henriques da Silva (na Introdução ao VIII Encontro Nacional «Museologia e Autarquias»), «não é (assim) movimento de contemplação mas instância operativa de afirmação: perante a mundialização das sociedades actuais e a normalização dos comportamentos e valores, as comunidades assumem a urgência da memória de si mesmas como condição da sua especificidade». Confundida frequentemente em prioridade com as actividades de difusão e nomeadamente de educação ou a «exposição» - indispensável indício da capacidade de formalização espacial de conteúdos científicos e plásticos cometida por definição ao museu – a função social do museu poderá abranger outros aspectos da acção do museu.” Quaisquer que sejam devem procurar tirar “benefício da participação/colaboração das comunidades e dos seus membros.”⁸⁷

⁸⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 37.

⁸⁶ Todas as citações do parágrafo, CAMACHO, Clara Frayão, “Rede Portuguesa de Museus – um projecto em construção”, in SILVA, Raquel Henriques da, (Coordenação editorial IPM), *op. cit.*, (2002), pp. 13-14.

⁸⁷ ⁸⁷ Todas as citações do parágrafo, LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, “O conceito de «Rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas”, in SILVA, Raquel Henriques da, (Coordenação editorial IPM), *op. cit.*, (2002), p. 32.

No *Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]* desde logo na apresentação se aborda o *desenvolvimento do panorama museológico*, referindo o *processo de dinamização e modernização*, dando como exemplo várias dimensões desse processo de que evidenciamos “1. estratégias de captação de públicos e 2. comunicação externa” e sobre a primeira refere os “serviços educativos”, “actividades para os visitantes, designadamente visitas guiadas e acções para o público escolar”, sobre a segunda nomeia entre outras “num plano de abertura ao exterior, (...) as parcerias da entidade museológica com outras instituições (de ensino, de investigação, fundações e associações, outros museus, etc.)”⁸⁸ De resto mantêm-se os mesmos indicadores já demarcados na anterior publicação embora dando maior destaque a elementos concretos das práticas museológicas como, no âmbito das actividades orientadas para os visitantes temos também “exposição temporária; renovação da exposição permanente; conferência/seminário; espectáculo; outras”, no âmbito das publicações/edições temos “folheto/desdobrável; catálogo; roteiro/guia; monografias; publicação periódica; cassette vídeo; CD-ROM; outras publicações/edições”.⁸⁹

Sobre o que tem sido afirmado relativamente ao debate sobre Educação e Museus, respeitando inúmeros agentes, instituições, investigadores, políticos, e um sem número de pessoas envolvidas no trabalho dos museus, elegemos aqui *Encontro Museus e Educação - Actas, 10/11 Setembro 2001*⁹⁰, por se tratar de uma síntese actual sobre vários dos assuntos que envolvem o objecto de estudo presente, em especial, a educação nos museus, as políticas educativas, museológicas e culturais e a sua relação, nomeadamente, através da ligação entre os Ministérios dos diferentes sectores governamentais envolvidos nesta problemática, bem como por ser também uma edição do IPM, sem contudo lhe ser específico uma vez que, envolve participações de vários interveniente nacionais e estrangeiros pertencentes a diversas instituições. A data do encontro também releva pois permite-nos salientar as preocupações e posições assumidas recentemente em relação ao sentido de um panorama de 30 anos. Sobre o conjunto das informações dadas pelas várias comunicações que surgiram no Encontro Educação em Museus destacamos algumas citações do texto. Estas citações que passamos a transcrever foram interpretadas de acordo com os temas que nos parecem recorrentes na educação em museus:

⁸⁸ OLEIRO, Manuel Bairrão, (Coordenação IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (2005), pp. 13-14.

⁸⁹ *Id.*, *Ibid.*, todas as definições aparecem nos quadros n.º 37 e n.º 38, pp. 57-58.

⁹⁰ MINEIRO, Clara (coord. editorial), *op. cit.*, (Setembro 2002).

1. O papel da educação nos museus (a sua importância, a sua função, o seu lugar no museu), “os museus representam valores patrimoniais decisivos para a identificação colectiva em termos afectivos, cognitivos e estéticos (...)”⁹¹ E isso implica a conservação do património. (...) é um património nosso, é uma parte da nossa cultura e da nossa identidade. Se não educarmos para que entendam isso, se não conseguirmos que isso se transmita, então o que nós fazemos é muito pouco e para além do mais perde-se em seguida”⁹²; “(...) são lugares de aprendizagem e de inclusão social, ou seja, de formação qualificada.”⁹³; “(...) é explicitamente uma política de todo o museu, não só do Serviço Educativo”, “duas principais linhas políticas: a primeira considera que a educação é uma prioridade absoluta e a segunda que o acesso à educação e a outras coisas boas da vida deve ser aberto a todos.”⁹⁴ “A educação (...) transformou-se numa componente fundamental das políticas museológicas e, nalguns casos, juntamente com as ideias de salvaguarda do património, tornou-se o argumento essencial para a justificação de um museu aos olhos do público em geral”⁹⁵; “envolver mais significativamente toda a equipa do museu nas funções de comunicação e educação”; “transformação dos contextos e das práticas sociais”; “criação de políticas e boas práticas de funcionamento interno [expressos numa] vontade de partilha de responsabilidades e objectivos entre todos os que trabalham num museu.”⁹⁶ ;

2. O âmbito social da educação no museu (acesso e Participação pública/prestação social/ Interacção com o público/ Captação de público), “uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, “os museus são instituições públicas e recursos sociais. Existem para serem utilizados sistematicamente pelas comunidades e a elas se devem dirigir”⁹⁷; “E não precisamos de ter medo de enfrentar a questão dos números. Precisamos de nos libertar das leis de mercado e da sua lógica mercantil em relação ao número de visitantes, mas não podemos esquecer que a sua afluência é um factor importante na vida de um museu”⁹⁸; “museu vivo e atraente para todos”⁹⁹; “necessidades dos que “usam” o museu; formação de públicos”¹⁰⁰, “em vez de pensarmos nos públicos como objecto de transmissão de conhecimentos devemos considerá-los como parceiros na aprendizagem”¹⁰¹, “aprendizagem efectiva: conduz à mudança, ao desenvolvimento e ao desejo de aprender mais.”¹⁰²; “ampliação dos públicos”¹⁰³; “é indispensável que nos instrumentos básicos de comunicação (os

⁹¹ SILVA, Raquel Henriques da, “por referência ao tema 1, Política Educativa: objectivos”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 20.

⁹² CANEDA, Miguel, “por referência ao tema 3, Captação de Novos Públicos”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 65.

⁹³ SILVA, Raquel Henriques da, “por referência ao tema 1, Política Educativa: objectivos”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 20.

⁹⁴ FLEMING, David, “por referência ao tema 1, Política Educativa: Objectivos”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 25.

⁹⁵ CAIADO, José Pedro, “por referência ao tema 2, Formação”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 35.

⁹⁶ WILKINSON, Sue, “por referência ao tema 1, Política Educativa: objectivos”, in (cit. nota rodapé n.º 39), pp. 16-17.

⁹⁷ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in (cit. nota rodapé n.º 39), pp. 9-10.

⁹⁸ CASTRO, Regina; PAIVA, José, “por referência ao tema 3, Captação de Novos Públicos”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 56.

⁹⁹ FLEMING, David, “por referência ao debate final, Mesa Redonda”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 136.

¹⁰⁰ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in (cit. nota rodapé n.º 39), pp. 9-10.

¹⁰¹ REEVE, John, “por referência ao tema 4, Parcerias”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 89.

¹⁰² WILKINSON, Sue, “por referência ao tema 5, Avaliação”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 112.

desdobráveis e folhetos, os roteiros, os boletins regulares, as páginas da Internet) seja dado destaque adequado às actividades de educação e seja implementada a sua circulação entre os públicos especializados, os grandes públicos e, idealmente, os não públicos. Os parceiros encontrados são estrategicamente veículos fundamentais de disseminação de informação e (...) que em função dos seus próprios interesses, possam contribuir para finalidades conjuntas.”¹⁰⁴;

3. Práticas educativas, projectos e iniciativas [do mais variado teor e funcionamento], “meios e métodos [como] visitas guiadas e realização de oficinas de trabalho, comunicação e recreação, a disponibilização de jogos e outros material lúdico relacionado com os temas museológicos, a produção e circulação de dispositivos de informação e formação, tais como catálogos ou aprofundamento de autores, correntes ou épocas, reproduções em vários suportes ou cr-rooms interactivos).”¹⁰⁵; “Os museus têm que inventar a cada momento as formas de intervenção junto do seu público. Os modelos não existem, o que abre um espaço de intervenção criativa muito amplo, e necessita fundamentalmente de pessoas disponíveis que dentro da instituição e numa perspectiva interdisciplinar se afirmem como parceiros nesta descoberta”¹⁰⁶; “importância da existência de um Departamento de Educação com um plano de actividades definido e revisto anualmente”¹⁰⁷; “grau de conhecimento e disseminação de boas práticas [através de] formação de profissionais”; “organização [através de] pessoal qualificado e estabilizado; actividades de voluntariado social; ligação entre museus e profissionais dos estabelecimentos de ensino”¹⁰⁸.

4. Articulações/colaborações/parcerias entre museus e escolas, (recusar perspectiva de “museu como escola” substituir por “diferente experiência de aprendizagem”¹⁰⁹); sistema escolar e rede de museus (recusar perspectiva “que se pode e deve pedir tudo à escola” substituir por “cooperar é reunir recursos e esforços” e evitar “confundir a acção educativa [do museu] com o ensino ou educação escolar” substituir por “práticas de formação diversas, museus como contextos e instrumentos de formação cultural”¹¹⁰); diversos organismos, quer do lado da cultura, quer do lado da educação (“Ministério da Cultura –Ministério da Educação - Autarquias - Agentes Culturais - Serviços Educativos do Museus – Serviços do IPM “¹¹¹).

Em outro tipo de estudos, que vão além da especificidade das políticas culturais emanadas pelo Estado, a educação nos museus pode ser considerada com base numa perspectiva histórico-cultural, configurando esta abordagem referimos Maria del Cármen Valdês Sagües. A

¹⁰³ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 9.

¹⁰⁴ SILVA, Raquel Henriques da, “por referência ao tema 1, Política Educativa: objectivos”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 19.

¹⁰⁵ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in (cit. nota rodapé n.º 39), pp. 9-11.

¹⁰⁶ CAIADO, José Pedro, “por referência ao tema 2, Formação”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 35.

¹⁰⁷ SALEMA, Isabel, “por referência ao debate final, Mesa Redonda”, in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 130.

¹⁰⁸ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in (cit. nota rodapé n.º 39), pp. 9-11.

¹⁰⁹ CAIADO, José Pedro, “por referência ao tema 2, Formação” in (cit. nota rodapé n.º 39), p. 36.

¹¹⁰ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in (cit. nota rodapé n.º 39), pp. 9-11.

¹¹¹ Todos nomeados por RODRIGUES, José Conde, “por referência à Sessão de Encerramento”, in (cit. nota rodapé n.º 39), pp. 170-171.

autora publicou um trabalho de carácter sociológico que apresenta relevantes considerações, inclusive de outros autores, sobre o âmbito histórico e cultural e do museu. Especificamente sobre a dinâmica histórica e o carácter cultural dos museus, a autora cita Giovanni Pinna que:

“Assegura que a evolução histórica do museu e a eficácia cultural que o museu soube desenvolver são tão extraordinárias que fizeram com que hoje se possa afirmar que não existe um museu sem objectos, mas também que uma série de objectos não constitui, só por mérito da sua existência, uma instituição museal. «As colecções dos museus (conjuntos reunidos e mantidos num específico ambiente intelectual) converteram os museus, não em armazéns de objectos, mas em armazéns de conhecimentos.» [Logo] Os fundos dos museus compõem-se de objectos de carácter cultural.”¹¹²

Também encontramos o que podemos considerar uma perspectiva sócio-comunicativa que serve de fundamentação do museu e de tudo o que com ele se passa, passando pela educação, evidencia-se com Eilean Hooper-Greenhill¹¹³ e Luís Alonso Fernández. Este último autor a propósito da situação e morfologia dos museus do século XX enuncia como transformações essenciais (tradução livre):

“a especialização dos seus conteúdos e as melhorias formais e técnicas que acompanham tanto a colecção e conservação, como a apresentação, investigação e difusão das colecções”; e “o irresistível crescimento da procura do público e do seu protagonismo no fenómeno do espectáculo do museu actual”; o que conferiu ao museu “uma dimensão social.”¹¹⁴

E ainda, Francisca Hernández Hernández: “O museu pode ser um bom meio de comunicação, como muito bem assinala Huyssen, (...). (...) todo o processo cultural da humanidade não se dá no objecto em estado puro como uma realidade anterior à representação. Mesmo no museu *antigo*, o que se pretendia ao exhibir os objectos não era outra coisa que «esquecer o real, retirar o objecto do seu contexto funcional original e quotidiano e com ele realizar a sua alteridade, e abri-lo a um diálogo com outras épocas.» E sabemos que o diálogo é o princípio de toda a autêntica comunicação.”¹¹⁵

Para finalizar, tomamos ainda em consideração uma perspectiva especificamente educativa, que é a que se liga mais directamente ao nosso tema de reflexão, tem sido tratada por

¹¹² SAGÜES, María del Carmen Valdés, *op. cit.*, (Setembro, 1999), pp. 40-41, [tradução livre].

¹¹³ HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Los Museos y sus visitantes*. Gijón: Ediciones Trea, 1998, (edição original, Routledge, 1994).

¹¹⁴ FERNÁNDEZ, Luís Alonso, *Museologia y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999, pp. 73-74, [tradução livre].

¹¹⁵ HERNÁNDEZ, Francisca Hernández, *El Museo como espacio de comunicación*. Gijón: Ediciones Trea, 2003, pp. 17-18, [tradução livre].

inúmeros autores entre os quais seleccionamos, pela dedicação quase exclusiva ao tema da educação nos museus, Maria Inmaculada Pastor Homs, que citamos:

“A ideia de que os museus são uns educadores potenciais esteve latente desde que a aquisição de objectos valiosos e interessantes começou a produzir-se. Num artigo intitulado “The influence of Musuems on education”, em *Museums Journal*, vol. 67, n.º 1, 1967, pp. 60-62, defende-se, com profusão de exemplos, a tese de que o museu “educador”, com toda a gama de matizes que se possam associar à palavra, é uma constante na história dos museus, desde a época renascentista até à realidade actual.” E mais à frente acaba por afirmar (tradução livre): “Os programas educativos desenhados para exposições museológicas devem adaptar-se, como qualquer programa educativo e como já temos realçado anteriormente, ao público a que são dirigidos, por um lado; à disciplina ou disciplinas sobre cujos conteúdos se baseia a exposição, por outro – entendendo neste sentido o respeito pelo rigor científico do conteúdo das mesmas, mais do que a sujeição a uma determinada e preestabelecida estrutura lógica interna – e, por último, devem adaptar-se às características do meio ou contexto no qual se desenrola o programa ou programas.”¹¹⁶

Num segundo momento, destrinchamos os conceitos específicos do tema e do objecto de estudo desta investigação: museu, políticas culturais e educação, e procuramos expor a existência de diversas variantes interpretativas e de múltiplas leituras. É dessa diversidade que resulta uma escolha que procuraremos fundamentar. Evitamos a generalização excessiva, ou dito por outras palavras, a definição “completa” do dicionário. Porque de facto se não seleccionarmos, das definições possíveis, aquela que mais se adequa ao nosso pensamento, aquilo que pretendemos dizer através de um determinado conceito, então poderá resultar inválido todo o nosso empenho em dar um significado preciso ao nosso discurso. Portanto, não será de “toda” a política, nem sobre “todos” os museus, nem sobre “toda” a cultura e educação, que iremos tratar.

Neste momento retemos já algumas elucidações teóricas apresentadas no capítulo 1, referimo-nos às denotações que surgem na introdução, no objecto de estudo e nas temáticas apresentadas, que utilizaremos na análise dos documentos que, por sua vez, nos permitirão construir e compreender as concepções relativas à educação segundo as políticas culturais em Portugal, de 1974 a 2004.

Pelo que, neste capítulo segue uma explicitação dos conceitos que compõe genericamente o tema central da investigação, aqueles que reconhecemos estarem claramente implicados na nossa discussão de fundo, mesmo não sendo eles a raiz do problema são

¹¹⁶ HOMES, Maria Inmaculada Pastor, *Pedagogia museística, nuevas perspectivas y tendencias actuales*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, p. 25, [tradução livre].

frequentemente utilizados, no âmbito do debate teórico, em particular os que se dirigem aos museus. Tratar-se-á aqui de os expor e enunciar sucintamente criando deste modo bases conceptuais que orientem este trabalho. Ao longo de todo o trabalho vamos detectando conceitos relevantes que emanam desse foco e encontrando o caminho que melhor nos possa servir para afirmar um significado objectivo e coerente acerca deles.

2.1.1. Políticas culturais

A definição de política baseada no sentido de intenções objectivadas num plano de estratégias de acção expressa o pensamento que envolve o quadro de pesquisa e análise que construímos nesta investigação. No dizer de Marcelo Caetano,

“política é a função de definir a orientação governativa em debates parlamentares ou conselhos de gabinete, estabelecendo programas de acção ou fixando objectivos que posteriormente serão prosseguidos por leis.”¹¹⁷

Logo, fazer política trata-se de definir metas e decidir os meios e recursos a utilizar para as atingir, o que implica organizar e implementar mecanismos para prossecução de certos resultados. Nos museus a designação “política” não difere da ideia genérica tomada de J. T. Lopes, aliás o próprio tem-se dedicado a investigar vários mecanismos e processos da política ligada à cultura, e os museus. A evolução do museu acompanhou uma transformação do seu papel cultural e social, e uma necessária alteração da sua organização e estrutura, que na sua complexidade tem um cariz político. Este cariz é tão mais importante quando o museu continuou a evoluir e a repercutir-se cada vez mais na vida, no quotidiano cultural e educativo, das pessoas. Acrescentemos a ideia de Maria Bolaños,

“(…) os museus acabaram por converter-se na instituição cultural por excelência do séc. XX, alcançando uma escala desconhecida, contagiando a realidade, impondo a sua presença simbólica com força. E tudo isto, a tal ponto que o universo inteiro pode hoje ser visto também como um imenso museu.”¹¹⁸

A política nos museus assenta no dizer de Maria del C. V. Sagüés,

“en la recogida y conservación de objetos, desarrolló todos los aspectos relativos a estos, sobre todo la investigación y, posteriormente, se centro en poner las colecciones al alcance de la sociedad.”¹¹⁹

¹¹⁷ CAETANO, Marcelo, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. Tomo I, Coimbra: Livraria Almedina, Setembro 1998, (edição original, 1996), pp. 171-172.

¹¹⁸ BOLAÑOS, María, *La memoria del mundo – cien años de museología, 1900-2000*, Gijón: Ediciones Trea, Abril de 2002, Prólogo, pp. 10-11, [tradução livre].

Por um lado o museu vem patrimonializar a cultura, legitimando-a, valorizando-a, conservando-a, pelos bens que oferece e dispõe no seu repositório. Por outro também permite educar, na medida em que gera permanentes modos de olhar, vivenciar e actualizar o património. E estas duas lógicas de actuação do museu são simultâneas na medida em que acontecem, segundo Eduardo Jorge Esperança:

“num espaço de representação e investimento vivencial, em que a sociedade interage consigo própria, se representa as suas raízes e identidades, através da mediação dos artefactos que a caracterizam e lhe vão construindo e reconstruindo a imagem.”¹²⁰

Da mesma maneira poderemos perceber, pelo que nos diz o autor e mediante o que já afirmamos¹²¹, que esta dualidade – cultural e educativa no museu está associada a um fenómeno social, o museu existe para um público a quem se dispõe abrir as portas e a quem apela ao vislumbre e compreensão do património que contém, mediante as funções educativa e comunicativa. E será precisamente o público o elemento que hoje justifica cada vez mais a razão de ser do museu e as suas funções. A educação e a comunicação são funções do museu, exigidas pela patrimonialização? Será assim algo que se expresse nas políticas culturais por relação com o tema da educação em museus?

Os museus pertencem ao mesmo grupo que os documentos e os lugares identificados como tradicionais na memória histórica, que Jacques Le Goff define como “criadores e denominadores na memória histórica: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.”¹²² Os museus são identificados por este mesmo autor como “lugares topográficos”, que contém e revelam esses documentos e lugares, mas em simultâneo são entidades a partir das quais participam as comunidades de experiências históricas ou de gerações como o autor referiu. Têm assim uma estreita relação com a história e com a memória, como nos diz Jacques Le Goff “a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objecto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa.”. Demarca-se aqui a noção da história como uma ciência que, pensa no que já foi sem se conseguir desligar do que está a ser, como uma versão em

¹¹⁹ SAGÜES, Maria del Cármen Valdês, *op. cit.*, (Setembro, 1999), p. 35, [tradução livre].

¹²⁰ ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *Património e Comunicação - Políticas e práticas culturais*. Lisboa: Edições Veja, 1997, p. 194.

¹²¹ Cfr. neste estudo, Capítulo 1, Introdução, p. 3.

¹²² GOFF, Jacques Le, “Memória”, in ROMANO, Ruggiero (dir. lit.), *Einaudi, Memória – História*. n.º 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1984, p. 45.

constante actualização desse passado que já era mas que a toda a hora volta a ser repensado, segundo perspectivas contemporâneas em constante mutabilidade elas próprias. E embora esta seja uma constatação actual sobre a temporalidade da história que tem levado a inúmeros debates entre os quais o do “fim da história”, não é uma questão nova, se lermos Lucien Febvre: “A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os factos passados, em função das suas necessidades actuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história.”¹²³ E também Collingwood: “O passado é um aspecto ou uma função do presente.”¹²⁴

É a vontade de reconstruir a memória que faz ressaltar esta interacção entre passado e presente, função primordial da história e, também a função primeira dos museus,

“[em] 1920, a primeira revista internacional dedicada a museus foi intitulada *Museion*, parecia [com isso] querer conservar o espírito daquele primeiro *museion* do mundo, fundado pelos reis do Egipto na imemorial Alexandria – a cidade das recordações, das vidas breves e das paixões imensas –, na baixa Antiguidade grega. Aquela grande biblioteca, a maior, célebre e exemplar, reuniu uma comunidade de estudiosos cujo propósito era a “patrimonializar” (*tesaurización*) todos os livros do mundo, a posseção material de todo o património escrito universal. Armazenados no palácio, o meio milhão de rolos de papiro que chegou a reunir, dava ao reino dos Ptolomeus a dimensão universal que havia alimentado o sonho de Alexandro Magno: a ambição de dominar toda a memória do mundo, grega e não grega.”¹²⁵

Será também a memória histórica que nos revela a noção de herança do património cultural, composto por bens que constituem “testemunho cultural possuidor de valor de civilização”¹²⁶. Os museus neste sentido, se são eles próprios património, e sabe-se a importância crescente que tem sido dada à edificação de obras arquitectónicas museológicas, e são guardiães dos bens patrimoniais.

“Desde a sua fundação, a missão privilegiada do museu havia sido a conservação e o estudo. Sem embargo, no começo do século XX, os conservadores tinham grandes dificuldades para gerir um património cada vez mais caudaloso e heterogéneo.”¹²⁷

¹²³ FEBVRE, Lucien, “Vers une autre histoire”, 1949, cit. in GOFF, Jacques Le, *op. cit.*, (1984), p. 164.

¹²⁴ COLLINGWOOD, R.G., “A ideia de História”, in GOFF, Jacques Le, *op. cit.*, (1984), p. 165.

¹²⁵ BOLAÑOS, María, *op. cit.*, (Abril de 2002), do Prólogo, p. 11, [tradução livre].

¹²⁶ CORREIA, Fernando Alves, “Propriedade de bens culturais – restrições de utilidade pública, expropriações e servidões administrativas”, in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996, p. 395.

¹²⁷ BOLAÑOS, María, *op. cit.*, (Abril de 2002), do Prólogo, p. 55, [tradução livre].

Esta é a perspectiva que leva a pensar que é o património que configura a instituição museológica como um espaço cultural e “não só mas também” como colaborador e agente na educação. Percebemos esta dualidade biactuante no funcionamento dos museus, pois leva-nos a pensar no património cultural que salvaguarda e protege mas que também expõe e dinamiza socialmente.

“A cultura já não está na cabeça das pessoas mas à sua frente, composta de uma quantidade de signos a reconhecer e interpretar, ou ainda apenas para reviver como expressão de uma tradição incontestada. A necessidade de cultura traduz-se por uma objectualização das culturas.”¹²⁸

Maria Bolaños chama a atenção para a tomada de consciência do peso herdado, pela memória guardada e recebida do século XIX, “produto da acumulação patrimonial num século obcecado pela história”, **que** começa a mostrar-se difícil de compatibilizar com os novas maneiras de pensar os bens que ao longo do século XX foram sofrendo diversas alterações. Os museus não se ficam pela memória cultural na sua relação com o património. O espaço do museu é ele mesmo um espaço cultural vivo e revelador-construtor de cultura. Por isso, o património que guardam e conservam não é um património estático no tempo mas, reconstruído e renovado, revelador de novos modos de olhar e entender.

A cultura encontra-se em ruptura-mudança, quer no que respeita a saberes, técnicas e conhecimentos, quer em relação a hábitos, usos e costumes, que são a expressão da vida do dia-a-dia, quer no domínio das mentalidade e valores enraizados na definição do Ser. Por conseguinte, o tradicional e a memória são hoje revistos e, por vezes, mesmo negados em favor do novo. O património é assim repensado, e na actualidade, a prová-lo, encontramos uma série de documentos legais que vão dando conta das alterações que sobre ele tem recaído.

“O conceito de Património, mesmo a nível institucional, está ainda em fase de crescimento, estado nascente, na sua versão mais *cultural* e englobante. Pode dizer-se que não foi ainda totalmente cristalizado pelas instâncias sociais que se encarregam de situar e administrar a generalidade dos saberes e práticas que emergem do quotidiano sócias. Este é ainda um espaço, como alias a generalidade dos espaços ditos “culturais”, onde o discurso político se pode refugiar sempre que as outras áreas mais bem demarcadas e endurecidas não oferecem o rendimento e resposta imediata às necessidades estratégicas dos poderes aplicados. Então, há que procurar novas áreas; criar novos Ministérios e Secretárias de Estado que, formalizando a posse da tutela de um campo, geralmente novo e menos submisso, formalizam a capacidade para a sua administração, legitimando ao mesmo tempo esse exercício. O Património, não

¹²⁸ JEUDY, H.-Pierre, “Memóires du Social”, Paris: PUF, 1986, pp. 7-9, cit. e trad. in ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *op. cit.*, (1997), p. 190.

estando inserido num campo tão novo – “a Cultura” –, não deixa por isso de ser, na contemporaneidade, uma emergência suficientemente recente para merecer esse tipo de atenção que aos novos campos é dada.”¹²⁹

A instituição museal como espaço cultural tem também sofrido múltiplas transformações: desde se organizar de uma forma passiva a um processo de construção vivo; a um espaço de sedução e de espectáculo, onde ascende e se auto legitima o protagonismo do espectador; ou a onde o espectador se anula a favor de uma imagem que lhe é exterior. Pelo domínio dos meios de comunicação, da cultura visual e das novas tecnologias na cultura, no património, no museu, temos a vivência do efémero e do temporário. A cultura entrou em crise, tal como o mundo em âmbito geral. Vive-se um início do século procurando redefinições e alternativas para essa situação. Daí que as políticas que imperam sobre esse sectores culturais ganhem uma implementação acrescidas. O que podemos assim reconhecer e compreender, no seu conjunto, que elas tenham dito para o âmbito da educação em museus sendo que o espaço cultural-museal está em redefinição?

Sem desejar defender a ideia de que a cultura se transformou num problema da educação, como diz T.S. Eliot¹³⁰ reiteramos ainda assim a interdependência entre ambas. Mas também afirmamos que a cultura é um problema muito mais vasto, que envolve todos nós e todas as áreas de acção da vida humana. A cultura é por isso um tema político, pela sua dimensão social, sobre a construção de projectos que visam propor e instaurar, por exemplo, sistemas de educação indissociáveis de meios de mediação com a sociedade. A acção política desenvolve-se antes, durante e depois da acção das instituições museais na definição prévia de escolhas, incentivos e parcerias, etc. relativos aos projectos dos serviços dos museus para o público. É aliás esta abrangência que faz com que a cultura nunca possa vir a ser inteiramente consciente, mas precisamente por isso pode-se e deve-se planear e projectar a parte de que se vai possuindo consciência¹³¹. Pois será dos projectos, de produção e fruição culturais, assumidos de forma consciente por um número necessariamente alargado de pessoas que se poderá propor as eventuais mudanças e transformações para se irem resolvendo erros, melhorando e criativamente inovando, sem ter a pretensão de tudo projectar e abranger.

¹²⁹ ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *op. cit.*, (1997), p. 182.

¹³⁰ ELIOT, T. S., *Notas para uma Definição de Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, 1996, p. 107: ao identificar a cultura com a educação (...) ao fazer da educação o único instrumento para melhorar a nossa cultura.

¹³¹ Neste ponto discordo da visão de T.S. Eliot, *op. cit.*, (1996), p. 109, que nega a possibilidade de planear no âmbito cultural pois “há mais nela [na cultura] do que aquilo de que somos conscientes, que é a base inconsciente de tudo o que planeamos”.

O principal interesse deste ponto não é tanto o de encontrar a concepção ideal ou mais correcta mas de expor as definições de museus provenientes de diversas entidades reconhecidas na actualidade pela maioria dos países, incluindo Portugal. Para tal podemos usar a tabela enunciada no Inquérito aos Museus em Portugal¹³² aí acrescentando a que surge no Panorama Museológico em Portugal¹³³. Das várias definições de museu aqui citadas podemos perceber do facto de vir referida a educação logo é um elemento considerado fundamental no entendimento do que é um museu.

(Quadro N. 1)

Definições de Museu

| ICOM ¹³⁴ | APOM ¹³⁵ | INE ¹³⁶ |
|---|--|--|
| O museu é uma instituição permanente, sem objectivos lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que produz investigação sobre os testemunhos materiais do Homem e do seu ambiente que, uma vez adquiridos, são conservados, divulgados e expostos, para fins de estudo, de educação e de deleite. | O museu é uma instituição ao serviço da sociedade, que incorpora, inventaria, conserva, investiga, expõe e divulga bens representativos da natureza e do homem, com o objectivo de aumentar o saber, de salvaguardar e desenvolver o património e de educar, no verdadeiro sentido dinâmico de criatividade e cultura. | Instituição permanente sem fins lucrativos, que faz investigação respeitante aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, e divulga-os para fins de estudo, educação e fruição. |

Continua p. seg.

In *Inquérito aos Museus em Portugal*¹³⁷

¹³² SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), p. 31.

¹³³ OLEIRO, Manuel Bairrão, (Coordenação IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2005), p. 24.

¹³⁴ Cfr. ICOM Statutes, 5 de Setembro de 1989, art.º 2.º, in SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), p. 31.

¹³⁵ Cfr. “Conclusões do colóquio APOM 79, in SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), p. 31.

¹³⁶ Cfr. Conceitos estatísticos da área temática da cultura do Conselho Superior de Estatística/Grupo de Trabalho das Estatísticas da Cultura, versão final, s/ data, in SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), p. 31.

[A APOM ainda acrescenta]

Para qualquer instituição ser considerada museu tem que dispor de:

Programação coerente para a exposição do seu acervo; espaço próprio adequado à colecção ou colecções que incorpora; pessoal em número suficiente e com preparação adequada para o desempenho das funções que lhe são exigidas; um determinado número de horas semanais de abertura ao público; programa de actividades culturais; verbas suficientes para custear os encargos inerentes ao seu funcionamento.

*In Inquérito aos Museus em Portugal*¹³⁸

Atendemos também aos elementos que parecem caracterizar o sentido da função educativa dos museus e a partir das várias publicações acerca da Educação nos Museus acabamos por seleccionar das actas do Encontro Educação e Museus¹³⁹ algumas afirmações.

1. Vocação cultural e social: “O papel educativo do museu é fundamental, sobretudo como regulador de valores socioculturais e imposição de um sentido de cidadania, onde devem estar presentes o diálogo, a tolerância, a afectividade e democracia”¹⁴⁰; são considerados “grande conquista e significado profundo do património cultural: a tomada de posse, pelas populações, desse mesmo património.”¹⁴¹

¹³⁷ SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), p. 31.

¹³⁸ *Id.*, *Ibid.*

¹³⁹ MINEIRO, Clara (coord. editorial), *op.cit.*, (Setembro 2002).

¹⁴⁰ CASTRO, Regina; PAIVA, José, “por referência ao tema 3, Captação de Novos Públicos”, in (cit. nota de rodapé n.º 39), p. 56.

¹⁴¹ TORRES, Cláudio, “por referência ao tema 3, Captação de Novos Públicos”, in (cit. nota de rodapé n.º 39), p. 67.

2. Comunicação/experiência de animação pedagógica: “deve mostrar as suas colecções de forma a que os visitantes se possam aí reconhecer e identificar com as suas preocupações. Deve questionar, incitar ao diálogo, despertar a curiosidade e o encantamento através dos meios audiovisuais hoje disponíveis mas, principalmente, através do contacto directo, da visita guiada ou da actividade paralela onde, olhos nos olhos, a voz e os gestos, esses instrumentos primordiais da comunicação, cumprirão a sua missão mais fecunda. Através do auto-aperfeiçoamento do instrumento de comunicação, o museu deve integrar a sua compreensão, a sua memória e as formas de acção que vem experimentando e sobre as quais deve continuamente reflectir e avaliar, na construção de um sistema de educação especificamente museológico.”¹⁴²

3. Objectivos: “Organização e interpretação capaz de propor às populações leituras coerentes e significantes”; “Exibição e divulgação activa dos acervos”; “oferta regular de exposições temporárias correlacionadas”; “proporcionar condições de acesso público e informado aos bens”; “processos de familiarização com o património”; “aquisição de atitudes e competências necessárias à fruição pessoal informada.”¹⁴³

4. Intervenientes: “Qualquer que seja a função que cada pessoa desenvolva dentro do museu, é fundamental a compreensão do seu papel educativo.”¹⁴⁴

4.1. Disseminação de tarefas: “O serviço de atendimento deve saber dar resposta às solicitações do público ou saber indicar quem o poderá fazer. A equipa de montagem deve ser ajudada a compreender os meios eficazes de passar informação (textos, legendas). Os próprios conservadores, especialistas nos seus domínios, podem beneficiar da ajuda da definição das necessidades educativas dos grupos mais relevantes que visitam o museu.”¹⁴⁵

4.2. Partilha de tarefas: “é indispensável que as funções de educação não se restrinjam aos técnicos a quem essas funções estão organicamente atribuídas. Por isso, o pessoal mais competente não pode restringir-se ao atendimento de especialistas ou públicos de excepção mas alargar-se a públicos comuns. Poderá revestir a forma de colaboração em períodos de excessiva concentração de trabalho, mas também implementação de novas experiências, quer em termos de conceptualização, quer em termos de recepção”¹⁴⁶

5. Relação de cumplicidade com o público: “por um lado, ajudando a mostrar à sociedade o discurso científico, tecnológico, estético, sociológico, antropológico nascido de uma investigação, que põe ao dispor da linguagem pedagógica material de trabalho de grande valor, por outro lado, e devido ao contacto directo com a sociedade, apontando à investigação as suas necessidades de modo a construir exposições que tenham como

¹⁴² CAIADO, José Pedro, “por referência ao tema 2, Formação”, in (cit. nota de rodapé n.º 39), p. 36.

¹⁴³ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in (cit. nota de rodapé n.º 39), pp. 9-10.

¹⁴⁴ CAIADO, José Pedro, “por referência ao tema 2, Formação”, in (cit. nota de rodapé n.º 39), p. 35.

¹⁴⁵ *Id.*, *ibid.*

¹⁴⁶ SILVA, Raquel Henriques da, “por referência ao tema 1, Política Educativa: objectivos”, in (cit. nota de rodapé n.º 39), p. 17.

parceiros criativos elementos da comunidade e sejam resposta para problemas sociais concretos que interessa no momento de autoformação, transformando o museu num local de acolhimento onde a partir de uma disciplina de formação inventem modos de actuação que introduzam factores de crescimento e de novidade.”¹⁴⁷

2.1.3. Educação em museus

Os museus são instituições sociais historicamente atribuídas à cultura. Ao longo do século XX, fizeram consolidar a sua função educativa, que por inerência do processo de democratização cultural - que foi sendo construído depois da II Guerra Mundial, sobretudo depois de meados dos anos 60 - os tornou também importantes agentes e meios de comunicação para um número crescente de pessoas, a quem se chama “público”, “visitante”, “espectador”, “cliente”, dependendo da proveniência do discurso e dos seus objectivos.

“Em 1971, IX Conferência Geral do ICOM celebrada em “Grenoble” e Paris tomou como tema da reunião “O museu ao serviço do homem, hoje e amanhã”, constituindo não só uma mudança tradicional sobre as funções que o próprio Conselho Internacional dos Museus vinha atribuindo convencionalmente a estas instituições – coleccionar, conservar, restaurar, investigar e comunicar -, mas também o começo de uma série de transformações de orientações e de um impulso de novas actividades e propostas, que acabaram por originar especialmente no convencimento geral da importância e obrigação que têm os museus na hora de desempenhar o seu papel na sociedade, a educação e a acção cultural e o desenvolvimento da comunidade que servem.”¹⁴⁸

A referida conferência marcou um ponto de viragem internacional, que aos poucos viria a ter expressão em vários países, entre os quais Portugal¹⁴⁹, e podemos ainda citar da Conferência, que os museus devem

“em primeiro lugar, estar ao serviço da humanidade”; “É questionável o museu que perpetua valores a propósito da preservação do património cultural e natural da humanidade apenas como simples posse de objectos e não como manifestação de tudo o que é significativo na evolução do homem.”¹⁵⁰

Podemos por isso afirmar que a educação aparece no museu ligada à comunicação pois ambas se relacionam com a vocação sócio-cultural do museu. A história também nos dá conta de

¹⁴⁷ CAIADO, José Pedro, “por referência ao tema 2, Formação”, in (cit. nota de rodapé n.º 39), pp. 38-39.

¹⁴⁸ FERNÁNDEZ, Luís Alonso, *op.cit.*, (1999), p. 73, [tradução livre].

¹⁴⁹ Damo-nos conta de que em Portugal no ano de 1968 decorreu um Seminário organizado pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), cuja finalidade era debater aspectos e problemas da acção educativa dos museus, mas o mesmo só vem a ser publicado posteriormente, no mesmo ano da Conferência do ICOM, em 1971. Cfr. SEMINÁRIO, *Museus e Educação. APOM, 29-30 de Maio de 1967*. Lisboa: APOM, 1971, p. 117.

¹⁵⁰ IX Conferência Geral do ICOM, cit. por FERNÁNDEZ, Luís Alonso, *op. cit.*, (1999), p. 73.

que este processo de consolidação de um “serviço público” dos museus os tornou um sector a atender nas políticas culturais, e com mais ou menos orientações vamos encontrar, quer a nível internacional quer nacional, uma tendência a concretizar esse “serviço”, e sobretudo a dá-lo a conhecer e a torná-lo efectivamente participado, mediante um conjunto de projectos e programas, que passam pela existência de departamentos e/ou pessoas encarregues profissionalmente de implementar acções de educação-comunicação.

De acordo com Isabel Ferin¹⁵¹, a cultura está no âmago da actividade humana; está sujeita a rituais de aprendizagem inerentes a hábitos, costumes, inovações e rupturas, pode ser formalizada através de códigos e tecnologias, e é simultaneamente individualizada e partilhada por um grande número de pessoas. Falar de cultura implica ter presente a relação inerente com a educação e a comunicação. Quer pela importância da relação teórica existente entre cultura, educação e comunicação e da sua inseparabilidade empírica na abordagem sistémica sobre serviços educativos em museus, quer pelos seus projectos quer pelas suas acções e resultados que esses serviços desenvolvem, os conceitos de cultura, de educação e de comunicação são essenciais para a estrutura e fundamentação deste estudo.

Se sobre a relação entre cultura e educação, desde já podemos perceber, que é complexa e inter-reagente, o mesmo se pode dizer de cultura e comunicação, ou como outros nomeiam, entre linguagem e cultura. Para T. S. Eliot¹⁵² se assumirmos que o objectivo da educação é a cultura esta parece que fica limitada aquilo que possa ser transmitido pela educação. Ora nem a educação se restringe à cultura nem a cultura à educação.

Pensarmos num sentido restrito de educação, como mecanismo de transmissão, que se processa via aprendizagem, de informações e conhecimentos, leva-nos a perceber que educação reteria apenas uma parte da cultura. Contudo, a história, nestes anos mais recentes, tem demonstrado uma mudança neste entendimento de educação, pois a aprendizagem passa a ser para além da aquisição de conhecimentos, capacidades e competências também a criação de estímulos para “a criatividade e a capacidade inovadora na resolução de problemas novos” e o

¹⁵¹ FERIN, Isabel, *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera Editores, 2002, p. 48, as observações em cima enunciadas são feitas no plural, quer para a cultura quer para a comunicação, e acrescenta: “pode dizer-se que tanto a Comunicação como a Cultura integram sistemas (conjuntos de elementos, objectos ou entidades que se inter-relacionam mutuamente para formar um todo único) altamente complexos e interdependentes, levando a que qualquer alteração num dos sectores gere alterações, mudanças, rupturas ou adaptações em todos os outros”.

¹⁵² ELIOT, T. S., *op.cit.*, (1996), no Capítulo VI, p. 111, aborda a perspectiva da educação e da cultura.

“encorajar a curiosidade”¹⁵³. Ainda assim não podemos assumir que a educação se limita à cultura e vice-versa. Se tivermos em conta um sentido de educação mais alargado e actual, como construção e desenvolvimento, que se processa via aprendizagem, dos sujeitos em todas as suas componentes¹⁵⁴ aí todos os dados entrariam no domínio da educação mas ainda assim não caberiam todos em simultâneo nem da mesma maneira, por isso mesmo aqui a educação apenas comportaria uma parte da cultura e a cultura seria apenas uma parte da educação.

Cultura e educação são termos distintos, que se supõem mutuamente mas não exclusivamente. Relacionam-se e complementam-se, englobando todas as experiências, os conhecimentos e os processos de desenvolvimento pessoal e social, todos os que neles participam (locais, recursos humanos e materiais, etc.). Ambas estão relacionadas com linguagens, rituais, conhecimentos e práticas associadas ao processo de construção do ser, do saber e do saber fazer e do saber mudar.¹⁵⁵ Mas a educação opera uma selecção de conteúdos a comunicar (sejam eles científicos, práticas, normas ou valores) e reorganiza-os segundo uma estrutura e finalidade própria – pedagógica – de acordo com os intervenientes (crianças, adultos, adolescentes) e os contextos em que se realiza. Opera uma reconstrução e contextualização dos saberes, criando uma cultura específica que se propõe tratar. Esta aparece como uma parte da cultura disponível e um factor determinante da criação e desenvolvimento cultural de uma sociedade e em simultâneo como uma cultura que o próprio processo educativo é capaz de construir.

Portanto a educação liga-se à cultura não só pelo que existe mas também pelo novo, pelo que se transmite e pelo que é construído. E a comunicação liga-se à cultura pela qualidade da partilha. É pela interacção entre os entes sociais que a comunicação se estabelece e a cultura se constrói e se participa. Se a comunicação pode ser entendida, *lato sensu*, como o mero contacto entre os seres, nesse sentido segundo Paul Watzlawick¹⁵⁶ até o silêncio comunica. Enquanto que

¹⁵³ QUINTANILHA, Alexandre, “Aprender para lá do que nos ensinaram”, in CONFERÊNCIA INTERNACIONAL, *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Março 2003, pp. 23-24.

¹⁵⁴ ROSNAY, Joel, *O Macroscópio*. Lisboa: Edições Arcádia, 1977: “As grandes constantes da natureza humana traduzem-se por necessidades: [...]. Mas prefiro falar aqui de componentes fundamentais [...] a biológica (cuja unidade é o organismo); a intelectual e ética (cuja unidade é a pessoa); a social e relacional (cuja unidade é o cidadão) e a simbólica (cuja unidade é o ser). Estas quatro componentes integram-se na totalidade que representa o homem multidimensional.”

¹⁵⁵ VELHO, Gilberto, “Dimensões da cultura na sociedade moderna contemporânea” in Conferência Internacional, *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Março 2003, pp. 35-47.

¹⁵⁶ WATZLAWICK, Paul, et al., *Pragmática da comunicação humana*. S. Paulo: Edições Cultrix, 1999 (1967).

para o estruturalista Lévi-Strauss¹⁵⁷ a comunicação deve ser entendida sobretudo como linguagem. E sublinha a este propósito que o problema das relações entre linguagem e cultura é um dos mais complicados que se nos colocam. Para o que evidencia as diferentes abordagens que se fazem acerca desta relação: a linguagem toma a cultura como um *produto*; uma *parte*; uma *condição*; uma e outra constroem-se por meio de oposições e de correlações ou, por outras palavras, de relações lógicas.

Por exemplo M. Yaguello¹⁵⁸ aborda a linguagem como um instrumento cultural do Homem e ao mesmo tempo como um lugar à parte¹⁵⁹. A linguagem é tida como uma resposta instrumental e essencial do homem, o que corresponde à necessidade de comunicar;

“mas esta necessidade, [...] não se manifesta “naturalmente”. [...] Se, portanto, a aptidão para a linguagem é um traço genético, a sua realização passa por uma aprendizagem cultural (como mostraram todos os casos observados de crianças selvagens, nas quais a aptidão para a linguagem está atrofiada). (...) A linguagem acciona capacidades especificamente humanas para a simbolização e a abstracção, (pelo que) o Homem é capaz de evocar não apenas o que é palpável e está presente, mas também o que está longe, no tempo ou no espaço, o que é abstracto ou mesmo imaginário.”¹⁶⁰

O que significa que a comunicação passa pela educação e pela cultura. E todas têm que aprender-se, sob a forma de uma língua, ou por signos e símbolos próprios de uma comunidade.

No âmbito do museu, pensar na educação e na comunicação como processos capazes de construir mensagens e saberes culturais, seja mediante a língua falada, escrita ou por signos ou símbolos, ou pelo que os bens culturais expostos conseguem só por si representar, é admitir que o museu é um espaço comunicador e educador de cultura. Do museu e das suas diversas funções espera-se um “processo de organização e interpretação capaz de propor às populações leituras coerentes e significantes sobre as suas heranças, memórias e identidades; a exibição e divulgação activa dos acervos e a oferta regular de exposições temporárias correlacionadas, de modo a proporcionar condições de acesso público e

¹⁵⁷ LÉVY-STRAUSS, Claude, *Antropologie structurale*. Paris: Editions Plon, 1958, pág. 78-79, (tradução livre).

¹⁵⁸ YAGUELLO, M.. *Alice no País da Linguagem*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

¹⁵⁹ Também para Gadamer, a linguagem cria a possibilidade de o Homem ter um mundo, que não será o mundo ambiente ou universo científico, mas sim o nosso mundo da vida. O Homem surge como um construtor de mundos. Mas a linguagem não é vista por este autor como um instrumento mas um campo de interacção. Cultura e comunicação fazem parte de um processo construtor do mundo, que é uma base comum que toda a gente reconhece, que une todos. “A linguagem não é só um dos dotes de que está apetrachado o homem tal como vem ao mundo, antes é nela e por ela que surge a possibilidade de termos um mundo.” GADAMER, Hans-Georg, *Verdad Y Método*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 4ª edição, 1977 (edição original, 1975), pp. 531, [tradução livre].

¹⁶⁰ YAGUELLO, M.. *op. cit.*, (1990), p. 16.

informado aos bens.”¹⁶¹ É a abertura e a interacção entre o público e o museu que enriquecem a cultura e o património que a compõe, como um “organismo vivo”, o que se processa mediante a função educativa e comunicativa.

Por conseguinte, é esta vocação sócio-cultural que faz da educação e da comunicação um processo único na acção dos serviços educativos dos museus. Ao que nos perguntamos se essa vocação tem expressão nas políticas culturais dirigidas aos museus, e em particular nas que se relacionam com a educação nos museus?

2.2. O enquadramento da investigação

Portugal tem uma importante história contemporânea a fazer, sobretudo a que se refere à segunda metade do século XX, são vários os campos a tratar e, em particular, o político nas suas relações com o sócio-cultural. Atender à educação nos museus através da história das políticas a eles dirigidas implica investigar sobre o âmbito sócio-cultural dessas políticas. Partindo do princípio que o objecto de estudo a tratar assume uma perspectiva histórico-política, torna-se preeminente esclarecê-la. É histórica porque reflecte sobre um período de tempo e pretende esclarecer o que ocorre nesse tempo. É política porque a reflexão incide sobre as orientações, opções fundamentais do Estado que se traduzem em documentos jurídico-públicos emanados por organismos oficiais e visa a sua análise.

Enquadrar é situar e em simultâneo definir limites. A situação permite caracterizar o assunto a dissertar, enuncia o quadro dos elementos presentes, próximos e correlacionados, e pela negativa também traduz os elementos ausentes, afastados e sem relação. Os limites marcam o contorno situacional, sem fechar o assunto permitem perceber possíveis *outputs* e *inputs*, permitem “assumir a exigência de historicidade que se manifesta na consciência histórica do momento”¹⁶². Neste caso a consciência histórica dita uma reflexão sobre um tempo e um espaço concretos a saber, os limites marcados por essas coordenadas permitem um esboço inicial de uma situação que se propõe explorar com vista à sua compreensão.

¹⁶¹ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *op. cit.*, (Setembro 2002), p. 9.

¹⁶² ZEMELMAN, Hugo, “Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói”, in SANTOS, Boaventura de Sousa, (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente – “um discurso sobre as ciências” revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, Out. 2003, p. 436.

“Ao historiador cabe o encargo social de cultivar o exercício da memória, indispensável à vida em sociedade. «A memória que liga entre si os factos do passado individual ou colectivo constitui também o fundamento da consciência de identidade».”¹⁶³

Falamos da memória como “abertura sobre o passado”¹⁶⁴. Ou seja, com o intuito de “refazer o trajecto (...) em direcção à História e procurar, na memória, as raízes da nossa procura de História.”¹⁶⁵ Ora o sentido de abertura não corresponde ao “ilimitado”, ele necessita de fronteiras, a que podemos apelidar de limites históricos, que nos permitam contextualizar o trajecto a construir. E a História constrói-se em simultâneo num tempo e num lugar concretos. “Estas duas coordenadas permitem-nos definir e relativizar a situação do Homem no seu meio.(...) esses dois parâmetros da actividade do Homem estão estreitamente associados”¹⁶⁶. E sustenta-se nos registos da memória, entre os quais os documentos escritos que procuramos deslindar, que têm em conta “a incidência das rupturas políticas e a natureza dos regimes e formas de governo instalados, na evolução e criação cultural, [como] questões essenciais num estudo histórico”¹⁶⁷.

A abordagem às políticas culturais pressupõe estar atento ao papel do Estado sobre a cultura, este será um outro limite a definir para o enquadramento deste trabalho. Salienta-se contudo que não é a caracterização nem a expressão do Estado que procuraremos aferir mas em exclusivo as concepções nas políticas culturais por ele configuradas para o sector específico da educação na área dos museus.

2.2.1. A historicidade

A razão pela qual o início do tempo histórico neste trabalho assume uma data particular, 25 de Abril de 1974, tem em primeiro lugar a ver com “um acontecimento”¹⁶⁸ ocorrido nessa

¹⁶³ FILIPE, Graça, “A perspectiva educativa nas relações entre museus, património e história”, in *O Ensino da História*. Boletim APH, n.º 18, Out. 2000, p. 52, [citando MATTOSO, José, A função social da História no Mundo de Hoje, [S.l.]: Edição APH, 1999, pp. 17-22].

¹⁶⁴ RICOEUR, Paul, “O passado tinha um futuro”, in MORIN, Edgar, (org.), *O Desafio do século XXI – religar os conhecimentos*. Edição do Instituto Piaget, Lisboa, 2001 (1999), pp. 323-325.

¹⁶⁵ *Id.*, *Ibid.*

¹⁶⁶ POIRIER, Jean, *História dos Costumes – o Tempo, o Espaço e os Ritmos*. Volume 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 19-21.

¹⁶⁷ PINTO, Eduardo Vera-Cruz, “Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal”, in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *op. cit.*, (1996), p. 211.

¹⁶⁸ RICOEUR, Paul, *op. cit.*, (2001), pp. 322-323, diz que o acontecimento “faz-se-lhe frequentemente apelo na História do tempo presente e no político”, por sua vez a estrutura insere-se “dentro de um horizonte temporal mais amplo”, o que nos parece em acordo com o enquadramento histórico desta investigação.

data que leva a uma alteração da estrutura histórico-política portuguesa, que portanto, alterou o sistema político e com ele tudo o que se relaciona com as políticas de Estado, temos assim o que se chama de “revolução”. O sentido de “revolução” é aqui o resultado de um facto político, o acontecimento intitulado de “Revolução de 25 de Abril”, e de uma ruptura na estrutura, ou seja, de uma mudança de paradigma na história política de Portugal, “com repercussões multiformes no tecido sócio-cultural”¹⁶⁹. Pois, em consequência desse “acontecimento”, o regime de ditadura política que caracterizou o Estado Novo foi derrotado e configurou-se um regime democrático que vigora até à actualidade.

A tese de doutoramento de Cristina Pimentel sustenta uma ideia de evolução, e não de ruptura, quanto a um sistema museológico nacional, por não permitir demarcar uma ruptura total com o período anterior a 74, ou seja, não há propriamente a criação de um “novo” sistema,

“em Portugal, o museu no seu formato público não evolui de acordo com conceitos de desenvolvimento liberais ou socialistas que privilegiavam a substituição de um sistema por outro, mas sim de acordo com processos de actualização de modelos existentes. A formação e desenvolvimento do museu enquanto instituição pública em Portugal foi o resultado de um sistema de valores, essencialmente corporativos, cujas origens remontam ao século XV e cujo ideal de desenvolvimento pouco ou nada tinha em comum com as tendências de modernização e de progresso que caracterizam o mundo ocidental.”¹⁷⁰

Contudo, o sentido de ruptura que pressupõe uma alteração dos quadros teóricos em que assenta o sistema político português e em simultâneo a configuração de uma outra estrutura histórico-política existe. A própria análise realizada por Cristina Pimentel divide o articulado entre 1833 - 1974 e entre 1974 – 1991¹⁷¹, pelo que se assume uma mudança de estrutura assente não numa substituição de sistemas mas numa redefinição do seu modo de organização e numa alteração de paradigma político em sentido lato. Também concordamos e reafirmamos o que referiu Clara Camacho na sua tese de doutoramento sobre a importância de interligar a mudança de regime político em Portugal, datada de 1974, com a renovação da museologia portuguesa. Mesmo não sendo o seu objecto de estudo essa situação em si, o horizonte temporal que o demarcava tinha como fronteira inicial esse período, que aqui também adoptamos.

¹⁶⁹ CAMACHO, Clara Frayão, *op. cit.*, (1999).

¹⁷⁰ PIMENTEL, Cristina, *op. cit.*, (2005), p. 25.

¹⁷¹ *Id., Ibid.*, pp. 87-214, o faz corresponder ao capítulo 2 “A evolução do sistema museológico português” e ao capítulo 3 “Em direcção a novos modelos: a evolução da estrutura museológica portuguesa”.

“As mudanças política e sociais ocorridas no País criaram as condições de implementação dos princípios essenciais (...), e propiciaram um sentido de urgência à criação de estruturas e instrumentos jurídicos de base, o que marcou todo o período subsequente a 1974.”¹⁷²

O “acontecimento” é aqui um ponto de partida temporal, não necessariamente consequencial nem explicativo. Ele marca o início de uma nova estrutura política, marca uma mudança de paradigma na construção de uma perspectiva histórico-política mas, conforme também veremos, não é pelo 25 de Abril acontecer que o panorama museológico português se altera radicalmente. E mesmo que o fosse não era esse o centro da problemática a investigar.

Para término temporal concentramo-nos na data, que nos confere a publicação do último documento específico sobre museus que implicaram uma profunda renovação política e legal, que se trata da primeira Lei-quadro de museus em 19 de Agosto de 2004. A mudança centra-se, neste caso, nos museus, o que consideramos ser um outro “acontecimento” político que sobressai na abordagem ao tema da educação em museus segundo as políticas culturais. Trata-se de um documento escrito, produzido pelas instâncias oficiais do Estado, logo, inscreve-se nas fontes que propomos analisar, traduz sem dúvida um novo paradigma, se não político pelo menos legal, para a regulação e funcionamento dos museus.

Assim temos um panorama que vai de 1974 a 2004. O presente estudo concentra-se sobre um decurso de tempo médio mas terá a marca da actualidade, no sentido em que focamos 30 anos de passado a partir de hoje, e a marca da contemporaneidade, tendo em conta que nos centramos num período da história recente de Portugal, o panorama político contemporâneo. O esforço é “encontrar as categorias do acontecer”¹⁷³, demarcá-las na sua singularidade e reuni-las num panorama estrutural de modo a compreender uma situação.

“Não é simples escrever sobre história recente, e menos ainda sobre a história imediata. Não é a abundância e a qualidade de documentação que estão em causa, mas antes a falta de distanciamento e o risco do desmentido, que pesam sobre a perspectiva e a interpretação dos factos essenciais.”¹⁷⁴

¹⁷² CAMACHO, Clara Frayão, *op. cit.*, (1999), p. 52.

¹⁷³ MIRANDA, José A. Bragança de, *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, 2002, p. 19, o autor salienta a necessidade de distinção entre contemporaneidade e actualidade. “Enquanto a actualidade é o processo dinâmico no qual cada pormenor, ou particular, põe em jogo uma certa imagem da «história», a qual se torna decisiva, a contemporaneidade é a reunião heteróclita dos fragmentos ou particulares, enquanto particulares.”

¹⁷⁴ DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony, *História do Século XX – Crises e mutações (de 1973 aos nossos dias)*. Volume 4, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1993, p. 11. É interessante como os historiadores aqui citados

Conforme já foi dito há aqui o jogo entre a História e a memória, do qual se salienta a co-participação. Constrói-se uma história na qual se está presente, da qual fazemos parte. Trinta anos representam o panorama a traçar e um percurso de vida. Quer isto dizer, no fundo estamos a olhar para um passado-presente, para a história da nossa época,

“isso é também, inevitavelmente, um empreendimento autobiográfico. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) as nossas próprias recordações. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras na sua história como actores dos seus dramas – por mais insignificantes que sejam os nossos papéis –, como observadores da nossa época e, não menos importante, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar como os seus acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós.”¹⁷⁵

Se o que se pretende é contribuir para compreender a situação das políticas culturais, sobre o epíteto da educação, subjacentes ao sector museológico e cultural no país, então significa atender à realidade nacional. Atendendo a que os limites espaciais relativizam a situação a caracterizar, referimo-nos apenas ao caso português, esta pode ser considerada uma investigação exclusiva da história nacional. No entanto, esse mesmo espaço não deixa de ser abrangente, quer porque se refere a um todo nacional, quer porque permitirá comparações ao contexto geográfico internacional, pelo que concordamos em defini-lo como um sistema espacial, como o refere Raymond Ledrut. Pois a abordagem é feita ao conjunto das relações fundamentais que determinam uma estrutura global, complexa, da qual se procura traçar um panorama num espaço concreto, a que ele chama de “organização espacial”.

Sem entrar no campo da antropologia mas pela relação desse conceito com a história, estamos atentos a este sistema espacial no seu todo. O sistema dos museus portugueses buscar-se-á nas políticas nacionais dirigidas à educação nesse sector, e nas interligações com outras realidades paralelas a nível internacional. Este sistema espacial global é designado por,

“modos de espacialização. (...) Os tipos de espaço (ou os modos de espacialização) estão, sem dúvida, ligados ao tipo de organização espacial; a história das relações do Homem com o espaço deve ver como elas se articulam umas

encontraram uma data próxima da que referenciamos (1973), para marcar o início de uma história recente caracterizada maioritariamente pelas Crises e Mutações, escolheram uma crise – a do choque petrolífero.

¹⁷⁵ HOSBAWN, Eric, *A era dos extremos – História breve do século XX (1914–1991)*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 15.

com as outras e como podem, em certas ocasiões, ser independentes (manutenção de um tipo de organização quando o modo de espacialização já se modificou).”¹⁷⁶

De modo a conseguir abranger uma área de estudo sustentadora de uma investigação cuidada, rigorosa e justamente crítica quanto a uma situação específica, sobre a função educativa dos museus nas políticas museológicas, vai-se enquadrar tal temática no contexto nacional. Por conseguinte, sem perder de vista as especificidades territoriais e institucionais estas serão referidas numa estrutura mais alargada, conforme a própria dinâmica de investigação e de actuação hoje subjacente na Rede Portuguesa dos Museus.

2.2.2. As políticas através dos actos jurídico-públicos do Estado

Na bibliografia respeitante a aspectos da concepção e estruturação da actividade dos museus, como por exemplo em manuais de curadoria, manuais e cursos de museologia bem como em estudos que referem as várias áreas de funcionamento das instituições museológicas, a temática das políticas¹⁷⁷ surge confinada a variados termos consoante os autores e os conteúdos em causa. Vejamos, diferenciam-se as políticas provenientes do sector estatal das provenientes do próprio museu, embora se afirme muitas vezes a interdependência entre ambas existe o perigo da submissão das segundas face as primeiras.

O uso da expressão inglesa “policy”¹⁷⁸ é a mais frequente, no sentido de formulações de princípios e de regras que têm a acção por pressuposto pragmático, e que provém dos governos e/ou dos museus em si mesmos. Por vezes e para que não se confunda com as directivas do Estado sobre os museus, mas para que se perceba que o que está em causa são as bases da programação dos museus (sejam elas de que inspiração forem) fala-se em “philosophical framework”¹⁷⁹. Outra expressão comum é “politics”¹⁸⁰, se estiver presente a relação dos museus com o sistema político geral de um Estado, não tanto com as suas definições ideológicas mas com a sua estrutura organizativa e administrativa.

¹⁷⁶ POIRIER, Jean, *op. cit.*, (1998), pp. 60-67, 69 e 79.

¹⁷⁷ BENNETT, Tony, *The birth of the Museum, history, theory, politics*. London and New York: Routledge, 1995, pp. 89, 103-104.

¹⁷⁸ Surge por diversas ocasiões em AMBROSE, Timothy, and PAINE, Crispin, *Museums Basics*. London and New York: Routledge, 1993, pp. 230-275.

¹⁷⁹ Esta é uma expressão muito utilizada sobre a missão educativa dos museus por exemplo em BERRY, Nancy; MAYER, Susan, (editors), *op. cit.*, (1989).

¹⁸⁰ É o próprio título do livro em BOYLAN, Patrick, *op. cit.*, (1992).

De notar que toda esta terminologia surge também a partir das referências à política geral, nos manuais de ciência política ou em outros trabalhos de reflexão e análise política. Desde logo se objectiva que temos de distinguir a política e o Estado: aquela é elaborada por este, entre outras coisas, é o programa e a prática do trabalho desenvolvido; o Estado é a entidade que nos representa, tem várias políticas, e pode ir construindo-as e modificando-as. Diferencia-se também político de política, a partir de diversos autores que associam à distinção em língua inglesa entre “politics” (político) e “policy” (política). Segundo Luís Sá, a primeira seria a competição pelo poder político e a segunda as medidas para realizar objectivos a cargo do poder político. Ainda assim, apesar de se distinguirem “as duas misturam-se e interpenetram pelo que não é fácil perceber objectivamente o que as separa.”¹⁸¹

Outros autores referem a distinção a partir das seguintes definições: “*Politics*: vida partidária; poder político. *Policy*: plano de acção (pode até ser de uma empresa). *Polity*: regime, forma de governo, constituição política. (...) O político seria (...), de um ponto de vista estatístico, o conjunto das estruturas induzidas das relações de autoridade e obediência estabelecidas com o fito de um fim comum: pelo menos que o grupo não se desfaça. Daí que o alargamento do campo político para a sociedade, no sentido de apelar a uma autoridade ou a princípios mediadores exteriores à comunidade de base (politização). (...) A política tem como função presidir à unidade do grupo (...).”¹⁸²

Em última instância é a ideologia subjacente ao político. Sem querer reduzir o político à esfera do Estado, nem procurando isolá-lo do todo que é a sociedade global mas com o intuito de compreender as políticas culturais advindas do Estado enquanto situação histórica específica ousamos demarcá-lo. Sabemos os riscos tão claramente explicitados por Adalberto Dias de Carvalho, sabemos que hoje,

”há uma radicalização excessiva e intensiva do papel da política. Há ainda, por seu turno, uma identificação dos patamares da política com os patamares do próprio Estado. Há ainda, também, uma consequente subalternização e subordinação do social frente ao político. Há, implicitamente, o risco de a lógica do poder político do Estado asfixiar os pressupostos e os objectivos antropológicos da acção política.”¹⁸³

¹⁸¹ SÁ, Luís Manuel da Silva Viana de, *Introdução à ciência política*. (n.º 191), Lisboa: Universidade Aberta, 1999, pp. 23-24.

¹⁸² BONFILS-MABILO, B. e ÉTIENNE, B., *Será a ciência política uma ciência?* Lisboa: Edições Instituto Piaget, 2002, (1998), pp. 19-21.

¹⁸³ CARVALHO, Adalberto Dias, *Utopia e Educação*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 142.

Pelo que consideramos que é essencial inteirarmo-nos do que provém dessa esfera, para que essa asfixia possa ser travada a tempo caso necessário, ou para que essa lógica seja assumida verdadeiramente como a lógica coerente de todos.

No âmbito dos museus portugueses sabemos que nestes últimos 30 anos a organização e funcionamento dos mesmos se tem estruturado com uma forte intervenção estatal, aliás à custa da própria alteração da estrutura administrativa do Estado e das políticas culturais, o que culmina na actualidade com a criação de um Sistema Museológico Nacional.

“Somos obrigados a reconhecer que estas instituições modernas estão a passar por transformações profundas, cujo sentido não é muito claro.”¹⁸⁴

Os museus são um sector da política cultural como já aqui foi dito, juntamente com o património, ao mesmo tempo são também parte da realidade social. É por esse motivo que Eduardo Vera-Cruz Pinto aponta a consequência da sua reflexão nas estruturas argumentativas do discurso político e a sua integração no processo criador de normas disciplinadoras destas matérias.

“A jurisdicização do fenómeno cultural passa por uma teorização do lugar da cultura na comunidade que procura estabelecer a sua regulamentação normativa e por constatar que vivemos um período de retorno aos processo de contratualização e ao pluralismo jurídico e cultural.”¹⁸⁵

A criação da Lei-quadro dos Museus em Portugal será o culminar deste processo. Contudo não nos iremos deter apenas nos diplomas legais, como leis, decretos-leis e decretos regulamentares. O sentido de jurisdicização¹⁸⁶ enunciado deve aqui ser tomado amplamente sob a concepção de documentos oficiais emanados de entidades públicas conexas ao Estado. Mais tarde serão explicitados quais os que interessa deter, para já fica a ideia, já frequentemente repetida, de que são actos normativos que explanam e/ou executam a política cultural de um

¹⁸⁴ MIRANDA, José A. Bragança de, *op. cit.*, (2002), p. 24.

¹⁸⁵ PINTO, Eduardo Vera-Cruz, “Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal”, in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *op. cit.*, (1996), p. 208.

¹⁸⁶ Adoptamos a diferença referida por VERA-CRUZ, Eduardo in (cit. nota rodapé n.º 126), pp. 209-210, apesar de a reflexão ser sobre o património e não sobre os museus propriamente ditos, uma vez que ambos se enquadram no mesmo consideramos ser possível tomar aqui, para os museus, a mesma posição. Só que no nosso caso optamos por atender aos documentos das políticas que é possível jurisdicizar e não apenas aos que o direito já considerou.

Estado e não apenas os que se traduzem como manifestações de direito do património cultural.

“A cultura não se confunde com a política, mas, por causa da sua relevância colectiva, os poderes públicos não lhe são, nunca lhe foram indiferentes, (...). § E as áreas principais em que a intervenção do Estado se manifesta são hoje a educação, a ciência e a tecnologia, a comunicação social e a cultura *stricto sensu* (área remanescente em que entra o património cultural [e os museus]).”¹⁸⁷

As políticas enquanto princípios, finalidades e medidas de actuação do Estado de direito têm expressão em documentos escritos. Baseamos a identificação dos documentos na tipologia de actos do Estado que têm por correspondência as suas funções fundamentais. Usamos para isso dois quadros classificatórios elaborados por Jorge Miranda¹⁸⁸ a propósito de funções, órgãos e actos do Estado. Atendendo a que o autor começa por descrever as funções e só depois, por meio destas os actos jurídico-públicos, vamos adoptar o mesmo procedimento. Foram considerados quer critérios materiais, quer formais e orgânicos.

“Ou seja: caracterizamos as funções em razão dos fins ou do objecto dos actos por que se desenvolvem, em razão dos seus modos e formas de manifestação e em razão dos órgãos e das instituições através das quais são praticados esses actos. § Mas essa tripartição não esgota, nos nossos dias, as actividades do Estado ou não as reflecte com suficiente clareza e homogeneidade. É mister ter em conta zonas de fronteira entre aquelas três funções *fundamentais* e até funções *complementares*, *acessórias* ou *atípicas*.”¹⁸⁹

Portanto, a função do Estado no sentido de actividade, o que engloba qualquer uma das referidas,

“pode definir-se como um complexo ordenado de actos (interdependentes ou aparentemente independentes uns em relação aos outros), destinados à prossecução de um fim ou de vários fins conexos, por forma própria. Consiste na actividade que o Estado desenvolve, mediante os seus órgãos e agentes, com vista à realização das tarefas e incumbências que, constitucionalmente ou legalmente, lhe cabem.”

A partir das funções chegamos aos actos, e todos os actos cabem em funções do Estado, conforme podemos verificar nos quadros em seguida apresentados:

¹⁸⁷ MIRANDA, Jorge, “O património cultural e a Constituição - tópicos”, in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *op. cit.*, (1996), p. 253.

¹⁸⁸ MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*. Tomo V - Actividade Constitucional do Estado, Coimbra: Coimbra Editora, 1997, pp. 22-25.

¹⁸⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 22.

(Quadro N. 2)

Funções do Estado

| FUNÇÕES | CRITÉRIOS MATERIAIS | CRITÉRIOS FORMAIS | CRITÉRIOS ORGÂNICOS |
|---|--|--|---|
| Função política (legislativa e governativa ou política <i>stricto sensu</i> - <i>gubernatio</i>) | Definição primária e global do interesse público; interpretação dos fins do Estado e escolha dos meios adequados para os atingir; direcção do Estado | Liberdade ou discricionariedade máxima, o que não significa não subordinação a regras jurídicas (às da Constituição, desde logo); liberdade de escolha, senão quanto ao tempo e às circunstâncias, ou não havendo esta (v.g. promulgação obrigatória), ausência de sanções jurídicas específicas | Órgãos (políticos ou governativos) e colégios em conexão directa com a forma e o sistema de governo - Havendo pluralidade de órgãos, ausência de hierarquia e apenas relações de responsabilidade política |
| Função administrativa | Satisfação constante e quotidiana das necessidades colectivas; preparação de bens e serviços | - Iniciativa (indo ao encontro das necessidades) - Parcialidade (na prossecução do interesse público), o que não impede imparcialidade no tratamento dos particulares | - Dependência funcional, com sujeição, no interior de cada sistema ou aparelho de órgãos e serviços, a ordens e instruções (hierarquia descendente) e a recurso hierárquico (hierarquia ascendente) - Coordenação e subordinação, com mais ou menos centralização e concentração ou descentralização e desconcentração |

In *Manual de Direito Constitucional*.¹⁹⁰

De notar, contudo, que ainda há uma vasta zona de fronteira e funções complementares, acessórias e atípicas¹⁹¹, para além das referidas funções tradicionais. Mas não parece serem essas a matéria do nosso estudo. As três principais funções do Estado em que se inscrevem os actos que pratica são a política, a administrativa e a jurisdicional. Deste grupo identificamos a política e a administrativa como inerentes ao nosso estudo. A primeira porque cobre as acções que determinam os fins do Estado, as suas orientações, que é o que nos interessa atender, a segunda porque permite perceber essas orientações no terreno, na sua execução prática. Excluimos a

¹⁹⁰ *Id.*, *Ibid.*

¹⁹¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 36: “Do que se trata é ou de aproveitar características, requisitos ou garantias formais de certa actividade em nome de outros princípios político-constitucionais, ou de proporcionar condições para o cabal exercício de certa função, ou de praticar actos complementares de actos próprios de certa função, ou de praticar actos complementares de actos próprios de certa função, a ela indispensáveis”.

jurisdicional porque pertence ao foro dos conflitos de direito, que não faz parte da nossa investigação.

(Quadro N. 3)

Actos do Estado a partir das suas funções

| Função Política | | | |
|--|--|---|--|
| Função legislativa | | Função governativa ou <i>stricto sensu</i> | |
| Actos de conteúdo normativo - Leis | | Actos de conteúdo não normativo – actos políticos | |
| Leis Constitucionais | Leis Infraconstitucionais | Actos do povo activo | Actos dos órgãos governativos |
| Actos constituintes e leis de revisão constitucional | De eficácia externa – leis <i>stricto sensu</i> | Eleições e Referendos | Actos políticos <i>stricto sensu</i> ou de Governo |
| | De eficácia interna – regimentos de órgãos políticos | Actos de Direito Interno | Actos de Direito Internacional |
| Função Administrativa | | | |
| Actos de conteúdo normativo | | Actos de conteúdo não normativo | |
| Actos externos | Actos internos | Unilaterais | Bilaterais |
| Regulamentos | Instruções, estatutos, regimentos de órgãos administrativos, regulamentos internos de serviços | (por imposição de autoridade) Actos administrativos, outros actos da Administração | (convencionais) Contratos administrativos (ou, mais amplamente, contratos públicos) |

In *Manual de Direito Constitucional*.¹⁹²

“São os fins do Estado, permanentes ou conjunturais, que determinam o tipo e a feição das actividades dos seus órgãos e agentes, e são as normas jurídico-públicas que as qualificam como actividades do Estado. § Ora, se as funções do Estado dependem das normas (e, antes de mais, das normas constitucionais) que as regem, então todas as funções do Estado e todos os actos em que se desdobram não podem deixar de ser funções jurídicas e todos os actos jurídico-públicos. Não há actividade do Estado à margem do Direito.”¹⁹³

¹⁹² *Id.*, *Ibid.*

¹⁹³ *Id.*, *Ibid.*, pp. 11-12.

Esta posição pode no entanto ser redutora do seu significado levando a confundir-se o Estado com o *Estado de Direito*, e Marcelo Caetano explica que:

“o Estado cerca todas as actividades de uma rede de regulamentação jurídica: mas isso não deve inibir-nos de verificar que tais actividades nem sempre são *em si mesmas* jurídicas. A par das funções jurídicas, de *criação* e de *execução* do Direito que se traduzem na prática de actos jurídicos, há que tomar em conta outras funções não jurídicas, como a função *política* e as funções *técnicas*, que se processam através de actos materiais, embora exercidas nos termos da lei e podendo vir a - na esfera do Direito. É que na actividade do Estado, hoje em dia, a cada passo o jurídico e o não jurídico surgem a par e se interpenetram. § Quer dizer se todas as funções do Estado podem considerar-se jurídicas no sentido de que podem constituir-se objecto de Direito, há actividades com *conteúdo jurídico* e outras *sem conteúdo jurídico*.”¹⁹⁴

Pelo que todos os documentos a estudar fazem pare de uma rede de regulamentação jurídica, logo em sentido lato são documentos jurídico-públicos, mas nem todos têm conteúdo jurídico, na expressão de Marcelo Caetano, ou seja nem todos são normativos, na expressão de Jorge Miranda. Logo teremos, por exemplo, os programas de governo, que são actos que fazem parte das funções políticas do Estado ou ainda as actividades materiais correspondentes a uma técnica, como exemplo os actos ou os contratos administrativos. Como actos de conteúdo jurídico, ou normativo, teremos como exemplo leis, decretos-lei, despachos conjuntos, etc., portanto que criam ou executam o Direito.

2.3. Metodologia

As ciências sociais debatem-se com abordagens quantitativas (positivistas) e/ou qualitativas (interpretativas). A possibilidade de interligar metodologias qualitativas e quantitativas representa um *continuum* epistemológico defendido por diversos autores, dos quais destacamos duas duplas, Miles e Huberman¹⁹⁵ e Evertson e Green¹⁹⁶. Ambos consideram a possibilidade de assumir as duas abordagens, sem oposição radical entre ambas mas em complementaridade. Para Jean Remy e Danielle Ruquoy este debate, entre métodos quantitativos

¹⁹⁴ CAETANO, Marcelo, *op. cit.*, (Setembro 1998), pp. 157-158.

¹⁹⁵ MILES, Matthew B. e HYBERMAN, Michael, “Drawing valid meaning from qualitative data: toward a shared craft”, in *Educational researcher*. [S.l.: S.n.], 1984, p. 21. Estes autores chegam mesmo a defender uma “epistemologia ecumenical” apostada em conciliar vários tipos de abordagens metodológicas.

¹⁹⁶ EVERSTON, Caroline e GREEN, Judith L.. “Observation as inquiry and method”, in WITTROCK, M. C., *Handbook of research teaching*. Nova Iorque: Macmillan, 1986, pp.162-213.

e qualitativos, reportado à produção intelectual que emana da análise de documentos textuais, gira em torno de critérios de cientificidade.

“A passagem pela quantificação – que consiste em enumerar os elementos de um texto, classificá-los segundo uma categorização, a determinar a frequência - parece dar ao trabalho um rigor incontestável. Em contrapartida, a objectividade do resultado obtido parece menos assegurado quando se trata de fazer passar as ideias de um texto, de retirar dele um encadeamento lógico para evidenciar a arquitectura de conjunto da mensagem transmitida. Aqui não se trata de entrar neste debate, mas sim de mostrar o que está em jogo, Quer sejam quantitativos ou qualitativos, os métodos devem interrogar-se sobre os argumentos e finalidades das suas práticas.”¹⁹⁷

Determinamos que o contexto das metodologias sobre o âmbito processual da pesquisa e, portanto, o aspecto dinâmico desta investigação científica é essencialmente de natureza qualitativa combinada com alguns postulados operatórios de natureza quantitativa. Van Der Maren¹⁹⁸, refere as metodologias qualitativas pela relação directa entre o processo indutivo-exploratório. É de natureza qualitativa uma vez que se refere à interpretação de documentos textuais, reporta-se a discursos e a conteúdos de carácter teórico, num determinado contexto histórico e para uma determinada área específica. Mediante um processo indutivo-exploratório vamos teorizar sobre os documentos significantes, dependentes do que possa estar associado à sua formulação. Mas assumimos também objectivos descritivos e classificatórios¹⁹⁹, que não sendo exclusivos do processo de análise são relevantes, pois são esses objectivos que nos fazem tomar o texto dos documentos, as suas informações, enquanto unidades de análise²⁰⁰. O corpo de informações utilizado para a construção dos dados da investigação é documental-escrito²⁰¹ (textos que se enquadram nas políticas culturais), relativo “a um local” (organismos oficiais) e “a uma situação” (a educação nos museus). Por todos estes

¹⁹⁷ REMY, Jean et ROQUOY, Danielle, *Methodes d'analyse de contenu et sociologie*. Bruxelles: Publications des Facultés Universitaires Sain-Louis, 1990, p. 12.

¹⁹⁸ VAN DER MAREN, Jean-Marie, *De la nécessaire distinction des méthodes de recherche en sciences de l'éducation*. Universidade de Montreal, Faculdade das Ciências da Educação, Novembro 1987, p. 95.

¹⁹⁹ VALA, Jorge, “A Análise de conteúdo”, Capítulo IV, in SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.), *op. cit.*, 13ª edição 2005 (edição original, 1986), p. 103: acerca dos “objectivos predominantemente descritivos e classificatórios” o autor faz referência a Berelson cuja proposta de análise como técnica de investigação está mais de acordo com uma visão quantitativa que qualitativa.

²⁰⁰ *Id.*, *Ibid.*, pp. 114-115, define as unidades de análise: “unidade de registo é o segmento determinado de conteúdo que se caracteriza colocando-o numa dada categoria”; “unidade de contexto é o segmento mais largo de conteúdo que o analista examina quando caracteriza uma unidade de registo”; “unidade de enumeração é a unidade em função da qual se procede à quantificação”.

²⁰¹ Sobre a análise documental que falaremos em seguida temos a sua associação às metodologias utilizadas nas ciências humanas e na investigação qualitativa em vários autores, destacamos de novo LESSARD-HÉBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gérald, *Investigação Qualitativa, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2ª edição, 2005 (edição original, 1994), p. 143. E também, WALLIMAN, Nicholas, *op. cit.*, (2001), pp. 97-98.

motivos, na nossa investigação a técnica de actuação remete para a análise de documentos escritos. Estamos perante a “necessidade de recorrer de preferência a uma definição que ponha em evidência o significado dos dados”²⁰² (a sua interpretação) e não apenas “a uma definição restrita e técnica”²⁰³ (sobre a sua constatação).

De acordo com Walliman a pesquisa qualitativa refere-se precisamente às abordagens cujo interesse fulcral é o significado proveniente de um processo de interpretação²⁰⁴. Segundo Michelle Lessard-Hébert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin, o “termo qualitativo remete quer para o tipo de dados que uma investigação produz, quer para os modos de actuação ou postulados que lhe estão associados”²⁰⁵.

Assumindo o documento escrito como fonte de dados para análise tomamos o texto como meio por excelência dos interesses comunicativos, no dizer de Maria Pinto e Cármen Galvez é uma opção que vai além de “uma análise exclusivamente sintáctica do texto, nem tão pouco uma que se centre unicamente em aspectos relativos ao seu significado. *O que digo (semântico) depende de como o digo (sintaxis) e do que quero dizer (pragmática)*”²⁰⁶. Destas autoras interessou-nos sobretudo os aspectos teóricos que fundamentam a análise de conteúdo centrada em documentos escritos²⁰⁷ no entanto, pareceu-nos de maior utilidade seguir uma perspectiva metodológica que compreendesse a análise de conteúdo como técnica de tratamento de informação, e que segundo Jorge Vala se pode integrar “em qualquer dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação e servir igualmente os diferentes níveis de investigação empírica”²⁰⁸, referindo-se em correspondência aos métodos e à hierarquia de objectivos do trabalho de investigação. Das autoras citadas entendemos ser de aplicar algumas das suas explicitações relativas às concepções

²⁰² GAUTHIER, Fernand, “À la recherche de configurations dans une étude de cas: une rotation d’axes qualitatifs dans un espace de caractéristiques tri-dimensionnelles”, in *L’interprétation des données dans la recherche qualitative*. Actas do colóquio da Associação para a investigação qualitativa, realizado na UQTR, Universidade de Montreal, Faculdade das Ciências da Educação, Outubro 1986, pp. 31-43.

²⁰³ *Id.*, *Ibid.*, p. 42.

²⁰⁴ WALLIMAN, Nicholas, *op. cit.*, (2001), pp. 15-17 e 227-229.

²⁰⁵ LESSARD-HÉBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gérald, *op. cit.*, (2005), pp. 10 e 31-47

²⁰⁶ PINTO, Maria; Gálvez, Cármen, *Análisis documental de contenido – Procesamiento de información*, Madrid: Editorial Síntesis, 1996, p. 15, [tradução livre].

²⁰⁷ *Id.*, *Ibid.*, [tradução livre], “(...) nos autolimitaremos de antemão ao âmbito dos documentos textuais escritos em virtude do seu predomínio, ao menos na órbita científica em que nos movemos. O texto é o ponto de partida obrigatório das operações analítico-documentais em virtude da sua capacidade de resposta às necessidades informativo-comunicativas da espécie humana: a comunicação entre pessoas realiza-se preferencialmente por meio destas complexas unidades de informação”.

²⁰⁸ VALA, Jorge, “A análise de conteúdo”, in SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira, *op. cit.*, (2005), pp. 104-105.

e aos mecanismos de análise textual, com as quais encontrarmos confluências, apenas não concordamos com elas quanto a encarar a análise de conteúdo como um método²⁰⁹.

Na presente investigação iremos utilizar os documentos escritos inerentes a discursos emanados por organismos oficiais do Estado, para os isolarmos em informação analítica mediante um processo de cognição interpretativa. Sendo que esses documentos são publicitados à sociedade mediante diplomas avulsos que podem ser consultados e são dirigidos de modo mais específico aos museus, embora interessem a todos os membros da sociedade e por todos possam ser consultados. Os vários parâmetros de tratamento e análise de dados mediante os quais de trabalham estes documentos são apresentados através de questões²¹⁰ que serão aplicadas no momento concreto em que se proceder ao estudo dos documentos. Assim, a primeira questão-chave:

1ª A que organismos e a que documentos escritos, no âmbito das políticas culturais, circunscrevemos o tema educação em museus, em Portugal de 1974-2004?

A pergunta diz-nos que a pesquisa tem um tema mas também um campo de estudo a onde iremos recolher os dados a tratar. Esse campo, tratando-se de políticas culturais em Portugal ao longo de 30 anos, afigura-se vasto, contudo é a partir dele que vamos restringir o plano das informações a colher. Em primeiro lugar dirigimo-nos às fontes, orgânicas e documentais, que sejam expressão de políticas culturais, depois dentro destas só nos deteremos aos que disserem respeito à educação em museus.

Entendemos que a análise sobre as concepções relativas à educação em museus, pela especificidade, se aplica a documentos que possam ser enquadrados nas políticas culturais de sentido restrito e específicas para museus nas suas referências à educação. Enquanto que para outros documentos precisamos averiguar de que forma eles contribuem para enquadrar e interpretar o tema que se está a tratar. Restringimo-nos assim, na resposta à questão que guia a pesquisa e que em cima é apresentada, aos diplomas que tratam os museus como assunto expresso nas suas partes constituintes e que abordam explicitamente a educação nos museus.

²⁰⁹ PINTO, Maria; Gálvez, Cármen, *op.cit.*, (1996), p. 31, [tradução livre], as autoras afirmam que “se trata na realidade de um método de investigação do significado simbólico das mensagens”,.

²¹⁰ Cfr. Todas as questões-chave transcritas correspondem aos propósitos da presente investigação designados no Capítulo 1, secção 1.2.1., p. 17-22.

Para dar seguimento à análise de conteúdo, avançando para o tratamento a dar às informações contidas nos documentos sobre as concepções relativas à educação em museus, percebemos ser útil e necessário definir sub-questões inerentes à segunda questão já citada. Demarcamos algumas perguntas a que procuramos dar resposta com base em hipóteses interpretativas segundo o que fomos percebendo como relevante na abordagem teórica levantada a propósito do objecto de estudo da investigação. No sentido de compreender o panorama conceptual sobre a educação em museus portugueses na história recente das políticas culturais elaboramos categorias analíticas que surgem definidas e enquadradas em três sectores ditados e tomados como fundamentais para a análise das concepções sobre a educação em museus nas políticas culturais. As sub-questões e respectivas categorias são:

2ª 1. Como aparece formulado o conceito de educação nas orientações políticas para os museus?

Esta questão evoca a relação entre a educação e as políticas culturais, em particular as que são consideradas de âmbito museológico, no sentido em que nos interessa perceber a educação enquanto elemento que corresponde a determinado tipo de formulações políticas que veiculam o funcionamento em geral dos museus e dos seus serviços. Portanto, neste campo analisamos a tipologia de princípios e orientações sobre a educação contidas nos documentos das políticas culturais para os museus. A que fazemos corresponder a Categoria 1: O conceito de educação nas orientações políticas dos documentos.

2ª 2. Como é considerada a educação no atendimento/acolhimento/comunicação com o público?

A questão lançada remete-nos para o serviço público do museu, o que se entende pelo papel da instituição museal enquanto agente sócio-cultural. Estamos no campo de análise das formulações políticas sobre a educação enquanto elemento contido no mecanismo das relações sócio-culturais dos museus. Correspondendo-lhe a Categoria 2: A educação no âmbito da relação museu-público.

2ª 3. Como é considerada a educação nos dispositivos sugeridos para a acção educativa?

Circunscrevemos a questão ao campo dos instrumentos que os documentos sugerem para dinamizar a efectividade da educação no museu. Embora as formulações políticas sejam sempre de cariz teórico, daí serem concepções, pressupõem um sentido prático de concretização. A educação será analisada como um elemento funcional do museu contido nos dispositivos que organizam as práticas. Com correspondência à Categoria 3: A educação no âmbito dos dispositivos para as práticas educativas.

Para proceder à análise de conteúdo de políticas culturais circunscritas a documentos em sentido amplo, enquadrados no âmbito da cultura, mas que, de algum modo, nos permitam estabelecer um elo de ligação com o nosso tema colocamos uma nova sub-questão orientadora:

2ª 4. Que relação existe entre as políticas culturais/patrimoniais (pensando que os museus estão aqui incluídos, fazem parte integrante, sejam referidos ou não, das políticas culturais/patrimoniais) para a educação em museus?

Através desta pergunta identificamos expressões abrangentes, mas relevantes, na procura de um ou mais sentidos relativos ao tema central da investigação. Essas expressões, ou designações, identificadas em cada documento, serão tratadas em conjunto para cada tipo de documento já definido. Este conjunto de itens permitem inferir as concepções implícitas e/ou expressas acerca da educação em museus pelo que a análise de conteúdo a aplicar remete à temática única e fundamental para esta investigação que é a educação nos museus segundo as políticas culturais/patrimoniais. A apresentação dos documentos segue uma estrutura cronológica que visa o enquadramento histórico-político.

Para cada uma das questões iremos seleccionar e configurar, de cada documento, unidades de registo e de contexto apropriadas. Por fim, será elaborada uma conclusão analítica mais abrangente, aglutinadora dos vários campos analisados, no sentido de uma interpretação da perspectiva conceptual sobre a educação, expressa nas políticas culturais sobre museus, procurando assim a resposta à terceira questão-chave:

3ª Como caracterizar a educação em museus segundo as políticas culturais?

Se esta caracterização é feita numa primeira etapa para compreender os conteúdos de cada conjunto de documentos que possamos agrupar, numa segunda e última fase-conclusiva do

trabalho, será de novo colocada para inferir e interpretar sobre o sentido da educação nos museus em Portugal de 1974 a 2004 no panorama global das políticas culturais.

2.3.1. Selecção e descrição de dados

O primeiro parâmetro que orienta a construção do objecto de estudo tem em vista identificar as fontes quer orgânicas quer documentais com as quais iremos trabalhar.

Começamos por ter em conta a proveniência dos documentos escritos e a sua autenticidade. Atendendo a que as políticas culturais são definidas pelo Estado e fazem parte de orientações políticas dos governos, procuramos conhecer os organismos que as têm produzido. Parte-se de uma observação de textos diversos para uma triagem daqueles que se referem às políticas culturais relativas ao sector museológico e dentro deste à área da educação. Serão assim fontes documentais-escritas, como propostas, orientações, directivas e legislação, emanados das instâncias da cultura, a partir das quais serão recolhidos os dados, configurados num segundo momento de recolha.

O Guia da Administração Cultural Iberoamericana, pesquisado através do portal *online* www.gestioncultural.org e que surge em documento pdf pela Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação²¹¹, de que Portugal é membro, permitiu resolver em grande parte a necessidade de conhecer os organismos estatais ligados à cultura no nosso país bem como a legislação ligada ao sector da cultura. Do documento indicado delimitamos a referência a outros que surgem ou por via directa ou indirecta ligados a museus. A relação foi feita com base nos resumos de apresentação institucional. Sendo em seguida confirmada através dos respectivos endereços de Internet. Através da pesquisa *online* acedemos também ao portal do governo português²¹² e verificamos a história dos referidos organismos, já que no período dos 30 anos em que se enquadra a pesquisa tem acontecido várias mudanças ao nível da organização política, a que nos reportamos no capítulo (sobre o enquadramento histórico-político). Tivemos também como apoio alguns dos documentos editados pelo Observatório da Cultura e o Organigrama referente à Universidade Portuguesa, pesquisado em termos regionais e depois nas respectivas

²¹¹ Guia da Administração Cultural Iberoamericana, da Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura www.oei.es/cultura.htm, in Portal Iberoamericano de Gestão Cultural (www.gestioncultural.org).

²¹² Portal do Governo Português (www.portugal.gov.pt).

faculdades, com diplomas associados a estudos de património, museologia, história, educação, comunicação, sociologia e cultura, por serem os temas mais próximos da área/temática desta investigação.

A procura de material bibliográfico e documental no IPM/RPM, em particular por intermédio do Centro de Documentação, no ICOM, na antiga delegação localizada na biblioteca do Museu de Arte Antiga, foi igualmente fundamental. A leitura exploratória de bibliografia diversa respeitante à temática de investigação também nos fez ir ao encontro dos organismos estatais e dos documentos ligados à educação em museus.

2.3.2. Recolha e tratamento de dados

O segundo parâmetro que orienta a construção do objecto de estudo gera uma multiplicidade de procedimentos para a análise dos documentos seleccionados e recolhidos referidos em síntese no modelo analítico e descritos com maior detalhe em 2.3.

Para responder às questões que correspondem a este segundo parâmetro faremos uma investigação sistemática de acordo com um conjunto de categorias formuladas a partir da leitura exploratória do corpus documental expostas no ponto em cima indicado. Vamos ler e interpretar cada um dos documentos e depois deles extrair a matéria em análise da investigação.

O processo de recolha de dados, que se funda nas informações seleccionadas a partir dos documentos textuais, cria um novo conjunto documental escrito. Este será tratado e como tal considerado um “produto” da própria investigação, já que se fragmentam e se apresentam os textos naquilo que eles oferecem de interesse para os objectivos do trabalho.

Haverá uma análise preliminar que completará a definição do modelo analítico, com a sua respectiva grelha, a onde se reportam os dados dissecados dos documentos escritos e que serão objecto de análise interpretativa. O material recolhido permitirá construir assim uma fonte de dados sustentados pela “avaliação substantiva da argumentação”, a que se pode chamar de retórica (razoabilidade) e pelo “território da análise formal dos argumentos”, a que se chama de lógica

(racionalidade)²¹³. É assim que delimitamos o seu tratamento a "conhecimentos circunscritos a objectos e conhecimentos que têm de ser construídos a partir de uma necessidade de sentido para que possam desenvolver-se",²¹⁴.

Podemos dividir esta análise em duas fases: uma primeira, estrutura as informações recolhidas por um procedimento de leitura e interpretação, uma segunda fase, incidirá na compreensão e procura de sentido para os dados anteriormente materializados.

Na terminologia de Rui Magalhães, sobre a leitura, interpretação e compreensão de textos, trata-se de uma hermenêutica de sentido que "visa encontrar a especificidade de um certo número de fenómenos e do lugar em que ocorrem". Logo cria-se uma "subjectividade de leituras" a partir "de um encontro de objectividades"²¹⁵. E embora sejam aqui expostas em separado, para facilitar a sua percepção, na prática acontecem quase em simultâneo, sendo difícil tomá-las como temporalmente distintas. Serão mais fases encadeadas entre si de um mesmo processo analítico.

2.3.3. Discussão e apresentação de dados

Fundada a investigação em "discursos" de carácter político expressos em documentos de diversos tipos pretendendo-se traçar uma visão da educação em museus expressa em políticas culturais. Os dados em análise serão abordados com o propósito de "construir condições explicativas da realidade", através de um modelo e respectivas categorias "assentes em bibliografia e documentos"²¹⁶ e numa perspectiva histórico-política, "estuda-se a situação de um determinado período de tempo, o que permite caracterizar um panorama"²¹⁷.

Este é o momento em que reescrevemos a informação extraída e tratada a partir dos dados configurados. É o terceiro parâmetro de análise em que a leitura, interpretação e compreensão dos documentos-textos são expressas e organizadas segundo a estrutura lógica, proveniente do quadro-teórico, e a estrutura metodológica, que tem por aplicação a análise de conteúdo. É por assim dizer o momento da demonstração analítica e da síntese de ideias.

²¹³ TOULMIN, Stephen, "Como a Razão perdeu o equilíbrio", in SANTOS, Boaventura de Sousa, (org.), *op. cit.*, (Out. 2003), p. 271.

²¹⁴ ZEMELMAN, Hugo, "Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói", in SANTOS, Boaventura de Sousa, (org.), *op. cit.*, (Out. 2003), pp. 436-446 (438).

²¹⁵ MAGALHÃES, Rui, *Introdução à Hermenêutica*. Coimbra: Editora Angelus Novus, 2002, pp. 149-160.

²¹⁶ SANTOS, António Raimundo, *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

²¹⁷ DEMO, Pedro, *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Editorial Atlas, 2000.

Agrupamos os conjuntos de dados, damos-lhe uma ordem e apresentamos as conclusões analíticas gerais para diferentes conjuntos. Começa a surgir um esboço do panorama a traçar mediante o pôr em discussão as concepções sobre a educação em museus e os sentidos interpretativos.

Capítulo 3: Descrição e análise do corpus documental

Os documentos escritos provenientes dos organismos do Estado são o material eleito como fonte a utilizar na presente investigação. Deles serão retiradas as informações relacionadas com o objecto de estudo: as concepções da educação em museus segundo as políticas culturais. Estas informações constituirão o *corpus documental* que será tratado mediante a análise de conteúdo explicitada no capítulo anterior sobre a metodologia adoptada nesta investigação. Relembremos, em síntese, os vários momentos metodológicos respeitantes ao trabalho empírico: começamos por identificar as fontes mediante a sua selecção e enunciação; depois avançamos para a análise dos documentos, extraindo dos documentos toda a informação que compreendemos respeitar ao âmbito da educação em museus, dispondo-a em quadros próprios²¹⁸, circunscrevemos o corpus documental e explicitamos o mesmo; mediante a aplicação das categorias de análise e da temática da educação em museus colocaremos o material tratado em discussão e demonstraremos a nossa interpretação.

3.1. Identificação das fontes

I) Os organismos

Uma vez que as políticas culturais foram aqui entendidas como emanações políticas escritas, provindas de órgãos do Estado²¹⁹, ou que a eles se reportam e que tenham competência decisória no rumo da cultura do país - seleccionamos os organismos mediante a sua ligação ao aparelho do estado - dirigidas, de modo amplo, ao sector da cultura e, em particular, aos museus. Não esquecendo que o nosso campo de estudo é a educação em museus, consideramos ser útil pesquisar se existiriam órgãos próprios para tratar em específico dessa matéria. Por fim, ainda procuramos organismos estatais que sem ser da área cultural possam, contudo interferir no sector das políticas culturais, e em específico na educação em museus.

²¹⁸ Estes quadros surgem em anexo. No anexo A, os quadros respeitam ao teor literal dos documentos, são as citações retiradas a partir de uma primeira leitura exploratória; No anexo B e C, os quadros correspondem à organização e interpretação de sentido do material apresentados nos quadros anteriores.

²¹⁹ Consideramos estar mais circunscrito ao que se pretende investigar as acepções de Estado como “sistema de órgãos de uma colectividade que exerçam o poder político no território por ela assenhorado” e “na pessoa colectiva que, para efeitos das relações de direito interno, tem por órgão o governo”, CAETANO, Marcelo, *op. cit.*, (Setembro 1998), pp. 140-141.

Partimos do momento actual para perceber o percurso efectuado nestes últimos 30 anos na estruturação e na organização administrativa dos órgãos do Estado Português e que se afiguram na actualidade como mais relevantes e capazes de conceber políticas culturais sobre a educação em museus. Os organismos referenciados não são apenas os que emanam os documentos mas todos aqueles que, mesmo não os produzindo ou publicando, neles colaboram de modo directo ou indirecto.

Entidades da administração pública de assuntos culturais

1) Organismos principais (são aqui listados os que pela sua generalidade estarão de modo directo ligados a qualquer das áreas da cultura, logo deduz-se que pela sua abrangência incluem os museus)

- 1.1) Governo Português
(www.portugal.gov.pt)
- 1.2) Ministério da Cultura em Portugal
(www.min-cultura.pt)

2) Organismos dependentes do M.C. (são aqui listados os que pela sua generalidade estarão de modo directo ligados a qualquer das áreas da cultura, logo deduz-se que pela sua abrangência incluem os museus)

- 2.1) Delegação Regional da Cultura do Norte
(www.culturanorte.pt)
- 2.2) Delegação Regional da Cultura do Centro
(www.min-cultura.pt/Ministerio/Organograma.html)
- 2.3) Delegação Regional da Cultura do Alentejo
(www.min-cultura.pt/Ministerio/Organograma.html)
- 2.4) Delegação Regional da Cultura do Algarve
(www.cultalg.pt)
- 2.5) Gabinete das Relações Internacionais do Ministério da Cultura
(www.gri.pt)
- 2.6) Secretaria-Geral do Ministério da Cultura
(www.sg.min-cultura.pt)

3) Administração descentralizada (da nossa lista fazem parte aqueles organismos à cultura e alguns pela relação que estabelecem com entidades museológicas)

- 3.1) Inspeção Geral das Actividades Culturais (IGAC)
(www.igac.pt/)
- 3.2) Observatório das Actividades Culturais do Portugal (OAC)
(www.ics.ul.pt/bdados/oac/)

- 3.3) Instituto Português de Museus (IPM)
(www.ipmuseus.pt)
- 3.4) Rede Portuguesa de Museus (RPM)
(www.rpmuseus-pt.org)
- 3.5) Conselho de Museus
(www.ipmuseus.pt/pt/ipm/F28/Gl.aspx)

4) Organizações nacionais com competência na área dos museus e dos seus serviços de educação entendidas pelo Estado Português como relevantes na matéria²²⁰

- 4.1) Associação Portuguesa de museus (APOM)
(www.apom.pt)
- 4.2) Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal (MC2P)
(ver em: www.cienciaviva.pt)

5) Organizações internacionais que operam na área dos museus e dos seus serviços de educação e em que o Estado Português é membro²²¹

- 5.1) Internacional Council of Museums (ICOM)
(www.icom.com)
- 5.2) United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)
(www.portal_unesco.org)
- 5.3) International Committee for Education and Cultural Action (CECA)
(www.ceca.icom.museum)

Ao elaborar esta lista sucinta de fontes orgânicas o nosso interesse era encontrar as fontes documentais. Não eram os órgãos em si que nos interessavam mas a existência de documentos escritos sobre as políticas culturais que eles pudessem ter produzido sobre a educação em museus, pelo que foi a identificação dos documentos que acabaria por definir e restringir a pesquisa aos órgãos que os produziram. Começamos por tentar perceber, dos vários organismos enunciados quais aqueles que configuram documentos jurídico-públicos, sejam eles legislativos

²²⁰ Consideramos serem de referir aqui estes organismos porque apesar de as políticas culturais não serem definidas por nenhuma dessas instituições são muitas vezes elas as responsáveis do ponto de vista substantivo dos textos emanados pelo Governo e seus Ministérios. Sendo que o quadro político e jurídico por estes ditado ou por estes alterado tem em linha de conta pareceres, relatórios, entre outros documentos preliminares, elaborados por esses responsáveis, que lhes vão servir de apoio para as decisões políticas a ser tomadas, referido por CAETANO, Marcelo, *op. cit.*, (Setembro 1998) p. 320.

²²¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 320 podemos ler que no caso das organizações internacionais elas poderão mesmo vincular decisões estatais, sendo que a sua eficácia deriva do direito de intervenção na política interna dos Estados conferida à organização por uma lei internacional em que todos os Estados subscreveram como legítima e superior.

ou puramente políticos. De facto interessam-nos os órgãos produtores de documentos capazes de serem assumidos como jurídicos pela sua configuração legislativa ou que pelo seu carácter político sejam tidos como públicos, portanto, que possam dirigir-se a todos os museus do país, ou pelo menos àqueles que estão tutelados pelo Estado português e vinculados às políticas culturais, relativos à educação em museus, ao longo destes últimos trinta anos.

Dos primeiros três anos demarcamos um período de profunda reestruturação orgânica, que irá marcar a história política do País ao longo dos anos seguintes. Durante cerca de uma década a preocupação em configurar a orgânica do Estado Português permanece uma característica. Nomeadamente, ao nível do aparelho executivo, os Governos Provisórios dos três primeiros anos são exemplo de uma acção política instável e pouco consistente.

Verificamos também a instabilidade orgânica do Estado relativamente à estruturação do domínio cultural. Se na actualidade temos o Ministério da Cultura como órgão máximo do Estado para este sector e, portanto, é ele que tutela os restantes órgãos e trata do que se relaciona com a área cultural, o mesmo não acontecia em anos anteriores. Observamos uma lista²²² produzida pelo Ministério da Cultura, apresentada em anexo, para perceber quais os organismos produtores de políticas culturais, desde 1974 até à actualidade. Dessa orgânica salientamos duas situações: a constante mudança de nomenclaturas e de estruturas governativas para a cultura; a ligação a nível ministerial entre Educação e Cultura, que provinha do Estado Novo, começa a desagregar-se, sendo que em 1975 aparece pela primeira vez a criação da Secretaria de Estado da Cultura,²²³ sob a alçada do Ministério da Comunicação Social. Se em 1985 voltamos a ter o Ministério da Educação e Cultura²²⁴, após dois anos de separação, só em 1995 a “autonomia”, em relação a outras áreas do Governo é definitivamente estabelecida perdurando até à actualidade²²⁵.

Para além da relação entre educação e cultura outras relações orgânicas existiram em 1974, entre a Cultura e os Assuntos Sociais, sendo que aí o termo Cultura, ou Assuntos

²²² Apresentamos em anexo a listagem das entidades que actualmente emanam políticas culturais e que estão ligados a museus, o que nos permitiu restringir o campo dos organismos públicos e perceber o quanto este tem sido alvo de alterações.

²²³ Decreto-Lei n.º 409/75 de 2 de Agosto, D.R. I Série (n.º 177, pp. 1990-2009).

²²⁴ Decreto-Lei n.º 497/85 de 17 de Dezembro, D.R. I Série A (n.º 290, pp. 4177-4183).

²²⁵ Decreto-Lei n.º 296-A/95 de 17 de Novembro, D.R. I Série A (n.º 266, pp. 7084 (2) - 7084 (7)) e Declaração de Rectificação n.º 150/95 de 30 de Novembro, D.R. I Série A, 3º Suplemento (p. 7508 (168)).

Culturais²²⁶ é substituído por Animação Sócio-Cultural. Em 1979 temos o Ministério da Cultura e da Ciência²²⁷ mas que é extinto em 1980, passando a Secretaria de Estado da Cultura para a alçada da Presidência do Conselho de Ministros²²⁸. Em 1981 voltamos no entanto a ter o Ministério da Cultura e Coordenação Científica²²⁹.

Pesquisamos também os órgãos que teriam a responsabilidade em assumir políticas culturais para os museus. Verificamos que até 1991, quando é criado o Instituto Português dos Museus²³⁰, as instituições museais se encontravam dependentes, desde 1980, do Instituto Português do Património Cultural²³¹, e antes disso da Direcção-Geral do Património Cultural que por sua vez havia substituído a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, anterior a 1974.

Perante isto decidimos restringir a selecção dos organismos àqueles que emanam diplomas de maior estabilidade, desde logo com um carácter decisório mais forte, como é o caso da Assembleia da República, dos Governos – exceptuando os Provisórios - e seus Ministérios, ou outros órgãos tutelados por estes, por vezes com a colaboração ou ouvidos os organismos anteriormente indicados.

II) Os documentos

Foram alvo da pesquisa efectuada os documentos provenientes dos órgão de decisão do Estado. Desde logo tivemos que perceber a diversidade de documentos a ter em conta: Constituição, Programas de Governo, Leis, Decretos-Lei, Regulamentos, Portarias, Normas, Despachos Conjuntos, Estatutos, etc. Para ir ao encontro desta imensidão formal de documentos tivemos que perceber, a partir da sua proveniência orgânica estatal, quais os que poderiam estar relacionados com o sector da cultura e, por último, destes, quais os que teriam correspondência com os museus.

²²⁶ Antes de 1974 a cultura aparecia associada à educação debaixo de designações como, Ministério da Educação Nacional. Direcção-Geral dos Assuntos Culturais; Ministério da Educação Nacional. Instituto da Alta Cultura (ambas em 1971); Ministério da Educação Nacional. Secretaria de Estado da Instrução e Cultura (em 1972); Ministério da Educação Nacional. Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (em 1973); Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica (em 1974).

²²⁷ Decreto-Lei n.º 386/79 de 19 de Setembro, D.R. I Série (n.º 217, pp. 2398-3400) e Decreto-Lei n.º 498-C/79 de 21 de Dezembro, D.R. I Série A (n.º 293, pp. 3302⁽⁹⁾ – 3302⁽¹⁵⁾).

²²⁸ Decreto-Lei n.º 3/80 de 7 de Fevereiro D.R. I Série (n.º 32, pp. 122-124) e Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de Abril, D.R. I Série (n.º 79, pp. 638-643).

²²⁹ Decreto-Lei n.º 290/81 de 14 de Outubro, D.R. I Série (n.º 236, pp. 2727-2731).

²³⁰ Decreto-Lei n.º 278/91 de 9 de Agosto, D.R. I Série A (n.º 182, pp. 3999-4005).

²³¹ Decreto-Lei n.º 34/80 de 2 de Agosto, D.R. I Série (n.º 177, pp. 1990-2009).

Dos vários diplomas jurídicos que nomeamos como constituindo possíveis elementos de estudo começamos por analisá-los atendendo à estrutura do documento, número do diploma, número de páginas, ao organismo da sua proveniência, ao organismo que o constitui ou a quem se dirige, às indicações genéricas das partes constituintes e verificamos, logo aqui, que nem todos abordavam apenas os museus. Percebemos também que entre os que se referem a museus nem todos se referiam à educação nos museus.

Procurando arrumar os vários tipos de documentos iniciámos uma análise genérica para identificar aqueles documentos em que surgia a designação “política cultural/cultura”, “museus” e/ou “educação em museus”. Percebemos neste momento que nem todos os diplomas onde surgem as duas primeiras designações apresentam referências explícitas sobre “educação em museus” e que o tema da educação por vezes está presente, no domínio das políticas culturais, mas sem uma referência explícita aos museus.

Verificamos que num primeiro tipo de documentos, que designamos Y) e a que demos o nome de políticas culturais em sentido amplo, estariam as leis constitucionais, os programas de governo e as leis do património, que pela sua amplitude programática, quanto a disposições das políticas culturais em geral, remetessem sobretudo para o domínio do plano teórico aquilo que propõe executar na prática. Estes podem ser **diplomas genéricos**, que designamos Y.1), que dispõem sobre várias áreas políticas entre as quais a cultural, ou **diplomas específicos**, que designamos Y.2), que dispõem sobre as políticas culturais, em concreto o património, que de modo abrangente engloba os museus. E num segundo tipo, que designamos X) e que nomeamos de **políticas culturais em sentido restrito**, estariam os documentos que incluem disposições das políticas culturais para os museus, muitas das vezes procurando tornar exequíveis as disposições das primeiras. Estes são **diplomas genéricos**, que designamos X.1), que dispõem sobre políticas culturais para os museus focadas apenas em questões administrativas ou técnicas quanto à estrutura, orgânica e competências dos órgãos que tutelam os museus. Só por ilações nos deixam perceber no conteúdo das normas sobre como é que esses órgãos apoiam, orientam, aconselham, promovem, se pronunciam, exercem, autorizam, fiscalizam, entre outras finalidades de cooperação ou coordenação, o modo como os museus devem na prática constituir-se ou funcionar. Podem ser também **diplomas específicos**, que designamos X.2), que desde logo revelam as políticas culturais directamente para os museus em que se inclui o tema da educação em museus.

Y) Documentos de Políticas culturais de sentido amplo:

Y.1) Documentos genéricos

1) Constituição República Portuguesa e Leis de Revisão

- 1.1) Lei da Constituição da República Portuguesa de 10 Abril 1976, D.R. I Série** (n.º 86, pp. 738-775) (www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/index.html) - Foi revista pelas seguintes Leis:
- 1.2) Lei Constitucional n.º 1/82 de 30 de Setembro, D.R. I Série** (n.º 227, pp. 3168 - 3206).
- 1.3) Lei Constitucional n.º 1/89 de 8 de Julho, D.R. I Série** (n.º 155, pp. 2734 (25) - 2734 (68)).
- 1.4) Lei Constitucional n.º 1/92 de 25 de Novembro, D.R. I Série** (n.º 273, pp. 5444 (2) - 5444 (44)).
- 1.5) Lei Constitucional n.º 1/97 de 20 de Setembro, D.R. I Série** (n.º 218, pp. 5152 - 5196).
- 1.6) Lei Constitucional n.º 1/2001 de 12 de Dezembro, D.R. I Série** (n.º 286, pp. 8172 - 8186).
- 1.7) Lei Constitucional n.º 1/2004 de 24 de Julho, D.R. I Série** (n.º 173, pp. 4642 - 4663).

2) Programas dos Governos Constitucionais no sector da cultura de 1976 a 2004²³²

- 2.1) I Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, Suplemento, 3/8/1976**
- 2.2) II Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 3/2/1978**
- 2.3) III Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 8/9/1978**
- 2.4) IV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 5/12/1978**
- 2.5) V Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 14/8/1979**
- 2.6) VI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 12/1/1980**
- 2.7) VII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 17/1/1981**
- 2.7) VIII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 15/9/1981**
- 2.8) IX Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 21/6/1983**
- 2.10) X Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 16/11/1985**
- 2.11) XI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 28/8/1987**
- 2.12) XII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série C, 15/11/1991**
- 2.13) XIII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 8/11/1995**
- 2.14) XIV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 6/11/1999**
- 2.15) XV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 18/4/2002**
- 2.16) XVI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 24/7/2004**

²³² Entre 1974 e 1976, por se tratar ainda de uma situação instável de formação do novo regime a que correspondem os Governos Provisórios, e após uma leitura exploratória dos correspondentes programas verificamos que a cultura tem uma enunciação muito sucinta, restringe-se no essencial à democratização do acesso à cultura. Apenas o Programa III Governo Provisório contém em referências aos museus no sentido de “os transformar em centros de cultura em constante actividade”, mas nada mais se esclarece. Pelo que excluímos esses documentos da análise de conteúdo temática sobre a educação em museus. Pode-se aceder ao texto integral de todos os programas de governo no Diário da Assembleia da República ou através do endereço electrónico do portal do governo.

Y.2) Documentos específicos

3) Leis do Património Cultural

- 3.1) **Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, D.R. I Série** (n.º 153, pp. 1865-1874)
Decreta a Lei do Património Cultural Português.
- 3.2) **Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, D.R. I Série** (n.º 209, pp. 5808-5829)
Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

X) Documentos de Políticas culturais em sentido restrito:

X.1) Documentos genéricos

1) Legislação Orgânica ou Geral de Museus

- 1.1) **Decreto-Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto, D.R. I Série** (n.º 177, pp. 1990-2009)
Regulamenta a orgânica do Instituto Português do Património Cultural (IPPC).
- 1.2) **Decreto-Lei n.º 278/91, 9 de Agosto, D.R. I Série** (n.º 182, pp. 3999-4005)
Cria o Instituto Português dos Museus (IPM).
- 1.3) **Decreto-Lei n.º 161/97, 26 de Junho, D.R. I Série** (n.º 145, pp. 3119-3123)
Aprova a orgânica do Instituto Português de Museus (IPM).
- 1.4) **Decreto-Lei n.º 398/99, 13 de Outubro, D.R. I Série** (n.º 239, pp. 6892-6901)
Reestrutura a orgânica do Instituto Português dos Museus (IPM).
- 1.5) **Despacho conjunto n.º 616/2000, de 5 de Junho, D.R. II Série** (n.º 130, pp. 9633-9634)
Cria a estrutura o Projecto para a Rede Portuguesa de Museus.
- 1.6) **Despacho normativo n.º 28/2001, de 7 de Junho D.R. I Série** (n.º 132, pp. 3488-3493)
No sentido de promover parâmetros de qualidade para os museus portugueses estabelece o Programa de Apoio à Qualificação de Museus.
- 1.7) **Despacho conjunto n.º 1062/2003, de 27 de Novembro, D.R.II Série** (n.º 275, p. 17701)
Articula os Ministérios da Educação e da Cultura.

X.2) Documentos específicos

2) Legislação Específica dos Museus

Diplomas gerais anteriores a 1974:

- 2.1) **Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de Dezembro de 1965, D.R. I Série** (n.º 286, pp. 1696-1705)
Reformula a situação do pessoal dos museus e introduz considerações gerais sobre os museus.

Diplomas entre 1974-2004:

- 2.2) **Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março, D.R. I Série** (n.º 67, pp. 493-501)
Reformula a situação do pessoal dos museus e introduz considerações gerais sobre os museus.
- 2.3) **Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série** (n.º 195, pp. 5379-5398)
Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

3.2. O *corpus documental* – a análise de conteúdo

A partir dos vários diplomas configuramos novos documentos de análise compostos pelos fragmentos de citações textuais onde surgiam disposições e conteúdos que permitissem reconhecer as concepções das políticas culturais relativas à educação em museus e pelas interpretações construídas ao longo do tratamento analítico.²³³

Mediante a análise exploratória dos documentos seleccionados e pela tipologia configurada²³⁴ referenciamos os diplomas que abordam de modo directo ou explícito a educação em museus. Ou seja, para discernir os conteúdos relevantes, fragmentando o texto em informações pertinentes ao nosso objecto de estudo detemo-nos na tipologia X.2). A tipologia Y.1), Y.2) e X.1), pela sua pertinência no domínio das políticas culturais e porque permitem enquadrar histórica e politicamente o objecto de estudo, constituirão aqui um tema secundário, que não deixa contudo de ser importante, pelo que a análise²³⁵ foi efectuada mas segundo critérios gerais, aplicados a todos eles, com o intuito de encontrar matéria de contextualização e fundamento histórico-político para o tema central.

Assim, isolamos os documentos jurídicos relativos às políticas culturais que revelam conteúdos de sentido restrito e explícito sobre a educação em museus, daqueles que têm conteúdos de sentido amplo e que de modo implícito e/ou explícito poderemos relacionar com esse tema. Podemos dizer que os diversos tipos de documentos e os seus conteúdos deram origem a dois grupos, dentro do *corpus documental* constituído, que designamos por CD.1), ou seja *Corpus Documental 1* e CD.2), ou seja *Corpus Documental 2*. Em CD.1) dispomos os enunciados dos documentos tipo X.2), e em CD.2) englobamos os referenciados como Y.1), Y.2), e X.1).

²³³ Remetemos todos os documentos aqui referenciados para anexo, assim como os procedimentos de análise a que foram submetidos.

²³⁴ Cfr. A tipologia aparece configurada de acordo com a listagem de documentos na secção 3 .1., pp. 82-83.

²³⁵ A análise será apresentada em anexo cabendo aqui apenas a exposição das orientações principais.

(Quadro N. 4)

Quadro-enunciatório dos documentos em análise para CD.1)²³⁶

■ **Legislação Específica dos Museus**

- Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de Dezembro de 1965, D.R. I Série (n.º 286, pp. 1696-1705)
- Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março, D.R. I Série (n.º 67, pp. 493-501)
- Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398)

Circunscrito o CD.1) aos documentos que tratam de modo particular os museus e tudo o que a eles respeita, uma vez que são estes documentos, que no âmbito das políticas culturais reflectem as políticas museológicas, neles procuramos o que possa estar relacionado com o tema da educação. Confirmamos que se tratam de diferentes tipos documentos jurídico públicos, decretos-lei²³⁷ e leis²³⁸, decretos-regulamentares, embora estejam numa ordem de valor jurídico idêntico provêm de órgãos estatais distintos, segundo o sistema jurídico português.

Submetemos cada um dos documentos do grupo CD.1) a uma análise exploratória para a verificação de conteúdos que correspondessem ao tema da educação em museus²³⁹. De seguida, a partir de categorias preliminares²⁴⁰ de análise para o conjunto dos documentos, procuramos verificar se elas surgem em todos eles e como são consideradas.

De acordo com o que acabamos de aclarar e atendendo às questões enunciadas na metodologia apresentamos as categorias preliminares de análise dos documentos que configuram CD.1):

²³⁶ O quadro-enunciatório segue a listagem apresentada na secção 3.1. no que concerne à tipologia configurada, pp. 82-83.

²³⁷ SOUSA, António Francisco de, *Introdução ao sistema jurídico Português*, Lisboa:Edições Colibri, 1991, p. 38. O autor define cada uma das tipologias referidas de forma sucinta: “Decreto-Lei tem, em princípio, o mesmo valor hierárquico da Lei da Assembleia da República, mas caracteriza-se por ser da autoria do Governo, por um lado, e por não poder regular as matérias reservadas pela Constituição à Lei formal da A.R., por outro. No entanto, certas matérias que em princípio são da competência da A.R. poderão ser reguladas por Decreto-Lei se a A.R. autorizar o Gov. a fazê-lo.”

²³⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 38 “A Lei em sentido formal é a Lei da Assembleia da República. Certas matérias (as de maior relevância para o sistema constitucional e para as garantias dos cidadãos) só podem ser reguladas por Lei da A. R.”

²³⁹ Para não nos repetirmos entenda-se que o tema central da investigação é a Educação em Museus, e a forma como se cristaliza no Panorama das Políticas Culturais sobre a Educação em Museus.

²⁴⁰ Cfr. A formulação das várias categorias surgem na Metodologia, no Capítulo 2, secção 2.3, p. 69-71.

Categoria 1: O conceito de educação nas orientações políticas dos documentos. Identificamos as unidades de registo e de contexto em cada documento²⁴¹ que referem o conceito de educação no conjunto dos articulados está implicado mesmo quando por vezes a palavra educação não está presente. É possível deduzir que se trata de um enquadramento da educação nas políticas culturais a que estes documentos se referem. Contudo, sendo todos documentos políticos, nas orientações que emanam esse carácter torna-se mais evidente.

Categoria 2: A educação no âmbito da relação museu-público. Utilizamos o conceito de público para referir os sujeitos, como entidade geral e abstracta, com quem o museu se propõe relacionar. Sabemos ser um conceito que tem suscitado numerosas e distintas posições, por exemplo nos chamados estudos de público e de configuração/captação de novos públicos²⁴². Julgamos não caber aqui a explanação desses debates mas perceber em concreto as designações terminológicas que têm vindo a ser usadas nos próprios documentos em análise. Identificamos as unidades de registo e de contexto em cada documento²⁴³, segundo a relação do museu com o público. Estas sugerem uma abordagem sobre o tema da educação. Embora nem sempre a palavra público esteja literalmente expressa, o conceito aparece em expressões como visitante, comunidade, entre outras. Verificamos que aparece repetida em todos os três documentos em análise, que o museu é um “organismo” ou “instituição”, portanto é uma entidade dinâmica, ao serviço de outrem. É este *outrem* que adquire várias designações em todos os diplomas, o que pudemos verificar mediante os termos identificados que passamos a destacar e implica uma relação educativa do museu.

Categoria 3: A educação no âmbito dos dispositivos para as práticas educativas. Identificámos as unidades de registo e de contexto em cada documento²⁴⁴ que indicam dispositivos organizadores das práticas educativas. Traduzimos por práticas educativas²⁴⁵ os

²⁴¹ Cfr. As unidades de registo e de contexto de cada diploma.

²⁴² Podemos ver algumas destas reflexões cfr. in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *ob. cit.*, (Setembro 2002), como por exemplo: SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, pp. 9-10; SILVA, Raquel Henriques da, “por referência ao tema 1, Política Educativa: objectivos”, p. 19; CASTRO, Regina; PAIVA, José, “por referência ao tema 3, Captação de Novos Públicos”, p. 56; REEVE, John, “por referência ao tema 4, Parcerias”, p. 89; WILKINSON, Sue, “por referência ao tema 5, Avaliação”, p. 112; SALEMA, Isabel, “por referência ao debate final, Mesa Redonda”, p. 124; FLEMING, David, “por referência ao debate final, Mesa Redonda”, p. 136; PÓVOAS, Liliana, “por referência ao debate final, Mesa Redonda”, p. 148.

²⁴³ Cfr. As unidades de registo e de contexto de cada diploma.

²⁴⁴ Cfr. As unidades de registo e de contexto de cada diploma

²⁴⁵ SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *op. cit.*, (Setembro 2002), pp. 9-11, fala-nos de “meios e métodos”, “intervenções práticas, programas de acção”.

instrumentos, os mecanismos e as acções que configuram a educação nos museus quanto às suas características funcionais e estratégias de concretização. Procuramos nos três documentos expressões que directa ou indirectamente nos permitem abordar as práticas na realização da função educativa.

Corpus Documental 2

(Quadro N. 5)

Quadro-enunciatório dos documentos em análise para CD.2)

■ **Constituição República Portuguesa e Leis de Revisão**

- Leis da Constituição da República Portuguesa de 10 Abril 1976, D.R. I Série (n.º 86, pp. 738-775)
- Lei Constitucional n.º 1/82 de 30 de Setembro, D.R. I Série (n.º 227, pp. 3168 - 3206)
- Lei Constitucional n.º 1/89 de 8 de Julho, D.R. I Série (n.º 155, pp. 2734 (25) - 2734 (68))
- Lei Constitucional n.º 1/92 de 25 de Novembro, D.R. I Série (n.º 273, pp. 5444 (2) - 5444 (44)) Lei Constitucional n.º 1/97 de 20 de Setembro, D.R. I Série D.R. I Série (n.º 218, pp. 5152 - 5196)
- Lei Constitucional n.º 1/2001 de 12 de Dezembro, D.R. I Série (n.º 286, pp. 8172 - 8186)
- Lei Constitucional n.º 1/2004 de 24 de Julho, D.R. I Série (n.º 173, pp. 4642 - 4663)

■ **Programas dos Governos Constitucionais no sector da cultura de 1976 a 2004**

- I Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, Suplemento, 3/8/197
- II Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 3/2/1978
- III Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 8/9/1978
- IV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 5/12/1978
- V Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 14/8/1979
- VI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 12/1/1980
- VII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 17/1/1981
- VIII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 15/9/1981
- IX Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 21/6/1983
- X Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 16/11/1985
- XI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 28/8/1987
- XII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série C, 15/11/1991
- XIII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 8/11/1995
- XIV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 6/11/1999
- XV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 18/4/2002
- XVI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 24/7/2004

■ **Leis do Património Cultural**

- Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, D.R. I Série (n.º 153, pp. 1865-1874)
- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, D.R. I Série (n.º 209, pp. 5808-5829)

■ **Legislação Orgânica ou Geral de Museus**

- Decreto-Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto, D.R. I Série (n.º 177, pp. 1990-2009)
- Decreto-Lei n.º 278/91, 9 de Agosto, D.R. I Série (n.º 182, pp. 3999-4005)
- Decreto-Lei n.º 161/97, 26 de Junho, D.R. I Série (n.º 145, pp. 3119-3123)
- Decreto-Lei n.º 398/99, 13 de Outubro, D.R. I Série (n.º 239, pp. 6892-6901)
- Despacho conjunto n.º 616/2000, de 5 de Junho, D.R. II Série (n.º 130, pp. 9633-9634)
- Despacho normativo n.º 28/2001, de 7 de Junho D.R. I Série (n.º 132, pp. 3488-3493)
- Despacho conjunto n.º 1062/2003, de 27 de Novembro, D.R. II Série (n.º 275, p. 17701)

Circunscrito o CD.2), verificamos ser um conjunto de documentos bastante heterogéneo do ponto de vista jurídico-público, estão numa ordem de valor jurídico diverso e provêm de órgãos estatais distintos, segundo o sistema jurídico português também temos em alguns casos um número considerável de diplomas do mesmo tipo, por fim ainda contamos representarem um somatório extenso, atendendo a este conjunto de factores consideramos relevante começar por definir e apresentar algumas das suas características próprias que estão presentes na produção do discurso e que poderão influenciar o sentido interpretativo que lhes possamos dar sobre as concepções da educação em museus.

As normas da Constituição²⁴⁶ são consideradas fundamentais e em rigor determinam a acção política de todos os órgãos do Estado, bem como os direitos-deveres, liberdades e garantias de todos os cidadãos do Estado. A primeira Constituição Portuguesa em análise corresponde à instauração constitucional do Estado de Direito Democrático após a Revolução de 25 de Abril de 1974, promulgada dois anos após a Revolução. Entre a implantação do novo regime político e a publicação do diploma constitucional, vigorou um documento provisório cuja prioridade era criar as estruturas necessárias à implantação do regime democrático. Todos os diplomas que foram publicados entre 1974-1976 fazem parte de um período ainda instável em termos políticos devido à efectivação para um Estado, que se pretendia afirmar com concepções distintas do anterior. Assim não se verificam nesse período afirmações políticas sobre a cultura, uma vez que, a tarefa essencial do Estado era instituir a configuração, organização e funcionamento do novo modelo político e jurídico. Por este motivo interessa-nos atender às normas que regem as políticas culturais a partir de 1976. Na actualidade vigora a mesma Constituição, publicada em 1976, embora tenha vindo a sofrer sucessivas revisões, que são ditas de adaptação à evolução da sociedade. Por isso são analisadas também as revisões, procurando perceber-se se houve modificações no enunciado dos artigos referentes às políticas culturais: revisões respeitantes aos anos de 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004.

Uma vez que as normas da constituição têm um carácter geral e abstracto, aliás como todas as leis, e respeitam a princípios basilares do Estado, todas as designações no plano do direito constitucional que lhes correspondem são amplas, pelo que as disposições fundamentais no âmbito das políticas culturais vinculam todos os organismos do Estado que estejam ligados à

²⁴⁶ SOUSA, António Francisco de, *op. cit.*, (1991), p. 23. A Constituição aparece definida como documento fundamental do Estado português, que funda a legalidade democrática do mesmo. Sendo que, “a validade das leis e dos demais actos do Estado, das regiões autónomas e do poder local depende da sua conformidade com a Constituição”.

cultura, nomeadamente os museus. Quer isto dizer que apesar de não detectarmos na Constituição qualquer referência explícita sobre museus eles deverão cumprir e respeitar o que aí se determina.

Também procuramos nas leis constitucionais de 1976 até à actualidade referências à educação. Deparamos com a correspondência entre a educação e a cultura, quer ao nível das partes constituintes quer dos articulados, o que demonstra uma certa tradição de dependência da cultura face à educação. Portanto, a relação existente entre estes dois campos, que estão implicados nos conceitos fundamentais do nosso objecto de estudo, parece aqui evidente. Sendo numericamente reduzidos os artigos respeitantes às políticas culturais em todos as leis constitucionais resolvemos tomá-los na íntegra para a análise²⁴⁷. Deste modo também permitirá deixar mais claro as modificações efectuadas em cada revisão, ao nível do teor literal do documento.

Os Programas de Governo²⁴⁸ analisados traduzem as orientações políticas que o aparelho executivo do Estado se propõe adoptar e cumprir durante a acção governativa do seu mandato apresentados em sessão legislativa. Naturalmente que ao analisarmos em seguida os diplomas legais publicados durante o funcionamento dos mandatos a que correspondem esses programas de governo estaremos a perceber se foram postas em prática, modificadas ou, até, acrescentadas, previsões/intenções de acção política. No cômputo geral as orientações do governo correspondem a linhas de orientação sobre a execução das políticas do Estado que devem respeitar as leis constitucionais e as restantes normas legislativas que lhes possam ser anteriores. A análise do seu conteúdo foi focalizada na Cultura uma vez que é aqui que vamos encontrar as premissas que se reportam aos museus, e em concreto à educação em museus como núcleo central da nossa investigação.

O período de tempo que corresponde aos programas de governo é de 1976 a 2004, ou seja do I Governo Constitucional ao XVII Governo Constitucional. Ao todo temos 16 diplomas: Ago. 1976, Fev. 1978, Set. 1978, Dez. 1978, Ago. 1979, Jan. 1980, Jan. 1981, Set. 1981, Jun. 1983, Nov. 1985, Ago. 1987, Nov. 1991, Nov. 1995, Nov. 1999, Abr. 2002, Jul. 2004. Verificamos assim que os anos de maior governativa foram entre 87-91 (1 programa para 4

²⁴⁷ Cfr. Quadros de análise em anexo.

²⁴⁸ SOUSA, António Francisco de, *op. cit.*, (1991), pp. 61-62, "O Programa do Governo é um documento do qual constam as principais orientações políticas e medidas a adoptar ou a propor nos diversos domínios da actividade governamental."

anos), 91-95 (1 programa para 4 anos), 95-99 (1 programa para 4 anos) e de 99-2002 (1 programa para 3 anos). Os de menor estabilidade, referindo-os em ordem decrescente de duração dos programas, temos 76, 83, 85, 2002 (1 programa para 2 anos), seguidos de 79, 80 e 2004 (1 programa para 1 ano), 81 (2 programas em 1 ano), e por fim 78 (3 programas em 1 ano). Uma vez que se trata sempre da mesma tipologia de diploma, faremos também uma análise comparativa ao conjunto dos vários programas de governo apresentados, segundo a metodologia que temos vindo a utilizar.

As Leis²⁴⁹ criadas especificamente para regular o Património Cultural em Portugal enquanto sector político do Estado. Sendo leis corporizam “o objectivo de estabelecer os alicerces de um edifício jurídico que permitisse cumprir uma tarefa fundamental do Estado (artigo 9º da Constituição) (...) – «proteger e valorizar o património cultural do povo português»”²⁵⁰.

“O Estado tem o dever de legislar no sentido de garantir todas as dimensões do direito à cultura, possibilitando através de comandos normativos imediatamente aplicáveis: o acesso de todos aos bens e instrumentos culturais; a participação efectiva dos cidadãos nos processos de produção cultural; a comparticipação na defesa e enriquecimento do património cultural português; a detecção, investigação e julgamento, em tempo útil, dos crimes contra o património cultural.”²⁵¹

Consideramos Legislação Orgânica ou Geral sobre Museus os diplomas legais que tratam da criação ou organização de institutos que tutelam o património cultural português, nele incluídos os museus, ou que tutelam a estes em particular. São apenas dois os institutos considerados, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), até 1991, e o Instituto Português de Museus (IPM), após essa data e até à actualidade. Atendemos somente a estes dois por considerarmos serem aqueles a quem os museus teriam de responder legalmente de modo mais directo. Também incluímos neste conjunto de diplomas relativos à nossa análise outros documentos, que não sendo orgânicos, tratam de questões pontuais sobre o funcionamento dos museus. Sejam relativos, por exemplo, à Rede Portuguesa de Museus (RPM), à regulamentação do programa de qualificação ou à credenciação de museus. Fazem todos parte do que consideramos políticas culturais em sentido restrito porque dizem respeito, no âmbito da cultura,

²⁴⁹ *Id., Ibid.*, pp. 38-39, sobre a definição de Lei e Decreto-lei, para o que podemos ler o que já foi citado na nota de rodapé n.º 242 e 243, p. 82.

²⁵⁰ CLARO, João Martins, “Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85”, in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *Direito do Património Cultural*, Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996, p. 279.

²⁵¹ PINTO, Eduardo Vera-Cruz, “Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal”, in (cit. nota rodapé n.º 126), p. 235.

aos museus, e do que consideramos documentos genéricos porque vêm definir e tratar a estrutura de organização e tutela sobre os museus ou determinadas matérias relevantes para os museus (e não propriamente dos museus²⁵²), e sem especificar todos os seus campos. Note-se que tipologicamente estamos num grupo muito heterogéneo quanto a normas de direito, segundo o sistema jurídico português, temos assim decretos-lei, despachos conjuntos, despachos normativos²⁵³ e regulamentos²⁵⁴.

Enquadrados estes documentos no âmbito das políticas culturais procuramos deslindar possíveis sentidos sobre a educação que pudessem ser tidas em conta para os museus. Contudo, assumimos que as premissas aí encontradas são tomadas numa perspectiva ampla e vaga logo não se referem de modo próprio ou exclusivo à educação em museus.

Assim, relativamente a CD.2) optámos por fazer uma análise global para cada grupo de diplomas enunciado, no sentido de verificar possíveis concepções sobre educação que possam ser reportadas aos museus, pelo que não lhes foram aplicadas as categorias específicas anteriormente enunciadas para CD.1).

Identificamos e extraímos as expressões consentâneas com o nosso tema de análise - a educação em museus segundo as políticas culturais/patrimoniais”, e fizemos um quadro sinóptico para o conjunto de documentos de maior extensão temporal, Constituição/Revisões e Programas de Governo.

²⁵² Uma coisa será o modo como os museus têm de funcionar “de dentro para fora”, as políticas museológicas que os configuram, as propostas de acção, etc. o que entendemos por especificidades de construção dos próprios museus; algo diferente é quem os superintende e tutela, o que existe “de fora para dentro”, como a criação e poderes sobre o IPM, sobre sistemas de credenciação e qualificação de museus, etc.

²⁵³ SOUSA, António Francisco de, *op. cit.*, (1991) pp. 38-39. O autor define de forma sucinta: “Despacho normativo conjunto são normas regulamentares [que visam explicar e desenvolver o conteúdo de leis de valor hierárquico superior] que provêm de um ou mais Ministérios. A sua identificação face às portarias é mais formal que real, embora haja uma tendência para terem um campo de acção mais amplo que o das portarias. Os despachos normativos distinguem-se dos despachos [que] não são normas mas actos administrativos”.

²⁵⁴ *Id.*, *Ibid.*, pp. 38-39. A partir do mesmo autor definimos regulamentos como actos administrativos que visam desenvolver ou executar normas legais previamente configuradas e publicadas pelos órgãos de soberania do Estado. Assim os regulamentos não têm o carácter geral e abstracto das leis (em sentido material) mas apenas vinculam aqueles a quem o regulamento determina a sua aplicação.

3.3. Aplicação das categorias e da temática de análise e discussão dos conteúdos

Aplicação das categorias e da temática de análise e discussão dos conteúdos nos documentos jurídico-públicos CD.1)

B) Documentos de Políticas culturais de sentido restrito

B.2) Documentos específicos

Análise da Legislação Específica dos Museus²⁵⁵

Categoria 1: O conceito de educação nas orientações políticas dos documentos.

Iniciamos a análise pelo diploma de 1965, que sendo um Regulamento geral dos museus de Arte, História e Arqueologia restringe-se a listar os nomes dos museus, não dispondo de uma definição sobre os mesmos. A ligação ao tema da educação em museus é evidente enquanto finalidade desde logo definida no preâmbulo como nos articulados do regulamento. Para além disso também se pode considerar relevante o facto de os museus estarem tutelados pelo Ministério da Educação Nacional.

A educação surge como conceito expresso nas “finalidades gerais” entre outras finalidades. Também surge indirectamente ao considerar o museu como um “centro-activo” e um “organismo vivo”, e dando ênfase a uma vertente social do museu, que se subentende ser simultaneamente educativa, pois, por um lado, pretende concretizar a “divulgação cultural, solicitando constantemente o público e esclarecendo-o”, por outro, visa “suscitar o interesse” e “realizar trabalhos de indagação artística, histórica e arqueológica”. Podemos por isso considerar ser um elemento relevante, uma vez que integra as finalidades, mas incluído num contexto generalista deixa aberto um conjunto de possibilidades, mais do que o que expressa um conceito claro. A palavra educação surge assim implicada, de modo indirecto, ainda no sentido dado ao termo “missão”, por referência à missão educativa e social, a que se associa o termo “papel educativo e social”, bem como no âmbito do termo “visitantes/comunidade/público” por referência à “acção pedagógica”.

²⁵⁵ A partir deste momento sempre que referimos os diplomas teremos de nos reportar, através das datas, aos quadro-enunciatório n.º 4, p. 85.

Já nos diplomas de 1980 e 2004 ambos contêm uma definição de museu e dela faz parte a educação, o que indica a sua relevância, pois está implicada necessariamente na ideia do que é um museu. Consideramos que “atribuições/natureza” e “conceito/objectivos de museu(s)”²⁵⁶, referenciadas nos diplomas em análise, são designações usadas para definir museu(s) pois enunciam uma série de elementos e características para um museu ser considerado como tal. Entre essas surge a educação.

No entanto, o D.L. de 1980 expressa a palavra educação apenas uma vez, relativa aos “fins dos museus”, o que interpretamos como um elemento de fundamentação generalista e abrangente. Tratando-se de um diploma de planificação administrativa-orgânica relativa à reformulação da situação de todo o pessoal do museu. Contudo, introduz considerações gerais relativas à definição, finalidades e funções dos museus que são relevantes para detectar possíveis sentidos sobre a educação nos museus. Desde logo tentando perceber se aparece referenciada, se mantém as mesmas prerrogativas que o diploma anterior e, também para esmiuçar outras especificidades que possam agora surgir. Podemos ainda dizer que a educação permanece no mesmo contexto que o D.L. de 1965, apesar de agora as finalidades pertencerem à concretização do que é um museu. Por fim, consideramos que o conceito de educação pode ser associado ao termo “objectivos/áreas de intervenção dos museus” por referência à “acção cultural”, apesar de não estar expresso. Na nossa interpretação a acção cultural reenvia para a dinamização das relações com o público, cabendo a educação nas actividades culturais e de divulgação.

A L.Q. de 2004 expressa a palavra educação no contexto dos “objectivos de museu” e ainda do termo “funções/fins da educação do museu”, demonstrando uma especificidade na concretização desse conceito. Dedicamos dois artigos que correspondem ao termo “função educativa” enquanto conjunto de actividades a pôr em prática. Na lei-quadro hoje em vigor verificamos que os objectivos do museu são científicos, educativos e lúdicos, logo podemos considerar o museu como uma entidade que deve trabalhar para a educação. Interessa saber o sentido desse(s) objectivo(s) na perspectiva do funcionamento do museu, o que vem explicitado mais à frente, na mesma lei de 2004, sendo que a “educação” vai ser indicada especificamente como uma das áreas funcionais do museu.

²⁵⁶ Por vezes a expressão está no singular, outras no plural, mas o sentido geral é sempre da remissão dos enunciados dos diplomas a tudo o que possa ser considerado museu.

“O museu prossegue as seguintes funções: a) Estudo e investigação; b) Incorporação; c) Inventário e documentação; d) Conservação; e) Segurança; f) Interpretação e exposição; g) Educação.”²⁵⁷

Tentamos em seguida perceber quais os elementos caracterizadores da função educativa dos museus.

“Sobre a Educação: 1. O museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais. 2. O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos. 3. Os programas referidos no n.º 1 do presente artigo são articulados com as políticas sectoriais respeitantes à família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, turismo e combate à exclusão social.”²⁵⁸

Interessa-nos evidenciar a nomeação da “educação” enquanto função outra, em relação, por exemplo, ao “estudo e investigação” e à “interpretação e exposição”. A especificidade da função educativa encontramos-la explicitada no artigo 42º a onde surge ligada à mediação cultural, ao acesso e às manifestações culturais, à educação permanente, à participação da comunidade, ao aumento e à diversificação dos públicos, bem como às articulações entre as políticas sectoriais e com o sistema de ensino. Por sua vez a interpretação e a exposição enunciadas no artigo 39º terão sobretudo a ver com as estratégias de comunicação e divulgação dos bens culturais. E, no artigo 8º explicita-se a função de estudo e investigação sobretudo ao nível interno, de quem trabalha no museu, sobre os próprios bens culturais do museu, relativamente à política de incorporações e documentação dos mesmos, e de tudo aquilo que sustente as outras funções museológicas. Estas três funções, embora possamos inquirir da intrínseca relação entre elas, aparecessem descritas autonomamente e caracterizadas umas independentemente das outras. Apesar desta separação que a definição do próprio conceito de museu também afirma, no artigo 3º, à aqui a indicação de que os objectivos das diversas funções do museu e da sua existência são “científicos, educativos e lúdicos”, logo apesar de a função de educação ser uma função específica entre as outras “educar” encontra-se entre os objectivos fundamentais das instituições museológicas.

²⁵⁷ Cfr. Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398), artigo 7.º.

²⁵⁸ *Id.*, *Ibid.*

Categoria 2: A educação no âmbito da relação museu-público.

O D.L. de 1965 usa os vocábulos “visitante/comunidade/público”, sendo que pudemos interpretar um sentido específico para cada um de acordo com o próprio documento: o visitante é o sujeito que vai e encontramos a frequentar o museu; o público é o conjunto de sujeitos que ainda podem aparecer no museu; a comunidade é o conjunto de sujeitos amplamente concebidos no universo de possibilidades de relação com o museu. Apesar de tudo é o conceito de público, também tomado no sentido aglutinador de todos os sujeitos, que mais vezes é utilizado. Ora os sujeitos relacionais, o público (de acordo com esse sentido geral e abstracto que começamos por enunciar), pertencem à área do social. Este D.L. evidencia a educação no museu, quer em termos de missão, quer quanto ao papel educativo e social, como indissociáveis. Para compreendermos a educação no âmbito da relação museu-público atendemos aos termos que se referem ao “papel educativo e social [objectivos da função educativa atendendo a dois tipos de público]”, “finalidades gerais [objectivos para o público em geral]”, “acesso [objectivos para tipos de público específico]”, “cooperação escolar” e face a nossa análise sublinhamos a preponderância do social no museu, nomeadamente na definição de vários tipos de público a atender de modo diverso.

Desde logo é de destacar que a educação é enquadrada em diferentes dinâmicas, tendo em conta a referência contrastada entre o público já interessado (“escóis”) e o novo público (“as camadas populares e escolares”). Contudo, se no preâmbulo do diploma se enunciam essas duas tipologias de público, nos articulados elas não se demarcam. Consideramos o preâmbulo como uma reflexão, na qual se aborda o papel educativo e social dos museus europeus desde a primeira guerra mundial, e que aponta para modos de agir diferenciados quanto a esses dois tipos de público: se para os escóis lhes bastará a mera contemplação para as camadas populares e escolares, também chamadas de “o público não iniciado”, precisa de ser “esclarecido e preparado, de receber, em termos que lhes sejam acessíveis”, o que subentendemos pelo património/cultura que o museu oferece. A educação tomada a partir da relação a estabelecer com o público surge assim canalizada sobretudo para “as camadas populares e escolares”: implica atrair, formar o gosto, proporcionar educação artística e, em geral, formar o espírito. Mas como já referimos, ao longo dos articulados do Regulamento Geral dos Museus de História, Arte e Arqueologia não voltamos a ler qualquer menção sobre estes dois tipos de público. Julgamos mesmo ser reconhecido que “a formação do espírito”, “a educação da sensibilidade” e “atrair para problemas de ordem artística, histórica e arqueológica” podem ser finalidades gerais para

qualquer tipo de público. Outras referências a diferentes tipos de público aparecem e são especificadas quando são abordados o “acesso” e a “cooperação escolar”. Ambos os termos se interrelacionam pois tratam assuntos diferentes mas que norteiam os mesmos tipos de público, o público escolar. É evidente a relevância atribuída ao que a escola pode esperar do museu, no “acesso gratuito” e nas “visitas de estudo”, e na “função de coadjuvar”: destaca-se a especificidade das Universidades, Escolas Superiores de Belas Artes, e dos investigadores.

Relembramos que este é um documento promulgado pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, que cria um Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, o que explica essa ligação, que julgamos estar relacionada com o estudo/investigação, mas tal não nos está expresso de modo directo. Há um sentido evidente e sistematicamente repetido de que a educação está interligada ao serviço social, que o museu deve cumprir, logo, é o público, indiferentemente das suas tipologias, que justifica a função educativa. Em geral concluímos deste documento que a educação é considerada um instrumento ao serviço da vocação social do museu, no atendimento/acolhimento/comunicação com o público. O público é apresentado como central para o museu. No D.L. de 1980 verificamos que a abordagem à categoria da educação no âmbito da relação museu-público o termo quase exclusivo é o de “público/sociedade”. Por vezes, demonstrando a amplitude do conceito de público aparece a expressão “sociedade”, outras vezes, como nas “atribuições” de museus, aparecem as duas expressões: “prestação de serviço à sociedade” e “abertos ao público”. De qualquer modo a ideia geral é a de que o público é o sujeito a quem o museu se dirige.

O serviço a prestar ao público está ligado a uma das três áreas da “ciência museológica” enunciadas no diploma, uma das quais é a acção cultural. Esta aparece por referência ao termo “competências genéricas no domínio da acção cultural”, encontrando-se aí associada a educação à dinamização e à comunicação. Assim sendo, mais uma vez é em função do público que as finalidades educativas dos museus são definidas, não estando explícitas nem nos “objectivos/áreas de intervenção dos museus” estão como que implícitas em competências que sugerem a criação de vínculos do museu com o público: ou seja, não é só o chamar o público mas fortalecer laços deste com o museu, de “forma sistemática e regular”, e com um sentido de abertura, disponibilidade o que se encontra na “acção cultural”. Fica por esclarecer no documento o significado atribuído a cultural. Há a nomeação de alguns tipos de público com quem se pode estabelecer vínculos específicos, a partir do termo “colaboração”, que são os estabelecimentos de ensino, as associações culturais e profissionais, e demais entidades públicas e

privadas. O que nos permite também compreender que as escolas são ainda consideradas um tipo de público relevante mas não exclusivas nas relações mais específicas de colaboração com os museus, o que nos faz interpretar que a educação se predispõe a uma dinâmica de relação museu-público complexa e com uma vocação sócio-cultural.

Na L.Q. de 2004 o público é também referido através de vários vocábulos, usando os termos “pessoa/cidadãos/público/sociedade/comunidade/públicos”. Traduz um sentido de disponibilidade: o público são todos os supostos sujeitos para quem o museu deve existir. Um outro termo que destacamos no documento é o de “visitantes/utentes”, neste caso traduz o sentido de utilização: são todos os que frequentam o museu. Se no “conceito de museu”, por comparação com o diploma de 1980, desapareceu “a prestação de serviço à sociedade” e “a abertura ao público” como elementos caracterizadores. Podemos contudo considerar que essa vocação social do museu continua a existir, para “facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da cidadania”. Consideramos que aqui se pretende deste modo explicar com mais detalhe a vocação social do museu. Nesta relação museu-público fica claro um compromisso político de cariz socializador, em que a educação se encontra referida quer nos “objectivos”, nas “funções” e nos “fins do museu”, como podemos verificar nos termos respectivos, portanto está implicada em todas as orientações do trabalho dos museus que visam o público. A educação está também associada a “programas de mediação cultural” segundo o termo “função educativa”.

O diploma menciona a educação associada a uma vocação social e cultural: mediar pressupõe estabelecer relações sociais, e a cultura aparece relacionada com o “património” e as “manifestações culturais”. Continua a ser preponderante a actuação “sistemática” do museu com o público mas, de um modo abrangente, esclarecem-se, contudo, campos dessa actuação, “a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos”. E embora a educação nos museus seja para todos faz-se referência a alguns tipos de público com que se deve concretizar especiais relações de “articulação/colaboração” e “apoio específico/cumprimento da função educativa”. Estas especificidades justificam-se nomeadamente pela conjugação com outros sectores da política do Estado, no que se refere à família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, juventude, turismo e combate à exclusão social; trata-se no fundo também de “coordenação” com outros ministérios, por exemplo o da educação, da ciência e ensino superior, bem como com as escolas. A educação aparece numa dinâmica de relação museu-público complexa e com uma vocação sócio-cultural, juntando-se a

esta a afirmação de princípios de vocação política de sentido amplo e não restrito aos museus, pois interrelaciona-se a educação no museu com outros sectores e áreas de interesse do Estado.

| |
|--|
| Categoria 3: A educação no âmbito dos dispositivos para as práticas educativas. |
|--|

No D.L. de 1965 são mencionados alguns mecanismos e instrumentos de acção educativa, como exposições, roteiros, catálogos e folhetos ilustrados, visitas colectivas orientadas, contactos estreitos e constantes com as escolas, conferências, etc. Através do termo “processo” que aparece associado à enumeração destes termos percebemos que eles são pensados não como elementos pontuais mas fazendo parte de dispositivos que se vão desenrolando ao longo do tempo, para concretizar uma dinamização social adstrita à função educativa. Ou seja, são exemplos do que se consideram boas práticas, algumas das quais já se utilizam no museu, como as exposições e as visitas que demonstram ter uma força maior (aparecem mais vezes referenciadas no diploma em análise), e/ou que se considera poderem vir a desenvolver-se, como as exposições temporárias, roteiros e as conferências. É possível conectá-los com a educação, seja porque aparecem no mesmo contexto em que o documento dispõe sobre a educação, seja porque estão de acordo com a vertente social do museu, que se subentende ser simultaneamente educativa, de fomentar e dinamizar as relações com o público. As práticas, tais como as finalidades gerais, associam-se ao que se entende por organização e funcionamento do museu. No entanto, fica ao critério dos museus o modo de operacionalizar – à excepção das exposições, em que é dito ser necessária uma “criteriosa selecção e uma sóbria e atraente apresentação artística” bem como a “distribuição do recheio dos museus por salas adequadas à índole de cada um” e das “visitas”, em que é referido o serem “colectivas”, “orientadas por comentadores qualificados, por pessoal técnico dos museus ou a outras pessoas idóneas”, poderem ser organizadas por quaisquer outras entidades e fazerem-se em maior número (“multiplicarem-se”) – não existem orientações ou princípios directamente relacionados com o accionar destas práticas.

O D.L. de 1980 usa o termo “meios/actividades da acção cultural” e ainda refere o “monitor na acção cultural”, apresentando-nos assim o que realizar e por quem, no âmbito da educação no museu. Voltamos a sublinhar que neste documento o que se entende por educação parece estar intrinsecamente associado ao que é citado como domínio da acção cultural. A relação entre estas duas vertentes parece também subentender-se pelos exemplos de práticas

educativas: exposições, conferências, concertos e visitas guiadas, actividades culturais, meios gráficos e áudio-visuais e publicação de estudos. A figura profissional referida para o exercício destas práticas é o monitor de acção cultural, como colaborador e exercendo junto do público funções de educação, animação e informação. Note-se que a acção cultural traduz na sua essência o papel social do museu e simultaneamente o educativo.

A L.Q. de 2004 sem especificar tanto como os decretos anteriores sobre as práticas, faz alusão a “actividades” e referencia como exemplos alguns instrumentos, que podem ser tidos como educativos - pois têm de estar garantidos esses propósitos - os relacionados com a reprodução e a actividade comercial como as publicações, réplicas de objectos ou de espécimes e publicidade. De todos os diplomas é o menos descritivo, contudo é o que mais directamente adscribe essas práticas à educação. Quase que podemos concluir que sendo mais directo este textos menos necessidade teve de explanar ou exemplificar o teor das suas orientações.

Após a análise elaborada configuramos um quadro-síntese das principais ideias explanadas na legislação específica para museus, de acordo com as categorias de análise utilizadas e o diploma em que foram aplicadas.

(Quadro N. 6)

Quadro-síntese - categoria de análise 1

| Categorias | | Documentos | |
|--|---|---|---|
| O conceito de educação nas orientações políticas dos documentos | D-L n.º 46.758, 18 de Dez, 1965, D.R. I Série | D-L n.º 45/80, 20 de Março, D.R. I Série | Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série |
| | Educação está associada à política geral do museu, faz parte da missão dos museus (educativa e social) e das suas finalidades gerais. E por referência à acção pedagógica e ao papel educativo e social. | Educação está associada à política geral do museu, faz parte das finalidades gerais dos museus (atribuições/natureza). E por referência às competências genéricas no âmbito da acção cultural. | Educação está no âmbito do conceito de museu associada às funções museológicas, sendo depois apresentada em articulados próprios. |

(Quadro N. 7)

Quadro-síntese - categoria de análise 2

| Categorias | Documentos | | |
|--|--|--|---|
| | D-L n.º 46.758, 18 de Dez, 1965, D.R. I Série | D-L nº 45/80, 20 de Março, D.R. I Série | Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série |
| A educação no âmbito da relação museu-público | A educação é considerada no atendimento/acolhimento/comunicação com o público como vocação social, pois demarca-se a centralidade do público para o museu. | A educação se predispõe a uma dinâmica de relação museu-público complexa e com uma vocação sócio-cultural. Fica por esclarecer no documento, não sendo sequer possível deduzir, o significado de cultural. | A educação fundamenta-se numa dinâmica de relação museu-público complexa e com uma vocação sócio-cultural juntando-se a esta a afirmação de princípios de vocação política de sentido amplo e não restrito aos museus, pois interrelaciona-se a educação no museu com outros sectores e áreas de interesse do Estado. |

(Quadro N. 8)

Quadro-síntese - categoria de análise 3

| Categorias | Documentos | | |
|--|--|---|---|
| | D-L n.º 46.758, 18 de Dez, 1965, D.R. I Série | D-L nº 45/80, 20 de Março, D.R. I Série | Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série |
| A educação no âmbito dos dispositivos para as práticas educativas | É possível conectar com a educação seja porque aparecem no mesmo contexto em que o documento dispõe sobre a educação, seja porque estão de acordo com a vertente social do museu que se subentende ser simultaneamente educativa, de fomentar e dinamizar as relações com o público: são mecanismos e instrumentos inscritos num processo de dinamização social. Especificam-se como exemplo as exposições, roteiros, catálogos e folhetos ilustrados, visitas colectivas orientadas, contactos estreitos e constantes com as escolas, conferências. | Sendo entendido como relativo à educação aquilo que genericamente aparece como a acção cultural do museu as práticas são: meios/actividades da acção cultural e ainda se refere o monitor na acção cultural. Especificam-se como exemplos as exposições, conferências, concertos e visitas guiadas, actividades culturais, meios gráficos e áudio-visuais, publicação de estudos. | De todos os diplomas é o menos descritivo contudo é o que mais directamente subscreve as práticas educativas à educação. Apresenta-as como actividades e referencia como exemplos alguns instrumentos que podem ser aproveitados com propósitos educativos, os relacionados com a reprodução e a actividade comercial como as publicações, réplicas de objectos ou de espécimes e publicidade |

Conclusão analítica geral da Legislação Específica dos Museus

Colocamos o teor global de cada documento em confronto no sentido de encontrar algo que provenha dos documentos e que tenha a ver com a educação mas que extravase a especificidade do objecto de estudo. Detectamos que entre o teor dos vários documentos há similitudes gerais e há diferenças que estão relacionadas com o momento sócio-político de cada época e com as próprias concepções museológicas que se vão transformando. Em todos os documentos o termo museu é assumido no plural. Contudo, no Lei-quadro enuncia-se também no singular assinalando a abrangência do diploma.

Relativamente ao Decreto-Lei n.º 46.758 de 1965, o diploma restringe o seu âmbito de aplicação aos museus de arte, história e arqueologia que aparecem em listagem e que pertencem ao Ministério da Educação Nacional e na dependência da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Neste diploma destacamos a publicação do Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, pelo que é um documento elaborado especificamente para os museus, que regula o seu funcionamento, e a coordenação de uma política museológica. Foi no entanto concebido apenas para as tipologias específicas de museus de arte, história e arqueologia. Verificamos que, apesar da situação política do País ter o seu peso quanto ao que é enunciado sobre a divulgação e propaganda, próprias do Estado Novo, podemos considerar ainda assim um diploma que no global contém orientações próximas das actuais, relativamente ao debate teórico que tem fundamentado a função educativa dos museus. Contudo, há termos que nos parecem consentâneos com o período sócio-político em questão, desde logo a referência a um modo de agir diferenciado para com “escóis e camadas populares”, e é sugerida uma visão paternalista que caracteriza um Estado que quer controlar as mentalidades, como por exemplo, no sentido de que “o público não iniciado” precisa de ser “esclarecido e preparado, de receber, em termos que lhes sejam acessíveis”, o que subentendemos: para tornar compreensível à maneira do Estado o património/cultura oferecido pelas instituições sobre o seu domínio, como é o caso dos museus. As orientações redigidas tinham uma eficácia mais teórica que prática, pois o diploma não sustentava medidas para levar adiante as orientações e finalidades propostas, e isso até poderia ser interpretado como um certo cariz de abertura deixado aos museus para planificar e concretizar as suas funções. Na verdade, o ambiente social e político do Estado Novo não era de molde ao exercício dessa margem de liberdade, nem os museus dispunham de apoios financeiros

e técnicos para as concretizar²⁵⁹. A literatura refere poucas actividades, quase sempre centralizadas no museu de Arte Antiga²⁶⁰.

Já no Decreto-Lei n.º 45/80, não há especificações tipológicas enunciadas no diploma, embora só se considerem abrangidos os museus dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural os quais se listam. Até 1980 o diploma que vigorava era o decreto-lei n.º 46 758 de 1965, considerado agora ineficaz em muitos dos seus aspectos no âmbito administrativo e de operacionalização orgânica. Esta alteração relaciona-se com a mudança não só da situação sócio-política implicada na democratização do regime e daí, face todas as transformações organizativas do poder político ser necessário respeitar as novas instituições e seus domínios atributivos²⁶¹, mas também com a adequação do pessoal à nova situação em que os museus se encontravam em termos de reflexões e práticas que vinham a ser realizadas pela comunidade nacional e internacional, com notória participação da UNESCO, e que apontavam mudanças neste sector, sobretudo no que se refere à prestação do serviço público que visavam operacionalizar. Assim era, apesar de uma referência sintética a outros assuntos, nomeadamente à educação em museus, um documento elaborado para resolver a situação do pessoal que trabalhava nos museus pelo que até a sua proveniência é da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e do Plano. Daí que se torna um documento muito amplo nos assuntos que abarca, mas perde clareza e coerência quando foca matérias importantes, que depois não são tratadas objectiva ou explicitamente, referimos em particular as concepções sobre a educação que se tornam vagas e imprecisas.

Na actual Lei n.º 47/2004, não há especificações tipológicas enunciadas no diploma, procurando ser o mais abrangente possível, nomeadamente ao concretizar o sentido lato dessa abrangência, em termos de museus existentes ou de outros que venham a ser criados, sejam públicos ou privados. Podemos ver ainda esta abrangência nos articulados sobre o conceito de museu:

²⁵⁹ Cfr. RAMOS, Paulo Oliveira, “Breve História do Museu em Portugal”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *op. cit.*, (1993), pp. 49-62.

²⁶⁰ CABRAL, Manuela, “O Serviço Infantil do Museu Nacional de Arte Antiga”, in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Vol. IV, n.º. 3, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1962: a responsável por esse serviço afirma que se devem ao Museu Nacional de Arte Antiga “os primeiros tentames no campo da animação infanto-juvenil, ainda antes da saída do decreto referido.”

²⁶¹ Substituída dependência dos museus pelo Ministério da Educação Nacional e na dependência da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes pela Direcção-Geral do Património Cultural.

“(…) ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.”²⁶²;

“Considera-se colecção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.”²⁶³.

Verifica-se que o conceito de museu abarca todo o tipo de colecções e património, do imaterial ao paisagístico, que seja visitável.

Com a criação do IPM em 1991 haveriam já sido acauteladas muitas das características essenciais inerentes ao funcionamento dos organismos museológicos, contudo, por o IPM ser um instituto que tutela esses organismos, e não um museu, as definições que normalmente cabiam nos diplomas legais para o IPM não corresponderiam directamente aos museus propriamente ditos. Assim, a lei-quadro de 2004 é verdadeiramente a primeira lei para os museus a surgir no período que estamos a investigar, de 1974-2004. O facto do diploma em causa se tratar de uma ” lei”, que o torna geral e abstracto na sua aplicação para todos os museus, possibilita também um sentido globalizador quanto às matérias tratadas, pelo que aparecem enunciados, por exemplo, os princípios da política museológica, a definição de museu, suas funções e finalidades essenciais. Este amplo conjunto de matérias, fundamentais para o domínio museológico, é completado por regras de sentido mais prático, operativo, como por exemplo sobre os registos de visitantes, estudos de público, as características do acesso público ao museu e da função e práticas educativas. Consideramos estar diante de um diploma bastante abrangente quanto às matérias tratadas como se verifica desde logo na definição de museu:

“1- Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

- a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;
- b) facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

²⁶² Cfr. Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398), art.º 3.º sobre o conceito de museu, n.º 2.

²⁶³ *Id.*, art.º 4.º sobre o conceito de colecção visitável, n.º 1.

2- Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.”²⁶⁴

Verificamos também que as principais conceptualizações sobre a educação em museus, que estão hoje presentes nos debates teóricos²⁶⁵, têm expressão neste diploma. Para além disso podemos dizer que é um documento que expressa de modo sistemático e de várias maneiras a importância do papel social e educativo dos museus, reforçando por esse factor o sentido da sua existência. Ficaram por tratar outras matérias que têm surgido como relevantes nas concepções mais actuais sobre educação em museus, por exemplo a necessidade da existência de um documento escrito específico sobre a política da educação, a relação entre a função educativa e a captação de público, as referências às especificidades das equipas dedicadas ao sector da educação nos museus.

Por fim, averiguamos as perspectivas implícitas no conjunto dos articulados dos documentos que apresentam uma fundamentação geral da educação nos museus. Concluimos que: se a educação é tida como de carácter essencial ao museu é apresentada ligada à essência/existência do museu (perspectiva teórica); se a educação é tida como de carácter funcional ao museu encontra-se referida na sua dinâmica concreta (perspectiva pragmática). A perspectiva teórica faz-nos apresentar a concepção de educação agregada à concepção de museu e a partir daí, o que é definido *grasso modo* para o museu implica a educação de modo ambivalente e sem enunciações concretas. O que de mais concreto se encontra e que possamos deduzir como função educativa é por relação desta com a acção social, pedagógica e/ou cultural. A perspectiva pragmática, por sua vez, permite esmiuçar o campo operativo da educação em museus, pelo que determina articulados próprios e explicita o que se chama de função educativa embora também esteja associada à acção cultural.

²⁶⁴ Cfr. Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398), art.º 3.º

²⁶⁵ Remetemos à secção 2.1, Revisão da Literatura, pp. 33-43.

Aplicação das categorias e da temática de análise e discussão dos conteúdos nos documentos jurídico-públicos CD.2)

Y) Documentos de Políticas culturais de sentido amplo

Y.1) Documentos genéricos

Análise à Constituição República Portuguesa e Leis de Revisão²⁶⁶

Percebemos que todos as leis constitucionais analisadas são diplomas juridicamente idênticos e relacionados entre si, pois são sete revisões subsequentes uma às outras e que revogam, nas suas alterações, alguns aspectos da Constituição de 1976. Interessa-nos assim perceber, de um modo mais evidente, as afirmações políticas fundamentais e as mudanças de umas para as outras, no âmbito da cultura e da educação, de modo a estabelecer uma análise do conjunto das políticas culturais provindas de todas as leis constitucionais nos últimos 30 anos. Para o efeito, criamos um quadro sinóptico²⁶⁷ dos vários diplomas segundo as orientações principais para a educação no domínio da cultura. Os conteúdos textuais dos diplomas anteriormente demarcados foram sujeitos a uma interpretação de sentido inscrita na temática da educação em museus, uma vez que esta não aparece designada de modo literal nos documentos. Excluímos do quadro os diplomas referentes às revisões de 1992, 2001 e 2004 uma vez que não traduzem quaisquer alterações no domínio da cultura e da educação.

Ligando cronologicamente estes documentos ao grupo de textos CD.1) temos no 1º momento (de 1965 a 1979) um diploma constitucional, a Constituição propriamente dita de 1976; no 2º momento (de 1980 a 2004) e referindo apenas os diplomas que traduziram alterações no domínio que nos interessa, temos as revisões de 1982, 1989 e 1997.

A constituição de 1976 entende a cultura como um direito de todos os cidadãos. A partir de 1982 esse direito passa também a ser considerado do ponto de vista da fruição e criação cultural e não só o Estado mas todos passam a ter o dever de preservar, defender e valorizar o

²⁶⁶ A partir deste momento sempre que referimos os diplomas teremos de nos reportar, através das datas, aos quadro-enunciatório n.º 4, p. 85.

²⁶⁷ A referida análise é apresentada em anexo.

património. A referência ao acesso à cultura, a todos os cidadãos, especificava os trabalhadores, em 1976, o que configura um sentido político de concepção socialista, aliás também notório na referência aos mecanismos de intervenção cultural, nomeadamente as organizações populares de base. A revisão constitucional demonstra, em 1982, um alargamento de objectivos e mecanismos de âmbito cultural, mantendo no entanto a referência aos trabalhadores e às organizações populares de base, esta segunda designação desaparecerá em 1989 e a primeira em 1997. Esse alargamento do acesso à cultura foi no sentido de apontar os caminhos fundamentais da democratização da cultura, pois esta deve ser conseguida não só pelo acesso, pela fruição e criação cultural, mas também pela correcção de assimetrias entre os cidadãos do país no acesso aos meios e instrumentos de acção cultural e na afirmação do papel do património cultural na identidade cultural comum. Articular políticas de diferentes sectores do Estado é um outro mote adicional em todas as revisões constitucionais, bem como ter as associações de defesa do património cultural e outros agentes culturais (sentido alargado) como intervenientes no sector da cultura. A única alteração mais específica a registar em 1989 é precisamente quanto aos intervenientes indicados na lei, acrescentando as associações e fundações de fins culturais e as organizações de moradores.

Conclusão analítica geral da Constituição da República Portuguesa e Leis de Revisão

Podemos concluir que as principais orientações apontadas decorrem de um desenvolvimento da vontade do Estado português no sentido de melhor garantir a liberdade e a igualdade na educação e na cultura através do processo de democratização. Em particular na cultura as alterações deram-se sobretudo com vista à fruição e criação cultural, o acesso à cultura e ao património cultural, a identidade cultural comum, as articulações entre políticas sectoriais e as colaborações entre diferentes entidades, demonstrando também uma maior responsabilização de todos neste domínio. Embora o documento trate da educação e da cultura no mesmo conjunto de articulados não apresenta qualquer ligação específica entre elas (para além das referências às articulações sectoriais), que nos possa fazer deduzir concretamente sobre a educação em museus. Sabemos contudo que os princípios essenciais a respeitar neste domínio são comuns.

| |
|---|
| Análise dos Programas dos Governos Constitucionais no sector da cultura de 1976 a 2004²⁶⁸ |
|---|

Atendendo a que cada programa de governo emoldura um conjunto de propostas de acção diferenciadas, pois enquadra-se em momentos de governação distintos, começaremos por analisar cada um deles sobre o âmbito da educação em museu em Portugal nestes últimos 30 anos. Em seguida vamos procurar relacioná-los pois interessa-nos estabelecer uma análise do conjunto das políticas culturais provindas de todos os programas de governo em 30 anos.

Percebemos de início haver uma discrepância temporal quanto à duração dos dezasseis programas de governo o que traduz uma maior ou menor instabilidade na actividade governativa e, por conseguinte, na execução das políticas culturais. Também sobre o espaço que a cultura ocupa nos programas há discrepâncias - temos diplomas que colocam a cultura e a educação no mesmo conjunto de articulados, outros separam-nas, embora em todos os diplomas a cultura e a educação estejam ou no mesmo objectivo geral da política do governo, ou na mesma área, o que é revelador da possibilidade de articulação entre ambas. Ainda verificamos que há programas que desenvolvem mais detalhadamente as justificações relativas ao domínio das políticas culturais. As finalidades, objectivos e medidas a concretizar são os termos que permitiram organizar e esclarecer os conteúdos textuais dos diplomas citados²⁶⁹.

No Programa de Governo de Ago. 1976 a cultura é tida como uma das áreas que permite responder às necessidades básicas da população, assim como a educação, mas cada uma delas aparece explicitada em pontos distintos do diploma. Propõe-se mudanças em relação ao Estado anterior que ligava a cultura a “conotações estreitamente didácticas e de propaganda”, ou seja, há uma vontade expressa de demarcação dos princípios governativos referentes ao Estado Salazarista em que as políticas culturais eram instrumentos de acção puramente ideológica e política, sendo que agora é fundamental libertar a cultura. Na mesma linha de ideias no programa em análise determina-se que as políticas culturais sejam delimitadas a partir das características da população e para a população. Pode-se dizer que o objectivo que mais marca este programa no âmbito cultural é o da “promoção do acesso à cultura às mais amplas camadas da população” numa perspectiva de democratização cultural, a cultura é de todos e para todos, e com vista à

²⁶⁸ A partir deste momento sempre que referimos os diplomas teremos de nos reportar, através das datas, ao quadro-enunciatório n.º 5, p. 87.

²⁶⁹ Esses termos são apresentados nos quadros de análise anexados juntamente com o seu sentido de interpretação, atendendo aos documentos transcritos.

renovação mediante as “modernas concepções”. Prevêem-se como relevantes as colaborações na área da cultura com diferentes organismos e apontam-se colaborações com grupos específicos: universidades e centros de investigação. O termo educação não aparece. Contudo, a referência à “animação cultural” leva-nos a considerar implicado um sentido educativo nos seguintes objectivos: estimulando as diversas formas de criatividade colectiva; desenvolver plenamente a personalidade de cada cidadão; enriquecendo o seu modo de se relacionar com a arte; alterando o seu quotidiano no sentido de uma diferente qualidade de vida; despertando todas as suas capacidades criadoras; procurar inserir o indivíduo na comunidade a que pertence; desenvolvendo a sua capacidade de relação, de encontro ao diálogo. Se as práticas de animação cultural são “técnicas de intervenção que tendem a provocar nas populações a consciência nas necessidades culturais”, ficamos sem saber se elas podem ser aplicadas nos museus.

O documento do Programa de Governo de Fev. 1978 em análise pouco diz sobre a cultura; mantém a finalidade anterior de responder às necessidades básicas da população e acrescenta o promover a qualidade de vida. As propostas são sobretudo relacionadas com a defesa e valorização (salvaguarda) do património no entanto podemos destacar as propostas de maior contacto entre agentes culturais e a população. Nada diz sobre a educação em museus havendo contudo referências a actividades de promoção do património dirigidas a “agentes de ensino e outros interessados”.

O Programa de Governo de Set. 1978 vem esmiuçar um maior número de propostas e orientações programáticas, no âmbito das políticas culturais, por comparação com os dois precedentes. A cultura é inscrita no plano da qualificação da vida quotidiana. Afirmar a finalidade de intensificar o desenvolvimento das actividades culturais e todo o diploma salienta a cultura em termos de uma dinamização que accione os instrumentos sobre a acção cultural, o conhecimento, a afirmação da identidade e a tomada de consciência sobre o património. Surgem prerrogativas que nos levam a considerar a democratização, a descentralização e a identidade cultural nacional como essenciais a um “projecto cultural que mobilize os Portugueses”. Há assim um evidente papel social conectado com as políticas culturais, no sentido de estas serem por um lado instrumentos de coesão e igualdade social, quebrando a separação entre a “cultura de elite”, a “cultura de massas” e a “cultura popular”, incrementando a participação de todos os cidadãos a todos os níveis, privilegiando o acesso aos meios e instrumentos de acção cultural em áreas geográficas e em camadas da população mais desfavorecidas. O património é tido como em elemento “vivo, aberto e disponível”, logo não só o acesso é relevante mas também a fruição.

No plano da educação este diploma não a menciona de modo literal contudo, retemos as intenções de realizar acções para o “progressivo conhecimento e afirmação da identidade cultural nacional”, de disponibilizar meios de “descoberta e comunicação dos valores determinantes da nossa cultura”, que interpretamos como medidas que visam a construção de um espírito nacional revigorado e coeso. Os serviços educativos dos museus são expressamente referidos no sentido de prosseguir a sua acção ao que supomos poderem entrar nesse conjunto de propostas.

O Programa de Governo de Dez. 1978 programa permite interligar os três precedentes, não acrescenta novidades mas reafirma prerrogativas centrais já enunciadas, o que é manifesto não só no plano das ideias mas das expressões semânticas²⁷⁰ utilizadas. Neste programa a cultura é considerada um factor decisivo na melhoria dos padrões e da qualidade de vida dos portugueses, o que consideramos como continuidade do título de enquadramento dos programas anteriores. Do programa de Agosto de 76 repete a finalidade de libertar a cultura de conotações estreitamente didácticas e de propaganda implicando a democratização cultural pelo acesso e fruição igual para todos à cultura e o reforço da identidade nacional bem como objectivando anular os abismos ainda existentes entre as chamadas “culturas de escol”, “cultura popular” e “cultura de massas”. Do diploma de Fev. de 78 reforça a ideia de defesa e valorização (salvaguarda) do património cultural mas dá-lhe um sentido global e em construção (permanente devir), como algo inerente à consciência e à preservação da identidade nacional que o programa de Set. de 78 já reafirmava, voltando a sublinhar a necessidade de prosseguir com a acção educativa em museus e bibliotecas. Como novidades introduzidas nas políticas culturais temos: a divulgação, a utilização e a sensibilização através de acções relativas ao património cultural.

Ao contrário do programa anterior verificamos no Programa de Governo de Ago. 1979 uma alteração no modo de expressão das políticas culturais. Logo de início é de salientar que esta mudança requer uma teorização inicial de princípios inerentes à cultura no sentido de dar a entender uma nova abordagem dos múltiplos significados de cultura. São quatro os princípios que correspondem a quatro definições de cultura: favorecer a multiplicidade das expressões e das práticas culturais, de acordo com os contextos específicos dos vários grupos sociais (cultura pluriforme); estimular a consciência de que todos os cidadãos são sujeitos e não meros objectos da acção cultural e apoiando o associativismo cultural (cultura participativa); evitar a compartimentação entre os diferentes aspectos da cultura e introduzindo referências qualitativas

²⁷⁰ Não estamos a fazer uma análise semântica mas sempre que as palavras e as expressões forem repetidas ou sistematicamente utilizadas parece-nos relevante ressaltar esse facto.

em todos os aspectos da vida social (cultura globalizante); ultrapassar a passividade e o consumismo alimentados pelas grandes indústrias culturais e encorajando formas de criatividade individual e colectiva (cultura inovadora). O carácter socializador de democratizar a cultura e de reforçar um sentido de identidade nacional mantém-se em relação aos diplomas anteriores mas apela-se a uma necessidade de objectivar a cultura de modo dinâmico em termos de integração, de projecção e de participação da sociedade. Repete-se o objectivo de quebrar a tradicional separação entre a cultura erudita, a cultura de massas e a cultura popular, institucionalizando meios de interpenetração entre essas diferentes áreas. Por fim, como novidade afirma-se uma articulação entre políticas de governo, “a acção do Governo em matéria cultural é entendida como um todo integrado para o qual convergem: a política de desenvolvimento cultural enquanto tal, a política científica, a política educativa e a política de comunicação social”, que destacamos por ser o único momento em que no diploma surge uma maior relação com o tema da educação no âmbito da cultura, e para tal enuncia-se a promoção de melhorar acções de articulação com os meios de ensino. Sobre os museus em concreto nada se diz.

O documento do Programa de Governo de Jan. 1980 sintetiza as políticas culturais no princípio de democratizar a cultura, sobretudo no acesso progressivo de todos os sectores e regiões do País e da sociedade à vida cultural e aos bens culturais, na participação, na valorização e divulgação dos bens culturais existentes, bem como na difusão da cultura em todas as regiões do País e junto das camadas mais desprotegidas da população, bem como entre a juventude. Pela primeira vez refere-se um grupo específico com quem se deve procurar trabalhar no domínio da área cultural. Sobre os museus enuncia-se o propósito de lhes cometer uma função activa de divulgação e formação, o que poderá ser relacionado com a educação nos museus.

Ainda mais sincrético que o anterior o Programa de Governo de Jan. 1981 revela um carácter redutor das políticas culturais enunciadas pelo Governo. Substitui-se o anterior conceito de património cultural, usado noutros diplomas, pelo conceito de “herança cultural do passado” e o acesso à cultura passa a ser para “o maior número de pessoas” quanto às “obras e valores da cultura nacional”. Em vez da participação pelo fomento do acesso de todos os sectores e regiões do País temos o “levar o conhecimento da cultura portuguesa aos mais variados sectores da população”. Predomina uma perspectiva de divulgação cultural, que ignora a participação do público na produção da cultura, embora persistindo uma ideia de democratizar o acesso, numa perspectiva quantitativa (maior número). Sobre museus e educação o documento nada revela.

Se o diploma anterior foi curto nas premissas foi igualmente curto no tempo e vem a ser substituído pelo Programa de Governo de Set. 1981, inovador em alguns dos conteúdos e na estruturação dos mesmos ao longo do texto. Desde logo a cultura associa-se ao reformismo social e alia-se à coordenação científica com vista a “conjugar a memória, a sensibilidade e a inteligência colectiva”, o que interpretamos como uma concepção global do ser humano e portanto fundamental. Se o programa anterior prestava pouca consideração à cultura este afirma que a perspectiva cultural deve ser uma orientação de toda a actividade pública e do Governo em particular. O texto do programa aparece articulado através da definição de um conjunto de objectivos para os quais se propõem inúmeras medidas de concretização. Na introdução o texto do diploma define cultura como “a conjugação mais unitária, substancial e duradoira da memória, da sensibilidade e da inteligência colectiva.” E define a função da política cultural como “a de permitir, no momento histórico respectivo, a melhor expressão e utilização pela comunidade dos valores do património (memória), da arte (sensibilidade) e da ciência (inteligência) do povo português.” São estas duas definições que estão na base dos objectivos traçados, e que nos parecem relevantes na análise do documento, reportando-se à identidade nacional de que a cultura é expressão máxima. Quanto aos dois primeiros objectivos, procura do consenso e da participação cultural, estão claramente relacionados entre si. Apesar de no primeiro objectivo nada de concreto ser referido sobre os museus parece-nos viável pensar nos museus como um lugar onde pode ser implementado o consenso cultural, até pela configuração abrangente das medidas programadas, das quais destacamos por exemplo o “associar a formação cívica e a formação cultural, através de um lei quadro inspirada pelo princípio de que a cidadania é uma componente nuclear do consenso cultural”. Para o segundo objectivo, numa das medidas propostas, aparecem expressamente designados os museus e a sua capacidade formativa, ao prever “o alargamento e valorização da iniciativa e da participação cultural e a sua integração como factor do desenvolvimento social”, “procurando o progresso, a dinâmica social, contribuindo para lhes dar um espírito e uma feição próprias, contra uma noção de cultura corporativa e isolada da vida”, “providenciar para a maior abertura, efectividade e desenvolvimento da capacidade formativa de todas as instituições culturais e, em particular, dos museus e bibliotecas”. Verificamos que se atende aqui à função educativa dos museus. Já para o terceiro objectivo sobre o “património cultural”, ao qual os museus aparecem inúmeras vezes associados, as medidas propostas e analisadas reafirmam, tal como em 1980, o trabalho com um público específico - a juventude – em que a articulação com as escolas parece ser relevante e complementar. Propõe-se em concreto “sensibilizar e mobilizar a juventude para a defesa e protecção dos bens e valores culturais, em articulação com o sistema de ensino e com as

actividades de ocupação de tempos livres e definir uma política de museus mais sistemática”. Sobre museus o restante texto apenas indica medidas de criação e instalação, não afirmando algo mais que possa ser tido como relevante para o campo da educação que estamos a tratar.

O Programa de Governo de Jun. 1983 remete a política cultural para o sector social e cultural, tal como o trabalho e segurança social, as políticas de saúde, a política de educação e o ordenamento do território, ambiente e desportos. As principais considerações partem de “uma concepção global e criadora de cultura, que exige progressivos esforços de cobertura orçamental, sem perder de vista, por um lado, os constrangimentos financeiros impostos pela crise, na presente conjuntura, e, por outro, as recomendações internacionais quanto às dotações percentuais para a cultura.”. Logo, é um programa associado a uma evidente preocupação económica, que se estendeu à área cultural, e que se manifesta desde logo nos objectivos fundamentais, como o democratizar e descentralizar a cultura pela acessibilidade e participação de todos no sentido da igualdade e da liberdade. Note-se que estes objectivos fundamentais mais se assemelham a finalidades já anteriormente preconizadas por outros programas de Governo. Assim, subdividimos os mesmos em finalidades (“a democratização e a descentralização da cultura”), e em objectivos gerais (“o acesso de todos à cultura, visando na primeira linha os trabalhadores, sem esquecer que a igualdade efectiva entre mulher e o homem é um dos mais seguros indicadores do progresso cultural. A preparação cultural para esta igualdade efectiva será fundamentada”). Relativamente às principais medidas propostas, os documentos não nos conduzem de modo explícito a referências à educação nos museus, embora estes sejam enunciados no diploma a propósito de medidas de reestruturação e de criação. Podemos contudo subentender que os museus também são referenciados de modo implícito em medidas de carácter geral, a propósito de criação e divulgação das artes plásticas e pela quantidade de museus existentes no país que se enquadram na tipologia de museus de arte. No domínio da cooperação entre o Ministério da Cultura e entidades nacionais e estrangeiras, salientamos a relação com o Ministério da Educação em que se afirma que se “procurará remediar-se a carência de formação artística e educar o gosto artístico aos diversos níveis de ensino”. Medida que interpretamos como uma visão paternalista face ao público e eventualmente a ser concretizada pelos museus, embora não seja dito de modo expresso.

A política cultural do governo ditada no Programa de Nov. 1985 enquadra-se na valorização dos recursos humanos, tal como a educação, a comunicação social, as comunidades portuguesas, a juventude e o desporto. Como princípios essenciais defendidos pelo executivo

salientamos “a recusa de toda a concepção dogmática ou «oficial» de cultura“, afirmando-se “a liberdade de criação, a universalidade do acesso e fruição dos bens culturais, a efectiva descentralização e a salvaguarda do património nacional.” Entende-se que “a contenção da intervenção do Estado significa afirmação de liberdade. § Compete, no entanto, ao Estado, através da coordenação governativa, assegurar a dimensão cultural na estratégia do desenvolvimento do País. Esta atitude fundamenta-se numa visão humanista da sociedade.” Talvez pela ideia de que o Estado tem de conter a sua intervenção neste domínio verificamos que o texto do diploma, quanto às políticas culturais, é restrito e muito sintético. O programa não enuncia de modo claro os objectivos da acção do Governo embora se possam perceber quais são, a partir das finalidades e das medidas a concretizar, pois estas aparecem expressamente referidas como tal. Sobre museus surgem objectivos técnicos, de reorganização administrativa e de carácter funcional, que não cabem no objecto de estudo da investigação. Sobre o património cultural, se aqui o entendermos em sentido amplo, talvez possamos incluir os museus enquanto estrutura e serviço para assegurar a sensibilização da sociedade com vista a mobilizar a sua participação para “sensibilizar a consciência do valor do património e mobilizar a participação colectiva na sua salvaguarda”. Notamos ainda como importante, pela ligação com o domínio da educação, a articulação entre os dois Ministérios e entre a cultura e a política educativa nas escolas, entre outros objectivos e medidas que a nossa análise exclui.

O diploma do Programa de Governo de Ago. 1987 em análise subordina o domínio da cultura á finalidade de “Preparar o futuro. Apostar nos portugueses”, juntamente com a educação, a ciência e tecnologia, a comunicação social, a juventude, a família, a condição feminina, as comunidades portuguesas, a celebração dos 500 anos dos descobrimentos portugueses e o desporto. O carácter abstracto deste título fundamental em que se enquadra o domínio cultural deixa antever um texto de orientações vagas. Começa-se com a afirmação dos princípios já habituais nestes diplomas do acesso aos bens culturais e da salvaguarda do património. Como novidade surge a ideia de que o Estado tem um papel fundamental na dimensão cultural enquanto estratégia de desenvolvimento, mas sem especificar como. O programa vai afinal enunciar medidas generalistas, em que a acção do Governo é diferida para as autarquias, para instituições e associações de carácter cultural e para os cidadãos em geral, reduzindo-se a acção do Governo a colaborar com incentivos e “recorrendo a instrumentos de ordenamento e enquadramento”. A partir destas intenções podemos intuir como objectivos do programa e que destacamos, pela possibilidade de incluírem os museus, a perspectiva da colaboração entre outros organismos estatais, nomeadamente com as autarquias e sensibilizar e

apoiar os cidadãos. Parecem-nos relevantes estes objectivos, pois os museus normalmente surgem enquadrados no domínio do património cultural e podemos perceber que, sobretudo as acções de sensibilização, possam por eles ser empreendidas e ter um cariz educativo. Contudo não existe a referência específica a esta situação.

Procedendo como no anterior, o Programa de Governo de Nov. 1991 intitula o domínio da cultura de modo ainda mais abrangente e abstracto - “apostar no Homem. Valorizar o futuro”. Afirma como acção prioritária do Estado o “enaltecimento da componente cultural da identidade nacional” e a defesa dos valores culturais fundamentais tais como a língua e o património. Para além destas podemos entender como finalidades a democratização e a participação pública no domínio da cultura. Estas finalidades, embora não sejam citadas expressamente no documento podem ser inferidas através do compromisso do Estado em criar “condições de acesso aos bens culturais e de estímulo dos talentos e valores individuais”, embora o papel estatal seja apresentado em colaboração e corresponsabilização com diversas entidades, autarquias, cidadãos, parceiros culturais e mecenas. Do ponto de vista do património e dos museus apenas temos orientações muito gerais mas que reafirmam as principais finalidades que no início do texto do diploma foram enunciadas, sobretudo na acessibilidade e divulgação do património, que sendo prioritário, exige uma reformulação do funcionamento dos museus. Embora possamos interpretar que estas orientações tenham um implícito cariz educativo nada é afirmado.

O Programa de Governo de Nov. 1995 revela mudanças face aos dois anteriores. A cultura é tida como domínio de intervenção do Estado no mesmo sector que a educação, a ciência e a tecnologia e a sociedade de informação. O programa, cujo conteúdo do texto se analisa, afirma como princípio fundamental a criação e a fruição cultural, justificando como base desse princípio a intervenção do Estado no domínio da cultura. A cultura volta a ser considerada uma área prioritária da acção governativa pelo que foi restabelecido o Ministério da Cultura. Sem com isso significar monopólio do Estado sobre a vida cultural mas a “estrita obrigação de respeitar, viabilizar e estimular a multiplicidade e a variedade das iniciativas culturais surgidas no seio da sociedade civil.” Nas medidas preconizadas começaremos por atender às mais gerais, onde se afirma como prioridade a actuação conjunta entre várias entidades e o Estado, para que se concretizem as medidas preconizadas em relação à cultura. Para além da perspectiva da colaboração e cooperação, está aqui também presente a transferência de poderes centrados na administração central, sem que o Estado procure ficar de fora do domínio cultural e assumindo

que “há domínios da cultura em que só o Estado está em condições de assegurar as grandes infra-estruturas indispensáveis à acção cultural, quando a sua dimensão nacional, o volume dos investimentos que lhes são necessários, os imperativos de continuidade do seu funcionamento e a sua reduzida capacidade de gerar receitas próprias assim o exijam.” Para a política cultural são definidos cinco vectores fundamentais dos quais nos parece apenas ser de destacar o da democratização, uma vez que é aquele que aponta para um âmbito mais social da cultura, nomeadamente pelo acesso e participação dos cidadãos às práticas culturais e implementando medidas para articular com o Ministério da Educação no âmbito da educação artística e da sensibilização cultural. Para finalizar verificamos que os museus surgem, em termos de referência expressa no texto do programa, por relação com as Artes Visuais e não com o Património cultural como em diplomas anteriores. Embora o que aí seja dito nada releve quanto à educação.

O diploma do Programa de Governo de Nov. 1999 insere a cultura no domínio das prioridades inerentes à qualidade da democracia através de “uma nova aposta na ciência e na cultura e uma renovada atenção às estruturas comunicacionais”. A especificidade da política cultural, neste contexto, assenta nos valores da cidadania. Com base nesta perspectiva o texto do programa define uma tripla estratégia, “de consolidação, de aprofundamento e de inovação, acompanhada por um plano de renovação do enquadramento jurídico de várias actividades e sectores.” Para cada uma estabeleceu núcleos de acção e medidas a implementar. Parece-nos que as estratégias apontadas referem-se aos objectivos do Governo, definidos como “causas nucleares” e reafirmados pelas medidas que enuncia. O núcleo da estratégia “de consolidação” desdobra-se em vários campos, sendo os mais gerais aqueles que destacamos, por serem nesses que se pode incluir os museus. Um deles é o da defesa e valorização do património, para o que se propõe a consolidação de propostas já expressas em anteriores programas de Governo: de articulação, colaboração e transversalidade de actuações interministeriais, entre a Cultura, a Educação e, por vezes, a Economia/Finanças. Os museus têm destaque pela criação tipológica de novas estruturas, o que não se insere no nosso objecto de análise. No núcleo da estratégia “de aprofundamento” salienta-se “a profissionalização e os novos públicos”. As medidas propostas para a concretizar salientam o esforço em conquistar novos públicos e em divulgar a cultura, nomeadamente “através das novas tecnologias”. No núcleo da estratégia “de inovação” não são enunciadas medidas concretas a tomar mas os objectivos são desdobrados de maneira a melhor esclarecer que o se pretende com a inovação: é atender às “expectativas dos públicos, exigências das populações, estratégias dos criadores; dinâmica da identidade e da criatividade nacionais; a todas as heterogeneidades da “área cultural”, assumindo o imperativo de uma política aberta

tanto às exigências do património como às de criação; convicção de que a cultura é uma dimensão estratégica do desenvolvimento do País”.

As finalidades da cultura são definidas no Programa de Governo de Abril 2002 em termos de investimento na qualificação dos portugueses, tal como a educação, a ciência, o trabalho e formação, a comunicação social e a sociedade de informação. A cultura é tida como essencial na perspectiva em que “desempenha um papel aglutinador, fundamental para que a comunidade nacional seja cada vez mais um conjunto harmonioso, articulado e com sentido, que estimule o desenvolvimento livre, integral e solidário de todas as pessoas e afirme os seus valores no mundo.” Ao assumir esta definição está, de modo implícito, a enunciar os princípios que as políticas da cultura deverão ter por fim realizar. Atendendo aos objectivos da política cultural, a cultura aparece ligada à identidade quer pessoal quer colectiva/nacional, à cidadania, bem como ao desenvolvimento e à qualidade de vida. Ora estes objectivos estão enunciados mais como finalidades do que como metas concretas a atingir. Como tal destacamos, entre essas afirmações gerais, o acesso e a participação do maior número possível de cidadãos à cultura, a diminuição da exclusão social e reforço da auto-estima e a caracterização da cultura como: criativa, aberta, descentralizada e de responsabilidade solidária. Sobre as estratégias a seguir na concretização dos objectivos destacamos a valorização “dos novos meios de comunicação, o Governo apoiará a adequada utilização da Internet na Cultura”, ligadas ao acesso e à divulgação. No âmbito das medidas de teor educativo, que não sendo específicas dos museus os podem incluir. Na referência geral a essas medidas temos a articulação interministerial com o Ministério da Educação para uma série de acções que definimos de educativas (“obrigatoriedade curricular das visitas de estudo ao património e a exposições; (...) ligação a nível local entre escolas e monumentos; (...) reforçando a vertente educativa das estruturas culturais, condicionando os apoios do Estado à abertura e manutenção das suas instalações à realização de actividades extra-curriculares; (...) solicitando aos agentes culturais contrapartidas a apoios públicos, designadamente por uma presença regular nas escolas; organizando programações locais e nacionais de espectáculos e exposições, quando possível itinerantes, com ligação articulada aos programas escolares”). Os museus são citados e destacam-se do património e pela primeira vez são referenciadas actividades que constam do reportório das práticas dos museus.

Expressando no diploma do Programa de Governo de Julho 2004 a intenção de continuidade com o programa anterior, a cultura volta a ser inserida no domínio do investimento da qualificação dos portugueses, e desta vez aparece referida em primeiro lugar, seguida da

educação, ensino superior, ciência e inovação, sociedade de informação e do conhecimento, comunicação social, juventude e desporto. No geral, o texto é idêntico ao anterior pelo que aqui apenas salientamos as “novidades”. Referimo-nos no anterior programa analisado que o que se diziam ser objectivos nos pareciam ser finalidades, pela sua associação a princípios fundamentais e a intenções de fundo. O mesmo se passa neste diploma. As finalidades mantêm-se e quanto aos objectivos destacam-se agora a partilha de responsabilidades, a descentralização, o levar a cultura às escolas e o reforço da acção do IPM. Para as medidas propostas, no caso da articulação entre Ministério da Cultura e Ministério da Educação, este enunciado apresenta-as sintetizadas em exemplos, evidenciando a razão de ser dessa conjugação ministerial – “levar a cultura às escolas”. Também destacamos nas medidas propostas a regulamentação da Lei-quadro dos museus e as estratégias de divulgação, voltando a ser considerada a articulação com o Ministério da Educação. Nada mais encontramos que nos pareça relevante do ponto de vista das políticas culturais/patrimoniais de teor educativo que se possa aplicar aos museus.

| |
|---|
| Conclusão analítica geral dos Programas dos Governos Constitucionais no sector da cultura de 1976 a 2004 |
|---|

Dos dezasseis Programas de Governo analisados as referências explícitas à educação em museus são parcas, contudo elas surgem. No Programa de Set. 78, um dos diplomas de menor durabilidade (que revela uma instabilidade na governação do País, pois nem um ano vigorou), apontou-se o necessário prosseguimento da acção dos serviços educativos dos museus, e o lançamento de novos programas. O diploma seguinte, ainda de Dez. 78, dá continuidade a esta intenção. No entanto, nenhum dos programas orienta para as medidas a realizar nesse sentido. Em Jan. 80, igualmente um programa de execução curta, cerca de um ano, salientou a importância da divulgação como função a realizar pelo museu e formação do pessoal. O Programa de Governo de Set. 81, que esteve em execução ainda menos tempo que o anterior, explicitava precisamente esse ponto, referindo tratar-se de empreender a capacidade formativa de todas as instituições culturais e, em particular, dos museus. Serão precisos vinte e três anos para de novo um programa de curta duração, apenas um ano, em Jul. 2004, voltar a afirmar algo no sentido do trabalho dos museus no domínio da educação, embora remeta à execução das propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho Educação-Cultura, no domínio da articulação museu-escola. Será contudo este diploma que vêm regulamentar a Lei-Quadro dos Museus Portugueses analisada neste estudo.

Existem outras referências importantes relativas aos museus e em que está implicado o conceito de educação. No Programa de Governo de Nov. 91, um programa de ampla duração, cerca de quatro anos, representativo de maior estabilidade governativa, chamou-se a atenção para a ampliação e melhor qualidade no acesso aos bens culturais salvaguardados nos museus. E no Programa de Governo de 2004, como imprescindível ao aumento de públicos, propõe-se uma estratégia continuada de divulgação nacional e internacional dos museus portugueses, das suas colecções e actividades, através da publicação sistemática de roteiros, da criação de *websites* e de campanhas de publicidade, o que representa uma dinâmica mais prática e uma actualização das medidas de divulgação, que temos visto estarem associadas à educação. A difusão e a divulgação, incluídas no sentido vasto da comunicação, são também mecanismos e/ou funções inerentes ao processo educativo em sentido lato, pois permitem estabelecer, desenvolver e mesmo estruturar acções e práticas de conhecimento, de questionamento e de formação.

Em outros assuntos relevantes na nossa análise, para destrinçar as concepções presentes nestes documentos sobre a educação em museus, salientamos o constante apelo à democratização do acesso e da fruição dos bens, ora indicando um sentido de abertura e disponibilidade para todos, visando criar novos públicos entre os mais amplos estratos da sociedade, sectores e regiões do País; ora salientando a especificidade de determinados públicos, como as camadas mais desfavorecidas, a juventude e os trabalhadores. Por vezes há a referência a uma concepção numérica do público - o maior número - como nos Programas de Jan. 81 e Abr. 2002, e outras vezes afirmam-se princípios fundamentais como a igualdade, nomeadamente entre homens e mulheres (Jun. 83), e a universalidade, no de Nov. 85.

Verificamos uma outra concepção, a de “democracia cultural”, quando as orientações são em termos de uma acção, mais participativa, que tenha em conta os interesses e as características da população. Notamos que ambas as concepções não são excludentes, mas antes as interpretamos como abordagens diferentes: se para a primeira se destaca a ideia de dar a conhecer a cultura através dos bens culturais, para a segunda é libertá-la através da utilização, sensibilização, mobilização, actividades e práticas culturais, entre outras dinâmicas, que permitem gerar expressões e solidariedades diversas. O que se traduz através de atitudes interactivas, articulações tais como as colaborações de vários organismos públicos ou privados. Desde Ago. 79 têm sido citadas em especial as articulações da cultura com a educação, a nível ministerial e no

campo dos meios, agentes e sistema de ensino e da relação escola-museu, só para voltar a mencionar alguns dos exemplos explicitados na análise de cada texto de Programa de Governo.

Ainda podemos constatar uma concepção mais desenvolvimentista alista da cultura, que podemos reportar à educação: na perspectiva da sociedade em geral, ligada a uma noção de qualidade de vida e de progresso, ou da pessoa, ligada à formação, qualificação e profissionalização. A educação é essencial para a concretização destas perspectivas. Mesmo quando ainda se acresce um sentido económico à cultura, de maior predomínio das indústrias culturais, em que a visão da cultura como serviço se demarca pode a educação ajudar-nos a saber escolher (numa óptica de consumo) e a construir uma dimensão crítica sobre a oferta (numa óptica comercial).

Por fim mencionamos o facto da educação, no âmbito das políticas culturais, ser bastante focada nos dois últimos programas analisados, o de Abr. 2002 e o de Jul. 2004, o que significa que não perdeu o vigor e a atenção do Estado português. De todos as orientações analisadas percebemos que não se verificam rupturas ou posições estanques, vai-se apostando mais em determinadas concepções que noutras mas sem as contrapor, por vezes reafirmam-se, embora se substituam lentamente e se vá actualizando a terminologia política.

Y) Documentos de Políticas culturais de sentido amplo

Y.2) Documentos específicos

Análise das Leis do Património Cultural²⁷¹

Os museus integram-se nesta tipologia de documentos de forma implícita já que não são referenciados taxativamente mas por implicação, incluem-se enquanto lugares que têm à sua guarda bens protegidos patrimonialmente. Assim, para a análise das leis a seguir referidas, retiramos as unidades de contexto²⁷² que contém elementos para a temática em análise, intitulada

²⁷¹ A partir deste momento sempre que referimos os diplomas teremos de nos reportar, através das datas, ao quadro-enunciatório n.º 5, p. 87.

²⁷² Estas unidades de registo e de contexto serão apresentadas no seu conjunto em quadros anexos.

a educação em museus segundo as políticas culturais/patrimoniais²⁷³. Em seguida elaboramos uma análise interpretativa para cada documento, finalizando com uma análise global dos mesmos.

A Lei n.º 13/85 é o grande quadro organizador do Património Cultural Português, pelo que vincula todas as instituições que detenham bens que se enquadrem no âmbito do património cultural nacional, que está definido segundo o artigo 1.º “bens materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”. Logo, os museus estão implicitamente contemplados sem que no entanto sejam expressamente citados. Ao longo do diploma entre várias competências e tarefas a realizar pelo Estado percebemos que a missão de educar e comunicar, em sentido amplo (“de estudo”, “de integração na vida colectiva” e “de divulgação”), se enquadra na missão social (“de participação” e “identidade do povo português”) e que se associa ao interesse pelo património cultural português e à sua fruição, como sendo um direito e um dever de todos os cidadãos. A educação e a comunicação surgem a par das outras finalidades que a política cultural/patrimonial se propõe realizar, logo estudar e divulgar é tão fundamental como proteger ou conservar. Em sentido mais específico, a educação passa pela realização de “acções educativas” com vista a “fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural” e a comunicação pela “informação e exposição” e “publicação”, que se destinam a “explicar e divulgar as acções projectadas” e os “inventários do património cultural”. Estão presentes em vários momentos preocupações de socialização do património cultural em expressões como “cidadãos”, “populações”, “vida colectiva” e em objectivos como “sensibilização e participação”, “fruição”, “valorização e revitalização” e “integração”, que sugerem um maior dinâmica e abertura do património cultural à da sociedade. Também é de ressaltar, como mecanismo de operacionalização das finalidades e objectivos, as colaborações e junções entre diferentes entidades, desde estatais, a associações, à própria sociedade em geral, no sentido de cumprir com estas orientações políticas e legais.

A Lei n.º 107/2001 define as Bases do Património Cultural Português. Deste modo “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e democratização da cultura”, conforme nos deixa claro este n.º 1 do artigo

²⁷³ Esta temática corresponde à que tem vindo a ser utilizada para a análise de *do Corpus Documental2*, conforme é apresentada na Metodologia, Capítulo 2, secção 2.3., p. 71.

1.º, acrescentando no n.º 2 que através da política cultural o Estado visa assim assegurar “a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural”, entre outras finalidades. É pois encarada como uma tarefa fundamental do Estado, ditando o artigo 3.º, n.º 3, “O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.” Sendo que para concretizar estas tarefas pode, segundo ao artigo 4º, “celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais ou empresas especializadas” e “com pessoas colectivas de direito público e de direito privado detentoras de acervos de bens culturais de excepcional importância”, “acordos” ou outros “instrumentos de colaboração recíproca” para conseguir realizar “interesses públicos na área do património cultural”. Neste âmbito também podemos considerar incluídos os museus. Podemos verificar que se mantém a responsabilidade do Estado em garantir o acesso dos cidadãos a usufruir dos bens patrimoniais, mas que este actuará através de parcerias e colaborações com demais entidades colectivas ou particulares, capazes de dinamizar e concretizar a função social do património cultural. O papel social da cultura surge sobretudo numa óptica de acesso, de abertura e de fruição de todos sobre o património. Verificamos que o termo “fruição” demarca-se em relação a qualquer outro que surja associada às disposições políticas no âmbito das orientações propostas, sobre o património cultural. Embora a nossa análise não seja de carácter quantitativo neste caso é tão evidente o uso sistemático do termo “fruição”, que não podíamos deixar de o referir. Já por exemplo o termo estudo nunca aparece a não ser por referência às tarefas fundamentais do Estado neste sector, mas surgem outras expressões associadas, como “conhecimento”, “formação” e “investigação”. Outras expressões que nos parecessem de ressaltar demonstram o já preponderante papel da comunicação no museu que o anterior diploma configurava, “informação”, “divulgação” e a “comunicação”, são tão essenciais como os termos que reportamos de modo mais directo à educação. De resto, ambas – comunicação e educação se interrelacionam nas dinâmicas culturais relativas ao património. Pelo que inferimos ser relevante a perspectiva educativa nas políticas culturais/patrimoniais, sem que no entanto venha expressamente designada como tal. Essa perspectiva liga-se inclusive a outras dimensões²⁷⁴ da educação, que normalmente são tratadas no

²⁷⁴ Ver texto de CARNEIRO, Roberto, *Fundamentos da Educação e da aprendizagem, 21 ensaios para o Século 21*. Vila Nova de Gaia: Edição da Fundação Manuel Leitão, 2ª edição, 2003 (edição original, 2001), p. 12, em que ele afirma a importância de na actualidade se reinventar um nova Paideia, sinónimo de Educação e Cultura. “Ora não existe Paideia sem compromisso. Desde logo, compromisso de cada indivíduo, consigo próprio e com um projecto claro de vida, para se tornar plenamente pessoa. Mas, fundamentalmente, compromisso com os seus grupos sociais de pertença e com a sociedade como um todo para se tornar cidadão de corpo inteiro, na realização de deveres e de direitos de participação que são irrenunciáveis a uma consciência cívica bem formada.”

que hoje se entende por sociedade educativa e cidadania: o “desenvolvimento da personalidade através da realização cultural” e informação e a “formação dos cidadãos”, respectivamente.

Conclusão analítica geral das Leis do Património Cultural

Os museus foram incluídos nas orientações gerais dos diplomas sobre o Património Cultural Português, embora nenhuma das leis citadas os enuncie explicitamente. Podemos constatar que, ainda assim, há inúmeras referências nos documentos à educação. As instituições museais podem, por sua vez, ser incluídas no conceito de Património, pois têm à sua disposição os bens mencionados nos diplomas²⁷⁵, pelo que consideramos possível fazer corresponder aos museus os ditames de teor educativo neles enunciados.

Legalmente a Constituição Portuguesa de 1976 introduziu no ordenamento jurídico português a expressão “património cultural” tomando-o como “elemento vivificador da identidade cultural comum”²⁷⁶, o que Eduardo Vera-Cruz Pinto considera ser “aquilo que nos caracteriza enquanto povo, ligado a um território, elementos indispensáveis para a existência de um Estado nacional.”²⁷⁷ Mais tarde surgirá a Lei n.º 13/85 de 6 de Julho, que vem tratar exclusivamente do património cultural, considerando que este é integrado “por todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.”²⁷⁸ Embora a palavra museu não surja aí de modo explícito considera-se incluída pela abrangência da noção de património aqui citada e uma vez que nas definições e atribuições relativas aos museus esse é um conceito essencial sobre o qual se focaliza o objecto museológico, referenciado ou como “testemunhos materiais do Homem e do seu ambiente”, ou como “bens representativos da natureza e do homem (...) o património”²⁷⁹.

²⁷⁵ Os designados bens materiais e imateriais e/ou bens culturais.

²⁷⁶ Ver na Constituição República Portuguesa de 1976, art. 78º, n.º 2, alínea c).

²⁷⁷ PINTO, Eduardo Vera-Cruz, “Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal”, em MIRANDA, Jorge, CLARO, João Martins, ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *op. cit.*, (1996), p. 231.

²⁷⁸ No art.º 1 da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, D.R. I Série (n.º 153, pp. 1865-1874).

²⁷⁹ Veja-se nas definições de museus do ICOM e da APOM respectivamente, citadas em SILVA, Raquel Henriques da, CORDEIRO, Isabel, PINHO, Elsa Garrett, FREITAS, Inês da Cunha, CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM), SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *op. cit.*, (Março 2000), p. 31.

Se a educação e a cultura aparecem ligadas por serem um caminho de acesso de todos os cidadãos seja aos bens, seja às práticas, ao mesmo tempo, são também um caminho que permitirá que todos, como cidadãos mais participativos e intervenientes, possam perceber e contribuir para a protecção, salvaguarda, valorização e utilização do património. O que para acontecer implica um processo de partilha do património através da sensibilização, divulgação e difusão, que contribua para o conhecimento, formação e informação acerca da sua existência, pelo que pressupõe entendermos aqui uma ligação entre cultura e comunicação. Os museus vão começar a ser vistos como lugares privilegiados da educação e comunicação no âmbito da cultura, que se pode estabelecer e desenvolver pelo acesso e pela participação e interesse de todos. Para a sociedade em geral, o museu é o lugar que permite conhecer e fruir do chamado património cultural, pelos bens aí guardados e pelos contextos patrimoniais a eles associados (ex. museus de arqueologia associados a estações arqueológicas) ou pelo edifício que configura o seu espaço (ex. museus criados em monumentos históricos ou edifícios considerados bens culturais imóveis), que podem não só ser vistos mas também compreendidos mediante uma qualquer prática educativa e comunicadora (visita guiada, texto roteiro, guião explicativo, etc.). Para os próprios museus é o que começa a justificar a sua existência, enquanto serviço público isto é, criados para servir a sociedade, sendo que criam, pela comunicação, uma relação não só de exibição de espólios mas educativa, na forma de aprendizagens científicas, artísticas ou outras, associadas à fruição e ao lúdico.

A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, associa também a cultura e a comunicação, tal como acontecia na anterior lei sobre o património cultural português, sendo que esta relação tem uma perspectiva educativa ampla, pois a “informação”, “divulgação” e a “comunicação” aparecem quase sempre ao lado dos termos “conhecimento”, “formação” e “investigação”. Logo, parece-nos daqui resultar a ideia de que é da confluência de ambas as perspectivas, educativa e comunicativa, que os princípios, tarefas e objectivos fundamentais das políticas culturais/patrimoniais serão concretizados.

X) Documentos de Políticas culturais em sentido restrito

X.1) Documentos genéricos

Análise da Legislação Orgânica ou Geral de museus²⁸⁰

Procurámos verificar como foram traduzidas na legislação orgânica sobre museus as orientações das políticas culturais/patrimoniais sobre a temática em análise²⁸¹ para inferir do seu teor educativo. Retiramos todas as unidades de contexto²⁸² que continham elementos atinentes ao tema e em seguida elaboramos uma análise interpretativa para cada documento, finalizando com uma análise global dos mesmos.

A criação do Instituto Português do Património Cultural pelo Decreto-Regulamentar n.º 34/80 é justificada no preâmbulo do diploma no âmbito das políticas culturais. “A definição de uma política cultural, a coordenação de programas até agora quase sempre dispersos, o aproveitamento de experiências realizadas para defesa dos bens culturais nos seus diversificados sectores, a colaboração realmente convergente entre os vários serviços oficiais, e entre estes e a acção privada constituem tarefas que o Governo tem por prioritárias e inadiáveis. Neste contexto se inseriu a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC).” Para o conceber e elaborar utilizaram-se “os dados da experiência e as recomendações dos organismos internacionais especializados, bem como os resultados das conferências e encontros de peritos, nos quais Portugal se fez representar ou aderiu às respectivas conclusões.” O diploma vem regulamentar a orgânica do Instituto Português do Património Cultural (IPPC). É um documento extenso e apesar disso bastante generalista quanto à explicitação das finalidades, com articulados longos e ambíguos. Por exemplo veja-se todo o Cap. II sobre órgãos e serviços que ocupa 12 páginas, com 39.º artigos. Nele se enunciam as competências dos vários órgãos e serviços, muitas vezes de forma idêntica, pelo que se pode questionar porque são departamentos distintos. Contudo, ficamos ainda assim sem saber a definição exacta de cada departamento. Parece-nos que se diz muito mas de modo pouco prático e objectivo. Talvez a razão desta ambiguidade resulte do que é dito no preâmbulo em que, se por um lado, se gerou uma novidade

²⁸⁰ A partir deste momento sempre que referimos os diplomas teremos de nos reportar, através das datas, aos quadro-enunciatório n.º 5, p. 87.

²⁸¹ Relembremos a temática de análise: a educação em museus segundo as políticas culturais/patrimoniais.

²⁸² Estas unidades de registo e de contexto serão apresentadas no seu conjunto em quadros anexos.

em termos de actuação sobre o património cultural com a criação do IPPC, por outro, respeita-se a estrutura tradicional da Administração Pública no que toca aos órgãos e serviços que já existiam. Sugere que apenas se inseriram dentro da estrutura do IPPC. Os museus enquadram-se no contexto lato da política cultural do País, na salvaguarda e a preservação dos bens culturais do património cultural do povo português através da mobilização de meios humanos e materiais de todo o género. Além disso a Lei prescreve normas para o chamado Departamento dos Museus, Palácios e Fundações, que corresponde a um dos serviços do IPPC previsto no artigo 5.º, n.º 2, al. j). Ainda assim não se pode considerar um diploma específico do âmbito museológico, nem tão pouco sobre a educação em museus, pois não se aborda de modo concreto esse tema. Contudo, podemos perceber, de acordo com a análise efectuada, algumas referências de teor educativo, quanto à relação da cultura/património com a função social, neste caso pelo reforço do apelo à sensibilização e participação da comunidade com vista a colaboração e responsabilização, tendo como “objectivos a defesa e o estudo dos bens culturais” e “salvaguarda do património cultural”. Quanto a outras finalidades fundamentais das políticas culturais/patrimoniais incluídas nas atribuições do IPPC destacamos a “fruição” e “divulgação de bens culturais” com vista às quais se propõem diversas iniciativas como “missões, visitas, viagens de estudo, exposições, espectáculos, concertos, cursos, conferências, concursos, congressos”. Salientamos que muitas destas práticas ocorrem na maior parte dos museus do País embora isso não seja indicado no diploma.

O Decreto-Lei n.º 278/91 vem criar o Instituto Português dos Museus (IPM) “vocacionado para os múltiplos problemas específicos do sector”. Os Museus enquadravam-se, até à data da criação do Instituto Português dos Museus (IPM), no Instituto Português do Património Cultural que sobre eles assumia “responsabilidade técnica e administrativa”. Diversamente atende-se à especificidade dos museus no âmbito do património cultural, “tornando-se conveniente inseri-los numa perspectiva de desenvolvimento cultural local, regional, nacional e mesmo internacional em estreita ligação com outras entidades e em articulação com uma política museológica integrada, que simultaneamente optimize o museu de *per si*.” O contexto é assim de um crescente interesse perante o aumento no número de museus, que torna “cada vez maiores as exigências técnicas, administrativas, financeiras e humanas voltadas para a detecção, defesa, recuperação, valorização e divulgação de espécies com interesse museológico, no âmbito de programas culturais coerentes e articulados”. Este será o primeiro diploma legal a definir os museus como um sector específico na área cultural do Estado, a ser

tratado de modo integrado no âmbito da política cultural e atendendo ao domínio das suas particularidades. Os museus adquirem visibilidade orgânica face a outros departamentos no âmbito do Património e da Cultura. Não sendo óbvia a relação com a temática em análise parece-nos, pela amplitude das disposições, poder estar implícita a educação uma vez que, relembramos, segundo a definição de museu do ICOM²⁸³ esta fará parte da política museológica. Tal como em diplomas anteriores é atribuída à Divisão de Museus um conjunto de acções, como visitas, conferências, concursos e congressos, habitualmente enquadradas na função educativa.

O Decreto-Lei n.º 161/97 aprova a renovação da orgânica do Instituto Português de Museus (IPM) no sentido de um “cabal desempenho das suas atribuições” após cinco anos de exercício, com vista a reforçar e desenvolver uma “política museológica consistente”. Verificamos pela primeira vez a referência explícita à educação. Pelas disposições do diploma, a relação da educação com a cultura é sublinhada, desde logo pelo assumir da interdisciplinaridade nas “relações com os diversos ramos do saber”, sejam eles científicos, técnicos ou artísticos e de interligação das várias vertentes de apropriação temática do objecto museológico, nomeadamente, na sua “interpretação” e “divulgação”. Sem dúvida que os fins que orientam os museus para a formação e conhecimento têm particular evidência nas propostas de incentivar a “investigação e colaboração com entidades especializadas” e no “produzir reflexão teórica e definir padrões de qualidade”. O “estudo” parece ser uma das funções a dar prosseguimento prático e surge quase sempre no mesmo plano que a “interpretação e divulgação”. Logo, podemos supor que as orientações acerca da educação funcionam a par das orientações relativas à comunicação, que o IPM deve definir e executar no âmbito das políticas culturais/patrimoniais ligadas a museus. Contudo, podemos considerar que a função de estudo se encontra implícita no saber do museu, enquanto a interpretação e divulgação se prendem com as dinâmicas relacionais do museu com o exterior, que podemos relacionar com um sentido amplo de educação. Em relação a este papel do museu face ao exterior, verifica-se que é destacada a função de divulgação face à função educativa. Note-se que, quanto aos órgãos e serviços do IPM, temos a Divisão de Divulgação mas não temos a divisão de educação e o que usualmente em outros diplomas atribuímos à função educativa é neste incluído na divulgação. São disto exemplo as conferências, reuniões científicas e itinerários culturais. Percebemos que continua a ser maior a preocupação de criar e renovar uma estrutura orgânica eficaz do que em orientar acções ou modelos de práticas a concretizar pelos serviços dos museus. Caberá a estes, mediante uma estrutura definida

²⁸³ Cfr. No capítulo 2, Enquadramento, secção 2.1. Revisão da Literatura, subsecção 2.1.2. sobre Museus, o Quadro n.º 1, p. 48.

em comum pelo Ministério da Cultura, inscrita com rigor no Sistema Museológico Nacional que se pretende implementar e de que o IPM é o representante, desenhar e realizar actividades e programas que cumpram as metas de uma “política museológica integrada”.

O Decreto-Lei n.º 398/99 procura criar uma melhor possibilidade de implementar e estruturar da Rede Portuguesa de Museus (RPM) uma vez que a criação do IPM e a actualização da Lei Orgânica deste mesmo Instituto²⁸⁴ permitiu perceber que os museus em Portugal apresentavam profundas insuficiências, a maior parte deles auto-designados como tal não preenchiam sequer os requisitos mínimos definidos pelo International Council of Museums. “Mas permitiu verificar também as imensas expectativas cívicas e culturais que a comunidade nacional, nomeadamente através de instâncias regionais e locais, concentra na modernização dos seus museus e a exigência com que reivindica a criação de novos museus.” O diploma contextualizou deste modo a necessidade “inadiável” de estabelecer “programas eficazes de apoio técnico e financeiro aos museus portugueses e a elaboração de normativos rigorosos que devem presidir à criação de novos museus”. Verifica-se ao longo dos articulados que o diploma apresenta uma nova redefinição da orgânica do IPM que atende à concretização da RPM, apesar desta apenas surgir referida num único artigo. Desde logo, no preâmbulo dá-se uma definição de museu em que a função de “estudo”, entre as demais funções museológicas, surgem associadas “à diversificação das formas de interpretação e divulgação”, assim como “às solicitações e expectativas das vivências contemporâneas e da defesa das suas participações significantes”. Esta última afirmação remete para o cariz social do museu, como um espaço cultural, aberto e para servir a sociedade, o que fundamenta “a natureza de serviço público”. Os princípios que sustentam este cariz social e cultural inerente às funções do museu são o “fundamento da memória colectiva e individual, factor de identidade nacional e fonte de investigação científica e de fruição estética simbólica”, e a vertente “de conhecimento e de comunicação” caracterizadora do museu. A importância destes princípios e funções do museu são de tal ordem que o IPM, como instituto que tutela os museus do país, tem-nos explícitos no conjunto de artigos que tratam do seu objecto, das suas competências. Várias são também as medidas de colaboração, articulação e parcerias visadas para “a investigação”, “o estudo” e “a divulgação”, desde as consideradas como atribuições do próprio IPM, à da Direcção de Serviços do IPM mediante a Divisão de Divulgação e Formação. Há referência explícita à “formação e serviços de educação” na área das competências da Direcção de Serviços de Museus, que deverão elaborar, coordenar,

²⁸⁴ D.L. n.º 278/91, de 9 de Agosto, D.R. I Série A, (n.º 182, pp. 3999-4005) e D.L. n.º 161/97, de 26 Junho, D.R. I Série A, (3119-3126).

acompanhar a execução e assegurar as actividades programadas pelo IPM. Destacamos também na Divisão de Divulgação e Formação a referência a “acções de captação de públicos específicos”, que nos parece consentânea com a perspectiva de tornar o museu um espaço para todo o tipo de públicos, logo um espaço que cumpra a função de cariz cultural e social na vertente educativa e comunicativa.

O Despacho conjunto n.º 616/2000 surge em consequência do D.L. n.º 398/99 face a atribuição ao IPM da “definição do modelo da rede portuguesa de museus (RPM) e do «enquadramento» e «critérios de integração de museus» nessa mesma rede”, com o propósito de “normalizar o tecido museológico português para que os museus possam cumprir cabalmente as suas importantes funções, em termos de salvaguarda das memórias e heranças colectivas e da indispensável participação na vida social e cultural das comunidades.” Esta é a justificação apresentada para criar a estrutura de Projecto “Rede Portuguesa de Museus”. Sendo este documento um despacho, juridicamente é um diploma de carácter estritamente pragmático, de execução das políticas e normas anteriormente enunciadas²⁸⁵, pelo que vem reiterar o que já tem sido afirmado por outros diplomas hierarquicamente superiores. O conceito de educação ou função educativa poderá ser interpretado como implícito na qualificação dos museus, uma vez que está abrangido pelo que se entende ser a “missão social”, as “actividades dirigidas aos públicos” e ao “cumprimento da função social”, conforme é referenciado no âmbito da legislação específica sobre museus²⁸⁶.

Tal como o documento imediatamente anterior, o Despacho normativo n.º 28/2001 tem um carácter pragmático, prescreve normas de operatividade relativamente à qualificação de museus. Justifica a necessidade de uma política global e concertada, definindo parâmetros de qualificação, que promova a resolução de problemas e necessidades do sector museológico, devido ao “incremento muito significativo de entidades de índole museológica a que se assiste em Portugal ao longo das últimas décadas, na sequência de diversos movimentos sociais, culturais e patrimoniais”. Daí o estabelecer o Programa de Apoio à Qualificação de Museus. Este é também “um dos eixos centrais do programa de estruturação da Rede Portuguesa de Museus (RPM), entendida como um sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole

²⁸⁵ Entendemos que estas estarão previstas no diploma que fundamenta a própria existência do despacho, o D.L. 398/99 de 13 de Outubro, D.R. I Série, (n.º 239, pp. 6892-6901).

²⁸⁶ Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de Dezembro de 1965, D.R. I Série, (n.º 286, pp. 1696-1705) e no Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março, D.R. I Série, (n.º 67, pp. 493-501).

museal, tendo por objectivo a promoção da comunicação e da cooperação, com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa.” O Regulamento do Programa de Apoio à Qualificação prevê um sistema na área da gestão que reforce objectivos e funções dos museus, das quais salientamos o “estudo”, “divulgação” relativas ao “respectivo património [dos museus]” e ao “cumprimento da sua missão social”. Esta missão social é reafirmada quanto às “actividades dirigidas aos públicos”. Aliás faz parte dos critérios de avaliação das candidaturas ao Programa de Apoio. Nota-se no quadro baseado na lista de programas e subprogramas que “o estudo”, “a investigação”, “o conhecimento das colecções” e sua “divulgação” se encontram no âmbito dos quadros 1 (Programa de apoio à Programação Museológica) e 2 (Programa de Apoio à Investigação e ao Estudo das Colecções), e dizem respeito a acções de formação interna, ou de educação especializada. Já o que é dito como de “âmbito educativo” aparece inscrito no quadro 3 (Programa de Apoio a Acções de comunicação) e refere explicitamente acções dirigidas para o público escolar e outros públicos “pertencentes a grupos etários e sociais diferenciados”. Portanto, o que é de teor educativo aparece em consonância com o papel social e cultural do museu e associado à comunicação com o público.

No Despacho conjunto n.º 1062/2003 entre as prioridades e as intervenções conjuntas definidas pelos Ministérios da Educação e da Cultura destacamos a área de relação escola-museu. Chama a atenção, no âmbito das acções a empreender, para “o papel da escola”, para a “formação de professores e sensibilização de crianças e jovens para as diferentes realidades do património cultural português”, e para o “reforço da componente educativa das estruturas culturais”. A articulação entre o Ministério da Educação e da Cultura pode ser entendida como a afirmação do cruzamento entre esses dois sectores a nível político mas também prático, como é exemplificado pela proposta de medidas a executar, em particular “a presença de docentes nos serviços educativos dos museus”. O carácter pragmático deste diploma, mais uma vez um despacho, centra-se na articulação de dois Ministérios, Educação e Cultura.

| |
|--|
| Conclusão analítica geral da Legislação Orgânica ou Geral de museus |
|--|

Percebemos que a educação em museus é um tema pouco implicado nas orientações dos documentos que criam e/ou regulam a tutela de órgãos sobre museus, sejam eles diplomas que incluem os museus no património em sentido amplo ou em diplomas que lhes sejam próprios. A análise destes documentos incidiu sobre a educação e centra-se sobretudo na função social do

museu. Consideramos, com base na análise realizada, que essa função está enquadrada numa perspectiva de democratização social da cultura a que a educação não é alheia. A educação relaciona-se com orientações para a sensibilização, participação da comunidade e fruição. Como tal, e por um conjunto de iniciativas já citadas no Decreto-Lei n.º 34/80 de 2 de Agosto - visitas, cursos, conferências, entre outras - , o papel educativo dos museus é percepcionado como relevante. Desde aí que salientamos serem visíveis considerações de pensar o público como um elemento activo, colaborador e responsável. A instituição museal comunica, divulga tendo como fim a comunidade que ao receber informação é também capaz de mas actuar. Com a criação do IPM, pelo Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto, não há acrescentos nem novidades sobre a educação em museus, embora seja importante a tomada de consciência sobre a importância de uma política museológica. No Decreto-Lei n.º 161/97, de 26 de Junho, percebe-se que, no sentido que se pretende dar à política museológica, a educação está mais presente, embora consideremos que continua a prevalecer uma tónica ampla, que interliga a educação com a interpretação e a divulgação, para além do estudo e conhecimento a transmitir. Como novidade, salientamos começar a surgir a perspectiva desenvolvimentista, que referencia a formação e o conhecimento como essenciais face a exigências e padrões de qualidade do museu. Podemos dizer que cresce uma relação de grande interactividade entre o público e o museu. Pois se numa primeira perspectiva o público é chamado a usar e a participar activamente no museu, que o recebe e lhe fornece informações, numa segunda fase o museu tem de estar cada vez mais preparado melhorar o serviço público que oferece. Daí que o Decreto-Lei n.º 398/99, de 13 de Outubro, reforce esta posição. Consideramos que neste diploma a educação nos museus é apresentada em termos de consolidação e aprofundamento, atendendo à diversificação das formas de interpretação e divulgação, às solicitações e expectativas das vivências contemporâneas e na defesa de participações significantes. Se o público é chamado a participar no museu no início século XXI, o museu para cumprir bem as suas funções tem de desenvolver actividades com qualidade, dirigidas aos diversos públicos. O Despacho conjunto n.º 616/2000 de 5 de Junho cria a Rede Portuguesa de Museus e o Despacho normativo n.º 28/2001, de 7 de Junho, institui o Programa e o Regulamento de Apoio à Qualificação dos Museus. Neste último documento verificamos que a educação está sobretudo enquadrada nas Acções de Comunicação, pelo que a conexão que desde sempre estabelecemos por via da análise dos documentos entre educação e comunicação no domínio da cultura persiste e confirma a nossa interpretação, sendo que a segunda vai ganhando cada vez mais destaque enquanto referência explícita.

O Despacho conjunto n.º 1062/2003, de 27 de Novembro, traduz a especificidade da educação na articulação entre Ministérios (da Cultura e da Educação) e na conjugação de esforços e acções entre o museu e a escola. Não se trata de uma novidade no panorama das políticas culturais em Portugal, da educação em museus mas não deixa de ser uma tomada de atenção para uma predisposição relacional, que desde sempre esteve presente. Ora porque a Cultura e a Educação já formaram um só Ministério, ora porque são referidas em simultâneo na Constituição da República Portuguesa de 1976 até à actualidade, ora porque em alguns programas de governo se propõe a execução de medidas conjuntas e de articulação. Nos museus esta relação, entre Educação e Cultura, tem deixado as suas marcas sobretudo no âmbito da ligação com as escolas. Não sendo o museu uma escola, nem a função educativa no museu um substituto da função educativa da escola, assume-se, contudo, que o museu é um recurso importante para o público escolar, o maior e mais fiel utilizador dos museus.

Capítulo 4: Conclusões e recomendações

As conclusões finais são pensadas de acordo com o procedimento geral empreendido ao longo da investigação. Começámos por lançar a questão: que panorama se pode traçar relativo às concepções da educação em museus de Portugal entre 1974-2004, segundo as políticas culturais? Para chegarmos à compreensão das principais concepções sobre a educação em museus portugueses na história recente das políticas culturais, tivemos em conta o papel da educação nos museus, o âmbito social da educação no museu, as práticas educativas, projectos e iniciativas propostas, as articulações/colaborações/parcerias entre museus e escolas, como foi referenciado no quadro teórico, com base na literatura de apoio. Demos ainda importância aos conceitos de políticas culturais, museus e educação. Percebemos que em todos os momentos da análise dos conteúdos dos documentos, que constituíram o *corpus documental*, eles foram considerados.. A definição deste *corpus* configurado pela metodologia aplicada para o analisar permitiu responder a um conjunto de questões-chave: quais as concepções relativas à educação nos museus nas políticas culturais; como caracterizar a educação em museus segundo as políticas culturais.

A partir da selecção dos organismos estatais e dos documentos jurídico-públicos foi feita a análise aos conteúdos dos textos que designamos de *corpus documental 1: CD.1*), utilizando categorias que contemplavam essa especificidade na abordagem às concepções sobre a educação. Revela-se uma primeira tendência de posicionar o conceito de educação na política geral do museu, ora na acção social e pedagógica²⁸⁷, ora na acção cultural²⁸⁸, para depois voltar a uma tendência de concretização no âmbito das funções do museus e definindo-a em articulados próprios²⁸⁹. A educação no âmbito da relação museu-público foi outra das categorias em análise e percebemos que a importância do público nas considerações sobre o papel educativo do serviço do museu se foi complexificando. A educação no âmbito das propostas de práticas educativas demonstram a vontade de tornar explícita a função educativa, deixando de ser algo generalista e passando referenciar na lei-quadro exemplos de práticas educativas e os propósitos educativos de diferentes meios. Sendo em grande número e muito diversos os documentos, que designamos de *corpus documental 2: CD.2*), respeitantes de modo (in)directo e amplo a museus, aplicamos uma análise temática para averiguar concepções sobre a educação em museus. Neste caso

²⁸⁷ Cfr. D-L n.º 46.758, 18 de Dez, 1965, D.R. I Série, (n.º 286, pp. 1696-1705).

²⁸⁸ Cfr. D-L n.º 45/80, 20 de Março, D.R. I Série, (n.º 67, pp. 493-501).

²⁸⁹ Cfr. Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398).

demarcamos duas perspectivas mais incidentes, a da democracia cultural e a desenvolvimentista, que concluímos não serem excludentes embora possam ter força e especificações distintas nos diferentes documentos.

4.1. De 1974 até à actualidade – Que panorama?

Traçar um panorama centrado nos documentos, que fossem expressão das políticas culturais do Estado português sobre a educação em museus justificou dois limites temporais, quer quanto ao momento a partir de quando o panorama teria o seu início, quer quanto à data limite a considerar.

Tomámos como início desta visão panorâmica a Revolução de 25 de Abril de 1974, acontecimento que trouxe uma mudança de sistema político e que não tendo tido relação directa com os museus acabou por neles ter repercussões, pois originou a promulgação da Constituição Portuguesa de 1976, o primeiro documento pós 1974 que se expressa sobre princípios fundamentais no âmbito cultural. Entretanto, percebemos que do ponto de vista da museologia temos já importantes transformações anteriores a 1976 e a 1974. O pensamento museológico português bem como as orientações políticas, que podemos perceber com a publicação do Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, pelo Decreto-Lei n.º 46 758 de 18 de Dezembro de 1965, demonstram que o Estado apesar do contexto político e das limitações na atribuição de recursos, também procurava inovar.

O diploma que delimita o fim temporal da análise - Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto – é uma lei-quadro específica para museus, a primeira a surgir em Portugal. Traduz importantes orientações políticas, nomeadamente sobre a possibilidade de pensarmos num sistema museológico português. Contudo, à luz das concepções prevalecentes nos debates teóricos mais actuais a lei não é inovadora nem na continuidade desse debate nem tão pouco na ruptura com o passado.

Começamos por concluir que no panorama das políticas na área da cultura o património tem ganho expressão nestas últimas décadas, por inerência da acção do Estado sobre ele. Digamos que se o Estado instituído a partir do 25 de Abril é um garante da democratização cultural, desde logo se preocupará com a preservação, defesa e valorização do património

cultural²⁹⁰. Apesar disso, o património cultural não foi encarado na primeira fase do pós-25 de Abril como um princípio político fundamental, pelo que não ficaria determinada, nem mesmo constitucionalmente, nenhuma tarefa ou obrigação concreta do Estado sobre esse sector²⁹¹. Só em 1982, na primeira revisão constitucional começou a ser considerado uma “tarefa fundamental do Estado”²⁹². Os museus são enquadrados nos preceitos respeitantes ao património cultural, uma vez que conceptualmente são expressão de elementos caracterizadores da cultura identitária do Estado e da sua construção. Em sentido lato, demonstram tudo aquilo que caracteriza o contexto vivencial humano, e materialmente são repositórios de bens, que constituem o património cultural e, como edifício, são também considerados nessa mesma categoria de bens. Por isso, muitas das orientações sobre a cultura e o património implicam os museus. A partir do Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto, os museus têm uma área específica de enquadramento nas políticas culturais, pois passam a ser superintendidos pelo Instituto Português de Museus, “serviço público dotado de personalidade jurídica, património e autonomia administrativa, com o objectivo de superintender, planear e estabelecer um Sistema Nacional de Museus, visando a coordenação e execução de uma política museológica integrada”,²⁹³ sem contudo fazer perder de vista o carácter da abrangência do conceito de património que continua a englobá-los. Como exemplo, a Lei n.º 47/2004²⁹⁴, que reintroduz o conceito de museu, redefine as funções museológicas, estabelece a credenciação de museus e institucionaliza a Estrutura de Projecto *Rede Portuguesa de Museus*. De novo aí se menciona o conceito de “património cultural” e de “bens culturais”, por referência aos objectos que compõem o museu. Assim os museus têm hoje leis que os regulam de modo específico, embora possamos considerá-los na mesma abrangidos pelo âmbito geral do património cultural.

As políticas culturais, quaisquer que sejam, procurarão antes demais o esclarecimento da definição de cultura, “dos seus objectos e dos seus limites de intervenção”, reconhecendo que a noção de cultura “resulta de uma reflexão sobre o que deve ser uma política do Estado neste domínio, dos seus objectivos e lógica de actuação”. Destacam-se entre os objectivos de uma

²⁹⁰ O que se pode verificar na criação de um capítulo próprio sobre direitos culturais com a Constituição de 1976: art. 73.º, n.º 3, e 74.º, n.º 3, alínea d).

²⁹¹ Segundo PINTO, Eduardo Vera-Cruz, “Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal”, em MIRANDA, Jorge, CLARO, João Martins, ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *ob. cit.*, (1996), p. 231.

²⁹² Na Revisão constitucional de 1982 art. 9.º, alínea d).

²⁹³ CORREIA, Fernando Alves, “Propriedade de bens culturais – restrições de utilidade pública, expropriações e servidões administrativas”, in MIRANDA, Jorge, CLARO, João Martins, ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *ob. cit.*, (1996), p. 394.

²⁹⁴ No art.º 3 e 4 da Lei n.º 47/2000, de 9 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398).

política cultural “a democratização do acesso dos cidadãos aos bens culturais, a promoção da liberdade de criação, a definição de regras de concorrência entre produtores, o estímulo da diversidade criativa, a conservação da memória e da identidade nacionais.”²⁹⁵ Inúmeros Programas de Governo permitem confirmar que nem sempre as políticas culturais são tidas como prioritárias: até meados da década de 80, a cultura não tinha um Ministério e os diversos Governos entendiam que a política e acção estatal no sector cultural deveria ter por base a “contenção”: tinha de apelar e promover a intervenção, colaboração e participação, nomeadamente económica de agentes privados, justificando esta posição na liberdade de actuação, na mobilização para um projecto comum, e no maior dinamismo da sociedade em relação à identidade cultural, através do património. Percebemos destas afirmações a importância que tem a política e a educação na construção da cultura de um país, e sem dúvida os museus podem pois ser entidades fundamentais nesse processo, pelo que desempenham um papel preponderante sobre o património, quer na salvaguarda quer nas narrativas que sobre ele se geram. As reformas políticas, sobretudo da segunda metade do século XX, com a implementação dos Estados de Direito democráticos no pós-guerra, trouxeram ideais de democratização cultural em que o Estado passa a estar ao serviço da sociedade e por sua vez ao serviço da cultura e “marca um novo espírito que associa o património e o museu ao serviço da comunidade.”²⁹⁶ Vimos que em termos de caracterização do período em estudo, essa é outra das tónicas que se salientou em inúmeros postulados jurídico-públicos do Estado Português, ainda que mais tardiamente. Em Portugal, de facto, essas ideias relacionam-se com a Revolução e implantação do Estado Democrático em Abril de 1974. A evolução da educação nos museus em Portugal permite perceber a transformação dos museus ao longo do século XX, com base em reformas legislativas e administrativas que visaram torná-los organismos estatais dedicados ao serviço público, como instrumentos de acção cultural, a que as suas práticas de intervenção devem atender. A caracterização do público a quem se dirigem, sobretudo atendendo à função educativa, torna-se assim relevante, procurando ir ao encontro das suas expectativas e necessidades, por vezes procurando atender públicos específicos. O Estado que se encarrega de levar a cultura, de criar as condições de acesso e fruição, formando o gosto e a sensibilidade, aposta numa concepção de cultura estagnada e é diferente daquele que aposta num processo de construção cultural, de participação e de inovação. Em Portugal, as duas perspectivas têm sido assumidas por vezes em simultâneo, por vezes demarca-se uma em relação à outra mas sem

²⁹⁵BETHENCOURT, Francisco, “Reflexões para uma política cultural”, in MONJARDINO, Carlos, (coord.), *Contributos para uma política construtiva*, Lisboa: Âncora Editora, Agosto 2002, p. 103-104.

²⁹⁶FERNÁNDEZ, Luís Alonso, *op. cit.*, (1999), p. 78.

demonstrar uma evolução contínua. A educação nos museus, do ponto de vista destas concepções inferidas da análise dos documentos, demonstra igualmente ser um reflexo destes avanços e recuos, de uma carência de continuidade no sentido de aprofundamento. Hoje, contudo, prevalece cada vez mais uma terceira perspectiva, que aposta no desenvolvimento seja a nível pessoal, seja a nível social, cultural e económico. Esta mescla demonstra ainda assim a permanência de dificuldades em criar uma linha coerente e um discurso político capaz de gerar aprofundamentos e rigor conceptual.

A perspectiva teórica sobre o tema da educação em museus e histórico-política das políticas culturais em Portugal de 1974-2004²⁹⁷, que expusemos ao longo desta dissertação, fez-nos estar atentos ao desenrolar das opções políticas, que foram sendo afirmadas em cada documento analisado. Conseguimos deste modo configurar e interpretar o panorama sobre as políticas culturais em Portugal, entre 1974 à actualidade, sobre a educação em museus. Todos os documentos tratados como fontes neste estudo são representativos de um conjunto de actos jurídico-públicos²⁹⁸ inerentes às várias funções do Estado, por isso, são todos eles documentos que foram reportados à análise das políticas culturais do Estado português destes últimos 30 anos. Atentos à multiplicidade de organismos estatais e de documentos que estariam relacionados com museus mas que nunca se referem à política museológica de um modo explícito e, tendo assumido que as políticas culturais em análise são aquelas que dispõem sobre a educação em museus, percebemos que apenas por inferências, que partiram de concepções teóricas sobre a cultura e os museus, associadas às concepções vigentes nos debates sobre este tema, podemos discernir as concepções actuais para a educação nos museus, inerente a uma “política museológica nacional”. Os três documentos que se referem explicitamente aos museus, já permitem inferir concepções pensadas em concreto para os estes, nomeadamente quanto à educação. Verificamos, pelo *corpus documental*, que de início, a partir de 1974 até aos anos 80, o domínio da cultura permanece pouco cuidado e até de uma certa ambiguidade. Dedicar-se numa primeira fase essencialmente ao património e às questões da sua protecção e valorização e só posteriormente, mediante a implementação de novas estruturas orgânicas, começa a ser trabalhado na especificidade dos museus. Processo longo de organização política e estrutural mas que ao nível dos princípios fundamentais e das directivas de execução foi mostrando coerência e

²⁹⁷ Cfr. Explicitada no Capítulo 2, relativo à Estrutura da Investigação, p. 31.

²⁹⁸ Relembrar capítulo 4, secção 4.2.1. sobre “As políticas culturais através dos actos jurídico-públicos do Estado”.

resultados. O primeiro diploma específico para museus pós-74 é já de 1980²⁹⁹ e o segundo diploma de 2004³⁰⁰, portanto a regulação dos museus manteve-se durante quinze anos vinculada ao Decreto Lei de 1965, proveniente do Estado Novo. Não terá o referido diploma parecido desadequado ou retrógrado em relação às propostas de transformação política do novo regime? Ou terão sido a premência de outros objectivos nacionais a deixar em lugar secundário a cultura e os museus? O mesmo se pode dizer sobre a educação no domínio dos museus, pois é um tema pouco tratado ou referido explicitamente nos documentos, que não estão estritamente relacionados com os museus.

Com base na realidade diversa, que no seu conjunto o *corpus documental* representa, e tendo em conta que a análise sobre eles remetia à educação nos museus, procuramos detectar várias concepções dominantes, para além das concepções próprias de cada grupo de documentos analisado. Começamos por destacar as concepções inerentes aos princípios fundamentais da liberdade e da igualdade de todos os cidadãos sobre a cultura; às finalidades preponderantes em quase todos os documentos sobre o acesso e fruição dos bens culturais, relacionadas com a democratização cultural; e às que apelam para a mobilização quanto a atitudes mais interventivas dos cidadãos, tornando-os agentes esclarecidos e também críticos, através da participação na cultura, da cidadania e das práticas de dinamização cultural. A educação nos museus não pode contrariar, e bem pelo contrário deverá atender à concretização destes princípios e finalidades. Ainda como finalidades fundamentais, ligados às obrigações e deveres do Estado e de todos os cidadãos, também destacamos a salvaguarda, a preservação, defesa, valorização e utilização do património cultural. As concepções das políticas culturais relativas à educação tem partido de formulações mais teóricas que pragmáticas, mas que ainda assim podem ser relacionadas com uma dinâmica mais pragmática dos museus, quanto à função educativa pela: acção cultural, sensibilização, formação, divulgação e difusão do património. Apontamos também aqui a relação entre a cultura, a educação e a comunicação como áreas conexas, a trabalhar para a concretização destas orientações para as práticas nos museus. No que podemos ainda considerar como exemplos deste tipo de orientações, assinaladas nos diversos documentos, evidenciamos como concepções dominantes a articulação entre Estado e outras entidades, públicas e privadas, da área cultural ou que se proponham colaborar, bem como as articulações interministeriais, internacionais, entre escolas e museus, e entre museus, que liguem educação e cultura. O papel educativo dos museus marcou o funcionamento dos chamados serviços educativos, pela relação

²⁹⁹ Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março, D.R. I Série, (n.º 67, pp. 493-501).

³⁰⁰ Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398).

dos museus com a escola, mas a ideia é que a educação não fique apenas por esse laço mas por outros, que possam vir a ser gerados e desenvolvidos. Ao longo destes trinta anos percebemos que é uma constante nas concepções sobre a educação a consciência do carácter socializador do museu, desde as orientações políticas que visam chegar a todos, às que fazem notar a importância do alargar e do aumentar os públicos dos museus, até às que focam a necessidade de gerar novos públicos. Logo, a escola nunca perdeu o seu lugar central, o Despacho conjunto n.º 1062/2003, de 27 de Novembro, assim o demonstra, e todas as referências relativas a articulações ministeriais e colaborações referem muitas vezes a relação entre a Educação e a Cultura, entre agentes de ensino e museus, etc. Contudo, tem-se demonstrado que a atenção dada aos “novos públicos” é igualmente fundamental desde o Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de Dezembro de 1965; o que vai mudando é quem se reconhece como “novo”: podem ser as camadas populares, os mais desfavorecidos, a juventude, e/ou os que ainda não usam o museu. Se a ordem com que referimos os diferentes entendimentos do conceito “novo” demonstra alguma concordância com a evolução do tempo, mais uma vez encontramos situações em que essa ordem é contrariada. Somamos esta conclusão a todas aquelas que demonstram que a educação nos museus não tem seguido, nas políticas culturais, uma linha estruturante bem definida, indo ao sabor das ideologias conectadas com o património e as orientações gerais para a cultura. Também assinalamos nas medidas enunciadas a interacção e captação de novos públicos bem como de públicos específicos, a qualificação, a profissionalização e credenciação dos museus, como forma de implementar serviços de qualidade e programas de apoio, numa visão mais desenvolvimentista. São poucas, contudo, as orientações relativas ao trabalho concreto nos museus, por exemplo através de referências às equipas e as práticas educativas a implementar e desenvolver nos museus, sendo que não há concepções dominantes sobre isto nos documentos analisados mas apenas exemplos de actividades/acções que mais frequentemente são aí realizadas. Citam-se por diversas vezes e em diversos diplomas as visitas guiadas, as conferências, meios gráficos e áudio-visuais e publicação de estudos, entre outros. Entendemos que as concepções dominantes referidas anteriormente servem para configurar possíveis acções de educação nos museus, cabendo no entanto a estes o direito e o dever de as programar sem “quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas”³⁰¹, atenção especial que devem ter os museus, na sua maioria do Estado ou tutelados por órgãos do Estado como é o caso do IPM.

³⁰¹ Constituição da República Portuguesa, Artigo 43.º, n.º 2, que podemos complementar com os diplomas que falam de “programa museológico” ou de “programas de âmbito educativo”, por exemplo Despacho Normativo n.º 28/2001, de 7 de Junho D.R. I Série (n.º 132, pp. 3488-3493). e Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398).

Apontamos como razões das “faltas de referências ou especificidades da educação em museus” desde logo o facto de a Constituição da República afirmar que “o Estado não pode programar a educação e a cultura”³⁰² deixando-nos perceber que têm de haver “liberdade de aprender e ensinar”³⁰³. Outra das razões encontradas, que se prende mais com os museus em si, é a que aponta para a existência de um panorama museológico muito díspare, em que a própria noção de museu é muito alargada, e que se revela através do chamado fenómeno de “explosão museológica”, que “não deixa de assumir em Portugal contornos muito específicos, em directa relação com as profundas transformações políticas e institucionais ocorridas a partir de 1974, cujas repercussões se fizeram sentir significativamente na alteração dos modos de encarar a protecção patrimonial e propiciaram a germinação de estruturas museológicas (...).”³⁰⁴ Digamos que o crescendo das políticas culturais sobre os museus servirá de “ordenamento do tecido museológico nacional”³⁰⁵, que sem dúvida cresceu de modo antecipado e desorganizado. Tratar-se-à de planificar, congregar e concertar esforços para que tanto dinamismo não seja em vão. Deste modo as políticas culturais, que implicam os museus, não sendo incoerentes ou irregulares nas suas manifestações em actos jurídico-públicos são sem dúvida lentas e carecem de uma dimensão mais prática e funcional e não quase somente teórica e orgânica relativamente ao âmbito museológico. Daí podermos apontar a carência de diplomas específicos sobre áreas de trabalho a desenvolver nos museus e essenciais ao seu funcionamento, como por exemplo a que se relaciona com uma das funções previstas na Lei-Quadro de 2004, que é precisamente a da educação. Os diplomas analisados demonstram esta característica, venham eles de actos legislativos, executivos ou administrativos (à excepção dos Regulamentos, cuja aplicação ainda assim é restrita). São textos de princípios, de definições e concepções intelectuais em que se baseiam depois os enunciados das concretizações.

Revelaram-se sobretudo alterações de carácter formal relativas a organismos essenciais para o desenvolvimento museológico, e que concretizem a especificidade dos museus no sector

³⁰² Desde a Revisão Constitucional de 97, Artigo 43.º, n.º 2, que o articulado cortou a palavra “atribuir-se” até aí as anteriores leis constitucionais dispunham que “O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura (...)”.

³⁰³ Constituição da República Portuguesa de 1976, Título do artigo 43.º, que se mantém até á última revisão constitucional de 2005.

³⁰⁴ CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa, *ob. cit.*, (2001), p. 22.

³⁰⁵ CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa, *ob. cit.*, (2001), p. 24.

da cultura: em 1991 a criação do IPM seguida de renovações, em 97 e 99, a criação do Projecto RPM em 2000, que só em 2004 se viria a implementar em efectivo, e algumas alterações de carácter substantivo relativas ao funcionamento dos museus, em 1980 e 2004. Sobre a educação nos museus não têm surgido propriamente novidades nos documentos jurídico-públicos mas desenvolvimento de ideias e de concepções teóricas, em constantes repetições de uns diplomas para os outros, sendo que a configuração do panorama das políticas culturais sobre a educação em museus em Portugal expressa, por isso, uma regularidade de fraca expressão, a par de uma maior especificidade das orientações gerais sobre o património cultural do que para orientações direccionadas em concreto para os museus. Exceptuam-se os diplomas mais recentes, nomeadamente a lei-quadro dos museus e alguns diplomas sobre credenciação e qualificação de museus.

4.2. Discussão sobre o estado actual e outras orientações

A preocupação de associar a cultura ao poder político bem como de definir estratégias de política cultural³⁰⁶ é um assunto recente nas agendas de discussão pública. Contudo, se pensarmos na política como acção de poder, de domínio e de certa forma de organização do todo colectivo, a existência dessa relação sobre a cultura já vem de longe³⁰⁷. Na actualidade, a cultura tornou-se matéria e objecto da acção política em sentido lato³⁰⁸, e não apenas atributo ou direito e algumas instituições ou líderes. Os museus, pela relevância social e cultural convertem-se, na sua relação com a acção do Estado, num sector a configurar no âmbito das políticas dos Governos³⁰⁹; por outro lado, enquanto instituições individualizadas, cada qual tem de conceber a sua própria política de actuação, que muitos entendem como “programa”, ou nos “planos de

³⁰⁶ CUCHE, Denys, *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa: Fim de século edições, 1999: “a expressão «políticas culturais» surge em consonância com a noção de «cultura política» que foi elaborada no contexto do acesso dos países colonizados à independência. A formação de novos Estados no Terceiro Mundo revelou que a importação de instituições democráticas não bastava para garantir o funcionamento da democracia. O sociólogo era então levado a interrogar-se sobre os fundamentos culturais da democracia. Qualquer sistema político surge ligado a um sistema de valores e de representações ou, por outras palavras, a uma cultura, característicos de uma dada sociedade. A este primeiro nível de reflexão, a noção de cultura política tem muito a ver com aquilo a que outrora se chamava o «carácter nacional».” Tem portanto que ver com a construção identitária da sociedade, p. 143 e 145.

³⁰⁷ MARQUES, Fernando Pereira, *De que falamos quando falamos de cultura*, Lisboa: Editorial Presença, 1995, pág. 85.

³⁰⁸ *Id, Ibid.*, p. 14-15. Também podemos ler em CARRILHO, Manuel Maria, *Hipótese de cultura*, Lisboa: Editorial Presença, 1999, pág. 158-162. Ao longo do livro o seu autor vai expressando vários comentários sobre assuntos que focalizam a cultura enunciando sempre uma visão política e ideológica. Para Carrilho a cultura acontece por via da acção política e por outro lado “os desafios políticos que se nos colocam hoje têm cada vez mais uma matriz cultural”.

³⁰⁹ ROMAN, Lorena San, “Politics and the role of museums in the rescue of identity”, in BOYLAN, Patrick, *op. cit.*, p. 31.

acção”³¹⁰. Assim, a política do Estado para os museus corresponde a uma política sectorial de cultura; do ponto de vista do museu é uma política com origem no exterior, mas também corresponde a uma política cuja concepção advém do interior do próprio museu, que representa uma política de acção interna no plano particular de cada instituição. A política dos museus definida a nível nacional, pela acção do Estado sobre a cultura, vai buscar inspiração e motivos aos museus, às suas políticas internas e à sua actuação; por sua vez a política definida especificamente por cada museu tem de atender aos planos nacionais e às normas e sugestões por estes elaborados. E isto para não falar das políticas internacionais, que muitas vezes são de onde emanam as “supremas” orientações e regulações das políticas nacionais.

Consideramos como a acção política mais actual se reflecte nos museus, ao falarmos de políticas que focalizam as exigências de saber, de pôr em prática, de eficiência na adaptação a um mundo cada vez mais tecnológico e acelerado, ou seja, de uma evolução que exige uma actualização profissional e pessoal contínua, uma formação que vai para além da escola, que se prolonga a outros espaços, bem como a uma idade cada vez mais alargada. Mas falamos também de políticas de organização e de operacionalização de estruturas que incentivem e promovam maior disponibilidade e interesse perante outras actividades e outros campos do conhecimento, de maior oferta de meios de aprendizagem. Falamos como exemplo, dos museus, enquanto espaços educativos “fora do sistema formal de educação, que vêm dar resposta à busca de diversidade manifestada por todas as sociedades e dá azo a percursos educativos variados.”³¹¹ No sector da educação dos museus urge rever continuamente o sistema e os seus mecanismos e também as transformações operadas: todos os temas e conceitos de educação são hoje essenciais na construção do projecto educativo dos museus, seja ele no âmbito das políticas do Estado, que aqui analisamos, seja no âmbito das políticas internas dos museus em si mesmos. O museu surge como um lugar de poder mas também autónomo e privilegiado na construção do conhecimento e da cultura pelo uso social aberto e heterogéneo que reclama, por isso deve ter um papel fundamental na mudança e construção da sociedade³¹² e uma co-responsabilidade partilhada com a comunidade a quem presta serviço.

³¹⁰ AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin, *Museums Basics*. London and New York: Routledge, 1993, p. 232.

³¹¹ DELORS, Jacques (coord.), *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, Porto: Edições Asa, 1996, p. 100.

³¹² Concordamos neste ponto com Fernando P. Marques, *op. cit.*, (1995), p. 85: “ao proporcionar as condições para que os cidadãos reforcem a sua autonomia, o seu sentido crítico, a sua sensibilidade, esses poderes estão, simultaneamente, a criar os necessários anticorpos e os travões que os devem limitar.”

4.3. Considerações finais – política, cultura e educação em museus

Esta investigação inscreve-se no campo “particular” da política cultural do Estado Português. As políticas estatais só farão sentido se se repercutirem, opondo-se ou complementando-se e diluindo-se nas políticas de cada instituição museal. Sendo as próprias instituições em causa, na sua maioria organismos tutelados pelo Estado, reflectem o seu poder, mas nem por isso perdem o seu carácter próprio, que assumem individualmente e na sua identidade institucional, que muitas vezes reconhecemos através dos discursos dos responsáveis³¹³. De qualquer modo, o olhar tomado neste estudo é sobre documentos oficiais, provenientes de directivas emanadas de entidades estatais, mesmo que estas tenham sido feitas em parceria ou discussão com responsáveis de museus, tomam o cariz de poder normativo e/ou regulamentador. Parece-nos possível considerar que através desta investigação podemos, à luz das políticas culturais do Estado, reflectir sobre as actividades empreendidas pelos museus na sua vertente teórica e prática. No fundo, examinar o “programa”, o “plano de acção” dos museus na execução dessas políticas. Por tudo isto, considerar a possibilidade de analisar as principais linhas do trabalho educativo de diferentes museus e correlacioná-las de modo aberto mas objectivo com a expressão daquilo que o próprio Estado proclama como fundamental deverá ser uma exigência, que cabe a todos os profissionais neste sector começar a empreender.

Percebemos também, mediante a investigação realizada, que o sentido das políticas para os museus revela também as “intersecções” entre o sector cultural e o sector educativo. Os museus são instituições integradas formalmente no âmbito das políticas culturais e não das políticas educativas, contudo, a relação de proximidade entre estas duas vertentes políticas tem sido muito debatida, em particular na perspectiva da educação em museus e da sua ligação à escola. Em Portugal constatamos que o sistema museológico está em transformação, no sentido mais de consolidação que de ruptura, tal como está o sistema educativo, cujo sentido não foi aqui analisado. Atendendo à possibilidade de muitos serem os paralelismos a estabelecer quanto a esta situação, o que não corresponde ao objectivo deste trabalho, e porque quando se teoriza sobre educação ou quando se aborda o processo educativo no sentido genérico, os conceitos não são exclusivos da escola, ou para a escola, (salvo se se fizer referências a essa exclusividade), o mesmo acontecendo em relação ao museu, julgamos também ser um outro tema a investigar no

³¹³ Cfr. O conjunto de livros abordados na revisão da literatura, secção 2.1, *Inquérito aos Museus em Portugal, Rede Portuguesa de Museus – Linhas Programáticas, Actas do Fórum Internacional Redes de Museus, Panorama Museológico em Portugal [2000-2003] e Encontro Museus e Educação - Actas, 10/11 Setembro 2001*, são um exemplo claro, no contexto português da actualidade, do que estamos aqui a afirmar.

futuro, a relação cultura e educação mediante a relação museu e escola. O processo educativo, numa “sociedade activa e permanentemente educadora”³¹⁴, ora se desenrola nos museus e/ou nas escolas, e/ou em outros locais e instituições³¹⁵, uma vez que hoje reclama uma perspectiva de cooperação entre vários sectores e disciplinas, bem como entre várias instituições - é neste sentido que a parceria museu-escola, que já vem de longe, se tem fortalecido ao mesmo tempo que novas parcerias são reclamadas, como por exemplo museu-associações e museu-empresas.

³¹⁴ CARNEIRO, Roberto, *op. cit.*, p. 88.

³¹⁵ Chamando a atenção para as linhas inovadoras do pensamento educativo e para modelos e experiências da organização e da prática educativa, podemos ler SILVA, Artur Santos, “Introdução - Novo Conhecimento e Nova Aprendizagem” in Fundação Calouste Gulbenkian, *op. cit.*, (Abril 2001), p. 19: “O século XXI, atrevo-me a pensá-lo, *não* será um século sem escola. Será, porém, certamente um século de *novas escolas* (...)” com isto estaria a pensar na multiplicidade de contextos onde a educação se processa.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W., *Sobre a indústria da cultura*, Coimbra: Angelus Novus, 2003 (trad. da 4ª edição, 1996).
- AGREN, Per-Uno, *Portugal – Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions*. Rapport. N.º 2, Paris: UNESCO, 1979.
- ALMEIDA, Maria Mota, “Mudanças Sociais/Mudanças Museais, Nova Museologia/Nova História – que relação?”, in *Museus e Ação Cultural, dos Cadernos de Sociomuseologia*. N.º 5, Centro de Estudos de sociomuseologia, Lisboa: Edição da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996.
- ALMEIDA, Solange Quelhas, *Estratégias culturais e políticas de afirmação regional: o Centro Cultural Raiano*, [S.l.: S.n.], RPM, 2000.
- AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin, *Museums Basics*. London and New York: Routledge, 1993.
- AMBRÓSIO, Maria Teresa, “Pensamento complexo e organização do conhecimento”, in Fundação Calouste Gulbenkian, *Novo Conhecimento e Nova Aprendizagem*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Abril 2001, pp. 51-57.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUSEOLOGIA, *Museus Para Quê?* Lisboa: APOM/ Museu Nacional de Arte Antiga, 1975.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUSEOLOGIA, *Museus Porquê?* Lisboa: APOM/ Museu Nacional de Arte Antiga, 1973.
- AZEVEDO, Joaquim, *O fim de um ciclo? A Educação em Portugal no início do século XXI*, Porto: Edições ASA, Janeiro 2002.
- BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 3ª edição 2004, (1ª edição original, 1977).
- BELCHER, Michael, “Communicating through museum exhibitions”, in THOMPSON, J. (ed.), *Manual of Curatorship – a guide to museum practice*. London: Butterworths, 2º edition, 1992 (1ª edição, 1984), pp. 649-659.
- BENNETT, Tony, *The birth of the Museum, history, theory, politics*. London and New York: Routledge, 1995.
- BERRY, Nancy; MAYER, Susan, (ed.) *Museum Education: History, Theory, and Practice*. Virgínia: The National Art Education Association, 1989.
- BETHENCOURT, Francisco, “Reflexões para uma política cultural”, in MONJARDINO, Carlos, (coord.), *Contributos para uma política construtiva*. Âncora Editora, Lisboa, Agosto 2002.
- BOLAÑOS, María, *La memoria del mundo – cien años de museología, 1900-2000*. Gijón: Ediciones Trea, Abril de 2002.

REDE PORTUGUESA DE MUSEUS, *Boletins RPM*. n.º 1 a n.º 14, trimestrais, Lisboa: RPM, (de Junho de 2001 a Junho 2004).

BONFILS-MABILO, B.; ÉTIENNE, B., *Será a ciência política uma ciência?* Lisboa: Edições Instituto Piaget, 2002, (edição original, 1998).

BOYLAN, Patrick, *Museums 2000 - Politics, people, professionals and profit*. Routledge, London, 1992.

CABRAL, Manuela, “O Serviço Infantil do Museu Nacional de Arte Antiga”, in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Vol. IV, n.º. 3, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1962.

CAETANO, Marcelo, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. Tomo I, Coimbra: Livraria Almedina, Setembro 1998, (1ª edição, 1996).

CAIADO, José Pedro, “por referência ao tema 2, Formação”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 35-40.

CAMACHO, Clara Frayão, “Rede Portuguesa de Museus – um projecto em construção”, in SILVA, Raquel Henriques da, (Coordenação editorial IPM), *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Edição IPM/RPM, 2002, pp. 7-15.

CAMACHO, Clara Frayão, *Renovação museológica e génese dos museus da área metropolitana de Lisboa*. [S.l.: S.n.], RPM, 1999 .

CAMACHO, Clara Frayão; FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia; MONTEIRO, Joana Sousa, “Problemática das redes de museus: contextualização e precedentes”, in *Rede Portuguesa de Museus Linhas programáticas*. Lisboa: Edição IPM/RPM, 2001, pp. 11-29.

CAMACHO, Clara Frayão; OLEIRO, Manuel Bairrão, “Política Portuguesa de Museus”, in *Boletim RPM*. n.º 15, Lisboa: Edição RPM, Março 2005, p. 13.

CAMACHO, João Carlos de Sousa e Brito Fernandes, O museu enquanto instrumento de comunicação: traços de especificidade na exibição de colecções de História Natural, [S.I.]: [s.n.], Lisboa: RPM, 2002.

CAMACHO, Maria Clara; FILIPE, Maria da Graça, “Experiências museológicas do Seixal e de Vila Franca de Xira: breve estudo comparativo”, in *Museus e museologia em Portugal*. Revista de Museologia [monografias – textos em português] 01, Lisboa: Edição Asociación Española de Museólogos e Associação Portuguesa de Museologia, Fevereiro 2000, pp. 101-115.

CANAVARRO, Ana Rita, Conservation as an educational tool in museums, [S.l.: S.n.], RPM, 2003.

CANAVARRO, Pedro, “Um museu de cultura: estudo da sua aplicação em Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa: Faculdade de Letras, 1969, (pp. 175-189).

CANEDA, Miguel, “por referência ao tema 3, Captação de Novos Públicos”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 60-66.

- CARAÇA, João, *À procura do Portugal Moderno*. Porto: Campo de Letras Editores, Out. 2003.
- CARNEIRO, Roberto, *Fundamentos da Educação e da aprendizagem, 21 ensaios para o século 21*. Vila Nova de Gaia: Edição da Fundação Manuel Leitão, 2ª edição, 2003 (1ª edição, 2001).
- CARRILHO, Manuel Maria, *Hipótese de cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- CARVALHO, Adalberto Dias, *Utopia e Educação*. Porto: Porto Editora, 1994.
- CASTON, Ellie Bourdon, “A Model for Teaching in a Museum Setting”. in BERRY, Nancy; MAYER, Susan, (ed.) *Museum Education: History, Theory, and Practice*. Virgínia: The National Art Education Association, 1989, pp. 90-108.
- CASTRO, Regina; PAIVA, José, “por referência ao tema 3, Captação de Novos Públicos”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 52-56.
- CLARO, João Martins, “Enquadramento e apreciação crítica da Lei n.º 13/85”, in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *Direito do Património Cultural*, Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996, pp. 279-328.
- COLLINGWOOD, R.G., “A ideia de História”, *op. cit.* GOFF, Jacques Le, Memória”, in ROMANO, Ruggiero (dir.), *Einaudi, Memória – História*. n.º 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1984, pp. 158-259.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL, *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Março 2003, pp. 23-28.
- CORREIA, Fernando Alves, “Propriedade de bens culturais – restrições de utilidade pública, expropriações e servidões administrativas”, in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996, pp. 393-418.
- CORREIA, José Alberto, *As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos*, Porto: Edições ASA, Maio 2000.
- COUTO, João, “Conversas acerca de museologia”, in *Ocidente*, Vol. LXV, Lisboa: [S.n], Novembro 1963 (pp. 260-261).
- COUTO, João, “Extensão escolar dos museus”, in *Revista Museu*, 2ª série, n.º 2, Porto: [S.n], Maio 1961, (p.11).
- CUCHE, Denys, *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de século edições, 1999.
- DELORS, Jacques (coord.), *Educação um tesouro a descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. Porto: Edições Asa, 1996.
- DEMO, Pedro, *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Editorial Atlas, 2000.

DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *A Cultura em Ação: Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony, *História do Século XX – Crises e mutações (de 1973 aos nossos dias)*. 4º Volume, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1993.

ELIOT, T. S., *Notas para uma Definição de Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, 1996.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *Património e Comunicação - Políticas e práticas culturais*. Lisboa: Edições Veja, 1997.

EVERSTON, Caroline; GREEN, Judith L.. “Observation as inquiry and method”, in WITTROCK, M. C., *Handbook of research teaching*. Nova Iorque: Macmillan, 1986.

FARIA, Margarida Dias Lima de, Amusement without excess and knowledge without fatigue: modern transformations of the museum experience, [S.l.: S.n.], RPM, 1994.

FARIA, Margarida Lima de, “A função social dos Museus”, in DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *A Cultura em Ação: Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, pp. 29-38.

FARIA, Margarida Lima de, “Museu: Educação ou Divertimento? Uma análise sociológica do papel dos museus num mundo globalizado”, in *Museus e museologia em Portugal*. Revista de Museologia [monografias – textos em português] 01, [S.l.], Edição Asociación Española de Museólogos e Associação Portuguesa de Museologia, Fevereiro 2000, pp. 2-5.

FARIA, Margarida Lima de, *Projecto: Museus e Educação*. [S.l.], Instituto de Inovação Educacional, Centro de Etnologia Ultramarina, Departamento de Ciências Etnológicas e Etno-museológicas, Instituto de Investigação Científica Tropical – IICT, Julho 2000.

FEBVRE, Lucien, “Vers une autre histoire”, 1949, *op. cit.* GOFF, Jacques Le, Memória”, in ROMANO, Ruggiero (dir.), *Einaudi, Memória – História*. n.º 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1984, pp. 158-259.

FERIN, Isabel, *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera Editores, 2002.

FÉRNANDEZ, José António, “Comunicação sobre a Educação e a Europa no horizonte dos anos 2000”, in *A educação em Portugal no Horizonte dos anos 2000*, Actas do Seminário realizado a 2 e 3 de Novembro de 1992, na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: Edição do Conselho Nacional de Educação (CNE), [do Ministério da Educação], 1993.

FERNÁNDEZ, Luís Alonso, *Museología y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

FILIFE, Graça, “A perspectiva educativa nas relações entre museus, património e história”, in *O Ensino da História*. Boletim APH, n.º 18, Out. 2000.

FLEMING, David, “por referência ao tema, Política Educativa: Objectivos”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 20-28.

FRANÇA, J.-A., *Sobre Inventário e Preservação do Património Histórico e Artístico Nacional – Duas Comunicações Sobre Política Cultural Apresentadas na Academia Nacional de Belas Artes*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1976.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, *Novo Conhecimento e Nova Aprendizagem*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Abril 2001.

GADAMER, Hans-Georg., *Verdad Y Método*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977 (4ª edição, 1975).

GAMEIRO, José Manuel da Silva, Património e museologia: da realidade global à perspectiva local, [S.l.: S.n.], RPM, 1998.

GAUTHIER, Fernand, “À la recherche de configurations dans une étude de cas: une rotation d’axes qualitatifs dans un espace de caractéristiques tri-dimensionnelles”, in *L’interprétation des données dans la recherche qualitative*. Actas do colóquio da Associação para a investigação qualitativa, realizado na UQTR, Universidade de Montreal, Faculdade das Ciências da Educação, Outubro 1986.

GOFF, Jacques Le, “Memória”, in ROMANO, Ruggiero (dir.), *Einaudi, Memória – História*. n.º 1, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1984, pp. 158-259.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, “A acção educativa dos museus”, in *Publicações do Departamento de Museologia do I.I.C.A.*, Luanda: Edições Mineogr., 1973, (p. 17).

GRÁCIO, Rui (dir.), *Para uma Política da Educação em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

GRÁCIO, Rui, “Museus e Educação”, in *Colóquio, Revista de Artes e Letras*, n.º 45, Outubro, Lisboa, 1967, (pp. 43.-45).

GUEDES, Natália Correia, *Museologia e Comunicação*, 1994, P. 11905 V.BN.

HEIN, Hilde S., *The Museum in Transition, A philosophical perspective*, Washington: Smithsonian Institution Press, 1990.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández, *El Museu como espacio de comunicación*. Gijón: Ediciones Trea, 2003.

HOMS, Maria Inmaculada Pastor, *Pedagogia museística, nuevas perspectivas y tendencias actuales*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Los Museos y sus visitantes*. Ediciones Trea, Gijón, 1998, (edição original, Routledge, 1994).

HOSBAWN, Eric, *A era dos extremos – História breve do século XX (1914–1991)*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

INTERNATIONAL CONSUIL OF MUSEUMS, *Estatuto ICOM/Código Deontológico para os Museus*. Lisboa: ICOM/Comissão Nacional Portuguesa, 2003 (trad.).

INSTITUTO PORTUGUÊS do PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO, *Património – Balanços e Perspectivas (2000-2006)*, Lisboa: MC/1PPAR, 2006.

JEUDY, H.-Pierre, *Memóires du Social*. Paris: PUF, 1986, pp. 7-9.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, “O conceito de «Rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas”, in SILVA, Raquel Henriques da, (Coordenação editorial IPM), *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Edição IPM/RPM, 2002, pp. 25-39.

LEON, Aurora, *El Museo Teoria, Praxis y Utopia*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald, *Investigação Qualitativa, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2ª edição, 2005 (edição original, 1994).

LÉVY-STRAUSS, Claude, *Antropologie structurale*. Paris : Editions Plon, 1958.

LEWIS, G., “Museums and their precursors: a brief world survey”, in THOMPSON, J. (ed.), *Manual of Curatorship – a guide to museum practice*. London: Butterworths, 2º edition, 1992 (1ª edição, 1984), pp. 5-21.

LIRA, Sérgio, “Programas Culturais e Agenda Política dos Museus: Estratégias de Influência”, in DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *A Cultura em Acção: Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

LOPES, João Teixeira, *Escola, território e políticas culturais*, Lisboa: Campo de Letras editores, 2003.

MAGALHÃES, Rui, *Introdução à Hermenêutica*. Coimbra: Editora Angelus Novus, 2002.

MANASTER, Jane, “Museums of Portugal”, in *Museums Journal*. London, September 1986, (pp. 71-73).

MARQUES, Fernando Pereira, *De que falamos quando falamos de cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

MARTINS, José Baptista, “Os museus e os meios de comunicação”, in *Museus e Educação, Seminário organizado pela Associação Portuguesa de Museologia*. Lisboa: APOM, 1971.

MATTOSO, José, *A função social da História no Mundo de Hoje*. Editora da Associação de Professores de História, [S.l.]: Edição APH, 1999.

MENDONÇA, Maria de José, “A museologia em Portugal”, in *Revista APOM – informações*. N.º 718, Lisboa: APOM, Janeiro/Abril, 1974.

MENDONÇA, Maria de José, “O museu como auxiliar do Ensino (o que o museu pode fazer pela escola) in *Museus e Educação*. Seminário organizado pela APOM, 29-30 de Maio de 1967, Lisboa: APOM, 1971.

MILES, Matthew B.; HYBERMAN, Michael, “Drawing valid meaning from qualitative data: toward a shared craft”, in *Educational researcher*, [S.l.: S.n.], 1984.

MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Programa Operacional da Cultura – Quadro de Apoio Comunitário 2000-2006*, Lisboa: Ministério da Cultura, [S.d.].

MINSITÉRIO DA CULTURA; REDE PORTUGUESA DE MUSEUS, *Roteiro e Programa de Actividades dos Museus da Rede Portuguesa de Museus*, Lisboa: MC/IPM, 2003.

MIRANDA, Jorge, “O património cultural e a Constituição - tópicos”, in MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996, pp. 253-278.

MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*. Tomo V - Actividade Constitucional do Estado, Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996.

MIRANDA, José A. Bragança de, *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, 2002.

MONTEIRO, Joana Sousa; FIGUEIREDO, Cláudia (coord.) 2000-2006, *Roteiro de Museus MC/IPM*, Lisboa: MC/IPM, 2004.

NABAIS, António J. C. M., “Museus na Actualidade”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 65-73.

NABAIS, António José. C. M.; CARVALHO, José Maria C. de, “O discurso expositivo”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 137-143.

NABAIS, António. “Os Ecomuseus em Portugal”, in *Museum*. N.º 148, [S.l.: S.n.], 1985.

NEVES, José Soares; SANTOS, Jorge Alves dos, “Museus portugueses evolução recente do seu levantamento (1999-2001), in *Boletim RPM* n.º1, Lisboa: RPM, Junho de 2001, pp.10-12.

NOLASCO, Maria da Luz; GUTIÉRREZ, RODRIGO, “Conversa com Raquel Henriques da Silva”. in *Museus e museologia em Portugal*. Revista de Museologia [monografias] 01, [S.l.], Edição Asociación Española de Museólogos e Associação Portuguesa de Museologia, Fevereiro 2000, pp. 11-15.

OLEIRO, Manuel Bairrão, (Coordenação IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*. Lisboa: Edição OAC/IPM, Março 2005.

OLEIRO, Manuel Bairrão, “Anteprojecto de Lei-Quadro dos Museus”, in *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, n.º 8, Junho 2003, pp. 1-2.

PERNES, Fernando, (coord.), *Século XX, Panorama da Cultura Portuguesa, 3. Artes e Letras II*. Porto: Edições Afrontamento e Fundação de Serralves, 2002.

PIMENTEL, Cristina, *O Sistema Museológico Português (1833-1991), Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz, “Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal”, em MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de, (coords.), *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996, pp. 205-252.

PINTO, Maria; Gálvez, Cármen, *Análisis documental de contenido – Procesamiento de información*. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

PITMAN, N., “Writing a museum education policy: introduction remarks”, in *GEM Newsletter*. N.º 43, Outono, 22-24, Nottingham: Group for Education in Museums, 1991.

POIRIER, Jean, *História dos Costumes – o Tempo, o Espaço e os Ritmos*. Volume 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

POLI, F., “Producción artística y mercado”, in SAGÜÉS, Maria del Carmen Valdés, *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público*. Gijón: Ediciones Trea, 1999.

PORFÍRIO, José Luís (org.), *Museu de Arte Antiga*. Lisboa: Edições Verbo. 1977.

PÓVOAS, Liliana, “por referência ao debate final, Mesa Redonda”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 147-148.

QUINTANILHA, Alexandre, “Aprender para lá do que nos ensinaram”, in CONFERÊNCIA INTERNACIONAL, *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Março 2003, pp. 23-28.

RAMOS, José e tal., *Guia dos Museus Portugueses – Guide of museums in Portugal*, Lisboa: JCCR Edições, 1995.

RAMOS, Paulo Oliveira, “Breve História do Museu em Portugal”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 21-62.

REEVE, John, “por referência ao tema 4, Parcerias”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 89-99.

GRUPOS DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório*. [S. l.], [S. n.], Abril 2004.

REMY, Jean; ROQUOY, Danielle, *Methodes d’analyse de contenu et sociologie*. Bruxelles: Publications des Facultés Universitaires Sain-Louis, 1990.

RIBEIRO, José A. F. Sommer, “A arquitectura do museu”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 149-159.

RICOEUR, Paul, “O passado tinha um futuro”, in MORIN, Edgar, (org.), *O Desafio do século XXI – religar os conhecimentos*. Lisboa: Edição do Instituto Piaget, 2001 (1ª edição, 1999).

RIVIÈRE, Georges, “The Ecomuseum – An Evolutive Definition”, in *Museum*. Revista n.º 148, [S.l.: S.n.], 1985.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, (coord.), *Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

RODRIGUES, José Conde, “por referência à Sessão de Encerramento”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 169-171.

ROMAN, Lorena San, “Politics and the role of museums in the rescue of identity”, in BOYLAN, Patrick, *Museums 2000 - Politics, people, professionals and profit*. London: Routledge, 1992. pp. 25-41

ROSNAY, Joel, *O Macroscópio*. Lisboa: Edições Arcádia, 1977.

RUMERLHART, D. E.; ORTONY, A., “The representation of knowledge in memory”, in ANDERSON, A. C.; SPIRO, R. J.; MONTAGNE, N. E. (eds), *Schooling and acquisition of knowledge*. Earlbaum: Hillsdale, NJ, 1977.

RUSSOLI, Franco, “La Politique Intellectuelle de l'ICOM: Role des Comités Nationaux et des Comités Internationaux”, in *Museum and Cultural Exchange – The Papers from the Eleventh General Conference of ICOM*. [S.l.], The International Council of Museums, UNESCO, 1977.

SÁ, Luís Manuel da Silva Viana de, *Introdução à ciência política*. N.º 191, Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

SAGÜES, Maria del Carmen Valdês, *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público*. Gijón: Ediciones Trea, Septiembre 1999.

SALEMA, Isabel, “por referência ao debate final, Mesa Redonda”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 123-124.

SANTOS, António Raimundo, *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (coord.) *As Políticas Culturais em Portugal, Relatório Nacional*. Lisboa: Edição do Observatório das Actividades Culturais, Nov. de 1998.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, “Políticas culturais europeias”, in *Boletim do OAC* n.º8, Julho 2000, pp. 2-6.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *O Estado das Artes/ As Artes e o Estado, Actas do Encontro realizado em Lisboa, no CCB a 19, 20 e 21 de Abril de 2001*. Lisboa: Edição do Observatório das Actividades Culturais, Fevereiro de 2002.

SILVA, Artur Santos, “Conferência Novo Conhecimento e Nova Aprendizagem” in Fundação Calouste Gulbenkian, *Novo Conhecimento e Nova Aprendizagem*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Abril 2001, pp. 17-22.

SILVA, Augusto Santos e JORGE, Vítor Oliveira, (orgs.), *Existe uma cultura portuguesa?* Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SILVA, Augusto Santos, “Museus e Educação: Uma questão de responsabilidades e vantagens recíprocas”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 9-13.

SILVA, Augusto Santos, *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a relação entre Ser e Agir*. Oeiras: Celta Editora, Setembro 2000.

SILVA, Isabel, “Apresentação”, em DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *A Cultura em Acção: Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, pp. 7-8.

SILVA, Raquel Henriques da, (Coordenação editorial IPM), *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Edição IPM/RPM, 2002.

SILVA, Raquel Henriques da, “Museus em Acção: Os desafios necessários”, in DOMINGUES, Álvaro; SILVA, Isabel; LOPES, João Teixeira; SEMEDO, Alice, (org.), *A Cultura em Acção: Impactos sociais e território*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, pp. 9-14.

SILVA, Raquel Henriques da, “Os Museus: história e prospectiva”, in PERNES, Fernando, (coord.), PERNES, Fernando, (coord.), *Século XX, Panorama da Cultura Portuguesa, 3. Artes e Letras II*. Porto: Edições Afrontamento e Fundação de Serralves, 2002, pp. 65-108.

SILVA, Raquel Henriques da, “por referência ao tema 1, Política Educativa: objectivos”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp.14-20.

SILVA, Raquel Henriques da; CORDEIRO, Isabel; PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha; CARVALHO, Anabela, (equipa de Coordenação e Execução IPM); SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, (Coordenação OAC), *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa: Edição OAC/IPM, Março 2000.

SOUSA, António Francisco de, *Introdução ao sistema jurídico Português*. Lisboa: Edições Colibri, 1991.

THOMPSON, J. (ed.), *Manual of Curatorship – a guide to museum practice*. London: Butterworths, 2º edition, 1992 (1ª edição, 1984).

TOBELEM, Jean-Michel, *Musées et Culture – le financement à l'américaine*, Washington: Editions M.N.E.S., Novembre 1990.

TORRES, Cláudio, “por referência ao tema 3, Captação de Novos Públicos”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 67-70.

TOULMIN, Stephen, “Como a Razão perdeu o equilíbrio”, in SANTOS, Boaventura de Sousa, (org.), *Conhecimento Prudente para uma vida decente*, “Um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Edições Afrontamento, Out. 2003, pp. 253-272.

TRILLA, Jaume (coord.), *Animación sociocultural. Teorías, programas y ámbitos*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

VALA, Jorge, “A análise de conteúdo”, in SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira, *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 2005 (1ª edição, 1986), pp. 101-128.

VAN DER MAREN, Jean-Marie, *De la nécessaire distinction des méthodes de recherche en sciences de l'éducation*. Universidade de Montreal, Faculdade das Ciências da Educação, Novembro 1987.

VARINE-BOHAN, Hugues de, “The Modern Museum: Requirements and Problems of a New Approach”, in *Museum*. Vol. 28, n.º 3, [S.l.: S.n.], 1976.

VELHO, Gilberto, “Dimensões da cultura na sociedade moderna contemporânea” in Conferência Internacional - Fundação Calouste Gulbenkian, *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Março 2003, pp. 35-48.

WALLIMAN, Nicholas, *Your research Project – a step-by-step guide for the first-time researcher*. London: Sage Publications, 2001.

WATZLAWICK, Paul; et al., *Pragmática da comunicação humana*. S. Paulo: Edições Cultrix, 1999 (1ª edição, 1967).

WILKINSON, Sue, “por referência ao tema 1, Política Educativa: objectivos”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, p. 14.

WILKINSON, Sue, “por referência ao tema 5, Avaliação”, in MINEIRO, Clara (coord. editorial), *Actas do Encontro Museus e Educação, 10/11 Setembro 2001*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Setembro 2002, pp. 112-119.

YAGUELLO, M.. *Alice no País da Linguagem*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

ZELLER, Terry, “The Historical and Philosophical Foundations of Art Museum Education in America”, in BERRY, Nancy; MAYER, Susan, (ed.) *Museum Education: History, Theory, and Practice*. Virgínia: The National Art Education Association. 1989, pp. 10-89.

ZEMELMAN, Hugo, “Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói”, in SANTOS, Boaventura de Sousa, (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente – “um discurso sobre as ciências” revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, Out. 2003, pp. 435-446

Fontes documentais

Decreto-Lei n.º 398/99, 13 de Outubro, D.R. I Série (n.º 239, pp. 6892-6901).

Decreto-Lei n.º 161/97, 26 de Junho, D.R. I Série (n.º 145, pp. 3119-3123).

Decreto-Lei n.º 278/91 de 9 de Agosto, D.R. I Série A, (n.º 182, pp. 3999-4005).

Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março, D.R. I Série (n.º 67, pp. 493-501).

Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de Dezembro de 1965, D.R. I Série (n.º 286, pp. 1696-1705).

Despacho Conjunto n.º 1062/2003, de 27 de Novembro, D.R.II Série (n.º 275, p. 17701).

Despacho Conjunto n.º 616/2000, de 5 de Junho, D.R. II Série (n.º 130, pp. 9633-9634)

Despacho Normativo n.º 28/2001, de 7 de Junho D.R. I Série (n.º 132, pp. 3488-3493)

Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398).

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, D.R. I Série (n.º 209, pp. 5808-5829).

Lei n.º 13/85, de 7 de Julho, D.R. I Série (n.º 153, pp. 1865-1874).

Lei de Revisão Constitucional n.º 1/97 de 20 de Setembro, D.R. I Série (n.º 218, pp. 5152 - 5196).

Lei de Revisão Constitucional n.º 1/2001 de 12 de Dezembro, D.R. I Série (n.º 286, pp. 8172-8186).

Lei de Revisão Constitucional n.º 1/2004 de 24 de Julho, D.R. I Série (n.º 173, pp. 4642-4663).

Lei de Revisão Constitucional n.º 1/82 de 30 de Setembro, D.R. I Série (n.º 227, pp. 3168-3206).

Lei de Revisão Constitucional n.º 1/89 de 8 de Julho, D.R. I Série (n.º 155, pp. 2734 (25) - 2734 (68)).

Lei de Revisão Constitucional n.º 1/92 de 25 de Novembro, D.R. I Série (n.º 273, pp. 5444 (2)-5444 (44)).

Lei da Constituição da República Portuguesa de 10 Abril 1976, D.R. I Série (n.º 86, pp. 738-775).

Programa do I Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, Suplemento, 3/8/1976.

Programa do II Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 3/2/1978.

Programa do III Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 8/9/1978.

Programa do IV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 5/12/1978.

Programa do IX Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 21/6/1983.

Programa do V Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 14/8/1979.

Programa do VI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 12/1/1980.

Programa do VII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 17/1/1981.

Programa do VIII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 15/9/1981.

Programa do X Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 16/11/1985.

Programa do XI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, Suplemento, 28/8/1987.

Programa do XII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série C, 15/11/1991.

Programa do XIII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 8/11/1995.

Programa do XIV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 6/11/1999.

Programa do XV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 18/4/2002.

Programa do XVI Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 24/7/2004.

Anexos

| | |
|--|-------|
| Anexo A: Quadros de configuração do Corpus Documental | I |
| Anexo B: Quadros de especificação do Corpus Documental 1 | XL |
| Anexo C: Quadros de especificação do Corpus Documental 2 | XLVII |

ANEXO A

Quadros de configuração do Corpus Documental

Verificamos que num primeiro tipo de documentos, que designamos Y e a que demos o nome de políticas culturais em sentido amplo, estariam as leis constitucionais, os programas de governo e as leis do património, que pela sua amplitude programática, quanto a disposições das políticas culturais em geral, remetessem sobretudo para o domínio do plano teórico aquilo que propõe executar na prática. Estes podem ser **diplomas genéricos**, que designamos Y. 1), que dispõem sobre várias áreas políticas entre as quais a cultural, ou **diplomas específicos**, que designamos Y. 2), que dispõem sobre as políticas culturais, em concreto o património, que de modo abrangente engloba os museus. E num segundo tipo, que designamos X e que nomeamos de **políticas culturais em sentido restrito**, estariam os documentos que incluem disposições das políticas culturais para os museus, muitas das vezes procurando tornar exequíveis as disposições das primeiras. Estes são **diplomas genéricos**, que designamos X. 1), que dispõem sobre políticas culturais para os museus focadas apenas em questões administrativas ou técnicas quanto à estrutura, orgânica e competências dos órgãos que tutelam os museus. Só por ilações nos deixam perceber no conteúdo das normas sobre como é que esses órgãos apoiam, orientam, aconselham, promovem, se pronunciam, exercem, autorizam, fiscalizam, entre outras finalidades de cooperação ou coordenação, o modo como os museus devem na prática constituir-se ou funcionar. Podem ser também **diplomas específicos**, que designamos X. 2), que desde logo revelam as políticas culturais directamente para os museus em que se inclui o tema da educação em museus.

Isolamos os documentos jurídicos relativos às políticas culturais que revelam conteúdos de sentido restrito e explícito sobre a educação em museus, daqueles que têm conteúdos de sentido amplo e que de modo implícito e/ou explícito poderemos relacionar com esse tema. Podemos dizer que os diversos tipos de documentos e os seus conteúdos deram origem a dois grupos, dentro do *corpus documental* constituído, que designamos por CD.1), ou seja *Corpus Documental 1* e CD.2), ou seja *Corpus Documental 2*. Em CD.1) dispomos os enunciados dos documentos tipo X. 2), e em CD.2) englobamos os referenciados como Y. 1), Y. 2), e X. 1). A partir dos vários diplomas configuramos novos documentos de análise compostos pelos fragmentos de citações textuais onde surgiam disposições e conteúdos que permitissem reconhecer as concepções das políticas culturais relativas à educação em museus e pelas interpretações construídas ao longo do tratamento analítico.

CD.1)

Documentos jurídico-públicos Tipo X)

X) Documentos de Políticas culturais de sentido restrito

X. 2) Documentos específicos

■ Legislação específica sobre Museus

Diplomas anteriores a 1974

■ Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de Dezembro de 1965, D.R. I Série (n.º 286, pp. 1696-1705)

Preâmbulo

“ (...) dupla missão (...) § (...) assegurar a conservação das obras de arte que foram retiradas do quadro para que tinham sido concebidas e executadas; expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras que nele são conservadas, o que significa que os museus de arqueologia e belas-artes devem desempenhar uma missão científica e artística ao mesmo tempo que uma missão educativa e social. “

“O museu deve ser um organismo cultural ao serviço da comunidade.”

“ (...) O novo público tem exigências próprias que estão muito longe de se confundir com a dos escóis. A mera contemplação da obra de arte pode permitir ao homem realmente culto recolher todas as lições que ela é susceptível de proporcionar. Não é assim com o operário, com o estudante da escola primária ou secundária, com o não iniciado. Esses precisam de ser esclarecidos e preparados, de receber, em termos que lhes sejam acessíveis informação sobre o valor e o significado do que se lhes vai mostrar. Sem isso, da sua passagem pelo museu ficará apenas a lembrança vaga e imprecisa de um outro estremecimento a que nem as sensibilidades menos apuradas conseguem escapar perante certas notas de beleza.”

“ (...) criteriosa selecção e uma sóbria e atraente apresentação artística, (...)”

“ (...) deverão por todos os meios ao seu alcance atrair visitantes e sobre eles exercer uma acção pedagógica eficiente. Os roteiros, catálogos e folhetos ilustrados, as conferências, as exposições temporárias e sobretudo as visitas colectivas orientadas por comentadores qualificados e os contactos estreitos e constantes com as escolas são os processos a que para esse efeito se tem recorrido em países que nos podem servir de exemplo.”

“ (...) que os nossos museus sejam organismos vivos, tão aptos para suscitar o interesse do estudioso e do conhecedor como do público em geral.”

Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia Título I, Museus do Ministério da Educação Nacional

Cap. I, Museus e sua finalidade

art.º 5.º “os museus têm a seguinte finalidade geral:

al. 2)

“Expor ao público as espécies que melhor possam contribuir para a formação do seu espírito e para a educação da sua sensibilidade”;

al. 3)

“Realizar trabalhos de indagação artística, histórica e arqueológica e facultar elementos de estudo aos investigadores”;

al. 4)

“Constituírem-se em centros activos de divulgação cultural, solicitando constantemente o público e esclarecendo-o.”

art.º 7.º

“Os museus são órgãos de cooperação escolar, com a função de coadjuvar as Universidades e as escolas superiores de belas artes nos estudos de arte, história e arqueologia.”

Cap. II, Organização e funcionamento

art.º 8.º

“Para efeitos de estudo e exposição o recheio dos museus distribuir-se-á por secções adequadas à índole de cada um.”

art.º 19.º

“Cada museu promoverá a publicação de catálogos e guias, periodicamente reeditados e destinados à venda, e deverá editar opúsculos de propaganda e reproduções comentadas das obras expostas.”

art.º 21.º

“As horas de abertura e encerramento das salas de exposição dos museus serão fixadas pela Direcção-Geral, ouvidos os directores, por forma a darem-se ao público todas as possíveis facilidades de visita.”

art.º 22.º

§1º “Será gratuita a entrada ao sábado e domingo.”

§2º “Os professores e alunos das Universidades, das escolas superiores de belas-artes e das escolas de artes decorativas terão acesso gratuito aos museus, mediante a apresentação do respectivo bilhete de identidade.”

§3º “Serão admitidos gratuitamente nos museus, em visita de estudo, os professores e alunos de qualquer ramo e grau de ensino, mediante simples comunicação dos respectivos reitores ou directores ao director do museu, que fixará, de acordo com aqueles, a hora da visita e o número de visitantes de cada turno.”

§4º “Serão também gratuitas as visitas a que se refere o art.º 25º e aquelas que o Ministério da Educação Nacional, em atenção à sua finalidade, à categoria dos visitantes ou a outras razões especiais, assim determinar.”

art.º 23.º

“Sem prejuízo dos serviços ordinários, os museus facultarão gratuitamente aos investigadores de irrepreensível conduta cívica e reconhecida probidade científica todos os elementos de estudo que possuam.”

art.º 24.º

“Os museus promoverão a realização, nas suas salas, de exposições temporárias e conferências destinadas a atrair a atenção do público para problemas de ordem artística, histórica e arqueológica.”

art.º 25.º

“Incumbe ainda aos museus organizar visitas colectivas, orientadas, às suas colecções e estimular, por todos os meios ao seu alcance, a organização delas por quaisquer outras entidades e promover que se multipliquem as previstas § 3º art.º 22.º

“§ único A orientação destas visitas caberá ao pessoal técnico dos museus ou a outras pessoas idóneas.”

■ Decreto-Lei nº 45/80, de 20 de Março, D.R. I Série (n.º 67, pp. 493-501

Cap. I, Natureza e Atribuições

art.º 1.º Atribuições,

1 - "Os museus dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural são instituições permanentes, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, sem fins lucrativos e abertos ao público, que fazem investigação sobre os testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, ao mesmo tempo que os adquirem, conservam e muito especialmente os expõem para fins de estudo, educação e recreio."

art.º 2.º Competência genérica,

1- "Compete aos museus, no domínio da museografia:

al. d) Expor ao público, de forma sistematizada, as espécies do seu património."

2 - "Compete aos museus, no domínio da investigação, conduzir acções de estudo e pesquisa, visando a identificação e conhecimento das espécies, tendo em vista a sua conservação e divulgação."

3 - "Compete aos museus, no domínio da acção cultural:

al. a) Dinamizar as relações do museu com o público, por todos os meios ao seu alcance, designadamente por meio de exposições, conferências, concertos e visitas guiadas;

al. b) Organizar actividades culturais por forma sistemática e regular, em colaboração com estabelecimentos de ensino, associações culturais e profissionais e demais entidades públicas ou privadas;

al. c) Promover a divulgação das espécies por meios gráficos e áudio-visuais, bem como pela publicação dos estudos conduzidos no domínio da investigação."

Secção IV, Carreira técnico-profissional

art.º 23º Monitores,

1- "O monitor colabora na acção cultural do museu, exercendo junto do público funções de educação, animação e informação."

Cap. I, Disposições gerais

art.º 2.º Princípios da política museológica

1 – A política museológica nacional obedece aos seguintes princípios

- al. a) “Princípio do primado da pessoa, através da afirmação dos museus como instituições indispensáveis para o seu desenvolvimento integral e a concretização dos seus direitos fundamentais;”
- al. b) “Princípio da promoção da cidadania responsável, através da valorização da pessoa, para a qual os museus constituem instrumentos indispensáveis no domínio da fruição e criação cultural, estimulando o empenhamento de todos os cidadãos na sua salvaguarda, enriquecimento e divulgação;”
- al. c) “Princípio de serviço público, através da afirmação dos museus como instituições abertas à sociedade;”
- al. d) “Princípio da coordenação, através de medidas concertadas no âmbito da criação e qualificação de museus, de forma articulada com outras políticas culturais e com as políticas da educação, da ciência, do ordenamento do território, do ambiente e do turismo;”
- al. e) “Princípio da transversalidade, através da utilização integrada de recursos nacionais, regionais e locais, de forma a corresponder e abranger a diversidade administrativa, geográfica e temática da realidade museológica portuguesa;”
- al. f) “Princípio da informação, através da recolha e divulgação sistemática de dados sobre os museus e o património cultural, com o fim de permitir em tempo útil a difusão o mais alargada possível e o intercâmbio de conhecimentos, a nível nacional e internacional;”
- al. g) “Princípio da supervisão, através da identificação e estímulo de processos que configurem boas práticas museológicas, de acções promotoras da qualificação e bom funcionamento dos museus e de medidas impeditivas de destruição, perda ou deterioração dos bens culturais neles incorporados;”
- al. h) “Princípio de descentralização, através da valorização dos museus municipais e do respectivo papel no acesso à cultura, aumentando e diversificando a frequência e a participação dos públicos e promovendo a correcção de assimetrias neste domínio;”
- al. i) “Princípio da cooperação internacional, através do reconhecimento do dever de colaboração, especialmente com museus de países de língua oficial portuguesa, e do incentivo à cooperação com organismos internacionais com intervenção na área da museologia.”

art.º 3.º Conceito de museu

1 - “Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

- al. a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através de investigação, (...) interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;
- al. b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”

2- Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei, (...)”

Cap. II, Regime Geral dos museus portugueses

Secção I, Funções museológicas

art.º 7.º Funções do museu

- al. a) “Estudo e investigação;”
- al. f) “Interpretação e exposição;”
- al. g) “Educação.”

Secção II, Estudo e investigação

art.º 8.º Estudo e investigação

“O estudo e a investigação fundamentam as acções desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, designadamente para estabelecer a política de incorporações, identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis e para fins de documentação, de conservação, de interpretação e de educação.”

art.º 9.º Dever de investigar

1 - “O museu promove e desenvolve actividades científicas, através do estudo e da investigação dos bens culturais nele incorporados ou incorporáveis.”

2 - “Cada museu efectua o estudo e a investigação do património cultural afim à sua vocação.”

3 - “A informação divulgada pelo museu, nomeadamente através de exposições, de edições, da acção educativa e das tecnologias de informação, deve ter fundamentação científica.”

Continua

art.º 10.º Cooperação científica

“O museu utiliza recursos próprios e estabelece formas de cooperação com outros museus com temáticas afins e com organismos vocacionados para a investigação, designadamente estabelecimentos de investigação e de ensino superior, para o desenvolvimento do estudo e investigação sistemática de bens culturais.”

art.º 11.º Cooperação com o ensino

“O museu deve facultar aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos nas áreas da museologia, da conservação e restauro de bens culturais e de outras áreas disciplinares relacionadas com a sua vocação, oportunidades de prática profissional, mediante protocolos que estabeleçam a forma de colaboração, as obrigações e prestações mútuas, a repartição de encargos financeiros e os resultados da colaboração.”

Secção VII, Interpretação e exposição

art.º 39.º Conhecimento dos bens culturais

1 - “A interpretação e a exposição constituem as formas de dar a conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu de forma a propiciar o seu acesso pelo público.”

2 - “O museu utiliza, sempre que possível, novas tecnologias de comunicação e informação, designadamente a Internet, na divulgação dos bens culturais e das suas iniciativas.”

art.º 40.º Exposição e divulgação

1 - “O museu apresenta os bens culturais que constituem o respectivo acervo através de um plano de exposições que contemple designadamente, exposições permanentes, temporárias e itinerantes.”

2 - “O plano de exposições deve ser baseado nas características das colecções e em programas de investigação.”

3 - “O museu define e executa um plano de edições, em diferentes suportes, adequado à sua vocação e tipologia e desenvolve programas culturais diversificados.”

art.º 41.º Reprodução e actividade comercial

1 - “O museu garante a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos das respectivas publicações e das réplicas de objectos ou de espécimes, bem como da publicidade respectiva.”

Secção VIII, Educação

art.º 42.º Educação

1 - “O museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais.”

2 - “O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos.”

3 - “Os programas referidos no n.º 1 do presente artigo são articulados com as políticas públicas sectoriais respeitantes à família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, turismo e combate à exclusão social.”

art.º 43.º Colaboração com o sistema de ensino

1 - “O museu estabelece formas regulares de colaboração e de articulação institucional com o sistema de ensino no quadro das acções de cooperação geral estabelecidas pelos Ministérios da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Cultura, podendo promover também autonomamente a participação e frequência dos jovens nas suas actividades.”

2 - “A frequência do público escolar deve ser objecto de cooperação com as escolas em que se definam actividades educativas específicas e se estabeleçam os instrumentos de avaliação da receptividade dos alunos.”

Cap. IV, Acesso público

art.º 54.º Regime de acesso público

1 - “O museu garante o acesso e a visita pública regular.”

2 - “O horário de abertura deve ser regular, suficiente e compatível com a vocação e a localização do museu, bem como com as necessidades das várias categorias de visitantes.”

Continua

art.º 56.º Registo de visitantes

2 - “O sistema de registo dos visitantes e utentes deve proporcionar um conhecimento rigoroso dos públicos do museu.”

art.º 57.º Estudos de público e de avaliação

“O museu deve realizar periodicamente estudos de público e de avaliação em ordem a melhorar a qualidade do seu funcionamento e atender às necessidades dos visitantes.”

art.º 58.º Apoio aos visitantes

“O museu deve prestar aos visitantes informações que contribuam para proporcionar a qualidade da visita e o cumprimento da função educativa.”

art.º 59.º Apoio a pessoas com deficiência

1 - “Os visitantes com necessidades especiais, nomeadamente pessoas com deficiência, têm direito a um apoio específico.”

2 - “O museu publicita o apoio referido no número anterior e promove condições de igualdade na fruição cultural.”

art.º 60.º Acesso às reservas

1 - “O acesso aos bens culturais guardados nas reservas e à documentação que lhe está associada constitui um princípio orientador do funcionamento do museu, especialmente nos casos relacionados com trabalhos de investigação.”

Cap. VII, Criação e fusão de museus

Secção I, Disposições gerais

art.º 86.º Programa museológico

2 - “O programa museológico integra os seguintes elementos:

al. d) a formulação das estratégias funcionais, designadamente nos domínios do estudo e investigação, (...) exposição e educação;

al. e) identificação dos públicos.”

Cap. VIII, Rede Portuguesa de Museus

Secção II, Museus nacionais e núcleos de apoio a museus

art.º 106.º Função dos museus nacionais

No âmbito da Rede Portuguesa de Museus, os museus nacionais desempenham as seguintes missões:

al. a) “Contribuir para assegurar a concretização do direito à cultura e à fruição cultural;”

al. c) “Fomentar a investigação de carácter disciplinar e temática correspondente à sua área de actuação.”

art.º 108.º Função dos núcleos de apoio a museus

“Os núcleos de apoio a museus desempenham as seguintes missões:

al. c) Contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais onde os museus estão instalados.”

art.º 109.º Dever de colaboração

1 - “Os museus que integram a Rede Portuguesa de Museus colaboram entre si e articulam os respectivos recursos com vista a melhorar e rendibilizar a prestação de serviços ao público.”

CD.2)

Documentos jurídico-públicos Tipo Y)

Y) Documentos de Políticas culturais de sentido amplo

Y.1) Documentos genéricos

■ Constituição Portuguesa¹

■ Leis da Constituição da República Portuguesa de 10 Abril 1976 (n.º 86, pp. 738-775)

Parte I, Direitos e deveres fundamentais

Titulo II, Direitos, liberdades e garantias

Artigo 43.º Liberdade de aprender e ensinar

n.º 2 “O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.”

Titulo III, Direitos e deveres económicos, sociais e culturais

Capítulo IV, Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º Educação e Cultura

n.º 1 “Todos têm direito à educação e à cultura.”

n.º 2 “O Estado promoverá a democratização da educação e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.”

n.º 3 “O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados.”

Artigo 78.º Património Cultural

“O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português.”

¹ Pode-se aceder ao texto integral no Diário da Assembleia da República ou através do endereço electrónico <http://www.parlamento.pt>

■ **Leis de Revisão da Constituição da República Portuguesa**

■ **Lei Constitucional n.º 1/82 de 30 de Setembro, D.R. I Série (n.º 227, pp. 3168-3206)**

Parte I, Direitos e deveres fundamentais

Título II, Direitos, liberdades e garantias

Capítulo I, Direitos, liberdades e garantias *pessoais*

Artigo 43.º Liberdade de aprender e ensinar

n.º 2 “O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.”

Título III, Direitos e deveres económicos, sociais e culturais

Capítulo III, Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º Educação, Cultura e *Ciência*

n.º 1 “Todos têm direito à educação e à cultura.”

n.º 2 “O Estado *promove* a democratização da educação e as *demais* condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso *social* e para a *participação democrática na vida colectiva*.”

n.º 3 “O Estado *promove* a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos [*parte*] à fruição e criação cultural, *em colaboração com os órgãos de comunicação social*, colectividades de cultura e recreio, *associações de defesa do património cultural*, organizações populares de base e outros *agentes culturais*.”

Artigo 78.º *Fruição e criação cultural*

n.º 1 “*Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.*”

n.º 2 “*Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:*

- a) *Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio;*
- c) *Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;*
- e) *Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.*”

* O itálico indica as alterações introduzidas pelas sucessivas revisões constitucionais.

Parte I, Direitos e deveres fundamentais

Titulo II, Direitos, liberdades e garantias

Capítulo I, Direitos, liberdades e garantias pessoais

Artigo 43.º Liberdade de aprender e ensinar

n.º 2 “O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.”

Titulo III, Direitos e deveres económicos, sociais e culturais

Capítulo III, Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º Educação, Cultura e Ciência

n.º 1 “Todos têm direito à educação e à cultura.”

n.º 2 “O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso da social e para a participação democrática na vida colectiva.”

n.º 3 “O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.”

Artigo 78.º Fruição e criação cultural

n.º 1 “Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.”

n.º 2 “Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:

- a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio;
- c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;
- e) Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.”

■ **Lei Constitucional n.º 1/92 de 25 de Novembro, D.R. I Série** (n.º 273, pp. 5444 (2)-5444 (44))

Não há alterações a registar no domínio da cultura.

■ **Lei Constitucional n.º 1/97 de 20 de Setembro, D.R. I Série D.R. I Série** (n.º 218, pp. 5152-5196)

Parte I, Direitos e deveres fundamentais

Titulo II, Direitos, liberdades e garantias

Capítulo I, Direitos, liberdades e garantias pessoais

Artigo 43.º Liberdade de aprender e ensinar

n.º 2 “O Estado não pode [corte] programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.”

Titulo III, Direitos e deveres económicos, sociais e culturais

Capítulo III, Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º Educação, Cultura e Ciência

n.º 1 “Todos têm direito à educação e à cultura.”

n.º 2 “O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para *a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais*, o desenvolvimento da personalidade *e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade*, para o progresso da social e para a participação democrática na vida colectiva.”

n.º 3 “O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.”

Artigo 78.º Fruição e criação cultural

n.º 1 “Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.”

n.º 2 “Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:

- b) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos, [corte], aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio;
- c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;
- e) Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.”

■ **Lei Constitucional n.º 1/2001 de 12 de Dezembro, D.R. I Série** (n.º 286, pp. 8172-8186)

Não há alterações a registar no domínio da cultura.

■ **Lei Constitucional n.º 1/2004 de 24 de Julho, D.R. I Série** (n.º 173, pp. 4642-4663)

Não há alterações a registar no domínio da cultura.

■ Programas dos Governos Constitucionais no sector da cultura de 1976 a 2004²

■ I Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, Suplemento, 3/8/1976

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

III – Objectivos e Políticas do Governo, na alínea F) Responder às necessidades básicas da população e promover a qualidade da vida temos no ponto 3 – Cultura

3 – Cultura

3.1 - “Com a autonomização da Secretaria de Estado da Cultura – que passa a depender directamente do Primeiro-Ministro –, considera-se que estão reunidas as condições para que a cultura, em Portugal, possa libertar-se de situações ambíguas que até agora a comprometiam, já porque simultaneamente se desvincula de intenções estreitamente didácticas e de conotação de propaganda imediata (...)”

3.3 – “ (...) são quatro as grandes áreas do âmbito da Secretaria de Estado da Cultura – património cultural, investigação e fomento cultural, espectáculos e acção cultural (...)”

3.4 - “Promoção do acesso à cultura das mais amplas camadas populacionais, através da determinação e aplicação de métodos de intervenção cultural que tenham em conta a caracterização das próprias populações a quem se dirigem. § Os objectivos referidos (que careciam de exaustiva mas inoportuna explicação teórica) só serão possíveis no âmbito da prevista Direcção-Geral de Investigação e Fomento Cultural (unidade orgânica que assegura a articulação entre as existentes Direcção-Geral do Património Cultural e Direcção-Geral da Acção Cultural), em estreita colaboração com os organismos universitários e de investigação científica. § Partir-se-á do acervo dos “traços culturais”, pelos quais há-de nortear-se a acção cultural junto das populações, a fim de se impedir a sua violentação, ocorrida em forma continuada durante as chamadas campanhas de dinamização cultural. Para tal, prevê-se a criação, junto de estruturas já existentes (museus, bibliotecas, instituições de cultura, e recreio, etc.), de centros regionais de pesquisa, cujos trabalhos serão coordenados pela referida Direcção-Geral.”

3.5 - “Concretização das modernas concepções de “animação cultural”, estimulando as diversas formas de criatividade colectiva. § A “animação cultural” designa um conjunto de técnicas de intervenção que tendem a provocar nas populações a consciência de necessidades culturais. § Pretende-se desenvolver plenamente a personalidade de cada cidadão, enriquecendo o seu modo de se relacionar com a arte, alterando o seu quotidiano no sentido de uma diferente qualidade de vida e despertando todas as suas capacidades criadoras. Por outro lado, a «animação cultural» procura inserir o indivíduo na comunidade a que pertence, desenvolvendo a sua capacidade de relação, de encontro ao diálogo.” [Exemplos de actividades de animação cultural] “grupos de teatro amador, grupos de cinema de animação, núcleos de cineastas amadores, *ateliers* de expressão corporal, pequenas oficinas de gravura, bibliotecas, discotecas, etc.”

3.6 - “prosecução do levantamento das instituições de vocação e âmbito cultural e dos agentes de criação e intervenção no mesmo domínio. § Consideram-se instituições de vocação e âmbito culturais todas aquelas que têm uma actividade que visa desenvolver as necessidades e capacidades culturais das populações. Citam-se, como exemplos, as associações de cultura, e recreio, os grupos corais, os grupos de teatro amador, os cineclubes, as bandas de música, os clubes de filatelia.”

² Pode-se aceder ao texto integral no Diário da Assembleia da República ou através do endereço electrónico <http://www.portaldogov.pt>

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

III – Objectivos e Políticas do Governo, na alínea F) Responder às necessidades básicas da população e promover a qualidade da vida temos no ponto 3 – Educação e Cultura

3 – Educação e Cultura

3.1 – Orientações gerais

3.1.1 – Objectivos

“Na área da educação e cultura são objectivos a atingir, progressivamente e na medida do possível: (...) Promover maior contacto entre os agentes culturais e a população; Defender e valorizar o património cultural português (...)”

3.15 – Cultura

3.15.1 – Património cultural

3.15.1.4 - No sector dos museus

c) “Elaboração de uma carta museológica nacional”

3.15.1.6 - “Realização de vários locais de cursos e seminários, especialmente destinados a agentes de ensino e outros interessados, com o objectivo de promover mais eficazmente a salvaguarda do património cultural.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

IV – Políticas sectoriais, no ponto 2 – das Políticas sectoriais no domínio social e administrativo temos no ponto 2.6. - Educação e Cultura

2.6.1 - Introdução

2.6.1.5 - “A política cultural orientar-se-á, essencialmente, por intenções de democratização, descentralização e reforço da identidade cultural nacional, promovendo o incremento da participação cultural de todos os cidadãos, a salvaguarda do património cultural e a valorização da criação e difusão culturais.”

2.6.3 – Cultura

2.6.3.1.1 – “ (...) através de acções que provoquem o progressivo conhecimento e afirmação da identidade cultural nacional. (...)”

2.6.3.1.2 – “Essa política cultural global tem tendência a quebrar a separação entre a cultura de *elite*, a cultura de massa e a cultura popular, procurando institucionalizar meios de interpenetração entre essas diferentes áreas, com consequências decisivas na qualificação da nossa vida quotidiana, no maior rendimento humano dos Portugueses e na intensificação de valores que atenuem a esclerose espiritual e cultural, a solidão individual e histórica, para que caminhem as sociedades modernas.”

2.6.3.1.3 – “ (...) um projecto cultural nacional que mobilize os Portugueses (...) a nossa política geral terá a ver, a nível interno, com os meios tornados disponíveis para a descoberta e comunicação dos valores determinantes da nossa cultura. \$ Esses meios serão postos ao serviço quer da preservação e valorização dos bens que constituem o nosso património cultural – património que se pretende vivo, aberto e disponível -, quer das múltiplas formas de expressão e criação culturais, que são veículo da nossa personalidade cultural específica.”

2.6.3.1.4 – “A nível externo, o projecto cultural nacional implicará a institucionalização de meios de intercomunicação (...)”

2.6.3.1.5 – Objectivos prioritários a atingir:

a) “Incremento da participação cultural dos cidadãos, a todos os níveis, privilegiando as áreas geográficas e as camadas mais desfavorecidas do ponto de vista do acesso aos meios e instrumentos da acção cultural;”

b) “Salvaguarda e valorização do património cultural nacional, com especial incidência na tomada de consciência por parte dos cidadãos do significado desse património como elemento vivificador da identidade cultural, conduzindo ao empenhamento das populações locais em tarefas de salvaguarda dos bens comuns;”

c) “Valorização da criação e divulgação culturais, apoiando os criadores nos diferentes ramos, e estreitando as relações entre a acção cultural e a vida quotidiana, de modo que os mecanismos do trabalho produtivo sejam completados por valores e realizações de ordem estética e espiritual;”

d) “Incremento das relações interculturais com os países de expressão portuguesa, com os países de emigração portuguesa e com outros países e culturas.”

2.6.3.2 – Medidas Programáticas

2.6.3.2.2 – No âmbito da salvaguarda e valorização do património cultural

f) “continuação da reorganização do sector dos museus, procedendo a uma nova definição dos seus objectivos, na dupla perspectiva da sua integração no meio histórico, natural e social onde se enquadram (ecomuseu) e da sua concepção como espaço aberto de revitalização e criação culturais;”

i) “Prosseguimento da acção dos serviços educativos dos museus e bibliotecas e lançamento de novos programas, nomeadamente no âmbito das manifestações do Ano Internacional da Criança – 1979”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

III – Aspectos sectoriais, na alínea A) – das Matérias dependentes da Presidência do Conselho de Ministros, temos no ponto 1 - Cultura

1 – Cultura

“A Secretaria de Estado da Cultura volta a depender directamente do Primeiro-Ministro, libertando-se assim de intenções ou conotações didácticas que não se afiguram adequadas”

Objectivos

a) “Zelar pela conservação, divulgação e utilização do património cultural português, considerado na sua globalidade, e em permanente devir, como algo de inerente à consciência e à preservação da identidade nacional;”

c) “Anular os abismos ainda existentes entre as chamadas “culturas de escol”, “cultura popular” e “cultura de massas”, procurando a livre circulação dos bens culturais, seja qual for a sua matriz, e a respectiva fruição pelas populações até agora mais desprotegidas, de modo que a cultura constitua um decisivo factor na melhoria dos padrões e da qualidade de vida.”

Medidas

A) No domínio da salvaguarda do património cultural

c) “Elaboração de programas de formação de especialistas para a defesa, conservação, valorização, divulgação e utilização do património cultural;”

d) “Sensibilização das regiões autónomas, das autarquias locais e das populações no sentido da salvaguarda do património cultural e natural;”

h) “Reestruturação de alguns museus existentes e planeamento de novas unidades museológicas, atendendo à sua integração no respectivo meio histórico, geográfico e social;”

l) “Prosseguimento da acção educativa em museus e bibliotecas.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

III – Objectivos por áreas de problemas, temos no ponto 3 – das Objectivos na área cultural e em IV – Das Medidas sectoriais, temos no ponto 3 – Medidas na área cultural

3 – Objectivos na área cultural

“ (...) concepção de cultura pluriforme, favorecendo a multiplicidade das expressões e das práticas culturais, de acordo com os contextos específicos dos vários grupos sociais; participativa, estimulando a consciência de que todos os cidadãos são sujeitos e não meros objectos da acção cultural e apoiando o associativismo cultural; globalizante, evitando a compartimentação entre os diferentes aspectos da cultura e introduzindo referências qualitativas em todos os aspectos da vida social; inovadora, ultrapassando a passividade e o consumismo alimentados pelas grandes indústrias culturais e encorajando formas de criatividade individual e colectiva.”

“ (...) a acção do Governo em matéria cultural é entendida como um todo integrado para o qual convergem: a política de desenvolvimento cultural enquanto tal, a política científica, a política educativa e a política de comunicação social”

“ (...) criação de pólos de vida cultural, social e geograficamente diversificada, em constante e dinâmica integração. (...) reforço da consciência de uma cultura nacional comum, entendida como conjunto dinâmico e interrelacionado das práticas culturais na sua projecção histórica e geográfica. Pretende-se, assim, quebrar a tradicional separação entre a cultura erudita, a cultura de massas e a cultura popular, institucionalizando meios de interpenetração entre essas diferentes áreas.”

3 – Medidas na área cultural

3.1 – “No sector da cultura, (...) a valorização, recuperação e continuidade de práticas culturais tradicionais e recentes; a participação crescente de todos os portugueses na vida cultural, local e nacional. (...) promover uma melhor articulação das acções nos domínios da cultura e da ciência e com os órgãos de comunicação social, os meios de ensino e as autarquias locais.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

III – Educação e qualidade de vida. no ponto 16 - Cultura

16 - Cultura

Orientações fundamentais da política cultural

“ (...) democratizar a cultura, (...) fomentando o acesso progressivo de todos os sectores e regiões do País e da sociedade à vida cultural e aos bens culturais, (...)”

“ (...) a preservação efectiva do património cultural e o estímulo à mobilização crescente e diversificada das energias culturais da Nação, pela intervenção não só do Estado, mas sobretudo pela participação activa das autarquias locais, fundações de utilidade pública e associações culturais, de recreio e juvenis, bem como da escola e da comunicação social.”

Objectivos

“Valorizar os bens culturais existentes, cometendo, nomeadamente, uma função activa de divulgação e formação aos museus, bibliotecas e monumentos nacionais; apoiar as mais importantes formas e manifestações de acção cultural; promover a difusão da cultura em todas as regiões do País e junto das camadas mais desprotegidas da população, bem como entre a juventude.”

“ (...) o Governo deve dedicar grandes esforços (em preservar eficazmente o património do passado) revendo a legislação existente neste domínio, quer complementando e alargando o levantamento cultural do País.”

■ VII Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série, 17/1/1981

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

IV – Melhoria da qualidade de vida, no ponto 4 - Cultura

4 - Cultura

“ (...) três essenciais aspectos: a defesa, a conservação e a valorização da herança cultural do passado, nas múltiplas formas que representa, a criação cultural e o acesso, pelo maior número, ao conhecimento e fruição das obras e valores da cultura nacional.”

“já que se trata de defender e conservar determinados bens, não na sua materialidade ou em função ou por causa do seu valor económico ou pecuniário, mas sim por terem ou incorporarem, enquanto suporte material, valores espirituais, históricos e estéticos nos quais se revela e exprime a própria realidade e individualidade cultural do País.. Daí que na defesa e conservação do património cultural caibam não só os monumentos, os museus, as bibliotecas e os arquivos, mas também a língua, a cultura material, a paisagem o artesanato ou o folclore.”

“procurar-se-á levar o conhecimento da cultura portuguesa e das suas obras e valores aos mais variados sectores da população, ao mesmo tempo que se promoverá o seu conhecimento no estrangeiro, em especial nos países de grande emigração portuguesa – através de exposições, traduções, livros e conferências – e, se intensificará o intercâmbio e a cooperação cultural com os países de expressão portuguesa.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

III – Promover o reformismo social, no ponto 2 – Cultura e coordenação científica – Conjugar a memória, a sensibilidade e a inteligência colectiva

Objectivos

III. 2 - Cultura e coordenação científica – Conjugar a memória, a sensibilidade e a inteligência colectiva

III. 2.1 – Procura do consenso cultural

“ (...) a procura de um consenso cultural que, tendo por base a liberdade e o pluralismo, permita a melhor identificação de uma «imagem» e de uma «personalidade» culturais portuguesas.”

Medidas

“Dar maior incentivo à investigação em ciências humanas e sociais e, em particular, à investigação em ciências históricas; Promover ou apoiar a publicação de obras fundamentais do pensamento e da cultura portuguesa; Apoiar e intensificar a comunicação com os artistas e cientistas portugueses no estrangeiro, nomeadamente através de encontros nacionais a organizar oportunamente e de uma política que lhes permita ter o país de origem como ponto de referência permanente da sua actividade; Comemorar os acontecimentos mais relevantes da nossa história e procurar um sentido de participação e entendimento cultural para as principais datas festivas nacionais; Animar um desenvolvimento cultural equilibrado de todo o território, atenuando as assimetrias regionais, valorizando as tradições e recursos culturais, regionalizando as estruturas de apoio cultural e colaborando com as autarquias e outras formas de expressão social na actuação dos seus programas; Associar a formação cívica e a formação cultural, através de uma lei quadro inspirada pelo princípio de que a cidadania é uma componente nuclear do consenso cultural; Promover, em possível colaboração com outras entidades, a publicação de um guia cultural do País.”

III. 2.2 – Participação cultural

“ (...) alargamento e valorização da iniciativa e da participação cultural e a sua integração como factor do desenvolvimento social (...). § A cultura, como expoente essencial do próprio progresso, deve ter a ver com todos os aspectos da dinâmica social, contribuindo para lhes dar um espírito e uma feição próprias. Estamos pois contra uma noção de cultura corporativa e isolada da vida.”

Medidas

“Melhorar a informação cultural e científica, nomeadamente através do estudo da criação de um banco de dados com apoio informático; Promover a mais ampla possibilidade de acesso à cultura, nomeadamente através do estudo de um passe cultural; Contribuir para o diálogo e a participação mais personalizadas e directas dos agentes culturais nas decisões que tenham por objecto a vida cultural, procurar a desburocratização dos serviços públicos da cultura e providenciar para a maior abertura, efectividade e desenvolvimento da capacidade formativa de todas as instituições culturais e, em particular, dos museus e bibliotecas; Prover ao reforço da capacidade dos serviços ambulatoriais de bibliotecas, exposições, cinema e teatro, de modo a fazer chegar a todo o país e a todos os estratos da população os bens culturais básicos; Organizar programas culturais especiais para a juventude, sobretudo em colaboração com outras instituições públicas e privadas e promover o contacto directo dos nossos artistas e escritores com os estudantes e os jovens trabalhadores.”

III. 2.4 – Preservação e enriquecimento do património cultural

“ (...) à segurança, inventário, enriquecimento e reanimação do património cultural e do equipamento científico. § A relação entre tradição e modernidade passa também por uma valorização da cultura material, qual redescoberta do próprio país por si mesmo.”

Medidas

“Sensibilizar e mobilizar a juventude para a defesa e protecção dos bens e valores culturais, em articulação com o sistema de ensino e com as actividades de ocupação de tempos livres; Definir uma política de museus mais sistemática (...).”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

V – Sector social e cultural, no ponto 4 – Política cultural, principais orientações e medidas

4 – Política cultural

4.1 – Principais orientações

4.1.5 – “ (...) objectivos fundamentais: a democratização e a descentralização da cultura (...).”

4.1.6 – “Assegurar, por isso, o acesso de todos à cultura, visando m primeira linha os trabalhadores, sem esquecer que a igualdade efectiva entre mulher e o homem é um dos mais seguros indicadores do progresso cultural. A preparação cultural para esta igualdade efectiva será fundamentada.”

4.2 – Principais medidas

4.2.17 – No domínio da cooperação entre o Ministério da Cultura e entidades nacionais e estrangeiras:

“ (...) cooperação com o Ministério da Educação, procurará remediar-se a carência de formação artística e educar o gosto artístico aos diversos níveis de ensino.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

IV – Valorizar os recursos humanos, no ponto 2 – Cultura

2 – Cultura

“Recusando toda a concepção dogmática ou “oficial” da cultura, o Governo afirma na sua política cultural os princípios de liberdade de criação, da universalidade do acesso e fruição dos bens culturais, a efectiva descentralização e a salvaguarda do património nacional.”

“ (...) o Governo entende que na área cultural a contenção da intervenção do Estado significa afirmação de liberdade. § Compete, no entanto, ao Estado, através da coordenação governativa, assegurar a dimensão cultural na estratégia do desenvolvimento do País. Esta atitude fundamenta-se numa visão humanista da sociedade.”

“Prioridade (...) [do] “efectivo acesso dos Portugueses aos bens culturais (...)”

“ (...) articular e apoiar os organismos do Ministério da Educação e Cultura na promoção de integração de disciplinas de índole artística (literária, visual, musical, etc.) nos currículos escolares aos vários níveis de ensino.”

“O Estado deverá assegurar as estruturas e serviços indispensáveis e a acção do Governo procurará sensibilizar a consciência do valor do património e mobilizar a participação colectiva na sua salvaguarda. § Para isso o governo tomará medidas de articulação com a política educativa nas escolas.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

IV – Preparar o futuro. Apostar nos Portugueses, no ponto 2 – Cultura

2 – Cultura

“O Governo reafirma os princípios anteriormente enunciados, da acessibilidade dos bens culturais, da salvaguarda do património (...)”

“ (...) compete ao Estado promover a dimensão cultural na estratégia do desenvolvimento (...)”

“Na sua intervenção na área da cultura o Governo atenderá especialmente à colaboração com as autarquias, reconhecendo o crescente papel que vêm desenvolvendo na iniciativa cultural e na efectiva descentralização.”

“Relativamente ao património, entende-se que a sua salvaguarda e valorização é um direito e um dever dos cidadãos. § Não podendo o Estado assegurar todos os meios necessários para o efeito, o Governo dará especial atenção à colaboração organizada de cidadãos e instituições nessa tarefa, mobilizando-os através de acções de sensibilização e recorrendo a incentivos. § Procurar-se-á, por outro lado, articular esforços da administração central e das autarquias, recorrendo a instrumentos de ordenamento e enquadramento das iniciativas, de entre os quais se salientam o apoio técnico a projectos de salvaguarda e valorização de zonas de interesse patrimonial. § (...) A intervenção do Governo nesta área será enquadrada, do ponto de vista legal, através de regulamentação da Lei do Património.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

III – Apostar no Homem, Valorizar o futuro, no ponto 1 – Cultura

1 – Cultura

“ (...) perspectiva do enaltecimento da componente cultural da identidade nacional e da intervenção do Estado na defesa daqueles valores culturais cimeiros que pela sua especificidades – como é o caso da língua portuguesa e do património -, têm, por ele de ser assegurados. § A criação de condições de acesso aos bens culturais e o estímulo dos talentos e valores individuais, como tarefa do Estado, corresponderão igualmente a preocupação permanente na área da cultura.”

“ (...) a divulgação do nosso património (...) § A reformulação do funcionamento dos museus portugueses é uma das grandes tarefas que temos pela frente, por forma a garantir uma maior e melhor possibilidade de acesso ao património que neles está depositado.”

“Na área cultural, o Governo providenciará a existência de infra-estruturas, sempre que possível polivalentes, que sejam pólos de divulgação a nível regional e que tenham capacidade para mostrar o que de mais relevante exista na produção cultural nacional, de cariz erudito como de cariz popular, e que possam vir a constituir pontos de exposição e circulação de artistas e suas obras. § Neste contexto é pressuposto essencial o desenvolvimento do papel das autarquias em relação às respectivas comunidades para que se consiga, designadamente, uma optimização dos meios existentes vocacionados para a cultura. § Fomentar-se-á ainda o aumento de relações com outros parceiros culturais, desde fundações a coleccionadores, passando por associações de defesa do património. Esta relação será reforçada pela revisão da Lei do Mecenato estimulando o empenhamento dos privados no apoio à cultura.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

V – Educação, ciência e cultura, no ponto 4 – Cultura

4 – Cultura

“A intervenção do Governo na esfera cultural assentará no princípio fundamental de que a criação e a fruição cultural constituem direitos essenciais dos cidadãos e componentes determinantes da sua qualidade de vida, do que decorre, por conseguinte, a responsabilidade inalienável de intervenção do Estado.”

“ (...) duas decisões fundamentais: O reestabelecimento do Ministério da Cultura como forma de assegurar a necessária articulação da política cultural com as restantes esferas de governação; O reforço significativo das dotações da cultura no âmbito do orçamento do Estado, com vista à plena assunção das responsabilidades do Estado neste domínio.”

“ (...) o estudo e a promoção de novos modelos de cooperação activa e de complementaridade entre os planos de actuação distintos correspondentes às suas responsabilidades directas, à intervenção das entidades autárquicas e regionais e à iniciativa autónoma dos cidadãos (criadores artísticos, promotores culturais e consumidores, individualmente ou através do associativismo profissional e cívico).”

“A política do Ministério da Cultura assentará, pois, em cinco vectores fundamentais: democratização, descentralização, internacionalização, profissionalização e reestruturação.”

“Pelo alargamento do acesso dos cidadãos às práticas culturais, da instituição de passes culturais, do apoio à difusão de produtos *multimédia* que permitam reduzir os custos do acesso à cultura e da colaboração com o Ministério das Finanças de modo a permitir a dedução na matéria colectável do IRS e despesas de consumo de bens e serviços culturais até um tecto a estabelecer; § Por uma cooperação estreita com o Ministério da Educação, com vista ao reforço do ensino artístico e das restantes disciplinas de sensibilização cultural, quer como componentes do currículo escolar geral quer como ramos vocacionais.”

■ XIV Governo Constitucional, Diário da Assembleia da República, II Série A, 6/11/1999

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

V – A qualidade da democracia, na alínea i) Uma nova aposta na ciência e na cultura, uma renovada atenção às estruturas comunicacionais. Uma política de cultura assente nos valores de cidadania

Estratégias do programa cultural

De consolidação

Causas nucleares: “da defesa e valorização do património”

Medidas de consolidação

“ (...) dimensão da consolidação, a ter em conta no período 1999-2003, [que] diz respeito às articulações interministeriais: a transversalidade deve ser robustecida nas áreas de contacto da política cultural com a da educação (com incidência no ensino artístico), com a da economia (com destaque para o apoio às indústrias culturais), com a formação e com a acção cultural externa.”

Do aprofundamento

Causas nucleares; “a da profissionalização e a dos novos públicos”

Medidas de aprofundamento

“ (...) introduzindo os bens culturais na rotina de todos os portugueses, fará da cultura um elemento constante e vivo da cidadania.”

“ (...) alargamento, através das novas tecnologias, do acesso dos cidadãos à cultura.”

De inovação

Causas nucleares:

“ (...) [atender às] expectativas dos públicos, [às] exigências das populações, [às] estratégias dos criadores.”

“ (...) [atender à] dinâmica da identidade e da criatividade nacionais.”

“ (...) [atender] a todas as heterogeneidades da “área cultural”, assumindo o imperativo de uma política aberta tanto às exigências do património como às de criação.”

“ (...) [atender à] convicção de que a cultura é uma dimensão estratégica do desenvolvimento do País.”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

III – Investir na qualificação dos portugueses, no ponto 4 – Cultura

4 – Cultura

“O Governo atribui à política cultural um papel central e transversal no conjunto de todas as políticas sectoriais.”

“ (...) A política do Governo tem por objectivo[s] a promoção do primado da Pessoa, dos direitos humanos e da cidadania. Só mulheres e homens cultos, capazes de compreensão e conhecimento crítico da realidade, podem exercer plena responsavelmente os seus direitos e a sua cidadania.”

“ (...) a promoção da identidade nacional. (...) deve ser sublinhado que o referido papel identitário e estruturante da Cultura só pode ser integralmente realizado pelo acesso do maior número possível de cidadãos aos bens e actividades culturais.”

“A promoção do desenvolvimento integral e da qualidade de vida é o terceiro objectivo da política cultural do Governo. (...) Sem cultura viva e criativa não é hoje possível qualquer desenvolvimento. (...). A cultura contribui para a diminuição da exclusão social e para o reforço da auto-estima das pessoas e das comunidades locais. (...) Para alcançar estes objectivos, a política cultural tem de visar uma Cultura criativa, aberta, descentralizada e de responsabilidade solidária. (...)”

“ (...) o Governo incrementará a participação privada na Cultura, incentivando a responsabilização de todos os cidadãos, fundações, associações e empresas na sua função de suporte das actividades artísticas e culturais, complementando o esforço do Estado nesta área. (...)”

“ (...) será atribuída prioridade absoluta à articulação com o Ministério da Educação”.

interessando as crianças e os jovens pela Cultura, introduzindo a obrigatoriedade curricular das visitas de estudo ao património e a exposições, bem como a assistência a espectáculos; (...) estimulando a ligação a nível local entre escolas e monumentos, definindo modalidades de estabelecimento de laços duradouros que de algum modo responsabilizem cada escola por um monumento; reforçando a vertente educativa das estruturas culturais, condicionando os apoios do Estado à abertura e manutenção das suas instalações à realização de actividades extra-curriculares; (...) solicitando aos agentes culturais contrapartidas a apoios públicos, designadamente por uma presença regular nas escolas; organizando programações locais e nacionais de espectáculos e exposições, quando possível itinerantes, com ligação articulada aos programas escolares. (...)”

“Acompanhando o desenvolvimento tecnológico e utilizando os novos meios de comunicação, o Governo apoiará a adequada utilização da Internet na Cultura. (...)”

Enquadramento das Políticas Culturais no diploma:

IV – Investir na qualificação dos portugueses, no ponto 1 – Cultura

1 – Cultura

“A política cultural do Governo tem por primeiro objectivo a promoção do primado da pessoa, dos direitos humanos e da cidadania. § Só mulheres e homens cultos, capazes de compreensão e conhecimento crítico da realidade, podem exercer, de uma forma responsável, os seus direitos e assumir, plenamente, a sua cidadania.”

“O Governo atribui à política cultural um papel central e transversal no conjunto de todas as políticas sectoriais, devendo, por isso, ser sublinhado que o referido papel identitário e estruturante da cultura só pode ser integralmente realizado pelo acesso do maior número possível de cidadãos aos bens e actividades culturais § Sendo a cultura um verdadeiro laço entre o passado e o futuro e uma componente determinante da identidade nacional, a sua tradução política deverá ter por objectivo primordial a promoção dessa mesma identidade.”

“O crescimento económico e uma maior justiça social só podem conduzir a um desenvolvimento integral e duradouro se forem acompanhados por igual desenvolvimento cultural. § Na verdade, sem uma cultura viva e criativa não é hoje possível qualquer desenvolvimento.”

“O conjunto de responsabilidades no domínio cultural deve ser partilhado com os agentes e criadores culturais, com as autarquias locais, universidades, fundações, empresas e outras instituições, para além dos particulares. § Para tanto, proceder-se-á a uma descentralização através de uma progressiva transferência de competências e meios, adequados ao aumento das capacidades e das responsabilidades das autarquias locais e de outras entidades, (...)”

No âmbito geral

“Articulação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, de forma a poder levar a cultura às escolas (quer pelo aproveitamento do equipamento escolar excedentário, quer pelo envolvimento de professores do quadro do Ministério da Educação sem docência atribuída, quer, ainda, pelo programa de actividades extracurriculares, pela formação de artística desde o nível primário, pela formação de professores e animadores culturais, pelo programa de educação de adultos, pelo programa de formação de cidadãos europeus, bem como pela campanha de sensibilização e educação para o património).”

No âmbito do “reforço da acção do Instituto Português dos Museus”

“Regulamentar a Lei-Quadro dos Museus Portugueses após a sua promulgação. (...) [e] Desenvolver uma estratégia continuada de divulgação nacional e internacional dos museus portugueses, das suas colecções e actividades, através da publicação sistemática de roteiros, da criação de *websites* e de campanhas de publicidade, tendo em vista o aumento de públicos; Assegurar a execução das propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho Educação-Cultura, no domínio da articulação museu-escola.”

CD.2)

Documentos jurídico-públicos Tipo Y)

Y) Documentos de Políticas culturais de sentido amplo

Y.2) Documentos específicos

■ Leis do Património Cultural

■ Lei n.º 13/85, de 7 de Julho, D.R. I Série (n.º 153, pp. 1865-1874)

Título I, Princípios fundamentais

art.º 3.º

1 - “O levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural incumbem especialmente ao Estado, às regiões autónomas, às autarquias locais, aos proprietários possuidores ou detentores de qualquer suas parcelas e, em geral, às instituições culturais, religiosas, militares ou de outro tipo, às associações para o efeito constituídas e ainda aos cidadãos.”

2 - “O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais procurarão promover a sensibilização e participação dos cidadãos na salvaguarda do património cultural e assegurar as condições de fruição desse património.”

4 - “As populações deverão ser associadas às medidas de protecção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do património cultural.”

art.º 4.º

2 - “O Estado promoverá, (...) uma acção permanente e concertada de levantamento, estudo, protecção, conservação e valorização dos bens culturais.”

4 - “(...) os bens culturais serão submetidos a regras especiais, que estabelecerão, designadamente, a sua função social, (...)”

art.º 6.º

1 - “As associações de defesa do património, (...) constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural.”

Título III, Do fomento, da conservação e valorização do património cultural

art.º 44.º

2 - “O Governo promoverá acções concertadas entre os serviços públicos, (...) com vista à implementação e aplicação de uma política activa de levantamento, estudo, conservação e integração do património cultural na vida colectiva.”

3 - “Medidas de carácter preventivo e correctivo deverão ser completadas com outras que visem dar a cada um dos bens culturais uma função que os insira adequadamente na vida social, económica, científica e cultural compatível com o seu carácter específico.”

4 - “As acções de levantamento, estudo, protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural deverão adequar-se ao progresso científico e técnico comprovado nas disciplinas implicadas.”

art.º 49.º

1 - “O Governo empreenderá e apoiará acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional.”

2 - “Serão tomadas medidas adequadas à promoção e realce do valor cultural e educativo do património cultural, como motivação fundamental da sua protecção, conservação, revalorização e fruição, sem deixar de ter em conta o valor sócio-económico desse mesmo património, na sua qualidade de recurso activo numa dinâmica de desenvolvimento do País.”

4 - “Serão asseguradas as modalidades de informação e de exposição destinadas a explicar e divulgar as acções projectadas, em curso ou realizadas no campo do estudo e da salvaguarda do património cultural, designadamente a promoção da publicação de inventários do património cultural.”

Continua

art.º 50.º

1 - “O Estado Português colaborará com outros Estados, com organizações internacionais e de outros países, intergovernamentais e não governamentais, no domínio da protecção, conservação, valorização, estudo e divulgação do património cultural.”

2 - “A cooperação referida no número anterior concretizar-se-à, designadamente, através do intercâmbio de informações, publicações, meios humanos e técnicos, bem como através da assinatura de acordos culturais.”

Título I, Dos Princípios basilares

art.º 1.º Objecto

1 - “A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.”

2 - “ (...) efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização do demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.”

art.º 6.º, Outros princípios gerais

al. f) “Informação, promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais.”

Título II, Dos Direitos, garantias e deveres dos cidadãos

art.º 7.º Direito à fruição do património cultural

1 - “Todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.”

2 - “A fruição por terceiros de bens culturais, cujo suporte constitua objecto de propriedade privada ou outro direito real de gozo, depende de modos de divulgação concertados entre a administração do património cultural e os titulares das coisas.”

3 - “A fruição pública dos bens culturais deve ser harmonizada com as exigências de funcionalidade, segurança, preservação e conservação destes.”

art.º 10.º Estruturas associativas de defesa do património cultural

6 - “As administrações central, regional e local poderão ajustar com as estruturas associativas de defesa do património cultural formas de apoio a iniciativas levadas a cabo por estas últimas, em particular no domínio da informação e formação dos cidadãos.”

art.º 11.º Dever de preservação, defesa e valorização do património cultural

3 - “Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respectivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam.”

Título III, Dos Objectivos

art.º 12.º Finalidades de protecção e valorização do património cultural

1 - “Como tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos, a protecção e a valorização do património cultural visam:”

al. a) “Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural”

2 - “Constituem objectivos primários da política de património cultural o conhecimento, a protecção, a valorização e o crescimento dos bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, bem como dos respectivos contextos.”

art.º 13º Componentes específicas da política do património cultural

“A política do património cultural deverá integrar especificamente, entre outras, as seguintes componentes:”

al. b) “Definição, através de planos, programas e directrizes, das prioridades de intervenção ao nível da conservação, recuperação, acrescentamento, investigação e divulgação do património cultural;”

al. d) “Definição das relações e aplicação dos instrumentos de cooperação entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com os principais detentores de bens culturais e com as populações;”

al. e) “Definição dos modelos de articulação da política do património cultural com as demais políticas sectoriais;”

al. f) “Definição de modelos de aproveitamento das tecnologias da informação e comunicação.”

Título V, Do regime geral de protecção dos bens culturais

Cap. I Disposições gerais

Secção I Direitos e deveres especiais

art.º 22.º Deveres especiais da Administração

1 - “O Estado deverá promover a existência e adequada estruturação e funcionamento de um sistema nacional de informação do património cultural, através da implantação, compatibilização e progressiva interoperatividade das diferentes redes de bases de dados.”

Continua

Título VI, Do regime geral de valorização dos bens culturais

art.º 70.º Componentes do regime de valorização

al. b) “A pesquisa e a investigação;”

al. d) “O acesso e a fruição;”

al. e) “A formação;”

al. f) “A divulgação, sensibilização e animação.”

art.º 71.º, Instrumentos,

al. f) “Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis;”

al. g) “Os programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação;”

al. j) “Os programas de apoio à acção educativa”.

CD.2)

Documentos jurídico-públicos Tipo X)

X) Documentos de Políticas culturais em sentido restrito

X.1) Documentos genéricos

■ Legislação Orgânica ou Geral sobre Museus

■ Decreto-lei n.º 34/80, de 2 de Agosto, D.R. I Série (n.º 177, pp. 1990-2009)

Preâmbulo

“(…) a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), (…) § (…) ao Estado pertence a obrigação de salvaguarda, no sentido mais amplo do termo, do património cultural do povo português, o Instituto ora estruturado implica também o apelo à comunidade, (…) para que colaborem abertamente neste esforço ingente de preservação dos bens culturais que ainda restam. (…) também ele representa um desafio à capacidade realizadora dos homens, sobretudo das gerações actuais, às quais se transmite uma missão ideal e patriótica que os obrigará e responsabilizará perante as gerações vindouras.”

Nos articulados

Cap. I, Natureza e atribuições

art.º 3º Exercício das atribuições,

1)

“Estabelecer padrões adequados e critérios para os trabalhos de detecção, defesa e conservação, valorização, aproveitamento, fruição e divulgação dos bens culturais, dentro dos conceitos da política adoptada do domínio do património, de acordo com a definição de bens culturais expressa neste diploma.”

12)

“Promover a sensibilização e a participação das populações e das entidades locais, públicas e privadas, na salvaguarda do património cultural, como intervenientes importantes e imprescindíveis na solução dos respectivos problemas.”

13)

“Promover condições de fruição desse património por parte da comunidade, nomeadamente através da aplicação do conceito de conservação integrada.”

21)

“Promover e subsidiar iniciativas respeitantes ao património cultural, nomeadamente missões, visitas, viagens de estudo, exposições, espectáculos, concertos, cursos, conferências, concursos, congressos, bem como a edição de livros e documentos, discos, fitas gravadas e diapositivos, a realização de filmes de interesse cultural, a encomenda, feitura e aquisição de obras de arte, sem prejuízo da competência específica, nestes domínios, de outros serviços da Secretaria de Estado da Cultura.”

No Preâmbulo

“ (...) política museológica integrada, que simultaneamente optimize o museu de per si”;

“ (...) definição de uma correcta e coerente política museológica”;

“ (...) programas culturais coerentes e articulados”;

Nos articulados

Cap. I, Natureza e atribuições

art.º2ª Atribuições,

al. a)

“Contribuir para a política museológica do país”

Cap. II, órgãos, serviços e suas competências

art.º8ª Direcção de Serviços de Museus, Património Móvel e Imaterial,

2) “ (...) compreende as seguintes divisões”

al. a)

“Divisão de Museus”

3) “À Divisão de Museus compete especialmente:”

al. h)

“ (...) promover e subsidiar iniciativas respeitantes ao património cultural móvel, nomeadamente missões, visitas e viagens de estudo, exposições, espectáculos, conferências, concursos e congressos, bem como a edição de livros, de publicações escritas ou audiovisuais e a aquisição de obras de arte, sem prejuízo das atribuições específicas que nestes domínios caibam a outros serviços públicos”.

No Preâmbulo

“ (...) privilegiar (...) as relações com os diversos ramos do saber (...), quer nos sectores científico e técnico, quer no das artes (...); “ (...) o objecto museológico ultrapassou as barreiras das temáticas tradicionais e nas últimas décadas ensaiaram-se as mais variadas formas de interpretação e divulgação.”; “ (...) forte incentivo à investigação e à colaboração com entidades especializadas, sem as quais não há garantia de políticas integradas de valorização, de incorporação e de gestão das colecções museológicas.”; “ (...) produzir, sem qualquer tipo de dogmatismo, reflexão teórica e definir padrões de qualidade que contribuam para o progresso da museologia portuguesa.”

Nos articulados

Cap. I, Natureza e atribuições

art.º3ª Atribuições e competências,

1) atribuições

al. d)

“Promover e apoiar actividades de pesquisa e estudo dos bens culturais móveis com interesse para o conhecimento e valorização do património cultural português”

al. g)

“Contribuir para a definição e execução de uma política de divulgação dos bens culturais móveis”;

2) competências

al. c)

“Promover e apoiar iniciativas respeitantes ao estudo, inventário, valorização e divulgação do património cultural móvel”;

al. f)

“Promover, de forma integrada, o estudo, a gestão e a divulgação das colecções que lhe estejam afectas”;

al. q)

“Fomentar o desenvolvimento da investigação, designadamente nos domínios da história, história de arte, etnologia, arqueologia, musicologia, museologia e da conservação, em articulação com as universidades e outros centros de investigação”;

al. t)

“Celebrar protocolos e contratos de prestação de serviços com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que tenham por objectivo a conservação, o estudo, a exposição, a edição e outras formas de divulgação do património cultural móvel”;

Cap. II, órgão e serviços

art.º11ª Direcção de Serviços de Museus,

2) Compreende a

al. b)

“Divisão de Divulgação”

4) compete à Direcção de Serviços de Museus, através da Divisão de Divulgação,

al. a)

“Promover e apoiar iniciativas respeitantes ao estudo, valorização e divulgação do património cultural móvel, nomeadamente exposições, edições, produtos áudio-visuais, conferências, reuniões científicas, itinerários culturais e outras iniciativas afins”;

al. b)

“Assegurar a edição de publicações e produtos *multimédia* no âmbito da investigação, inventário e divulgação das colecções nacionais”;

al. c)

“Propor protocolos e acordos nas áreas de divulgação do património cultural móvel”;

al. e)

“Assegurar a promoção e distribuição de publicações e outros produtos de divulgação das colecções”;

Preâmbulo

[O museu é definido] “ (...) como lugar de estudo, conservação e valorização de colecções relevantes de bens culturais móveis mas aberto à diversificação das formas de interpretação e divulgação dos testemunhos históricos e da herança cultural, de acordo com as solicitações e expectativas das vivências contemporâneas e da defesa das suas particularidades significantes.”

Nos articulados

Cap. I, Natureza e atribuições

art.º3.º Objecto e atribuições,

1) é objecto do IPM:

al. b)

“Promover o estudo, a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património cultural móvel nacional, enquanto fundamento da memória colectiva e individual, factor de identidade nacional e fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica”;

al. f)

“Promover a qualidade dos museus enquanto espaços de conhecimento e de comunicação, garantindo o cumprimento das respectivas atribuições, no reconhecimento de que os museus revestem a natureza de serviço público”;

al. j)

“Assegurar a divulgação, no estrangeiro, do património cultural móvel português, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no quadro da representatividade em vigor, designadamente através da realização de exposições”.

2) atribuições:

al. g)

“Criar ou acompanhar a execução de programas de apoio através de protocolos e contratos-programa com outras entidades públicas e privadas que visem incentivar a requalificação e valorização dos espaços museológicos, a investigação e desenvolvimento, o inventário, valorização e divulgação do património cultural móvel”;

al. j)

“Promover e apoiar actividades e projectos de investigação e desenvolvimento no âmbito do património cultural móvel, designadamente nos domínios da história, história da arte, etnologia, arqueologia, musicologia, museologia e da conservação, em articulação com as universidades e centros de investigação científica”;

al. s)

“Celebrar protocolos e contratos de prestação de serviços com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que tenham por objectivo a conservação, o estudo, a exposição, a edição e outras formas de divulgação do património cultural móvel”.

Cap. II, Órgãos e serviços

art.º8.º Direcção,

1) competências:

al. b)

“Executar as grandes linhas programáticas de actuação definidas para o sector, designadamente no estudo, inventário, conservação, requalificação, valorização e divulgação do património cultural móvel, e proceder à avaliação das acções empreendidas”.

art.º12ª Direcção de Serviços de Museus,

n.º 1 competências:

al. a)

“Elaborar, coordenar e acompanhar a execução do plano de actividades do IPM e assegurar o cumprimento dos planos de actividades dos serviços dependentes, nomeadamente nas áreas de estudo, conservação e divulgação das colecções, formação e serviços de educação, manutenção e requalificação de espaços, difusão de informação, lojas dos museus e obtenção de patrocínios”;

al. c)

“Promover acções de formação e de estudo e de divulgação do património cultural móvel”.

n.º 2 divisões:

al. b)

“Divisão de Divulgação e Formação”

continua

n.º 4 Divisão de Divulgação e Formação:

al. a)

“Promover e apoiar iniciativas respeitantes ao estudo, valorização e divulgação do património cultural móvel, nomeadamente exposições, edições, produtos áudio-visuais, conferências, reuniões científicas, itinerários culturais e outras iniciativas afins”;

al. b)

“Assegurar a edição de publicações e produtos *multimédia* no âmbito da investigação, inventário e divulgação das colecções nacionais ou de outras colecções de reconhecido valor e interesse”;

al. c)

“Propor protocolos e acordos nas áreas de divulgação do património cultural móvel”;

al. e)

“Elaborar programas de formação nas áreas de competência do IPM, de acordo com as estratégias definidas, através de iniciativas próprias ou ainda em parceria com organismos públicos ou privados com vocação e competências afins”;

al. g)

“Desenvolver acções de captação de públicos específicos, em colaboração com outras entidades, designadamente escolas e universidades”.

■ **Despacho conjunto n.º 616/2000, de 5 de Junho, D.R. II Série** (n.º 130, pp. 9633-9634)

No Preâmbulo

“ (...) para que os museus possam cumprir cabalmente as suas importantes funções, em termos de salvaguarda das memórias e heranças colectivas e da indispensável participação na vida social e cultural das comunidades.”

Nos articulados

5.º À estrutura de projecto compete:

al. b)

“Elaborar programas de apoio a museus, nas áreas de requalificação e valorização dos espaços museológicos, investigação e desenvolvimento, formação, inventário e informatização de acervos e colecções, valorização e divulgação do património cultural móvel”.

Regulamento de Apoio à Qualificação de Museus,

Art.º 3.º Objectivos Gerais

al. b)

“Incentivar o desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus, nomeadamente no que respeita ao estudo, à conservação e à divulgação do respectivo património e ao cumprimento da sua missão social”;

al. c)

“Promover a qualificação dos museus, designadamente dos seus espaços funcionais, dos seus serviços técnicos e das suas actividades dirigidas aos públicos”.

Art.º 10.º Critérios de Avaliação

al. b)

“Coerência entre a candidatura e o desenvolvimento do museu tutelado pela entidade candidata, designadamente a missão do museu, o seu programa museológico, a preservação e a valorização das colecções e acervos e o cumprimento da sua função social, o que poderá ser verificado complementarmente através da candidatura à adesão à RPM”.

Lista dos programas e subprogramas

Quadro 1 - Programa de Apoio à Programação Museológica

[nos objectivos específicos salienta-se:] “Estimular a divulgação das colecções com base no seu estudo e investigação.”

[nas despesas elegíveis salienta-se:] “Produção e divulgação dos materiais escritos resultantes da investigação.”

Quadro 2 – Programa de Apoio à Investigação e ao Estudo das Colecções

[nos objectivos específicos salienta-se:] “Promover o conhecimento das colecções”; “Estimular a divulgação das colecções com base no seu estudo e investigação.”

[nas despesas elegíveis salienta-se:] “Produção e divulgação dos materiais escritos resultantes da investigação.”

Quadro 3 – Programa de Apoio a Acções de Comunicação*

- Subprograma de apoio a acções de acolhimento e de comunicação,

[nos objectivos específicos salienta-se:] “Promover a comunicação entre o museu e os públicos, enquanto uma das principais funções museológicas”; “Estimular a definição dos públicos alvo e o seu conhecimento.”

- Subprograma de apoio a projectos educativos

[nos objectivos específicos salienta-se:] “Promover a melhoria das condições de recepção e de acolhimento dos públicos”; “Promover acções de âmbito educativo, não apenas dirigidas ao público escolar mas também a outros públicos pertencentes a grupos etários e sociais diferenciados”; “Promover o desenvolvimento de acções integradas de articulação do museu com as comunidades envolventes, dinamizando a comunicação e o conhecimento mútuo”

* Note-se que são estes os programas especificamente referentes ao “acolhimento, comunicação e âmbito educativo.”

■ **Despacho conjunto n.º 1062/2003, de 27 de Novembro, D.R.II Série (n.º 275, p. 17701)**

“ (...) destacando-se como prioritária a articulação entre os Ministérios da Educação e da Cultura.”

“Os Ministérios da Educação e da Cultura, sabendo que os hábitos culturais se devem adquirir e desenvolver cada vez mais cedo, consideram essencial o papel da escola, entendendo-a como uma entidade dinâmica e interactiva onde alunos, famílias e pessoal docente e não docente, apostados numa educação de qualidade, privilegiam a valorização da identidade cultural e afirmam as responsabilidades mais amplas da comunidade educativa.”

“ (...) consideram-se como prioritárias as intervenções conjuntas no âmbito da formação de professores e da sensibilização de crianças e jovens para as diferentes realidades do património cultural português. § Concretamente, os Ministérios da Educação e da Cultura entendem dever elaborar um roteiro de museus e sítios, apoiar a presença de docentes nos serviços educativos dos museus e fomentar as acções de formação de docentes na área da arte e do património edificado enquanto elementos chave de actividades a desenvolver nos domínios curricular e extra-curricular.”

“ (...) nomeadamente a museológica, do estreitamento da ligação entre escolas – públicas e particulares – e sítios e monumentos e do reforço da componente educativa das estruturas culturais, incluindo as ligadas à criação contemporânea.”

ANEXO B

Quadros de especificação do Corpus Documental 1

A análise de conteúdo de políticas culturais circunscritas a documentos em sentido restrito dirigidas de modo específico a museu e que incluam o tema da educação segue o objectivo de compreender as concepções sobre a educação em museus. Este propósito implica procurar e interpretar o sentido das políticas vertido em cada documento para o que tivemos em consideração várias unidades de registo, que pudessem ser associados a concepções sobre a educação em museus. Em simultâneo extraímos unidades de contexto em cada documento, que consideramos enquadrarem-se no sentido interpretativo dado a cada termo definido. O mesmo termo identificado em documentos diferentes pode assumir significados diferentes. A ordem de apresentação dos documentos é cronológica.

CD.1)

Documentos jurídico-públicos Tipo X)

X) Documentos de Políticas culturais de sentido restrito

X. 2) Documentos específicos

Unidades de registo e de contexto

■ Legislação específica sobre Museus

Diplomas anteriores a 1974

■ Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de Dezembro de 1965, D.R. I Série (n.º 286, pp. 1696-1705)

- **Missão:** a educação pertence ao domínio dos princípios fundamentais da política museológica. Relaciona-se missão científica (de conservação) com missão educativa e social (expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras conservadas).

Preâmbulo

“dupla missão (...) assegurar a conservação das obras de arte que foram retiradas do quadro para que tinham sido concebidas e executadas; e expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras que nele são conservadas, o que significa que os museus de arqueologia e belas-artes devem desempenhar uma missão científica e artística ao mesmo tempo que uma missão educativa e social.”

- **Visitante/Comunidade/Público:** são três expressões para designar a entidade principal a quem se dirige o museu numa perspectiva educativa e social. Percebemos que o sentido a dar a cada uma delas nos remete para a ideia de que o visitante é a entidade que já está no museu, com quem se vai trabalhar em efectivo, o público são os que podem visitar o museu, a comunidade são todas as pessoas.

Preâmbulo

“(...) atrair visitantes e sobre eles exercer uma acção pedagógica eficiente.”

“O museu deve ser um organismo cultural ao serviço da comunidade.”

Cap. II, art.º 21º, sobre a organização e funcionamento

“As horas de abertura e encerramento das salas de exposição dos museus serão fixadas pela Direcção-Geral, ouvidos os directores, por forma a darem-se ao público todas as possíveis facilidades de visita.”

- **Papel educativo e social [Objectivos da função educativa atendendo a dois tipos de público]:** interpretamos a referência ao papel educativo e social citado no texto do diploma como a explanação dos objectivos da função educativa dos museus. Trata-se de esclarecer o que se pretende com o funcionamento do museu para que este cumpra a missão educativa e social, por equiparação ao que se passa noutros países desenvolvidos, à modernidade e às necessidades do público que lhes são pré-determinadas. Julgamos tratar-se de objectivos que fundamentam a função educativa do museu em relação à especificidade de dois tipos de público, as “camadas populares e escolares” (o operário, o estudante da escola primária ou secundária, o não iniciado) e os “escóis” (homem realmente culto). Para os primeiros o museu deve atrair, formar o gosto, proporcionar educação artística, apelar aos sentidos e formar o espírito. É este considerado um novo público a ser chamado ao museu. Para os segundos o museu deve permitir que ele recolha todas as lições susceptíveis de lhe serem proporcionadas. É este considerado um público já interessado.

Preâmbulo

“Só depois da primeira grande guerra, sob a influência do exemplo americano, o papel educativo e social dos museus foi ganhando verdadeiro sentido. § Em quase todos os países da Europa se iniciaram movimentos tendentes a atrair às salas de exposição as camadas populares e escolares para lhes formar o gosto e lhes proporcionar educação artística. § Por outro lado, as condições da vida moderna, e seu ritmo apressado, que infelizmente dificulta não raro as leituras extensas, a preferência cada dia mais decidida pelas formas de aquisição de conhecimentos que fazem apelo aos sentidos, como a ilustração e o cinema, tudo contribui fortemente para realçar o museu como instrumento de formação de espírito. § Simplesmente, o novo público tem exigências próprias que estão muito longe de se confundir com as dos escóis. § A mera contemplação da obra de arte pode permitir ao homem realmente culto recolher todas as lições que ela é susceptível de propiciar. § Não é assim com o operário, com o estudante da escola primária ou secundária, com o não iniciado. O público não iniciado (...) precisam de ser esclarecidos e preparados, de receber, em termos que lhes sejam acessíveis, Sem isso, da sua passagem pelo museu ficará apenas a lembrança vaga e imprecisa de um outro estremecimento a que nem as sensibilidades menos apuradas conseguem escapar perante certas notas de beleza.”

- **Finalidades gerais dos museus [Objectivos para público em geral]:** Os museus são considerados, tendo em conta as suas finalidades gerais, centros-activos de divulgação cultural/organismos-vivos capazes de suscitar interesse, realizar trabalhos de indagação: através destes objectivos, temos a caracterização dos museus segundo uma vertente social que podemos designar também de educativa, segundo o que já foi esclarecido noutros termos indicados, a dinamização da relação museu-público no sentido de dar visibilidade à acção do museu pressupõe mecanismos de interacção e acção de mediação sócio-educativa. O que é social é a identidade orgânica do museu, é um centro activo e organismo vivo, ou seja, em permanente construção no trabalho com o público; a educação é a identidade funcional, cabe solicitar o público, esclarecê-lo, suscitar interesse, bem como realizar trabalhos de indagação artística, histórica e arqueológica e facultar elementos de estudo. Se o social e o educativo no museu pressupõe-se mutuamente e até tomam em simultâneo as mesmas finalidades é por causa do público, logo é o social que justifica o educativo. Trata-se também do modo de organização e funcionamento em relação à finalidade geral das exposições a organizar atendendo ao público, compreendemos as duas designações no sentido de objectivos, pois vêm complementar o que foi dito anteriormente, só que desta vez sem especificar os públicos mas considerando-o na generalidade. Julgamos caber na dimensão educativa, para qualquer tipo de público, as referências à formação do espírito, à educação da sensibilidade e à problematização artística, histórica e arqueológica.

Preâmbulo

“que os nossos museus sejam organismos vivos, tão aptos para suscitar o interesse do estudioso e do conhecedor como do público em geral.”

Cap. I, art.º 5º, sobre as finalidades gerais dos museus, al. 2),

“Expor ao público as espécies que melhor possam contribuir para a formação do seu espírito e para a educação da sua sensibilidade”;

Cap. I, art.º 5º, sobre as finalidades gerais dos museus, al. 3),

“Realizar trabalhos de indagação artística, histórica e arqueológica e facultar elementos de estudo aos investigadores”;

Cap. I, art.º 5º, sobre as finalidades gerais dos museus, al. 4),

“Constituírem-se em centros activos de divulgação cultural, solicitando constantemente o público e esclarecendo-o.”

Cap. II, art.º 24º, sobre a organização e funcionamento,

“atrair a atenção do público para problemas de ordem artística, histórica e arqueológica.”

- **Acesso [Objectivos para tipos de público específico]:** apenas consideramos este termo uma vez que a especificidade do público, referido quanto ao acesso aos museus no âmbito da sua organização e funcionamento, encontra-se na proveniência ligada ao ensino/estudo/investigação. Contudo tirando este factor o modo de organização e funcionamento aqui explicitado não parece ter correlação com a função educativa propriamente dita, trata-se da gratuitidade a professores e alunos de Universidades, Escolas Superiores de arte decorativas; gratuitidade em visitas de estudo a professores e alunos de qualquer ramo e grau de ensino; gratuitidade em elementos de estudo a investigadores de irrepreensível conduta cívica e reconhecida probidade científica.

Cap. II, art.º 22º, sobre a organização e funcionamento,

§2º “Os professores e alunos das Universidades, das escolas superiores de belas-artes e das escolas de artes decorativas terão acesso gratuito aos museus, mediante a apresentação do respectivo bilhete de identidade.”

§3º “Serão admitidos gratuitamente nos museus, em visita de estudo, os professores e alunos de qualquer ramo e grau de ensino, mediante simples comunicação dos respectivos reitores ou directores ao director do museu, que fixará, de acordo com aqueles, a hora da visita e o número de visitantes de cada turno.”

§4º “Serão também gratuitas as visitas a que se refere o art.º 25º [visitas colectivas] e aquelas que o Ministério da Educação Nacional, em atenção à sua finalidade, à categoria dos visitantes ou a outras razões especiais, assim determinar.”

Cap. II, art.º 23º, sobre a organização e funcionamento,

“Sem prejuízo dos serviços ordinários, os museus facultarão gratuitamente aos investigadores de irrepreensível conduta cívica e reconhecida probidade científica todos os elementos de estudo que possuam.”

- **Cooperação escolar:** pela relação com as escolas, em especial mediante a função de coadjuvar as Universidades e Escolas Superiores de Belas Artes. Não se esclarece contudo quais os mecanismos de cooperação e em que podem coadjuvar, podemos subentender pelas outras finalidades dos museus já citadas, por correspondência ao artigo 5º, que esta cooperação abarca as finalidades gerais que associamos à educação, de formar o espírito, sensibilizar, realizar trabalhos de indagação e facultar elementos de estudo, bem como solicitar e esclarecer o público.

Cap. I, art.º 7º, sobre os museus e sua finalidade

“Os museus são órgãos de cooperação escolar, com a função de coadjuvar as Universidades e as escolas superiores de belas artes nos estudos de arte, história e arqueologia.”

- **Publicação/Venda [comercialização]/Propaganda:** os materiais publicados para divulgação são em simultâneo para venda e propaganda.

Cap. II, art. 19º, sobre a organização e funcionamento

“Cada museu promoverá a publicação de catálogos e guias, periodicamente reeditados e destinados à venda, e deverá editar opúsculos de propaganda e reproduções comentadas das obras expostas.”

- **Processos [Práticas educativas]:** são os mecanismos e instrumentos de acção educativa. São dados vários exemplos como exposições, roteiros, catálogos e folhetos ilustrados, visitas colectivas orientadas, contactos estreitos e constantes com as escolas, conferências, etc., há uma referência sobre quem tem a responsabilidade de desempenhar funções educativas no museu no que respeita às visitas, mesmo assim não pressupõe uma equipa destacada, pois são técnicos dos museus ou outras pessoas idóneas.

Preâmbulo

“ (...) criteriosa selecção e uma sóbria e atraente apresentação artística,”

“Os roteiros, catálogos e folhetos ilustrados, as conferências, as exposições temporárias e sobretudo as visitas colectivas orientadas por comentadores qualificados e os contactos estreitos e constantes com as escolas são os processos a que para esse efeito se tem recorrido em países que nos podem servir de exemplo.”

Cap. II, art.º 8º, sobre a organização e funcionamento

“Para efeitos de estudo e exposição o recheio dos museus distribuir-se-á por secções adequadas à índole de cada um.”

Cap. II, art.º 24º, sobre a organização e funcionamento,

“Os museus promoverão a realização, nas suas salas de exposições temporárias e conferências (...)”

Cap. II, art.º 25º, sobre a organização e funcionamento,

“Incumbe ainda aos museus organizar visitas colectivas, orientadas, às suas colecções e estimular, por todos os meios ao seu alcance, a organização delas por quaisquer outras entidades e promover que se multipliquem as previstas § 3º art. 22º

Cap. II, § único, sobre a organização e funcionamento,

“A orientação destas visitas caberá ao pessoal técnico dos museus ou a outras pessoas idóneas.”

Diplomas entre 1974-2004

■ Decreto-Lei nº 45/80, de 20 de Março, D.R. I Série (n.º 67, pp. 493-501)

- **Atribuições/Natureza/Fins [Definição e Finalidades de Museus]:** no articulado surgem conceitos relevantes que permitem definir os museus e que são o carácter de permanência, a prestação de serviço à sociedade e ao seu desenvolvimento, o não terem fins lucrativos e o estarem abertos ao público. Contribuem ainda para essa definição a especificidade das finalidades dos museus são o estudo, a educação e o recreio. A educação é considerada assim um dos fins da política museológica pelo que podemos concluir que ela aparece incluída, mesmo que não referenciada explicitamente, nos vários objectivos e funções que o museu deve desenvolver no âmbito da sua política global.

Cap. I, art.º 1º, sobre as atribuições e natureza dos museus, n.º 1,

“Os museus são instituições permanentes, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, sem fins lucrativos e abertos ao público, que fazem investigação sobre os testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, ao mesmo tempo que os adquirem, conservam e muito especialmente os expõem para fins de estudo, educação e recreio.”

- **Objectivos/Áreas de intervenção dos Museus:** no articulado sobre as atribuições dos museus, que os define, destacam-se as concretizações práticas dos museus, expressas no sentido do “fazer”, e que percebemos serem os objectivos dos museus pelo que vem enunciado no artigo seguinte, são a investigação, a aquisição, a conservação e a exposição. Estes objectivos enquadram-se em áreas específicas da ciência museológica e em nenhuma delas aparece o conceito de educação.

Cap. I, art.º 1º, sobre as atribuições dos museus, n.º 1,

“ (...) fazem investigação sobre os testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, ao mesmo tempo que os adquirem, conservam e muito especialmente os expõem (...)”

Cap. I, art.º 1º, sobre as áreas de intervenção nas atribuições dos museus, al. 2,

“Os objectivos mencionados no artigo anterior exercem-se no domínio da ciência museológica, nomeadamente nas áreas de: a) Museografia; b) Investigação; c) Acção cultural.”

- **Competências genéricas no domínio da acção cultural:** o documento não usa o termo “função” contudo é possível deduzi-lo das competências genéricas mencionadas nas várias áreas de trabalho dos museus, sendo a acção cultural a área que nos parece ter mais conexões com a educação nos museus, apesar de

esta não explicitamente referida. A acção cultural indica essencialmente o trabalho de dinamização e comunicação do museu com o público. Portanto mais do que a educativa, mesmo que esteja implicada, é a função social que determina o que possamos entender por acção cultural.

Cap. I, art.º 2º, sobre a competência genérica dos museus, n.º 3,

“Compete aos museus, no domínio da acção cultural: a) dinamizar as relações do museu com o público, por todos os meios ao seu alcance (...); b) organizar actividades culturais por forma sistemática e regular, (...); c) promover a divulgação das espécies (...).”

- **Público/Sociedade:** entidade principal a quem se dirige o museu. Entre outras razões enunciadas no preâmbulo para a necessidade de criar este diploma destacamos o desenvolvimento dos museus quanto às suas relações com o público. Pelo que se assinala o público como factor causal do trabalho dos museus.

Preâmbulo

“o crescente desenvolvimento dos museus (...) nestes últimos anos (...), sobretudo nas relações com o público.”

Cap. I, art.º 1º, sobre as atribuições dos museus, n.º 1,

“ao serviço da sociedade (...), abertos ao público (...).”

- **Colaboração [tipos de público]:** os tipos de público referenciados permitem-nos reconhecer a amplitude dos mesmos são os estabelecimentos de ensino (em geral), as associações culturais e profissionais, e as demais entidades públicas e privadas, terminada assim a referência aos tipos de público com quem o museu pode estabelecer colaboração é caso para dizer que tudo cabe.

Cap. I, art.º 2º, sobre a competência genérica dos museus, n.º 3,

“(...) em colaboração com estabelecimentos de ensino, associações culturais e profissionais e demais entidades públicas ou privadas”

- **Meios/Actividades da acção cultural [Práticas educativas]:** consideramos os meios e as actividades - enunciadas (exposições, conferências, concertos, visitas guiadas, meios gráficos e áudio-visuais e publicação de estudos) e por enunciar (as que se fazem por forma sistemática e regular) - como mecanismos e instrumentos que permitem as práticas educativas porque é nesse âmbito que costumam ser enquadradas, logo subentendemos que fazem parte dos serviços de educação dos museus, embora no diploma em análise façam parte do que se chama área de acção cultural.

Cap. I, art.º 2º, sobre a competência genérica dos museus no domínio da acção cultural, n.º 3,

“a) (...) por meio de exposições, conferências, concertos e visitas guiadas; b) (...) actividades culturais por forma sistemática e regular, (...); c) (...) por meios gráficos e áudio-visuais, bem como pela publicação dos estudos conduzidos no domínio da investigação.”

- **Monitor na acção cultural:** apenas há uma referência sobre quem tem a responsabilidade de desempenhar funções educativas no museu no que respeita à acção cultural, mesmo assim não pressupõe uma equipa destacada, são técnicos-profissionais dos museus intitulados de monitores. Destaca-se pela segunda vez no diploma a palavra educação, por referência à acção cultural, pelo que nos parece ser mais uma justificação para enquadrarmos nesta área as concepções sobre a educação nos museus.

Cap. I, Secção IV sobre a Carreira técnico-profissional art.º 23º, sobre os monitores, n.º 1,

“O monitor colabora na acção cultural do museu, exercendo junto do público funções de educação, animação e informação.”

■ Lei n.º 47/2004, 19 de Agosto, D.R. I Série (n.º 195, pp. 5379-5398)

- **Conceito /Objectivos de Museu [Definição e objectivos de Museu]:** os conceitos relevantes que permitem definir o que é um museu são o carácter de permanência, não terem fins lucrativos, estrutura organizacional. Contribuem ainda para essa definição a especificidade das finalidades, dos objectivos, das características e das funções do museu. É um conceito de aplicação alargada que se percebe desde logo pelo uso da expressão “museu” quer no singular quer no plural bem como pela extensão da aplicabilidade do diploma a entidades quer públicas quer privadas. A educação remete aos objectivos educativos, entre outros que o museu deve atender.

Cap. I, art.º 3º sobre o conceito de museu, n.º 1,

“Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através de investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”

- **Função/Fins de educação do museu:** a educação aparece de modo específico, destacada de outras funções que lhe poderiam ser associadas como o estudo e investigação, e a interpretação e exposição. Note-se que “o estudo e a investigação” são consideradas em conjunto como uma das funções do museu, e aquela

que é capaz de fundamentar as outras, sendo que desde logo a essa função subjazem finalidades educativas.

Cap. II, Secção I, art.º 7º sobre as funções do museu, al. g),
“Educação.”

Cap. II, Secção II, art.º 8º sobre a função de estudo e investigação,

“ (...) fundamentam as acções desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, designadamente (...) para fins de (...) de educação.”

- **Função educativa [Objectivos da função educativa]:** entendemos que o conjunto de articulados sobre a educação permitem discernir os objectivos da função educativa associada aos programas de mediação cultural. Destaca-se que a educação visa contribuir para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais, promover o respeito pela diversidade cultural, concretizar a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos.

Cap. II, Secção VIII, art.º 42º sobre a educação, n.º 1,

“O museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais.”

Cap. II, Secção VIII, art.º 42º sobre a educação, n.º 2,

“O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos.”

- **Pessoa/Cidadãos/Público/Sociedade/Comunidade/Públicos:** são múltiplas as designações da “entidade” a quem se dirige o museu e a função de educação no museu. Note-se que articulado que trata em específico da educação no museu surge a expressão “comunidade” e “públicos”. Os termos sugerem uma correspondência à diversidade e multiplicidade de pessoas com quem os museus se relacionam, assim temos também em sentido singular, por referência à expressão “pessoa” e em sentido plural, por referência à expressão “sociedade” a mesma amplitude terminológica. O que se verifica no enunciado de princípios da política museológica, no conceito de museu e de educação, é que o serviço do museu é público, na valorização da pessoa, na fruição e criação cultural para todos os cidadãos, logo para a sociedade em geral.

Cap. I, art.º 2º sobre os princípios da política museológica, al. a) a i) ,

“princípio do primado da pessoa, através da afirmação dos museus como instituições indispensáveis para o seu desenvolvimento integral e a concretização dos seus direitos fundamentais”;

“Princípio da promoção da cidadania responsável, através da valorização da pessoa, para a qual os museus constituem instrumentos indispensáveis no domínio da fruição e criação cultural, estimulando o empenhamento de todos os cidadãos na sua salvaguarda, enriquecimento e divulgação”;

“Princípio de serviço público, através da afirmação dos museus como instituições abertas à sociedade”;

“Princípio da coordenação, através de medidas concertadas no âmbito da criação e qualificação de museus, de forma articulada com outras políticas culturais e com as políticas da educação, da ciência, do ordenamento do território, do ambiente e do turismo”;

“Princípio da transversalidade, através da utilização integrada de recursos nacionais, regionais e locais, de forma a corresponder e abranger a diversidade administrativa, geográfica e temática da realidade museológica portuguesa”;

“Princípio da informação, através da recolha e divulgação sistemática de dados sobre os museus e o património cultural, com o fim de permitir em tempo útil a difusão o mais alargada possível e o intercâmbio de conhecimentos, a nível nacional e internacional”;

“Princípio da supervisão, através da identificação e estímulo de processos que configurem boas práticas museológicas, de acções promotoras da qualificação e bom funcionamento dos museus e de medidas impeditivas de destruição, perda ou deterioração dos bens culturais neles incorporados”;

“Princípio de descentralização, através da valorização dos museus municipais e do respectivo papel no acesso à cultura, aumentando e diversificando a frequência e a participação dos públicos e promovendo a correcção de assimetrias neste domínio”;

“Princípio da cooperação internacional, através do reconhecimento do dever de colaboração, especialmente com museus de países de língua oficial portuguesa, e do incentivo à cooperação com organismos internacionais com intervenção na área da museologia”.

Cap. I, art.º 3º sobre o conceito de museu, n.º 1, al. b),

“Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”

Cap. II, Secção VIII, art.º 42º sobre a educação, n.º 2,

“ (...) participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos.”

- **Visitantes/Utentes:** esta designação é dirigida em específico para os que já frequentam o museu. É fundamental o registo de visitantes pelo facto de o museu ser um prestador de serviço público, no sentido de melhorar a qualidade do funcionamento e atender às necessidades dos utentes, o que supomos ser relevante para a função educativa que existe para servir o público.

Cap. IV, art.º 56º sobre a registo de visitantes, n.º 1,

“Devem ser registados os ingressos de visitantes do museu e dos utentes de outros serviços, tais como centro de documentação, da biblioteca e das reservas.”

Cap. IV, art.º 56º sobre a registo de visitantes, n.º 2,
“O sistema de registo dos visitantes e utentes deve proporcionar um conhecimento rigoroso dos públicos do museu.”

Cap. IV, art.º 57º sobre a registo de visitantes,
“O museu deve realizar periodicamente estudos de público e de avaliação em ordem a melhorar a qualidade do seu funcionamento e atender às necessidades dos visitantes.”

- **Coordenação:** a educação não surge de um modo objectivo integrada em nenhum dos princípios definidos mas temos a palavra “educação” associada ao princípio da coordenação entre políticas, mas referindo-se à articulação de políticas sectoriais, em concreto as políticas culturais e as políticas de educação.

Cap. I, art.º 2º sobre os princípios da política museológica, al. d) ,

“Princípio da coordenação, através de medidas concertadas no âmbito da criação e qualificação de museus, de forma articulada com outras políticas culturais e com as políticas da educação, da ciência, do ordenamento do território, do ambiente e do turismo”

- **Articulações/Colaborações [Tipos de Público]:** por articulações entende-se o trabalho conjunto entre outros sectores da política do Estado, evidenciando as áreas da família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, juventude, turismo e combate à exclusão social; por colaborações evidencia-se também o trabalho conjunto entre ministérios, como o da educação, ciência e ensino superior com a cultura no quadro das acções de coordenação geral e por outro lado, a coordenação com as escolas. A partir do disposto sobre os programas e acções dos museus em articulação com as políticas sectoriais e em colaboração com o sistema de ensino percebemos a tipologia específica de alguns públicos a ter em conta na função educativa, o que leva a considerar, nas articulações sectoriais, a especificidade do público da família, da juventude (referida por duas vezes, no âmbito das políticas sectoriais e no âmbito do sistema de ensino) pessoas com deficiência, turistas e excluídos socialmente, bem como, nas colaborações com o sistema de ensino, o público escolar.

Cap. II, Secção VIII, art.º 42º sobre a educação, n.º 3,

“Os programas referidos no n.º 1 do presente artigo são articulados com as políticas públicas sectoriais respeitantes à família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, turismo e combate à exclusão social.”

Cap. II, Secção VIII, art.º 43º sobre a colaboração com o sistema de ensino, n.º 1,

“O museu estabelece formas regulares de colaboração e de articulação institucional com o sistema de ensino no quadro das acções de cooperação geral estabelecidas pelos Ministérios da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Cultura, podendo promover também autonomamente a participação e frequência dos jovens nas suas actividades.”

Cap. II, Secção VIII, art.º 43º sobre a colaboração com o sistema de ensino, n.º 2,

“A frequência do público escolar deve ser objecto de cooperação com as escolas em que se definam actividades educativas específicas e se estabeleçam os instrumentos de avaliação da receptividade dos alunos.”

- **Apoio específico/Cumprimento da função educativa:** o cumprimento da função educativa liga-se ao sentido de dar apoio aos visitantes do museu.

Cap. IV, art.º 58º sobre o apoio aos visitantes,

“O museu deve prestar aos visitantes informações que contribuam para proporcionar a qualidade da visita e o cumprimento da função educativa.”

Cap. IV, art.º 59º sobre o apoio a pessoas com deficiência, n.º 1,

“Os visitantes com necessidades especiais, nomeadamente pessoas com deficiência, têm direito a um apoio específico.”

- **Actividades [Práticas educativas]:** as actividades educativas podem ser consideradas como as práticas de operacionalização da função educativa, não aparecem contudo explicitadas quais são, percebemos de modo indirecto poderem também ser consideradas como material de divulgação e comercialização editado, pois este deve corresponder a propósitos educativos.

Cap. II, Secção VIII, art.º 42º sobre a educação, n.º 1,

“(…) actividades educativas (…).”

Cap. II, Secção VIII, art.º 43º sobre a colaboração com o sistema de ensino, n.º 2,

“(…) actividades educativas específicas (…).”

Cap. II, Secção VII, art.º 41º sobre a reprodução e actividade comercial, n.º 1,

“O museu garante a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos das respectivas publicações e das réplicas de objectos ou de espécimes, bem como da publicidade respectiva.”

ANEXO C

Quadros de especificação do Corpus Documental 2

A análise de conteúdo de políticas culturais circunscritas a documentos em sentido amplo, enquadrados no âmbito da cultura, mas que, de algum modo, permitam estabelecer um elo de ligação à temática da educação em museus, segue o objectivo de compreender as concepções sobre a educação em museus. Este propósito implica identificar expressões abrangentes, mas relevantes, na procura de um ou mais sentidos relativos ao tema central da investigação. Essas expressões, ou designações, extraídas de cada documento, serão agrupadas num quadro dividido em dois parâmetros, o geral: onde inscrevemos os itens que permitem inferir sobre a educação em museus de modo implícito; e o particular: onde colocamos os itens explicitamente dirigidos a museus com orientações implícitas acerca da educação. Este conjunto de itens permitem inferir as concepções implícitas e/ou expressas acerca da educação em museus pelo que a análise de conteúdo a aplicar remete à temática única e fundamental para esta investigação que é a educação nos museus segundo as políticas culturais/patrimoniais. A ordem de apresentação dos documentos é cronológica, do mais antigo para o mais recente.

CD.2)

jurídico-públicos Tipo Y)

Y) Documentos de Políticas culturais de sentido amplo

Y.1) Documentos genéricos

Temática: a educação nos museus segundo as políticas culturais/patrimoniais.

**Itens de inferência das concepções implícitas e/ou expressas extraídos do teor literal¹
dos documentos previamente seleccionados**

■ Constituição República Portuguesa e Leis de Revisão

| CRP | Constituição 1976 | Leis de Revisão 1982 |
|--------------------|---|---|
| Educação e Cultura | <ul style="list-style-type: none"> O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas; É um direito fundamental de todos o direito à educação e à cultura – pelo que o Estado promoverá a democratização. É um direito fundamental o património cultural – pelo que o Estado tem de o preservar, defender e valorizar. | <ul style="list-style-type: none"> É um direito fundamental a liberdade a aprender e ensinar – pelo que o Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas; É um direito fundamental de todos o direito à educação e à cultura – pelo que o Estado <i>promove</i> a democratização. É um direito fundamental a <i>fruição e criação cultural</i> – pelo que <i>todos</i> tem de preservar, defender e valorizar o <i>património cultural</i>. |
| Cultura | <ul style="list-style-type: none"> Incentivar e assegurar a vertente pública do acesso à cultura, a todos os cidadãos, em especial aos trabalhadores à fruição e criação cultural. | <ul style="list-style-type: none"> Incentivar e assegurar a vertente pública do acesso à cultura, a todos os cidadãos [corte] à fruição e criação cultural; <i>Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos, em especial dos trabalhadores, aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio;</i> <i>Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;</i> <i>Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais</i> |
| | <ul style="list-style-type: none"> Estado; Organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados, (os museus não sendo expressamente referidos podem por via da abrangência da expressão “outros meios adequados” ser aqui incluídos). | <ul style="list-style-type: none"> Estado; <i>Estado em colaboração com órgãos de comunicação social</i>, colectividades de cultura e recreio, <i>associações de defesa do património cultural</i>, organizações populares de base e outros <i>agentes culturais</i>, (os museus não sendo expressamente referidos podem por via da abrangência da expressão “outros agentes culturais” ser aqui incluídos). |

¹ Todas as expressões e frases que constam dos quadros foram retirados dos diplomas assinalados, para facilitar a leitura e para condensar a informação transcrita não se colocaram as citações entre aspas.

| CRP | Leis de Revisão 1989 | Leis de Revisão 1997 |
|--------------------|---|---|
| Educação e Cultura | Sem alterações | <ul style="list-style-type: none"> • É um direito fundamental a liberdade a aprender e ensinar – pelo que o Estado não pode [corte] programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas; • É um direito fundamental de todos o direito à educação e à cultura – pelo que o Estado promove a democratização. • É um direito fundamental a fruição e criação cultural – pelo que todos tem de preservar, defender e valorizar o património cultural. |
| Cultura | Sem alterações | Sem alterações |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Estado; Estado em colaboração com órgãos de comunicação social, <i>as associações e fundações de fins culturais, as</i> colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, <i>as organizações de moradores e</i> outros agentes culturais. | Sem alterações |

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| Programas de Governo | I Gov. Constitucional Ago. 76 (1 programa para 2 anos) | II Gov. Constitucional Fev. 78 (3 programas para 1 ano) |
| Enquadramento | <ul style="list-style-type: none"> Necessidades básicas da população | <ul style="list-style-type: none"> Necessidades básicas da população e qualidade de vida |
| Orientações gerais | <ul style="list-style-type: none"> Libertar a cultura Sentido de protecção do “acervo de «traços culturais»” Promoção do acesso à cultura – amplas camadas da população; modernizar concepções de cultura Intervir atendendo a caracterização das populações Colaboração entre diferentes organismos, nomeadamente com universidades e centros de investigação científica Práticas de animação cultural | <ul style="list-style-type: none"> Maior contacto entre agentes culturais e população Defender e valorizar património cultural português Actividades ligadas à promoção eficaz da salvaguarda do património cultural para agentes de ensino e outros interessados |
| Especificidades relativas aos museus | <ul style="list-style-type: none"> Nada a assinalar de relevante para a investigação | <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de uma carta museológica nacional |

| | | |
|--------------|---|--|
| Programas de | III Gov. Constitucional Set. 78 | IV Gov. Constitucional Dez. 78 |
|--------------|---|--|

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| Governo | (3 programas para 1 ano) | (3 programas para 1 ano) |
| Enquadramento | <ul style="list-style-type: none"> Qualificação a vida quotidiana (embora não se demarque esta associação logo no início do diploma) | <ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos padrões e da qualidade de vida (embora não se demarque esta associação logo no início do diploma) |
| Orientações gerais | <ul style="list-style-type: none"> Intensificar o desenvolvimento das actividades culturais Democratizar, descentralizar e reforçar a identidade cultural nacional Participação cultural de todos os cidadãos, a todos os níveis Atender camadas mais desfavorecidas no acesso aos meios e instrumentos de acção cultural Salvaguarda e valorização pela tomada de consciência do significado do património cultural (elemento vivificador da identidade cultural) Quebrar a separação entre a cultura de <i>elite</i>, a cultura de massa e a cultura popular; sentido de mobilização dos portugueses num projecto cultural nacional e no empenhamento em tarefas de salvaguarda Acções que provoquem o progressivo conhecimento e afirmação da identidade cultural nacional; Institucionalizar meios | <ul style="list-style-type: none"> Libertar a cultura [Implícito] Democratização cultural, pelo acesso e fruição igual para todos à cultura Reforço, consciência e preservação da identidade nacional mantendo vivo o património cultural Conservação, divulgação e utilização do património cultural português (global e em permanente devir) Anular os abismos ainda existentes entre as chamadas “culturas de escol”, “cultura popular” e “cultura de massas” Fruição pelas populações até agora mais desprotegidas Acções que provoquem salvaguarda do património, com vista à defesa, conservação, valorização, divulgação e utilização e sensibilização |
| Especificidades relativas aos museus | <ul style="list-style-type: none"> Prosseguimento da acção dos serviços educativos dos museus e lançamento de novos programas, nomeadamente no âmbito das manifestações do Ano Internacional da Criança – 1979 | <ul style="list-style-type: none"> Reestruturação de alguns museus existentes e planeamento de novas unidades museológicas, atendendo à sua integração no respectivo meio histórico, geográfico e social; prosseguimento da acção educativa em museus |

| | | |
|----------------------|--|---|
| Programas de Governo | V Gov. Constitucional Ago. 79 (1 programa para 1 ano) | VI Gov. Constitucional Jan. 80 (1 programa para 1 ano) |
|----------------------|--|---|

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| Enquadramento | <ul style="list-style-type: none"> (O enquadramento da cultura não recebe um título próprio, abre com a referência a “áreas de problemas” para os quais de ditam os objectivos e as medidas/sentidos de cultura: pluriforme, participativa, globalizante e inovadora | <ul style="list-style-type: none"> Educação e qualidade de vida |
| Orientações gerais | <ul style="list-style-type: none"> Articulações, nomeadamente com a política educativa Criação de pólos de vida cultural, social e geograficamente diversificada, em constante e dinâmica integração Reforço de consciência de uma cultura nacional comum (conjunto dinâmico e interrelacionado das práticas culturais na sua projecção histórica e geográfica) Quebrar a tradicional separação entre a cultura erudita, a cultura de massas e a cultura popular; utilização do conceito de práticas culturais (sentido mais pragmático sobre património cultural - Valorização, recuperação e continuidade de práticas culturais tradicionais e recentes) Participação na vida cultural, crescente e de todos Articulação das acções nos domínios da cultura e da ciência e com os órgãos de comunicação social, os meios de ensino e as autarquias locais | <ul style="list-style-type: none"> Democratizar a cultura Acesso progressivo de todos os sectores e regiões do País e da sociedade à vida cultural e aos bens culturais Preservar em efectivo património cultural e estimular mobilização crescente e diversificada das energias culturais da Nação Participação activa das autarquias locais, fundações de utilidade pública e associações culturais, de recreio e juvenis, bem como da escola e da comunicação social Apoiar formas e manifestações de acção cultural Difusão da cultura em todas as regiões do País e junto das camadas mais desprotegidas da população, bem como entre a juventude |
| Especificidades relativas aos museus | <ul style="list-style-type: none"> Nada a assinalar de relevante para a investigação | <ul style="list-style-type: none"> Função activa de divulgação e formação aos museus |

| | | |
|----------------------|---|--|
| Programas de Governo | VII Gov. Constitucional Jan. 81 (2 programas para 1 ano) | VIII Gov. Constitucional Set. 81 (2 programas para 1 ano) |
|----------------------|---|--|

| | | |
|--------------------------------------|--|--|
| Enquadramento | <ul style="list-style-type: none"> Qualidade de vida | <ul style="list-style-type: none"> Reformismo social |
| Orientações gerais | <ul style="list-style-type: none"> Defesa, conservação e valorização da herança cultural do passado (património cultural) Acesso, pelo maior número, ao conhecimento e fruição (dos valores da cultura nacional) Levar o conhecimento da cultura portuguesa e das suas obras e valores aos mais variados sectores da população Acções previstas para levar o conhecimento da cultura nacional: levar o conhecimento da cultura portuguesa e das suas obras e valores aos mais variados sectores da população | <ul style="list-style-type: none"> Conjugar cultura e coordenação científica (a memória, a sensibilidade e a inteligência colectiva); Perspectiva cultural deve ser uma perspectiva de toda a actividade pública e do Governo em particular Consenso cultural (liberdade; pluralismo; identidade); Alargamento e valorização da iniciativa e da participação cultural e a sua integração como factor do desenvolvimento social (progresso; dinâmica social) Segurança, inventário, enriquecimento e reanimação do património cultural e do equipamento científico (religação entre tradição e modernidade) Valorização da cultura material (qual redescoberta do próprio país por si mesmo) Formação cívica e a formação cultural, através de uma Lei Quadro inspirada pelo princípio da cidadania Diálogo e a participação mais personalizadas e directas dos agentes culturais nas decisões que tenham por objecto a vida cultural Organizar programas culturais especiais para a juventude, sobretudo em colaboração com outras instituições públicas e privadas Sensibilizar e mobilizar a juventude para a defesa e protecção dos bens e valores culturais, em articulação com o sistema de ensino e com as actividades de ocupação de tempos livres |
| Especificidades relativas aos museus | Nada a assinalar de relevante para a investigação | <ul style="list-style-type: none"> Maior abertura, efectividade e desenvolvimento da capacidade formativa de todas as instituições culturais e, em particular, dos museus Definir uma política de museus mais sistemática |

| | | |
|----------------------|---|---|
| Programas de Governo | IX Gov. Constitucional Jun. 83 (1 programa para 2 anos) | X Gov. Constitucional Nov. 85 (1 programa para 2 anos) |
|----------------------|---|---|

| | | |
|--------------------------------------|--|---|
| Enquadramento | <ul style="list-style-type: none"> Sector sócio-cultural | <ul style="list-style-type: none"> Valorização dos recursos humanos |
| Orientações gerais | <ul style="list-style-type: none"> Democratização e descentralização da cultura Acesso de todos à cultura, visando m primeira linha os trabalhadores e igualdade efectiva entre mulher e o homem Cooperação entre o Ministério da Cultura e entidades nacionais e estrangeiras: cooperação com o Ministério da Educação, (remediar a carência de formação artística e educar o gosto artístico aos diversos níveis de ensino) | <ul style="list-style-type: none"> Universalidade do acesso e fruição dos bens culturais Contenção da intervenção do Estado (liberdade) Estratégia do desenvolvimento do País Articular e apoiar os organismos do Ministério da Educação e Cultura na promoção de integração de disciplinas de índole artística (literária, visual, musical, etc.) nos currículos escolares aos vários níveis de ensino Articulação com a política educativa nas escolas Sensibilizar a consciência do valor do património Mobilizar a participação colectiva na sua salvaguarda |
| Especificidades relativas aos museus | <ul style="list-style-type: none"> Nada a assinalar de relevante para a investigação | <ul style="list-style-type: none"> Nada a assinalar de relevante para a investigação |

| | | |
|----------------------|--|---|
| Programas de Governo | XI Gov. Constitucional Ago. 87 (1 programa para 4 anos) | XII Gov. Constitucional Nov. 91 (1 programa para 4 anos) |
|----------------------|--|---|

| | | |
|--------------------------------------|--|---|
| Enquadramento | <ul style="list-style-type: none"> Preparar o futuro e apostar nos portugueses | <ul style="list-style-type: none"> Apostar no Homem, Valorizar o futuro |
| Orientações gerais | <ul style="list-style-type: none"> Acessibilidade dos bens culturais Salvaguardar e valorizar o património (Desenvolver e realizar colaborações com as autarquias – descentralização e colaborar/sensibilizar e apoiar cidadãos e instituições) Regulamentação da Lei do Património | <ul style="list-style-type: none"> [Implícito] Democratização e a participação pública no domínio da cultura (condições de acesso aos bens culturais) Aumento de relações com outros parceiros culturais, desde fundações a coleccionadores, passando por associações de defesa do património Divulgar (infra-estruturas para mostrar o que de mais relevante exista na produção cultural nacional, de cariz erudito como de cariz popular, e que possam vir a constituir pontos de exposição e circulação de artistas e suas obras) |
| Especificidades relativas aos museus | <ul style="list-style-type: none"> Nada a assinalar de relevante para a investigação | <ul style="list-style-type: none"> Maior e melhor possibilidade de acesso ao património depositado nos museus Reformulação do funcionamento dos museus portugueses |

| | | |
|----------------------|---|--|
| Programas de Governo | XIII Gov. Constitucional Nov. 95 (1 programa para 4 anos) | XIV Gov. Constitucional Nov. 99 (1 programa para 3 anos) |
|----------------------|---|--|

| | | |
|--------------------------------------|--|--|
| Enquadramento | <ul style="list-style-type: none"> Direitos essenciais dos cidadãos e componentes determinantes da sua qualidade de vida | <ul style="list-style-type: none"> Qualidade da democracia (através de uma nova aposta na ciência e na cultura e uma renovada atenção às estruturas comunicacionais) |
| Orientações gerais | <ul style="list-style-type: none"> Reestabelecimento do Ministério da Cultura; fruição cultural Acesso dos cidadãos às práticas culturais; Respeitar, viabilizar e estimular a multiplicidade e a variedade das iniciativas culturais Democratização, descentralização, internacionalização, profissionalização e reestruturação Articulação da política cultural com as restantes esferas de governação Novos modelos de cooperação activa e de complementaridade (entidades autárquicas e regionais e à iniciativa autónoma dos cidadãos, criadores artísticos, promotores culturais e consumidores, individualmente ou através do associativismo profissional e cívico) Difusão de produtos <i>multimédia</i> que permitam reduzir os custos do acesso à cultura Colaboração com o Ministério das Finanças Cooperação estreita com o Ministério da Educação, com vista ao reforço do ensino artístico e das restantes disciplinas de sensibilização cultural, quer como componentes do currículo escolar geral quer como ramos vocacionais | <ul style="list-style-type: none"> Defender e valorizar o património Profissionalização e criar novos públicos (bens culturais na rotina de todos os portugueses, fará da cultura um elemento constante e vivo da cidadania) Atender às expectativas dos públicos, às exigências das populações Alargamento, através das novas tecnologias, do acesso dos cidadãos à cultura Dinâmica da identidade e da criatividade nacionais Engloba heterogeneidades da “área cultural”, assumindo o imperativo de uma política aberta tanto às exigências do património como às de criação Convicção de que a cultura é uma dimensão estratégica do desenvolvimento do País Dimensão da consolidação Articulações interministeriais (transversalidade política cultural com a da educação, com incidência no ensino artístico, com a da economia, com destaque para o apoio às indústrias culturais e com a formação e com a acção cultural externa) |
| Especificidades relativas aos museus | <ul style="list-style-type: none"> Nada a assinalar de relevante para a investigação | <ul style="list-style-type: none"> Nada a assinalar de relevante para a investigação |

| | | |
|----------------------|---|---|
| Programas de Governo | XV Gov. Constitucional Abr. 2002 (1 programa para 2 anos) | XVI Gov. Constitucional Jul. 2004 (1 programa para 1 ano) |
|----------------------|---|---|

| | | |
|--------------------------------------|---|---|
| Enquadramento | <ul style="list-style-type: none"> Investimento na qualificação dos portugueses (desenvolvimento livre, integral e solidário de todas as pessoas e afirme os seus valores no mundo, identidade quer pessoal quer colectiva/nacional, a cidadania, bem como o desenvolvimento e a qualidade de vida) | <ul style="list-style-type: none"> Qualificação dos portugueses |
| Orientações gerais | <ul style="list-style-type: none"> Acesso e a participação do maior número possível de cidadãos Articulação interministerial com o Ministério da Educação (interessando as crianças e os jovens pela Cultura, introduzindo a obrigatoriedade curricular das visitas de estudo ao património e a exposições, bem como a assistência a espectáculos) Estimulando a ligação a nível local entre escolas e monumentos, definindo modalidades de estabelecimento de laços duradouros que de algum modo responsabilizem cada escola por um monumento Reforçando a vertente educativa das estruturas culturais, condicionando os apoios do Estado à abertura e manutenção das suas instalações à realização de actividades extra-curriculares Solicitando aos agentes culturais contrapartidas a apoios públicos, designadamente por uma presença regular nas escolas Organizando programações locais e nacionais de espectáculos e exposições, quando possível itinerantes, com ligação articulada aos programas escolares) | <ul style="list-style-type: none"> Política cultural tem um papel central e transversal no conjunto de todas as políticas sectoriais Articulação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação (levar a cultura às escolas - aproveitamento do equipamento escolar excedentário, envolvimento de professores do quadro do Ministério da Educação sem docência atribuída, programa de actividades extracurriculares, formação de artística desde o nível primário, formação de professores e animadores culturais, programa de educação de adultos, programa de formação de cidadãos europeus, campanha de sensibilização e educação para o património) |
| Especificidades relativas aos museus | <ul style="list-style-type: none"> Nada a assinalar de relevante para a investigação | <ul style="list-style-type: none"> Regulamentar a Lei-Quadro dos Museus Portugueses após a sua promulgação Reforço da acção do Instituto Português de Museus - aumento de públicos (estratégia continuada de divulgação nacional e internacional dos museus portugueses, das suas colecções e actividades, através da publicação sistemática de roteiros, da criação de <i>websites</i> e de campanhas de publicidade) Execução das propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho Educação-Cultura, no domínio da articulação museu-escola |

CD.2)

Documentos jurídico-públicos Tipo Y)

Y) Documentos de Políticas culturais de sentido amplo

Temática: a educação nos museus segundo as políticas culturais/patrimoniais.

Itens de inferência das concepções implícitas e/ou expressas extraídos do teor literal dos documentos previamente seleccionados

■ Leis do Património Cultural

■ **Lei n.º 13/85, de 7 de Julho, D.R. I Série** (n.º 153, pp. 1865-1874)

- Levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural
- Promover a sensibilização e participação dos cidadãos na salvaguarda do património cultural e assegurar as condições de fruição desse património
- Associadas às medidas de protecção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do património cultural
- Acção permanente e concertada de levantamento, estudo, protecção, conservação e valorização dos bens culturais
- Função social
- Conhecimento do património cultural
- Integração do património cultural na vida colectiva
- Dar a cada um dos bens culturais uma função que os insira adequadamente na vida social, económica, científica e cultural compatível com o seu carácter específico
- Acções de estudo do património cultural deverão adequar-se ao progresso científico e técnico comprovado nas disciplinas implicadas
- Governo empreenderá e apoiará acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional
- Tomadas medidas adequadas à promoção e realce do valor cultural e educativo do património cultural, como motivação fundamental da sua protecção, conservação, revalorização e fruição, sem deixar de ter em conta o valor sócio-económico desse mesmo património, na sua qualidade de recurso activo numa dinâmica de desenvolvimento do País
- Asseguradas as modalidades de informação e de exposição destinadas a explicar e divulgar as acções projectadas, em curso ou realizadas no campo do estudo e da salvaguarda do património cultural, designadamente a promoção da publicação de inventários do património cultural
- Estudo e divulgação do património cultural
- Cooperação com outros Estados, com organizações internacionais e de outros países, intergovernamentais e não governamentais através do intercâmbio de informações, publicações, meios humanos e técnicos, bem como através da assinatura de acordos culturais

■ **Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, D.R. I Série** (n.º 209, pp. 5808-5829)

- Informação
- Acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais
- Todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural

- Modos de divulgação concertados entre a administração do património cultural e os titulares das coisas
- Informação e formação dos cidadãos
- Fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele [património cultural] se manifestam
- Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural
- Conhecimento dos bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, bem como dos respectivos contextos
- Investigação e divulgação do património cultural
- Cooperação entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com os principais detentores de bens culturais e com as populações
- Modelos de aproveitamento das tecnologias da informação e comunicação
- Sistema nacional de informação do património cultural, através da implantação, compatibilização e progressiva interoperatividade das diferentes redes de bases de dados
- Regime de valorização: pesquisa e investigação; acesso e fruição; formação; divulgação, sensibilização e animação; regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis; programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação; programas de apoio à acção educativa

CD.2)

Documentos jurídico-públicos Tipo X)

X) Documentos de Políticas culturais em sentido restrito

X.1) Documentos genéricos

Temática: a educação nos museus segundo as políticas culturais/patrimoniais.

**Itens de inferência das concepções implícitas e/ou expressas extraídos do teor literal²
dos documentos previamente seleccionados**

■ **Legislação Orgânica ou Geral sobre Museus**

■ **Decreto-lei n.º 34/80, de 2 de Agosto, D.R. I Série (n.º 177, pp. 1990-2009)**

- apelo à comunidade
- missão ideal e patriótica que os obrigará e responsabilizará perante as gerações vindouras
- fruição e divulgação dos bens culturais, dentro dos conceitos da política adoptada do domínio do património, de acordo com a definição de bens culturais expressa neste diploma
- sensibilização e a participação das populações e das entidades locais, públicas e privadas, na salvaguarda do património cultural: intervenientes importantes
- condições de fruição desse património por parte da comunidade
- iniciativas respeitantes ao património cultural: nomeadamente missões, visitas, viagens de estudo, exposições, espectáculos, concertos, cursos, conferências, concursos, congressos, bem como a edição de livros e documentos, discos, fitas gravadas e diapositivos, a realização de filmes de interesse cultural, a encomenda, feitura e aquisição de obras de arte

■ **Decreto-Lei n.º 278/91, 9 de Agosto, D.R. I Série (n.º 182, pp. 3999-4005)**

- política museológica integrada/ programas culturais coerentes e articulados
- iniciativas respeitantes ao património cultural móvel: missões, visitas e viagens de estudo, exposições, espectáculos, conferências, concursos e congressos, bem como a edição de livros, de publicações escritas ou audiovisuais e a aquisição de obras de arte

■ **Decreto-Lei n.º 161/97, 26 de Junho, D.R. I Série (n.º 145, pp. 3119-3123)**

- privilegiar (...) as relações com os diversos ramos do saber (...), quer nos sectores científico e técnico, quer no das artes
- o objecto museológico ultrapassou as barreiras das temáticas tradicionais (...) [tem hoje] variadas formas de interpretação e divulgação
- incentivo à investigação e à colaboração com entidades especializadas
- definir padrões de qualidade que contribuam para o progresso da museologia portuguesa
- actividades de pesquisa e estudo dos bens culturais móveis
- conhecimento e valorização do património cultural português
- política de divulgação dos bens culturais móveis
- forma integrada: o estudo, a gestão e a divulgação das colecções
- desenvolvimento da investigação, designadamente nos domínios da história, história de arte, etnologia, arqueologia, musicologia, museologia e da conservação, em articulação com as universidades e outros centros de investigação
- protocolos e contratos de prestação de serviços com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que tenham por objectivo a conservação, o estudo, a exposição, a edição e outras formas de divulgação do património cultural móvel

² Todas as expressões e frases que constam dos quadros foram retirados dos diplomas assinalados, para facilitar a leitura e para condensar a informação transcrita não se colocaram as citações entre aspas.

- iniciativas respeitantes ao estudo, valorização e divulgação do património cultural móvel: exposições, edições, produtos áudio-visuais, conferências, reuniões científicas, itinerários culturais e outras iniciativas afins
- edição de publicações e produtos *multimédia* no âmbito da investigação, inventário e divulgação das colecções nacionais

■ **Decreto-Lei n.º 398/99, 13 de Outubro, D.R. I Série** (n.º 239, pp. 6892-6901)

- Museu: “como lugar de estudo, conservação e valorização de colecções relevantes de bens culturais móveis mas aberto à diversificação das formas de interpretação e divulgação dos testemunhos históricos e da herança cultural, de acordo com as solicitações e expectativas das vivências contemporâneas e da defesa das suas participações significantes
- o estudo, a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património cultural móvel nacional: fundamento da memória colectiva e individual, factor de identidade nacional e fonte de investigação científica e de fruição estética simbólica
- qualidade dos museus enquanto espaços de conhecimento e de comunicação/ natureza de serviço público
- divulgação, no estrangeiro, do património cultural móvel português, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros
- programas de apoio através de protocolos e contratos-programa com outras entidades públicas e privadas: incentivar a requalificação e valorização dos espaços museológicos, a investigação e desenvolvimento, o inventário, valorização e divulgação do património cultural móvel
- actividades e projectos de investigação e desenvolvimento no âmbito do património cultural móvel, designadamente nos domínios da história, história da arte, etnologia, arqueologia, musicologia, museologia e da conservação, em articulação com as universidades e centros de investigação científica
- protocolos e contratos de prestação de serviços com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que tenham por objectivo a conservação, o estudo, a exposição, a edição e outras formas de divulgação do património cultural móvel
- grandes linhas programáticas: estudo, divulgação, (...) do património cultural móvel
- plano de actividades do IPM: formação e serviços de educação, difusão de informação, (...)
- Direcção de Serviços de Museus: Divisão de Divulgação e Formação
- iniciativas respeitantes ao estudo, valorização e divulgação do património cultural móvel: exposições, edições, produtos áudio-visuais, conferências, reuniões científicas, itinerários culturais e outras iniciativas afins
- edição de publicações e produtos *multimédia* no âmbito da investigação, inventário e divulgação das colecções nacionais ou de outras colecções de reconhecido valor e interesse
- protocolos e acordos nas áreas de divulgação do património cultural móvel
- programas de formação nas áreas de competência do IPM
- Desenvolver acções de captação de públicos específicos, em colaboração com outras entidades, designadamente escolas e universidades

■ **Despacho conjunto n.º 616/2000, de 5 de Junho, D.R. II Série** (n.º 130, pp. 9633-9634)

- missão dos museus “puderem cumprir cabalmente as suas importantes funções, em termos de salvaguarda das memórias e heranças colectivas e da indispensável participação na vida social e cultural das comunidades”
- programas de apoio a museus: (...) investigação e desenvolvimento, formação, inventário e informatização de acervos e colecções, valorização e divulgação do património cultural móvel

■ **Despacho normativo n.º 28/2001, de 7 de Junho D.R. I Série** (n.º 132, pp. 3488-3493)

- desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus: respeita ao estudo, à conservação e à divulgação do respectivo património e ao cumprimento da sua missão social
- qualificação dos museus: seus espaços funcionais, dos seus serviços técnicos e das suas actividades dirigidas aos públicos
- cumprimento da sua função social
- Programa de Apoio à Programação Museológica: conhecimento das colecções; divulgação das colecções com base no seu estudo e investigação/ produção e divulgação dos materiais escritos resultantes da investigação

- Programa de Apoio à Investigação e ao Estudo das Colecções: o conhecimento das colecções; a divulgação das colecções com base no seu estudo e investigação/ produção e divulgação dos materiais escritos resultantes da investigação
- Programa de Apoio a Acções de Comunicação: acolhimento, comunicação e âmbito educativo/ subprograma de apoio a acções de acolhimento e de comunicação: comunicação entre o museu e os públicos - uma das principais funções museológicas; definição dos públicos alvo e o seu conhecimento/ subprograma de apoio a projectos educativos: a melhoria das condições de recepção e de acolhimento dos públicos; acções de âmbito educativo, não apenas dirigidas ao público escolar mas também a outros públicos pertencentes a grupos etários e sociais diferenciados; desenvolvimento de acções integradas de articulação do museu com as comunidades envolventes, dinamizando a comunicação e o conhecimento mútuo/ Produção e divulgação dos materiais

■ **Despacho conjunto n.º 1062/2003, de 27 de Novembro, D.R.II Série (n.º 275, p. 17701)**

- Ministérios da Educação e da Cultura – [colaboração e entendimento] hábitos culturais se devem adquirir e desenvolver cada vez mais cedo, consideram essencial o papel da escola, entendendo-a como uma entidade dinâmica e interactiva onde alunos, famílias e pessoal docente e não docente, apostados numa educação de qualidade, privilegiam a valorização da identidade cultural e afirmam as responsabilidades mais amplas da comunidade educativa
- prioritárias as intervenções conjuntas: sensibilização de crianças e jovens para as diferentes realidades do património cultural português / estreitamento da ligação entre escolas – públicas e particulares – e sítios e monumentos e do reforço da componente educativa das estruturas culturais, incluindo as ligadas à criação contemporânea
- roteiro de museus e sítios, apoiar a presença de docentes nos serviços educativos dos museus e fomentar as acções de formação de docentes na área da arte e do património edificado enquanto elementos chave de actividades a desenvolver nos domínios curricular e extra-curricular